



24

revistacpc

2º semestre de 2017  
ISSN 1980-4466

## **REVISTA CPC**

Número 24

2. semestre/2017

São Paulo

ISSN 1980-4466

### **EDIÇÃO 24 (2017)**

A Revista CPC é um periódico do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter acadêmico e científico configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em duas seções principais: uma seção de artigos originais relacionados aos temas patrimônio cultural, coleções e acervos, e conservação e restauração; e uma seção de resenhas, notícias e depoimentos. Artigos decorrentes da participação de pesquisadores nos eventos científicos promovidos pelo CPC-USP são publicados na sessão Dossiê, ou como Edição Especial. A Revista CPC conta com uma Comissão Editorial e um Conselho Consultivo, composto por nomes de especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e/ou internacionais que desenvolvam trabalhos em áreas afins, bem como com assessores/pareceristas *ad hoc*.

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, n. 24, 2. semestre 2017.

Semestral  
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC

CDD 025.8

---

**Editora**

Mônica Junqueira de Camargo

**Comissão Editorial**

Beatriz Mugayar Kühl - USP  
Fernanda Fernandes da Silva - USP  
Gabriel de Andrade Fernandes - USP  
Mônica Junqueira de Camargo - USP  
Paulo Cesar Garcez Marins - USP  
Simone Scifoni - USP

**Conselho Consultivo**

Adilson Avansi de Abreu - USP  
Beatriz Coelho - UFMG  
Leonardo Castriota - UFMG  
Maria Beatriz Borba Florenzano - USP  
Maria Inez Turazzi - IBRAM  
Regina Andrade Tirello - Unicamp  
Rosina Trevisan M. Ribeiro - UFRJ  
Sílvia Wolff – UPPH SEC SP  
Walter Pires – DPH SMC SP

**Editora científica**

Fernanda da Silva Fernandes

**Editora executiva**

Ana Célia de Moura

**Projeto Gráfico**

HAY Arquitetura e Design

**Diagramação**

Luciana Mattar

**Revisão**

Tikinet Edições Ltda

**Colaboradores**

Deborah Dias dos Santos (normalização)

**Universidade de São Paulo**

Prof. Dr. Marco Antonio Zago, Reitor  
Prof. Dr. Vahan Agopyan, Vice-Reitor

**Pró-Reitoria de Cultura e Extensão**

**Universitária**

Prof. Dr. Marcelo Romero, Pró-Reitor  
Profa. Dra. Ana Cristina Limongi França,  
Pró-Reitora Adjunta

**Centro de Preservação Cultural**

Prof. Dra. Mônica Junqueira de Camargo,  
Diretora

Profa. Dra. Fernanda da Silva Fernandes,  
Vice-Diretora

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista  
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil

Tel/fax + 55 11 2648 1511  
revistacpc@usp.br - www.usp.br/cpc  
facebook.com/revistacpc/

## **EDIÇÃO 24 (2017)**

### **SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO**  
CPC USP: A PRESERVAÇÃO CULTURAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 4-6

**NOMINATA DE PARECERISTAS** 7-8

### **ARTIGOS**

**A PROBLEMÁTICA DA RUÍNA: DAS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DO SÉCULO XIX AO RESTAURO CRÍTICO** 9-34  
ANGELA ROSCH RODRIGUES

**A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO NOS BOLETINS DA COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS DA ARGENTINA** 35-55  
MARÍA SABINA URIBARREN

**CARTOGRAFIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA - PI: MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA RETOMADA DA TERRITORIALIDADE** 56-77  
MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, JORLAN DA SILVA OLIVEIRA, MARÍLIA DA SILVA GOMES, JULIANA MERCURI, PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA NOROESTE DO BRASIL, BAURU – SP** 78-106  
LUDMILLA SANDIM TIDEI DE LIMA PAULETO

**ESTÁDIO DO PACAEMBU: DO PALCO DE EMOÇÕES AO GIGANTE SEM DONO** 107-133  
BIANCA MANZON LUPO

**GESTÃO DO ACERVO DO ARQUITETO EDUARDO KNEESE DE MELLO: RELATO DO TRATAMENTO ORGANIZACIONAL DA COLEÇÃO ICONOGRÁFICA** 134-161  
ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS, ELISA HORTA DA SILVA, IZADORA ARAÚJO AMARAL

### **NOTÍCIAS E DEPOIMENTOS**

**CARTA PATRIMONIAL DA USP: POR QUE?** 162-169  
MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

**SEMINÁRIO BIXIGA: TERRITÓRIO CULTURAL SÃO PAULO, 2 DE MAIO DE 2017** 170-180  
GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

**SEMINÁRIO DOMESTICIDADE, GÊNERO E MEMÓRIA** 181-193  
FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO, JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA, JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA, SABRINA STUDART FONTENELE COSTA

**SESMARIA DE PASSARINHOS: A ZONA LESTE, O GRUPO URURAY E A DIMENSÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO** 194-205  
MAURÍCIO DIAS DUARTE, LUCAS FLORÊNCIO COSTA, YASMIN DARVICHE

**INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: ENTREVISTA COM CELINA ALBANO** 206-219  
LUCIANA GUIZAN AURELIANO, SERGIO ANTÔNIO SILVA

## **CPC USP: A PRESERVAÇÃO CULTURAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

A Revista CPC desde sua criação, em 2006, para além do papel de difusor das pesquisas acadêmicas relativas à preservação cultural, vem cumprindo o importante papel de compartilhar as experiências desenvolvidas pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) no âmbito da extensão universitária. O vínculo do CPC à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e sua sede na Casa de Dona Yayá, no bairro da Bela Vista (Bixiga), oferecem condições privilegiadas para trabalhos envolvendo novas problemáticas e outros personagens, das quais o CPC tem sabido tirar proveito para o aprofundamento do conhecimento científico. A perseverança na continuidade dos trabalhos que tem caracterizado sua trajetória propicia ao CPC desenvolver algumas sínteses e estabelecer algumas parcerias importantes para a consolidação de sua participação na dinâmica da cidade de modo geral, e do Bixiga em particular.

Frente à diversidade do patrimônio cultural da USP e da complexidade de sua preservação, o CPC elaborou o documento “Carta Patrimonial da USP”, apresentada nesta edição, uma dessas sínteses que revela a dinâmica dos trabalhos do CPC. Resultado de um trabalho coletivo referendado em um fórum aberto e que tem por objetivo aproximar todos os envolvidos à questão do seu próprio patrimônio, bem como estabelecer alguns parâmetros para a sua conservação.

A mudança da sede do CPC da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira para a Casa de Dona Yayá, em 2004, abriu um amplo leque de novas possibilidades de investigação. Seus diretores, a partir de então, Ana Lucia Duarte Lanna, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, José Tavares Correia de Lira, vêm investindo no estreitamento dessa relação com o bairro, notadamente por meio das pesquisas “Imigrantes”, coordenada pela profa. Ana Lanna, e “Bixiga: artes e ofícios”, sob a orientação da profa. dra. Rose Satiko; e recentemente a realização do seminário “Bixiga: patrimônio cultural”, que reuniu pesquisadores, usuários, moradores e trabalhadores em uma tentativa de aproximação de todos os envolvidos para uma ação conjunta para a preservação do bairro. A notícia sobre o evento consta desta edição. Essa aproximação ao bairro mereceu a premiação do CPC-Casa de Dona Yayá pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA), entre os melhores de 2017, na categoria Resistência Urbana da área de Arquitetura, ao lado da Escola de Samba Vai-Vai, do Teatro Oficina, da União das Mulheres e da Festa de Nossa Senhora Achiropita.

Dois eventos também registrados nesta edição revelam a abrangência dos trabalhos de extensão promovidos pelo CPC. A exposição “Sesmaria de Passarinhos”, baseada no trabalho do Grupo Ururay, que constitui uma das iniciativas mais importantes no reconhecimento do patrimônio cultural da zona leste da cidade de São Paulo; e o seminário internacional “Domesticidade, Gênero e Memória”, que é um desdobramento do encontro organizado pelo CPC, em 2014, e confirma a pertinência do debate sobre esse tema.

Quanto aos artigos que integram esta edição da Revista CPC, mais uma vez ilustram a diversidade de temas, autores e procedências, e comprovam o alcance da revista. De ruínas a estações ferroviárias, do Piauí à Argentina, de equipamentos esportivos a coleções de diapositivos, os artigos a seguir contribuem para a reflexão sobre o patrimônio cultural.

O artigo *A problemática da ruína nas teorias da preservação patrimoniais do século XIX ao restauro crítico*, no qual Angela Rosch Rodrigues questiona a influência do reconhecimento do estado de ruína no processo de preservação de um bem cultural e como esses remanescentes são tratados pelos teóricos da preservação, desde o século XIX até a promulgação da Carta de Veneza, em 1964.

María Sabina Uribarren, em *A preservação do patrimônio brasileiro nos boletins da Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos da Argentina*, tendo como fonte dois textos publicados na Argentina no início da década de 1940, traz novos elementos que contribuem para a identificação de um círculo de relações latino-americanas no âmbito do patrimônio cultural, permitindo novas leituras sobre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (SPHAN).

O artigo *Cartografia social no território do Parque Nacional Serra da Capivara: mapeamento participativo para retomada da territorialidade*, desenvolvido por Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Jorlan da Silva Oliveir, Juliana Mercuri e Pedro Diniz Coelho de Souza, traz alguns resultados do trabalho que está sendo elaborado com a participação dos moradores da área do parque, e propõe uma reinterpretação da territorialidade local dos lugares de vivência cotidiana dessa comunidade.

A análise apresentada no artigo *Estações da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: o caso de Bauru – SP*, por Ludmilla Sandim Tidei de Lima Pauleto, discorre sobre as condições atuais da edificação, estabelecendo algumas diretrizes para futuras intervenções.

Bianca Manzon Lupo, em *Estádio do Pacaembu: do palco de emoções ao gigante sem dono* recupera o significado histórico desse bem cultural, importante referência da sociedade paulistana, e o confronta com os parâmetros internacionais que determinam o “padrão FIFA” para os equipamentos esportivos.

O artigo *Gestão do Acervo Arquiteto Eduardo Kneese De Mello: relato do tratamento organizacional da coleção iconográfica*, ao trazer a público a estrutura do trabalho para a organização dessa coleção fortalece o canal de comunicação entre pesquisadores, permitindo, pela troca de ideias, o aperfeiçoamento dos métodos empregados, bem como suscitando novas experimentações.

Encerra esta edição a entrevista realizada por Luciana Guizan Aureliano com Celina Albano sobre a *Interpretação do patrimônio no Brasil*.

A todos uma boa leitura,  
Mônica Junqueira de Camargo.

## **NOMINATA DE PARECERISTAS**

Ana Lúcia Cerávolo, Centro Universitário Central Paulista, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Anna Beatriz Ayrosa Galvão, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Carolina Fidalgo de Oliveira, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Cecília Helena Godoy Rodrigues dos Santos, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Cristina Freire, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Cristiane Aun Bertoldi, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Eduardo Romero de Oliveira, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil.

Euler Sandeville Júnior, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Juliana Mendes Prata, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Manoela Rossinetti Rufinoni, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Marco Antonio Bettine de Almeida, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Marcos Tognon, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Maria Gagiela Lee Alardín, Universidad Iberoamericana Ciudad de México, Cidade de México, CDMX, México.

Marcos da Costa Braga, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Maurício Cândido da Silva, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Nivaldo Vieira Andrade Júnior, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

Rita de Cássia Francisco, Arquivo Municipal de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Sílvio Oksman, Escola da Cidade, São Paulo, São Paulo, Brasil

Simone Scifoni, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Vladimir Benincasa, Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, Brasil.

# A PROBLEMÁTICA DA RUÍNA:

DAS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DO  
SÉCULO XIX AO RESTAURO CRÍTICO

**ANGELA ROSCH RODRIGUES**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.  
Arquiteta e urbanista (Mackenzie, 1998), mestre (2011) e doutora (2017) pela Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo.  
E-mail: angelarr@usp.br

Apoio FAPESP.

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p9-34>

# A PROBLEMÁTICA DA RUÍNA: DAS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DO SÉCULO XIX AO RESTAURO CRÍTICO

ANGELA ROSCH RODRIGUES

## RESUMO

As ruínas constituem um profícuo campo de digressões e experimentações, colaborando para a maturação do conceito de monumento histórico que se sedimentou a partir do século XIX. No século seguinte, os traumáticos episódios bélicos configuraram o desafio de enfrentar os arruinamentos recentes, atualizando a problemática. Este trabalho tem como objetivo verificar como os remanescentes em estado de ruína são abordados pelo *corpus* teórico dos principais debates da preservação patrimonial entre o século XIX e a promulgação da Carta de Veneza (1964), documento que consolidou as bases do restauro contemporâneo. Para tal análise, parte-se da verificação de duas indagações: ruínas, o que são e como intervir nelas? Na rede de atribuições de significados que envolve o conceito de patrimônio cultural, verifica-se que a definição de ruína é complexa por implicar os seguintes aspectos: grau de descaracterização, condição de uso, idade das edificações, distanciamento temporal e causas do arruinamento. A desarticulação de um bem potencializa a complexidade no trato com as preexistências e a aceitação das marcas de sua destruição. Considerando a acepção de ruína como um estado de degeneração (independentemente da idade da edificação), constata-se que as prescrições teóricas para seu tratamento não se diferenciam de qualquer outro bem cultural; sendo válidas, portanto, as operações de manutenção, conservação e restauração, embasadas metodologicamente nas seguintes premissas: mínima intervenção; distinguibilidade; respeito à materialidade; reversibilidade; e utilização de materiais e técnicas compatíveis, conjugadas a partir de uma estrita análise histórica e crítica de cada objeto e seu grau de degradação.

## PALAVRAS-CHAVE

Ruínas. Monumentos. Preservação do patrimônio.

# THE ISSUE OF THE RUIN: FROM THE NINETEENTH CENTURY THEORIES ABOUT PATRIMONIAL PRESERVATION TO THE CRITICAL RESTORATION

ANGELA ROSCH RODRIGUES

## ABSTRACT

Ruins are a proficient field of digressions and experiments collaborating to the maturation of the historical monument concept that settled down from XIX century. In the following century, traumatic episodes of war set the challenge of facing recent ruination, updating the problem. This study aims to verify how the remnants in a state of ruin are approached by the theoretical *corpus* of the main debates on heritage preservation between the nineteenth century and the promulgation of the Venice Charter (1964), a document that consolidated the foundations of contemporary restoration. For this analysis, we based on the verification of two questions: ruins, what is it and how to intervene in it? In the network of meanings that involves the concept of cultural heritage, it is verified that the definition of ruin is complex because it implies in the following aspects: degree of mischaracterization, condition of use, age of the buildings, temporal distance and causes of the ruin. Disarticulation of a property enhances the complexity in dealing with the preexistences and the acceptance of the marks of its destruction. Considering the meaning of ruin as a state of degeneration (regardless of edification's existence time), it is observed that the theoretical prescriptions for its treatment are not different from any other cultural good; in this way, maintenance, conservation, and restoration operations are valid, based on the following assumptions: minimum intervention, distinctiveness, respect for materiality, reversibility; and use of compatible materials and techniques, combined from a strict historical and critical analysis of each object and its degree of degradation.

## KEYWORDS

Ruins. Monuments. Heritage preservation.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, remanescentes arquitetônicos em estado de ruína têm sido objeto de diversas interpretações e abordagens tornando-se, referências para vários campos de estudo (artes, filosofia, história, arqueologia etc.). Para a arquitetura, o estudo das ruínas é uma preciosa fonte de registros, muitas vezes as únicas evidências físicas de técnicas construtivas e partidos arquitetônicos; por outro lado, esses remanescentes são os testemunhos históricos dos processos de destruição dos quais são derivados.

No campo da preservação patrimonial, a apreciação das ruínas foi fundamental durante o longo processo de maturação do conceito de monumento histórico e das formas de preservá-lo que se sedimentou durante o século XIX.

Já no século XX, ampliando as experimentações nas ruínas de monumentos antigos, o emblemático colapso do Campanário de San Marco, em Veneza (1902), e as Guerras Mundiais configuraram o desafio de enfrentar o problema dos arruinamentos recentes em edificações ou trechos urbanos inteiros que faziam parte do cotidiano das pessoas, o que definitivamente atualizou o tema da ruína, deixando de ser somente uma referência às civilizações antigas e arquiteturas distanciadas pelo tempo, mas também constituindo a prova da barbárie humana na contemporaneidade.

Este trabalho tem como objetivo verificar como os remanescentes em Estado de ruína foram abordados pelo *corpus* teórico dos principais debates

da preservação desenvolvidos entre o século XIX e meados do século XX, tendo como limite cronológico a promulgação da Carta de Veneza (1964), que consolida as bases do restauro contemporâneo embasada numa postura crítica e conservativa. Para tal análise, parte-se da verificação de duas principais indagações: ruínas, o que são e como intervir nelas? Desse modo, pode-se problematizar o tema, a partir de referências da historiografia da preservação patrimonial, sobre como os remanescentes arquitetônicos em estado de ruína são identificados e compreendidos enquanto bens culturais e quais são as principais recomendações para seu tratamento.

## 2 A IDENTIFICAÇÃO DA RUÍNA: ASPECTOS DE SUA DEFINIÇÃO

Na Carta de Atenas de 1931<sup>1</sup>, documento internacional inaugural do campo da preservação, a designação sobre ruínas se relaciona aos monumentos antigos e às escavações arqueológicas; a Carta de Veneza (1964) reitera essa postura. Essas referências internacionais não apresentam o tema do arruinamento na sua potencial amplitude. No âmbito da historiografia da preservação patrimonial são poucos os que se preocuparam em estabelecer uma definição de ruína; contudo, há diversos teóricos que abordam aspectos relacionados ao tema.

Em 1825, o erudito, historiador da arte e arqueólogo Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849) publicou o verbete “Ruína, Ruínas” na *Encyclopédie Méthodique: Architecture*, um trabalho pioneiro em que o autor faz um retrospecto histórico sobre os valores atribuídos a esses conjuntos e apresenta parâmetros para as intervenções. A definição apresentada por Quincy se estrutura a partir do viés semântico:

Esta palavra, no singular e em seu sentido ordinário, exprime o estado de degradação e de destruição no qual se encontra, ou está ameaçado, um edifício. Diz-se que um edifício está ameaçado de ‘ruína’, usa-se essa palavra também no singular para exprimir o estado de destruição consumado. Mas nesse caso, é mais usual empregá-la no plural e a razão é que esse estado de destruição, apresentando a dissolução de todas as partes, de todos os materiais de um edifício, oferece melhor, no plural,

1. Produto da conferência organizada pelo *Office International des Musées, Société des Nations* que ocorreu entre 21 e 30 de outubro de 1931 na Grécia.

a imagem da realidade. Desse modo, dir-se-á que tal acidente operou a 'ruína' de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as 'ruínas' desse edifício (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 112-113).

Cesare Brandi (1906-1988), em sua *Teoria da restauração* (1963) apresenta que: “Ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p. 65). A ruína caracterizada pela “dissolução de todas as partes”, como apresentado por Quincy, e por um “aspecto bastante diverso e quase irreconhecível”, como mencionado por Brandi, condensa a problemática da interpretação e leitura de um objeto edificado que foi parcial ou totalmente deteriorado. Nessas duas definições, distanciadas por mais de um século, o grau de destruição é um elemento-chave na caracterização da ruína.

A difícil mensuração do grau de arruinamento foi abordada por Alois Riegl (1858-1905) em sua obra *Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen, seine Entstehung* (1903). Para Riegl, a degeneração de um monumento tem um limite para a mínima compreensão do objeto edificado

se ao fim a capacidade extensiva do efeito tenha sido completamente perdida, não restará mais nem sequer uma base para um efeito intensivo. [...] Um monte de pedras ao invés representa somente um fragmento morto e sem forma da natureza na sua totalidade sem o traço de um porvir que sobrevive (RIEGL, 1990, p. 46, tradução nossa).

O conceito da unidade potencial da obra de arte desenvolvido por Cesare Brandi como uma unidade qualitativa (e não necessariamente quantitativa) é útil para entender a complexidade em estabelecer um limiar para a leitura espacial de um objeto desarticulado. Uma obra pode ser lida na sua totalidade ainda que fisicamente fracionada, pois a unidade subsiste potencialmente como um todo indivisível. É nesse sentido que se caracteriza a dificuldade de entendimento da condição de ruína, definida por Brandi como: “aquele momento-limite (e é limite tanto no espaço quanto no tempo) em que a obra de arte, reduzida a poucos vestígios de si mesma, está prestes a cair no disforme” (BRANDI, 2004, p. 68).

Outro ponto para compor uma definição de ruína é o uso. Alguns teóricos consideram que o estado ruinoso de um edifício se refere àquele em

que não é possível abrigar uma função utilitária específica, ou que: “não está mais em grau de absolver a própria função original” (MARINO, 2003, p. 29, tradução nossa). Alois Riegl, na obra já mencionada, estabeleceu um sistema de valoração para a apreciação do patrimônio; ao elencar o valor de uso, ele considera que a ausência de uma função pode comprometer a integridade do bem, levando-o à ruína. O valor de “antigo” (ou de “antiguidade”) é derivado da ação do transcorrer do tempo, isto é, por forças mecânicas ou químicas que decompõem o objeto e o recompõem com outra lógica. Para exemplificar esse valor, Riegl invoca a ruína como “o exemplo mais drástico” (RIEGL, 1990, p. 43, tradução nossa), ressaltando o aspecto mais ótico que tátil que a pátina ou a decomposição podem provocar.

Para Riegl, a sobreposição entre os valores de uso e de antigo é rara, já que os monumentos da Antiguidade e do período medieval geralmente estão há muito subtraídos de uma utilização prática. Os aspectos negativos do valor de uso se manifestam quando as necessidades de adaptação material comprometem o bem: “por exemplo, quando a degradação natural coloca em perigo a segurança física dos homens (uma torre que ameaça colapsar)” (RIEGL, 1990, p. 59, tradução nossa). Para essas circunstâncias periclitantes, Riegl apresenta que a segurança física deva prevalecer mesmo sobre as necessidades do valor de antiguidade.

Ao retomar o argumento de que o processo de arruinamento de um edifício é derivado da perda (ou falta) de um uso, pode-se trazer à pauta a classificação dos monumentos em “mortos” e “vivos”, que foi um parâmetro utilizado em algumas referências da historiografia da preservação patrimonial. No final do século XIX, o arquiteto belga Louis Cloquet (1849-1920) apresentou que os monumentos “mortos” fazem parte do domínio da história e podem encontrar possíveis limites nas formas de utilização. Esses bens remanescem como lembranças e não podem ser restituídos ao uso original, como o caso dos templos gregos, das ruínas de Pompeia e de muitos castelos e abadias medievais. Na década de 1930, Gustavo Giovannoni (1837-1947) reitera essa distinção, considerando que os monumentos “mortos” são aqueles mais antigos, como os da Antiguidade Clássica, aos quais normalmente se exclui uma transformação do estado de ruína e uma utilização atual; e monumentos “vivos” são aqueles mais recentes como palácios e igrejas, para os quais deveriam ser destinadas funções não muito diversas das primitivas

(GIOVANONNI, 1936). Tendo em vista essa diferenciação, cabe a questão: em que medida as ruínas são monumentos “mortos”?

Essa classificação pautada pelo uso das edificações passou por uma estrita revisão em meados do século XX. O texto de Roberto Pane (1897-1987) e Piero Gazzola (1908-1979) para a proposição da Carta de Veneza se refere ao fato de que a denominação de monumentos “mortos” e “vivos” deveria ser abolida:

Se considerarmos um monumento ‘vivo’ na medida que é utilizável, sabemos bem que não poucas ruínas são mais vivas e utilizáveis que muitos monumentos íntegros; e isso considerando o significado geral do conceito de utilização, o que não pode ser limitado ao pressuposto de uma ocupação material (GAZZOLA; PANE, 1971, p. 16, tradução nossa).

O problema incorre na acepção do conceito de uso. Conforme menciona Serafini (2005), a própria concessão da insígnia de “monumento” contradiz a ideia de monumento “morto”, pois o bem, com sua reconfiguração espacial derivada do processo de arruinamento, estabelece continuamente novas relações e passa a exercer um tipo de função social que pode ser meramente memorial (ainda que não estritamente “utilitária”). Nesse sentido, é estabelecida a fruição dos monumentos no presente, enquanto herança cultural, mencionado por Roberto Pane na conferência introdutória da Carta de Veneza: “Não queremos conservar os monumentos do passado como um raro mundo de imagens que serve de refúgio à nossa nostalgia, mas como um patrimônio vivo e atual do nosso presente” (PANE, 1971, p. 12, tradução nossa). As ruínas se enquadram, portanto, na noção de “testemunho vivo” apresentada na Carta de Veneza, que condensam um êxito dinâmico de modificação e transfiguração espacial que se rearticula com o meio.

À percepção do grau (mais ou menos arruinado) e da causa da ruína (ação do tempo, falta de uso e destruição violenta de ordem natural ou antrópica) se interpõe outro aspecto pertinente para a identificação das ruínas, que é o distanciamento cronológico em relação ao processo de degradação. O texto de Quatremère de Quincy fez alusão ao fator temporal como meio para apreciação e valorização desses conjuntos:

A palavra ‘ruína’ ou ‘ruínas’, [...], aplica-se, portanto, quase sempre a monumentos antigos. Aconteça o que acontecer com as ‘ruínas’

modernas, e isso por mais de uma causa, é certo, no entanto, que essas ruínas não têm e não podem ter para as artes, e em geral para o espírito, o mesmo grau de mérito e interesse. Milhares de ideias, milhares de lembranças, milhares de sentimentos ligam-se às ruínas dos monumentos antigos que não poderiam ser produzidos por aquelas de uma data recente. É por isso que as 'ruínas', à medida que envelhecem, parecem adquirir mais direitos pelo nosso respeito e, por consequência, pela sua conservação (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 113).

As ruínas mais antigas têm mais direitos ao nosso respeito e nossa conservação? Obviamente que um bem mais antigo esteve mais exposto às intempéries e pode ter acumulado um maior grau de degeneração; porém, bens de construção mais recente também podem ter sido arruinados. Ao considerar que a definição de ruína está principalmente associada a um avançado estado de degradação, não há, portanto, uma restrição exclusiva aos restos de edificações antigas. Podem ser englobados processos mais recentes de arruinamento deflagrados por várias causas (de ordem natural ou antrópica) que acometem edificações com datações diversas.

Na rede de valorações e atribuições de significado que envolve o conceito de patrimônio cultural, verifica-se que teóricos como Quincy, Riegl, Giovannoni, Pane e Brandi abordam elementos que integram a problemática da identificação da ruína cuja complexidade implica a confluência dos seguintes aspectos: grau de descaracterização da construção, condição de uso e idade das edificações, distanciamento temporal e causas do processo de arruinamento. A partir da constatação dessa intrincada caracterização é que podem ser apresentadas as asserções sobre a preservação da ruína.

### 3 O TRATAMENTO DA RUÍNA

No século XIX, as paradigmáticas intervenções no Coliseu e no Arco de Tito foram significativas e de grande repercussão para o desenvolvimento e conformação das ideias a respeito das atuações em monumentos antigos e arruinados na Europa. Para sua contextualização, é preciso considerar que em Roma as ruínas estão imbricadas de tal forma no território que a dinâmica do desenvolvimento da cidade se estabelece a partir do confronto com esse legado numa relação que se potencializou com a necessidade de estruturar uma cidade moderna.

Até então, o Coliseu e a Colina do Palatino haviam remanescido abandonados e pouco legíveis, à margem da conformação e crescimento urbanos. Com o início das escavações de modo sistemático no eixo principal da área do Fórum, essa complexa zona monumental ganhou destaque e passou a evidenciar o confronto diacrônico entre o passado e o presente (BENEVOLO, 1985). Durante a ocupação francesa (1809-1814) de Roma foi criada uma Commission d'Embellissements para a segunda capital do império napoleônico, que colocou em prática ações que visavam a sistematização e musealização de áreas arqueológicas da cidade e a realização de pesquisas, relatórios e memoriais sobre seu patrimônio.

Nesse momento, o Coliseu encontrava-se em estado precário após séculos de delapidação; o papado de Pio VII (1800-1823) promoveu uma intervenção convidando Raffaele Stern (1774-1820) para o início das obras em 1806. Os trabalhos consistiam essencialmente na consolidação do conjunto, através da construção de um esporão oblíquo de tijolos em um dos anéis externos; as marcas da degradação do tempo foram mantidas evidenciando o caráter conservativo da intervenção (KÜHL, 2002). Em torno de 1827, durante o papado de Leão XII (1823-1829), uma segunda fase de obras no outro anel externo foi executada pelo arquiteto Giuseppe Valadier (1762-1839); foram realizadas algumas reconstituições através da utilização de tijolos a fim de estabilizar a forma primitiva.

No Arco de Tito, que marcava o acesso da antiga área do Fórum romano, os trabalhos ocorreram entre 1817-1824, coordenados primeiro por Stern e, após seu falecimento, por Valadier. As escavações em curso revelaram as fundações, o que colaborou para a reconstituição de alguns trechos originais (KÜHL, 2002). As partes do arco foram desmontadas e numeradas; um arcabouço de tijolos foi feito e as peças foram remontadas a partir da repositição formal de seu paradigma de beleza. Esses novos segmentos foram reconstituídos em travertino, diferindo do mármore grego original.

Como destaca Carbonara (1997), as intervenções no Coliseu conjugaram o respeito filológico ao monumento e à ruína *per se* através da apreciação dos sinais de desarticulação provocados pelo tempo transcorrido. Já, no Arco de Tito, a opção pela reconstituição com formas e materiais simplificados possibilitava a diferenciação com os elementos originais conciliando a necessidade da conservação, da liberação e da reintegração das peças. Esses trabalhos

de caráter arqueológico com abordagens e resultados díspares revelam a dicotomia das possibilidades de intervenção em conjuntos parcialmente arruinados – privados de um uso prático e valorizados pelo seu papel memorial.

Os casos do Coliseu e Arco de Tito seriam retomados nos escritos de Quatremère de Quincy. Além do já mencionado verbete específico sobre as ruínas, Quincy elaborou outros textos para o mesmo volume da *Encyclopédie Méthodique (Restauration, Restaurar e Restituição)*, nos quais ele reitera considerações como a validade de conservar a obra no estado de ruína<sup>2</sup> e a problemática dos complementos<sup>3</sup>. Quincy considerava relevante para a história e para as artes prolongar a existência de obras de arquitetura, cessando a degradação e restituindo partes faltantes a partir da referência de elementos originais com formas simplificadas e materiais diferenciados, tendo como referência o caso do Arco de Tito: “Completá-los enquanto ainda é tempo, restabelecendo aquilo que lhes falta a partir do modelo das partes que subsistem; e é isso que sabemos que acaba de ser feito em Roma para o Arco de Tito” (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 117).

As considerações de Quincy foram decisivas para o debate sobre as ruínas e sua preservação sinalizando para as duas principais posturas que se constituem no início do século XIX: a vertente voltada aos refazimentos e complementos em estilo cujo expoente é Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e a vertente mais conservativa representada por John Ruskin (1819-1900).

Em suas viagens pelo território francês, Viollet-le-Duc empreendeu uma sistemática análise dos remanescentes medievais – muitos dos quais em estado de ruína – em sintonia com o crescente interesse pela arquitetura medieval europeia. Entre 1854 e 1868, Viollet-le-Duc publicou o *Dictionnaire Raisoné de L'Architecture Française du XIe au XVIe siècle*, um minucioso inventário ilustrado sobre a arquitetura medieval derivado de suas experiências *in loco*. É sugestivo verificar que nessa obra ele não dedicou nenhum verbete às ruínas como o fizera Quatremère de Quincy algumas décadas antes.

2. Cf.: “Sem dúvida existem aqueles que são condenados a permanecer no estado de demolição em que se encontram; nada os poderia fazer reencontrar seu conjunto e demasiadas despesas seriam necessárias para restabelecê-los” (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 108).

3. “Não se concebe que perigo poderia correr o edifício mutilado se fosse completado, [...] tal é a natureza da arte de construir, que esses acréscimos ou suplementos podem ser feitos em um edifício em parte arruinado sem que a parte conservada sofra a mínima alteração” (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 108).

Ao desenvolver o verbete Restauração, Viollet-le-Duc destaca o papel da Commission des Monuments Historiques<sup>4</sup> diante do legado arquitetônico medieval francês recentemente identificado e em mau estado de preservação, considerando que:

“Os trabalhos de restauração empreendidos [...] não somente salvaram da ruína obras de incontestável valor, mas prestaram serviço imediato. [...], pois esses edifícios, [...], preservados da ruína, ficarão ainda de pé durante séculos” (VIOLETTE-LE-DUC, 2000, p. 64). Essas considerações estruturam o eixo de sua metodologia de intervenção ao patrimônio edificado: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOLETTE-LE-DUC, 2000, p. 29).

Assim, Viollet-le-Duc postula o retorno a uma pretensa unidade de estilo que marca sua atuação em relação aos monumentos, fundamentando o conceito do denominado restauro “estilístico”. Para ele, a passagem do tempo e suas marcas não devem ser aceitas e a intervenção é necessária para restituir o edifício a um estado “original”, salvando-o de uma ruína iminente.

Esses conceitos permitem compreender as intervenções que Viollet-le-Duc realizou em conjuntos medievais arruinados. Há um notável acento nos aspectos criativos dos complementos da fortificação da cidade de Carcassonne – cujas obras tiveram início em 1852; e no Castelo de Pierrefonds – intervenção a partir de 1857. Nesses casos, o arquiteto procurou revelar o potencial informativo das ruínas existentes, não dissimulando elementos pertencentes a momentos diversos, mas, ao mesmo tempo, lançando-se a uma projeção em grande medida fantasiosa, reconstruindo as partes faltantes segundo o que deveria ter sido (CARBONARA, 1997).

As prerrogativas leducianas influenciaram a *práxis* da restauração em toda a Europa. No entanto, não foram isentas de críticas e alimentaram

4. Comissão criada em 1837. Ludovic Vitet (1802-1873) foi o primeiro a ocupar o cargo de inspetor geral dessa comissão, presidindo-a até 1848, período em que várias edificações foram estudadas no território francês, não só da Idade Média, mas também da Antiguidade Romana (VIOLETTE-LE-DUC, 2000). A partir de 1830 foram feitas viagens e foram gerados relatórios de grande repercussão, com estudos sobre edificações até então desconhecidas. As posteriores incursões de Prosper Mérimée (1803-1870), também foram relevantes.

discursos com uma postura mais conservativa com argumentos que se desenvolveram principalmente por parte de arqueólogos. No que concerne aos monumentos mais antigos, suas ruínas poderiam ser respeitadas enquanto documentos históricos. No cenário francês, o arqueólogo Adolphe Didron (1806-1867), diretor dos *Annales archéologiques*, enunciou um axioma em 1845 que ilustra essa preocupação:

De fato, nos monumentos antigos, é melhor consolidar que reparar, é melhor reparar que restaurar; é melhor restaurar que refazer; é melhor refazer que embelezar; em nenhum caso se deve acrescentar e em nada suprimir (DIDRON, 1845 apud CARBONARA, 1997, p. 107, tradução nossa).

No âmago dessas considerações conservativas está a valorização da arquitetura do passado em contraposição ao modo de vida contemporâneo que se interpunha de modo massivo às cidades em crescimento. É nessa conjuntura que na Inglaterra se desenvolve o ideário não intervencionista de John Ruskin. Em *The Seven Lamps of Architecture* (1849), no capítulo *The Lamp of Memory* (A lâmpada da memória), ao mencionar o aspecto pitoresco na arquitetura, Ruskin se refere às ruínas e sua capacidade de expressar a idade das edificações. Ao reiterar a importância da idade do edifício, Ruskin enfatiza a pátina como o elemento que materializa a passagem do tempo contrapondo à vanidade das obras humanas.

A conservação de uma ruína em seu *status quo* é apresentada por Ruskin como uma alternativa na medida em que a estabilização da preexistência prevalece em relação ao aspecto formal de um bem. A materialidade deveria ser tratada enquanto herança e legado às gerações futuras; aceitando, no entanto, que a despeito de todos os esforços, seu fim chegará,

coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma cidade sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-se com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória (RUSKIN, 2008, p. 82).

Ruskin estruturou suas recomendações sobre a necessidade de conservação constante dos edifícios como um preceito fundamental em contraponto à necessidade da restauração: “descurar os edifícios primeiro, e restaurá-los depois. Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los” (RUSKIN, 2008, p. 81-82). Essa defesa é um preceito fundamental para estruturar o conceito da mínima intervenção, apresentando que a manutenção deva ocorrer de forma pontual, respeitando a integridade da edificação em sua condição atual e impedindo, ou ao menos contendo, o iminente arruinamento.

Viollet-le-Duc e Ruskin sintetizam e polarizam abordagens antagônicas em relação ao tratamento das ruínas. Por um lado, a necessidade de reportar uma edificação ao momento presente através de intervenções que desconsideram a passagem do tempo e retomam a uma possível e selecionada imagem de passado. Por outro lado, a apreciação do monumento enquanto documento único e irreproduzível que contém a sobreposição de diversas fases, das quais a degradação também faz parte.

Essas manifestações alimentaram debates e revisões, confluindo para o desenvolvimento das asserções de Camillo Boito (1836-1914) na Lombardia em fins do século XIX. Pode-se considerar que suas proposições são essenciais para balizar o tratamento de monumentos arruinados na medida em que a tônica é o respeito pela materialidade da edificação em suas várias fases, incluindo sua respectiva vetustez e autenticidade, de modo a enfatizar o seu valor documental. Nesse sentido, são reveladoras as palavras do arqueólogo francês Prosper Mérimée (1803-1870), que foram recuperadas por Boito para articular sua teoria:

Convém deixar incompleto e imperfeito tudo aquilo que se encontra incompleto e imperfeito. Não é necessário permitir-se corrigir as irregularidades, nem alinhar os desvios, porque os desvios, as irregularidades, os defeitos de simetria são fatos históricos repletos de interesse, os quais frequentemente fornecem os critérios arqueológicos para confrontar uma época, uma escola, uma ideia simbólica. Nem acréscimos, nem supressões (MÉRIMÉE, s.d. apud BOITO, 2002, p. 59).

Para os tipos de restauro, Boito estabeleceu a seguinte classificação: arqueológico para monumentos da antiguidade, para os quais admite intervenções

de recomposição baseadas em dados seguros e mínimas integrações simplificadas e distinguíveis; pictórico para os edifícios medievais, para os quais prescreve intervenções que não cancelem os sinais da antiguidade; e o restauro arquitetônico para edifícios a partir do Renascimento, por considerar a prevalência da qualidade arquitetônica (KÜHL, 2002, p. 26).

Ao atrelar a tipologia dos monumentos, o dado temporal e as diretrizes de intervenção, pode-se considerar que a teoria de Boito incorre na problemática do lapso temporal para a apreciação da ruína, que já havia sido identificada nas asserções de Quincy. O segmento “arqueológico” não é autônomo ao problema da preservação patrimonial como um todo, o que nos remete a um questionamento que vai se potencializar no século XX, diante das destruições bélicas: um bem recentemente arruinado deve ser tratado do mesmo modo que uma ruína antiga?

Boito evidenciou ainda a bipolaridade do monumento enquanto obra de arte e documento histórico, prescrevendo a prevalência do antigo, assim sua teoria pode ser resumida na medida em que reitera o valor da conservação e o princípio da distinguibilidade:

1º É necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco; 2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições [...], demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2002, p. 60-61).

Essa intermediação entre a antiguidade e beleza levantada por Boito é um ponto crucial que configura um eixo de tratamento para os monumentos arruinados que fica entre uma postura embasada na manutenção de um *status quo* (postura mais conservativa) ou a restituição de uma condição originária – verdadeira ou presumida (restauro estilístico).

No início do século XX, ao desenvolver essa “teoria intermediária” (GIOVANNONI, 1936, p. 128), Gustavo Giovannoni ampliou essa ideologia do restauro filológico da qual Boito fora o principal mentor reiterando uma abordagem científica e documental dos monumentos. No verbete *Restauro dei Monumenti*, escrito para a *Enciclopedia Italiana* (1936), Giovannoni apresentou distinções entre os tipos de restauro com especificações pertinentes ao tratamento das ruínas: “consolidação”, quando novas técnicas contribuem para dar resistência às antigas construções; “recomposição (anastilose)”, quando os

elementos retornam à própria posição com acréscimos secundários; “liberação”, quando são retiradas massas amorfas para se retomar o aspecto artístico; “completamento” e “renovação”, quando acréscimos tendem a reintegrar a obra com elementos novos. Essas premissas configuraram a base para a formulação da Carta de Atenas (1931), na qual, para as ruínas, há uma estrita recomendação de anastilose e complementos com materiais reconhecíveis:

VI Técnica de Conservação: Quando se trata de ruínas uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares de elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis (CURY, 2004, p. 15).

Porém, a recomendação da anastilose é sujeita a interpretações sobre o grau de interferência nos conjuntos arruinados, não sendo uma prescrição com resultados homogêneos. Há que se considerar que essa Conferência ocorreu na Grécia em meio aos trabalhos que ocorriam na Acrópole. O arquiteto e arqueólogo Nikolaos Balanos (1860-1942) foi o responsável pelo processo de restauração do Partenon entre 1898 e 1933, uma grande campanha que foi subdividida em duas etapas (1898-1902 e 1923-1933), num período em que a Grécia procurava se firmar enquanto nação moderna. Esses trabalhos deflagraram discussões<sup>5</sup> sobre a coerência da opção de reerguer os vários elementos originais (colunas, tríglifos etc.) que haviam caído. Por outro lado, questionava-se sobre a preservação da autenticidade do monumento, pois, mesmo utilizando o material original, os planos de restauração incluíam a reconstrução de trechos inteiros do antigo templo arruinado.

Essas discussões prosseguiram em periódicos e convergiram para certa unanimidade em relação aos limites da intervenção, de modo a permitir a conservação do material antigo, consolidar as estruturas existentes considerando somente fatos seguros e não meras hipóteses. A despeito de todas as polêmicas internacionais e nacionais levantadas pelos contrários

5. No Primeiro Congresso Internacional de Arqueologia, que ocorreu em 1905 em Atenas, os trabalhos na Acrópole foram discutidos; artistas e escritores apresentaram uma carta de protesto às intenções da restauração: “O Partenon não precisa de nada nem de ninguém; ele pode e deve se manter como é, o que tem sido transformado pelo lento devir do tempo e pelas brutais injúrias do homem” (SAMBON; TOUDOUZE, 1905 apud JOKILEHTO, 2005, p. 396, tradução nossa).

aos trabalhos de restauração, os planos de Balanos foram concretizados. Os resultados dessas intervenções foram analisados e discutidos durante a Conferência de Atenas e fazem parte do escopo do documento final<sup>6</sup>. A Carta de Atenas acabou por aprovar o princípio da reconstrução aplicado por Balanos e reconheceu de modo positivo o uso das modernas técnicas como o uso de cimento concreto e grampos de ferro.

A partir desse documento inaugural no campo da preservação patrimonial houve o florescer de regulamentações e cartas patrimoniais. Na Itália, a ação governamental elaborou a *Carta del Restauro Italiana* de 1931, também com a ativa participação de Gustavo Giovannoni, que estabelece uma série de 11 princípios reiterando os conceitos do restauro filológico. No que tange às ruínas, destacam-se as seguintes prescrições: manutenção; anastilose e utilização de neutros para a integração das linhas gerais do monumento de modo que se assegurem condições de conservação; consideração do caráter documental de todas as fases de um edifício; cuidados com a ambientação e distinguibilidade dos materiais. Nas escavações arqueológicas, os trabalhos de liberação deveriam ser seguidos de uma ordenação metódica das ruínas de modo a dar proteção àquelas que possam ser conservadas *in situ* (GIOVANNONI, 1936, p. 129).

A década de 1930 consolidou, portanto, um processo de debates que vinha se estruturando desde o século XIX. A questão da ruína como uma condição que constitui uma nova realidade para o monumento não é vislumbrada como um problema *per se*, mas como uma caracterização prevalentemente associada aos conjuntos de monumentos antigos. No que tange às prescrições de intervenções, os pontos de convergência se relacionam à ideia de evitar a restauração em favor da conservação e da autenticidade da matéria entendendo o bem enquanto documento histórico, valorizando todas as suas estratificações e evidenciando a necessidade de distinguir a marca da atuação contemporânea.

6. Cf.: “Sob a orientação do professor Karo, os membros da conferência procederam a uma longa troca de opiniões, especialmente sobre os seguintes pontos: a. Recuperação da colunata do Partenon e recuperação do peristilo sul; b. emprego de cimento como revestimento dos tambores de substituição; c. escolha dos metais a serem empregados para os grampos; d. oportunidade do emprego de moldes como complemento da “anastilose”; e. proteção do friso contra as intempéries” (CURY, 2004, p.18).

### 3.1 O potencial da ruína na ambivalência estética e histórica

Muitos princípios do denominado restauro “científico” ou “filológico” encontraram limites diante das destruições maciças provocadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O caráter evocativo dos remanescentes de um evento de tal envergadura remete à perplexidade diante da tragédia e da destruição, um sentimento que pode ser sintetizado pelas seguintes asserções de Jean Starobinski:

Para que uma ruína pareça bela é preciso que a destruição seja bastante longínqua e que se tenha esquecido suas circunstâncias precisas; [...] Ninguém sonha tranquilamente diante de ruínas recentes que fazem sentir o massacre: estas são logo desentulhadas para reconstruir (STAROBINSKI, 1994, p. 202).

As ruínas derivadas de recentes incidentes destrutivos contêm um apelo diferente daquele provocado pelos restos dos antigos conjuntos medievais e romanos, para os quais as recomendações de consolidação e conservação da autenticidade dos materiais eram muito pertinentes. Mas, diante dos destroços provocados pela Segunda Guerra Mundial, o que prescrever?

O colapso do Campanário de San Marco e de parte da *Loggetta del Sansovino* em Veneza, que ocorreu em 14 de Julho de 1902, já tinha produzido uma situação traumática de grande repercussão, tornando-se um caso emblemático, cujas propostas engendraram inúmeras controvérsias. Optou-se por um processo reconstrutivo especificado por Luca Beltrami (1854-1933) com um acurado projeto de *repristino* – “*com'era e dov'era*” (como era, onde estava) (CARBONARA, 1997, p. 183). Após a demissão de Beltrami, os trabalhos foram prosseguidos por Gaetano Moretti (1860-1938), que sublinhou a necessidade de se valer de instrumentos técnicos tradicionais e modernos para uma reconstrução que assegurasse a existência de um novo Campanário – uma cópia do antigo com cerca de 2000 toneladas a menos –, cujas obras terminaram em janeiro de 1912. O Campanário de San Marco tornou-se um caso paradigmático do mote *com'era, dov'era* para a cultura internacional da preservação patrimonial. Os argumentos para a escolha operacional basearam-se na vontade popular que via na reconstrução do Campanário uma necessidade simbólica para o sentimento de coletividade de Veneza.

Devido ao poderio bélico e à intensidade do arruinamento gerado pela Segunda Guerra, os debates se acentuaram na Europa em busca de soluções. Guglielmo De Angelis d'Ossat (1907-1992) sistematizou problemas e soluções a partir do grau de destruição dos monumentos: 1, para os danos leves (avarias no teto, pequenas perfurações e fissuras): reparações e consolidações modestas; 2, para os danos de maior gravidade (queda do teto, demolições parciais, danos estruturais): o reprimário com formas distinguíveis; 3, no caso de uma destruição parcial ou total são três possíveis intervenções: a anastilose para construções feitas em pedra talhada, a reconstrução “como era e onde estava” e a inclusão de formas novas ao preexistente (CARBONARA, 1997).

Ambrogio Annoni (1882-1954), professor do Politécnico de Milão, adicionou, para além das já conhecidas distinções entre monumentos “vivos” e “mortos”, a categoria dos monumentos “periclitantes”<sup>7</sup> (ANNONI, s. d. *apud* CARBONARA, 1997, p. 251, tradução nossa). Para esses bens, ele rejeitava categoricamente a possibilidade de reconstrução integral pela indução ao falso e sugeria três tipos de intervenção: a conservação, a sistematização e a consolidação. Para Annoni, ainda que a arquitetura perdida tivesse um valor histórico, artístico e sentimental, a opção pela reconstrução deveria ser sumariamente recusada, pois poderia constituir uma falsificação:

O que parece ser de suprema importância, entretanto, é não recair em nenhuma fantasia sentimental que pode induzir restauradores a reconstruir aquilo que foi destruído para além da reparação, e isso somente seria a perpetuação de uma fraude. Em alguns casos é mais aconselhável limpar o terreno para a plantação de árvores ou áreas verdes como um memorial da beleza de outrora e dos males da guerra (ANNONI, 1946, p. 21, tradução nossa).

Na prática, porém, se acentuavam as dicotomias entre as pretensas reconstruções dos monumentos arruinados através de restaurações estilísticas e posturas de absoluta renúncia aos bens comprometidos, propondo edificações e trechos urbanos inteiramente novos; um cenário que desconsiderava em certa medida a instrumentalização oferecida até então pelas Cartas

7. Do italiano: *pericolanti*.

Patrimoniais (*Carta de Atenas e Carta del Restauro Italiana*) e justificado pela falta de resignação da opinião pública com a perda de seus monumentos.

Os debates travados durante as décadas de 1940 e 1960 convergiram para o denominado restauro crítico conservativo, entendido como uma ação cultural, independente do momento de criação da obra e atrelada a outros campos como história da arte, sociologia e urbanismo, que lançam as bases teóricas e práticas da concepção do restauro contemporâneo. O tema da ruína se insere aqui de modo premente na relação antigo-novo a partir dos critérios para recomposições e preenchimentos de lacunas que são revistos tendo em vista a composição estética e a imagem figurativa de edificações e complexos urbanos destruídos.

Um dos estudiosos de destaque nesse panorama investigativo é Roberto Pane, que se pronunciou contra a conservação acrítica e indiscriminada, fazendo objeções à repriminção de edifícios total ou parcialmente arruinados. Um dos aspectos mais expressivos apresentados por Pane é a importância que concede ao restauro como uma operação cujo objetivo é muito mais revelar do que conservar os valores e potencialidades de um bem em sua totalidade intrínseca, colocando a possibilidade de integração com a arquitetura nova e contemporânea (PANE, 1956; SETTE, 2004). As intervenções que visam completar, e em última instância, cancelar o fluxo do tempo da obra são consideradas por ele não só um atentado aos valores testemunhais ou estéticos do edifício enquanto elemento isolado, mas, sobretudo, aos seus valores ambientais.

As considerações de Pane encontram pontos de contato com o contemporâneo Renato Bonelli (1911-2004) que entende o restauro enquanto um ato crítico e criativo (BONELLI, 1959). Ele apresenta três opções para operar com as preexistências do pós-guerra e seus diferentes graus de destruição para a recomposição da unidade formal: uma intervenção mínima e essencial, quando a unidade não tiver sido comprometida ou quando não for plausível recompô-la, garantindo a conservação do estado que a obra atingiu; uma intervenção dialética, que tenha como objetivo a recomposição do conjunto de forma harmônica com o ambiente; uma intervenção por contraste, quando elementos contemporâneos evidenciam a autonomia da antiga preexistência.

Nesse processo de revisão e amadurecimento dos princípios da preservação no segundo pós-guerra, Cesare Brandi apresenta amplas e

sistemáticas considerações conceituais que são referenciais para o restauro crítico. Na já mencionada *Teoria da restauração*, ele identificou o ato do reconhecimento da obra de arte como o fator primordial para a operacionalização da atividade do restauro, um método que deve compreender o bem na totalidade de sua consistência material englobando as instâncias estética e histórica. É a partir da dúplici polaridade entre essas instâncias que a teoria brandiana se refere à problemática do tratamento da ruína.

A instância estética tem prevalência para a orientação das escolhas operacionais do restauro, pois, “se ela perder-se, não restará nada além de um resíduo”. (BRANDI, 2004, p. 32). Enquanto que a instância histórica não se refere somente ao momento da criação da obra, mas ao presente (que se desloca continuamente) em que se reconhecem os valores desse bem. No decorrer do tempo, a obra pode conter e ter conservado, portanto, traços desses tantos presentes históricos que também já se tornaram passado. Nesse sentido, o processo de arruinamento pode ser entendido como parte da história da obra.

No cerne da necessidade de compreender a condição de ruína para direcionar a intervenção, Brandi reforça a ambivalência das instâncias histórica e estética, salientando uma postura conservativa em que a única forma possível de restaurar a ruína é a sua conservação em seu ambiente, a partir da compreensão de seu estado desarticulado ou desestruturado da forma original:

O reconhecimento da qualificação de ruína se relaciona, então, com aquele primeiro grau de restauração que se pode individualizar na restauração preventiva, ou seja, mera conservação, salvaguarda do *status quo*, e representa um reconhecimento que de forma implícita exclui a possibilidade de outra intervenção direta a não ser a vigilância conservativa e a consolidação da matéria (BRANDI, 2004, p. 66).

Assim como Annoni e Pane, Brandi se posiciona contrário ao “refazimento”, que, segundo ele, funde o velho e o novo, interferindo na percepção do intervalo de tempo entre a criação original e a intervenção contemporânea, replasmando a obra. Ao mencionar o Campanário de São Marcos e a Ponte Santa Trindade em Florença (destruída em 1945 e reconstruída), Brandi se refere à gravidade de se optar pela cópia como um “falso histórico”, acrescentando de modo contundente:

“O adágio nostálgico ‘como era, onde estava’ é a negação do próprio princípio da restauração, é uma ofensa à história e um ultraje à Estética, colocando o tempo como reversível e a obra de arte como reproduzível à vontade.” (BRANDI, 2004, p. 89).

Assim, em meio ao esforço em esclarecer a restauração como uma ação metodológica que estrutura o denominado “restauro crítico”, Brandi atenta à potencialidade da valoração da ruína através da aceitação de seu *status quo* em contraponto ao problema da reconstrução.

A partir dessa concepção histórica-crítica que se desenvolve nos debates patrimoniais do pós-Segunda Guerra, a Carta de Veneza foi definida com o objetivo de delinear uma unidade metodológica para as intervenções nos bens culturais, inserindo a restauração no quadro social, econômico e cultural. Sobre a ruína, esse documento estabelece o ordenamento e a conservação dos remanescentes arquitetônicos de modo respeitoso reiterando a prescrição já apresentada na Carta de Atenas e na *Carta del Restauro Italiana*:

Escavações: Art. 15º: [...] Devem ser assegurados o ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz, sem jamais deturpar seu significado. Todo trabalho de reconstrução, [...], deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anástilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas (CURY, 2004, p. 95).

Considerando esse posicionamento que reafirma uma associação das ruínas às escavações arqueológicas, é relevante esclarecer que, como destaca Claudio Varagnoli, diferentemente da acepção de Boito, que estabeleceu categorias de intervenção pautadas pela antiguidade dos bens, no restauro crítico conservativo conceitualmente não é necessária uma distinção metodológica entre o restauro para bens “arquitetônicos” e o restauro para bens “arqueológicos”:

É difícil imaginar o restauro dos restos arqueológicos como um setor autônomo, dotado de um *status*, métodos e objetivos próprios. É talvez um sinal dos nossos tempos de excessiva especialização – e de interessada divisão de competências – a tentativa de fragmentar disciplinas multiformes e heterogêneas como o restauro em tantas subáreas, delineadas por embasamentos assinalados acriticamente [...] partindo algumas vezes da datação dos próprios edifícios [...] e às vezes se referindo à condição de degradação e aos métodos de pesquisa, como é o caso do restauro arqueológico. (VARAGNOLI, 2005, p. 53, tradução nossa)

Qualquer que seja a idade da edificação, a causa e tempo do arruinamento, há uma complexidade que envolve o tratamento de um conjunto em ruína que é acentuada por suas intrínsecas características de desarticulação. Porém, não basta que a materialidade seja mantida, é necessário verificar o método através do qual se opera esse tratamento.

Na medida em que se considera que a designação de ruína abrange uma condição de degradação de qualquer tipo de patrimônio, a conservação e a restauração são prescrições válidas; ações que se diferem quantitativamente, e não qualitativamente; modalidades vinculadas aos diferentes graus de ingerência sobre o monumento. A estrita caracterização dessas operações consta no texto da Carta de Veneza. A conservação engloba ações (como a manutenção) que precedem a restauração, cujo caráter excepcional é mais incisivo na obra.

Em contraposição à restauração, a manutenção antecede o estado de ruína. Um conjunto de cuidados periódicos que tem como objetivo impedir o arruinamento do patrimônio. Na teoria brandiana, a “restauração preventiva” (BRANDI, 2004, p. 101) é imperativa, pois objetiva impedir as intervenções de extrema urgência. Na conferência introdutória da Carta de Veneza, Roberto Pane (1971) apresenta a manutenção como o meio para evitar intervenções mais contundentes no monumento cuja periodicidade torna menos necessárias as obras de restauro. As definições expressas no documento final apresentam de forma clara que: “Art. 4º: A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.” (CURY, 2004, p. 92).

A série de intervenções entendidas no âmbito do campo disciplinar do restauro (gradativamente: manutenção, conservação e restauração)

fundamenta-se, portanto, numa profunda análise histórica e crítica do objeto e seu grau de degradação. Já, operações como o reprimário, o refazimento e a reconstrução, cujo principal objetivo é reconstituir uma imagem formal, não são consideradas no escopo do restauro (CARBONARA, 2009). Embora as fronteiras entre a restauração e a reconstrução possam parecer difusas, os objetivos são distintos e ensejam o entendimento explicitado por Cesare Brandi de que a matéria que compõe o objeto reconhecido como obra de arte é o meio físico para a transmissão de sua imagem; desse modo, a restauração ocorre somente nesse suporte material, visando o “restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33).

No âmbito dessa concepção histórica e crítica dos debates do pós-Segunda Guerra, desenvolve-se uma estrita caracterização e quantificação das intervenções em que a tônica não é apreciar os valores das ruínas de modo compassivo. A problemática do tratamento desses remanescentes se vincula à noção de perda arquitetônica e urbanística, vislumbrando com maior ênfase o potencial que os conjuntos arruinados oferecem. Assim, às prescrições mais conservativas, que preveem a anastilose e a consolidação, interpõe-se a possibilidade de aceitação das marcas da destruição e de integração do *status quo* arruinado para um novo projeto de restauro que vise preservar a matéria remanescente de modo criativo, sob a dúplici ambivalência das instâncias estética e histórica.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar que as ruínas constituem de fato um profícuo campo de experimentações, aplicações de métodos, práticas e digressões teóricas, contribuindo de modo decisivo para o incremento de relevantes interlocuções patrimoniais desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX. O principal desafio que se interpõe diante dos conjuntos arruinados é a aceitação ou não de seu *status quo* como parte da história do patrimônio.

Como apresentado, embora haja poucas definições de ruínas na historiografia da preservação patrimonial, há certo consenso detectado em autores como Quincy, Ruskin, Boito, Riegl, Giovannoni, Pane, Bonelli e Brandi sobre seu tratamento que inspira uma abordagem de caráter mais

conservativo. Porém, essa prescrição não é unívoca, pois, é suscetível a variações que decorrem da interpretação que se faz dos intrínsecos atributos de incompletude e desarticulação que caracterizam a ruína; potencializando, portanto, a inerente complexidade no trato com as preexistências e a aceitação de suas respectivas marcas. A ruína não precisa, pois, ser abordada como uma condição pronta e acabada; e pode ser entendida a partir das novas relações que se estabelecem num modo contínuo, renovando-se em cada momento presente. Assim, a estrutura do texto perdido da obra poderia ser restabelecida sem perder de vista a relatividade da interpretação da unidade potencial inicial.

O entendimento do restauro enquanto ato crítico e criativo que tem como base a profunda compreensão histórico-artística do monumento em sua singularidade, sem negar a eventual necessidade da reintegração de lacunas ou a remoção de acréscimos, coloca a ruína não somente como um elemento a ser conservado, mas como um elemento potencial que pode integrar novos projetos em uma solução criativa de preservação. Assim, ao tomar como referência a aceitação de ruína enquanto estado de degradação (independentemente da idade da edificação), pode-se constatar que, nas asserções teóricas aqui analisadas, o tratamento de um bem arquitetônico em estado ruinoso não se diferencia de qualquer outro bem cultural, sendo válidas as mesmas premissas: mínima intervenção, distinguibilidade, respeito à materialidade, reversibilidade e utilização de materiais e técnicas compatíveis, conjugados a partir de uma estrita análise de cada caso.

## REFERÊNCIAS

ANNONI, Ambrogio. *Scienza ed arte del restauro architettonico: idee ed esempi*. Milano: Framar, 1946.

BENEVOLO, Leonardo. Studio per la sistemazione dell'area archeologica centrale di Roma. In: CAPODIFERRO, Alessandra et al. (a cura di). *Forma: la città antica e il suo avvenire*. Roma: De Luca, 1985. p. 164-173.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2002.

BONELLI, Renato. *Architettura e restauro*. Venezia: Neri Pozza, 1959.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori, 1997.

\_\_\_\_\_. Alcune riflessioni, da parte italiana, sul restauro architettonico. *ICCROM Conservation Studies*, Roma, n.10, p.27-35, 2009.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

GAZZOLA, Piero; PANE, Roberto. Proposte per una carta internazionale del restauro. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DEL RESTAURO. 2., 1964, Venezia. *Il monumento per l'uomo*. Padova: Icomos; Marsilio, 1971. p. 14-19.

GIOVANNONI, Gustavo. Restauro dei Monumenti. In: GENTILE, Giovanni; TUMMINELLI, Calogero. ( a cura di) *Enciclopedia italiana di scienze: lettere ed arti*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana (Treccani), 1936. p. 127-130.

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. *A history of architectural conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2002, p. 9-28.

\_\_\_\_\_. Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique. Architecture. *Rotunda*, Campinas, n. 2, p. 100-117, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/rotunda>>. Acesso em: 30 maio 2016.

MARINO, Luigi. (a cura di). *Dizionario di restauro archeologico*. Firenze: Alinea, 2003.

PANE, Roberto. *Città antiche edilizia nuova*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1959.

\_\_\_\_\_. Conférence introductive. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DEL RESTAURO. 2., 1964, Venezia. *Il monumento per l'uomo*. Padova: Icomos; Marsilio, 1971. p. 1-13.

RIEGL, Alois. *Il culto moderno dei monumenti: il suo carattere e i suoi inizi*. 3. ed.. Bologna: Nuova Alfa, 1990.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê, 2008.

SERAFINI, Lucia. La progettazione per gli edifici allo stato di rudere tra realizzazioni e questioni teoriche. In: VARAGNOLI, Claudio (a cura di). *Conservare il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici*. Roma: Gangemi, 2005. p. 79-96.

SETTE, Maria Piera. Profilo storico. In: CARBONARA, Giovanni (a cura di). *Trattato di restauro architettonico*. Turim: Utet, 2004. p. 111-299. v. 1. 4 v.

STAROBINSKI, Jean. *A invenção da liberdade 1700-1789*. São Paulo: Unesp, 1994.

VARAGNOLI, Claudio. Ruder e restauro: sperimentazioni in Abruzzo. In: \_\_\_\_\_ (a cura di). *Conservare il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici*. Roma: Gangemi, 2005. p. 53-78.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2000.

Recebido em: 14/09/2017

Aprovado em: 15/12/2017

# A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO NOS BOLETINS DA COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS DA ARGENTINA

**MARÍA SABINA URIBARREN**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Arquiteta, doutora em História da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pós-doutoranda do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

E-mail: msuribarren@gmail.com.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p35-55>

## **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO NOS BOLETINS DA COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS DA ARGENTINA**

MARÍA SABINA URIBARREN

### **RESUMO**

A partir da análise de dois textos publicados na Argentina entre 1940 e 1942, assinados por agentes vinculados a projetos de institucionalização da preservação do patrimônio cultural do Brasil, refletimos sobre os círculos políticos e intelectuais nos quais se desenvolveu essa discussão. Reconhecemos, também, redes de contatos internacionais que foram utilizadas pelos autores com o intuito de divulgar e legitimar suas ações referentes ao patrimônio. Essas articulações servirão de base para questionar a ideia de que a experiência preservacionista do Brasil se deu isolada do contexto latino-americano, ao vê-la partícipe de redes de escala maior que a nacional com as quais compartilhou as mesmas inquietações. Simultaneamente, pretendemos discutir a pertinência de considerar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como o único agente envolvido na defesa do patrimônio cultural brasileiro ao compreender a preservação do patrimônio no Brasil, na época de constituição desse órgão, como um campo disciplinar em construção.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos. Contatos Internacionais. Argentina. Brasil.

# **BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE PRESERVATION IN THE REPORTS OF THE COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS, MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS FROM ARGENTINA**

MARÍA SABINA URIBARREN

## **ABSTRACT**

From the analysis of two texts published in Argentina between 1940 and 1942, signed by agents linked to institutionalization of cultural heritage preservation of Brazil, we want to understand the impact of the Brazilian preservationist experience in Argentina and the networking people used to disseminate and legitimize their actions. In this article, we question the idea that the preservation of Brazil's cultural heritage took place isolated from the Latin American context, because we have identified larger than national scale connections sharing the same concerns. We intend to discuss the pertinence of considering the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) as the only agent involved in the defense of the Brazilian cultural heritage by understanding the preservation, at the time of constitution of this organ, as a field under construction.

## **KEYWORDS**

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos. International Exchanges. Argentina. Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

A nossa reflexão baseia-se, principalmente, na análise dos textos “La protección del patrimonio histórico y artístico nacional” (DUARTE, 1940) e “El sistema de protección del Patrimonio de Arte y de Historia en el Brasil” (ANDRADE, 1942), escritos por Paulo Duarte e Rodrigo Melo Franco de Andrade, respectivamente.

O advogado Paulo Duarte, parceiro de Mário de Andrade em projetos como a criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, e Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), publicaram entre 1940 e 1942 dois artigos no Boletim da Comisión Nacional de Museos, *Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH)<sup>1</sup> da Argentina. A análise desses textos não só nos permite reconhecer redes de contatos entre o Brasil e aquele país – redes estas que serviram para divulgar as ações que existiam em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro – como também evidencia os diversos círculos políticos e intelectuais nos quais se desenvolveu essa ação e se promovia a preservação de um patrimônio que ia além dos consabidos bens arquitetônicos.

1. Órgão argentino dedicado à definição, proteção e preservação do patrimônio cultural em nível nacional que foi fundado em 1938, sendo seu primeiro presidente Ricardo Levene, Ver Uribarren (2008).

Em relação aos autores que tratam da história da preservação do patrimônio no Brasil, enquanto numerosos trabalhos acadêmicos se centram nas figuras do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, dos arquitetos e dos intelectuais que colaboraram com o SPHAN nas primeiras décadas de sua existência, menos frequentes são aqueles que se dedicam a examinar personalidades que, contemporaneamente, preocupavam-se com o patrimônio cultural do Brasil fora da alçada do serviço do patrimônio. Podemos destacar, entre esses últimos estudos, os realizados por Maria Lucia Bressan Pinheiro, análises que resgatam indivíduos como José Mariano Filho e até o próprio Paulo Duarte no seu papel de parceiro de Mário de Andrade em projetos culturais, papel que também é resgatado por Maria Cecília Londres Fonseca no seu livro *O patrimônio em processo* e na dissertação de mestrado de Silvana Rubino *As fachadas da memória*. Concernente a Paulo Duarte, destacamos a dissertação de Aureli Alves de Alcântara, *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a pré-história* (2007), pesquisa acadêmica que demonstra a preocupação desse advogado paulista por um patrimônio alargado que contemplava desde elementos da natureza, passando pela antropologia e a arqueologia, sem desdenhar os bens arquitetônicos. Não localizamos, todavia, estudos que aprofundem possíveis vínculos entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Paulo Duarte, apenas uma pequena menção nas memórias deste último (ALCÂNTARA, 2007, p. 54), a qual, no entanto, não contribui muito para a nossa reflexão.

Entre os estudos que tratam dos contatos culturais entre o Brasil e a América Latina – contexto no qual se coloca nossa reflexão sobre os textos – os de maior interesse para este trabalho são aqueles centrados na análise da “diplomacia cultural” fomentada entre os países, como a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não apenas cultural, mas também política, comercial e econômica. Foi nesse marco que se facilitou o contato do SPHAN com as outras experiências preservacionistas latino-americanas. Dentro do leque dessas produções, destacamos o livro *Lívio Abramo en Paraguay: entretejiendo culturas* (NEPOMUCENO, 2013) de Margarida Nepomuceno, trabalho que introduz muito brevemente a colaboração que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realizou com o governo de Stroessner para a preservação do patrimônio cultural paraguaio durante a década de 1960. Mais aprofundados no

questo das relações estabelecidas entre o Brasil e outros países americanos em prol da discussão e preservação do patrimônio cultural é a contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, *A preservação do patrimônio cultural pan-americano* (GUEDES, 2012), bem como o livro *Contatos e Intercâmbios Americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Arte (1947-1976)*<sup>2</sup>, da autora deste artigo. Enquanto Guedes introduz a articulação pan-americana em prol da defesa do patrimônio continental entre 1889 e 1954, o segundo texto analisa os vínculos estabelecidos pelo Iphan com países do continente americano entre as décadas de 1940 e 1960, centrando-se na ação do restaurador Edson Motta, chefe do setor que dá nome ao livro.

Voltando aos textos do diretor Rodrigo e de Paulo Duarte, procuraremos entendê-los como documentos dentro de um documento, não apenas interpretando o que seus autores poderiam ter querido transmitir, mas o significado de terem sido, esses trabalhos, publicados no boletim argentino na época.

## 2 O TEXTO DE PAULO DUARTE

Personagem que é apresentada algumas vezes como romântica, outras como quimérica<sup>3</sup>, o paulista Paulo Duarte ingressou em 1919 como revisor no jornal *O Estado de S. Paulo* e se formou advogado na década de 1920. Como consequência de sua participação na Revolução de 1932, partiu para um breve exílio, do qual voltou no momento em que Armando de Salles Oliveira assumia a intervenção de São Paulo. Foi a partir de sua filiação ao Partido Constitucionalista, formado por iniciativa desse interventor, que Duarte se integrou ao governo, sendo eleito deputado em 1934 e ocupando diversos cargos na gestão do então prefeito de São Paulo, Fábio Prado (Ibidem, p. 32-34).

Os vínculos concretizados no âmbito do jornal *O Estado de S. Paulo* permitiram que Duarte estabelecesse relações com membros da família Mesquita e que entrasse em contato com projetos políticos e culturais por ela promovidos. Em um desses espaços, no jornal do Partido Democrata, trabalhou com Mário de Andrade, com quem participou de encontros nos quais se discutiam, entre outras propostas, a de promover a criação do Departamento

2. URIBARREN, María Sabina. *Contatos e Intercâmbios Americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Arte (1947-1976)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

3. Ver Alcântara (2007) e Hayashy (2001).

Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo (DUARTE apud SOARES, 2007, p. 247). Duarte, em depoimento publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, em 1946, explicava como tinha participado na elaboração do anteprojeto para a criação do departamento (Ibidem, p. 247), órgão do qual, uma vez criado, Mário de Andrade seria nomeado seu primeiro diretor.

Dentro desse projeto, considerava-se a importância da preservação do patrimônio cultural. Viagens realizadas por Duarte junto com Mário de Andrade pelo interior do estado de São Paulo para identificar bens plausíveis de proteção promoveram a escrita, por parte do primeiro, de uma série de artigos que foram publicados no jornal dos Mesquitas. Esses textos permitiram a articulação de uma campanha em defesa do patrimônio cultural, a qual foi denominada “Contra o vandalismo e o extermínio” (ALCÂNTARA, 2007, p. 45). As mesmas inquietações levaram, em 1937, o então deputado Duarte a defender acaloradamente, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei que criava o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo. Cabe lembrar que, em 1936, Mário de Andrade havia redigido, a pedido do ministro Gustavo Capanema, o célebre anteprojeto para a criação do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, o qual não seria adotado.

Da discussão que se realizou na Assembleia paulista sobre aquele projeto de lei derivou a sua não aprovação (ALCÂNTARA, 2007; FONSECA, 2005), e essa decisão, juntamente com o fato de a Assembleia ter sido dissolvida com a instalação do Estado Novo, ocasionou uma série de gestões de Duarte em diferentes instâncias do governo, as quais fizeram que, a despeito de a lei estadual não ter sido aprovada, a nacional o fosse. Paulo Duarte explicava nas suas memórias: “**graças à minha intervenção** junto ao senador Alcântara Machado e à boa vontade deste, foi finalmente assinado pelo **ditador** [Getúlio Vargas] o Decreto-Lei n. 25 criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico” (DUARTE apud ALCÂNTARA, 2007, p. 55, grifo nosso).

O interesse de Paulo Duarte em se apresentar como pioneiro da preservação no Brasil, como mostram esse e outros depoimentos seus, não se limitou ao território do país. Exilado novamente, em consequência da instalação do Estado Novo, entre 1937 e 1945, Duarte explicava que

durante sua breve estadia na Argentina, antes de se mudar para a França<sup>4</sup>, preocupou-se em visitar museus que abrigavam coleções de arte indígena e de paleontologia, destacando entre eles o de Ciências Naturais da cidade de La Plata. No entanto, conheceu também outros âmbitos culturais nos quais recorrentemente se mencionava a ação da CNMMyLH, situação que o levou a visitar a sede da instituição no Cabildo da Cidade de Buenos Aires.

Segundo Mário Buschiazzo, arquiteto adstrito à comissão argentina, Duarte realizou várias visitas a essa comissão no ano de 1939 e, além disso, ainda segundo o que expressou o argentino na resenha que realizou a respeito do livro de Duarte, *Sobre vandalismo e extermínio*, entendemos que o paulista se apresentava como um dos pioneiros da preservação do patrimônio cultural no Brasil:

A lo largo de los muchos capítulos que componen la obra puede apreciarse el profundo conocimiento que tiene el autor sobre los problemas vinculados a la conservación de los monumentos históricos, culminando su trabajo con el proyecto de ley que presentara a la Asamblea Legislativa del Estado de San Pablo, en octubre de 1937. Por vicisitudes políticas que no son del caso analizar, dicho proyecto no llegó a sancionarse, pero según nos informó el propio autor, sirvió de base para la legislación federal aprobada poco después. (BUSCHIAZZO apud CNMMyLH, 1940, p. 410-411).

Sem ocupar um lugar no âmbito oficial de preservação do patrimônio brasileiro e diante do pedido de Ricardo Levene, presidente da CNMMyLH na época, que teria indagado de Duarte “impresiones sobre lo que había visto aquí en lo relativo a reliquias históricas”, este último escreveria em janeiro de 1940 o artigo “La protección del patrimonio histórico y artístico nacional”, trabalho que foi publicado no Boletim n. 2 da comissão argentina.

Duarte, embora mantivesse uma forte aliança com Mário de Andrade em prol da concretização da defesa patrimonial, não realizou nenhuma menção a esse escritor modernista na publicação argentina. Atribuía o pioneirismo da preservação em São Paulo simplesmente a “um grupo intelectual” (DUARTE, 1940, p. 26), sem colocar nomes próprios, embora comprovemos que expressou

4. Paulo Duarte ficou no exílio entre 1937 e 1945, tendo voltado definitivamente para o Brasil em 1947. Morou em Paris e em Nova Iorque, cidades nas quais requintou a sua formação cultural, participando em atividades no Musée de l’Homme e no Museum of Modern Art, respectivamente (MENDES, 1994).

oralmente, ante os membros da comissão argentina, pelo menos sua própria participação. Duarte, um excluído do sistema político brasileiro na época, descrevia, no artigo estudado, a ação preservacionista no Brasil “donde [el recurso del *tombamento*], en poco tiempo, ha dado admirables resultados mediante el Servicio de Protección del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional” (Ibidem, p. 30, grifo nosso). Chamam atenção as palavras de elogio à gestão do SPHAN que Duarte usou, sobretudo se pensarmos que a eficácia da instituição se devia, de certa forma, ao apoio que Gustavo Capanema obtivera de Getúlio Vargas, definido por Duarte como “ditador” e identificado como o causador de seu exílio. Isso e o tom quase sem conflito que usou para descrever a preservação no Brasil<sup>5</sup> nos permitem cogitar que o paulista, entusiasta ativo pela preservação do patrimônio e homem político por excelência, considerava a possibilidade de se reinserir na discussão e defesa do patrimônio cultural após sua volta ao Brasil. Este pensamento foi motivado pela leitura feita por Sérgio Miceli sobre as estratégias de cooptação varguista:

a gestão de Capanema erigiu uma espécie de território livre refratário às salvaguardas ideológicas do regime [...] Atuando em nome de seus interesses próprios e manejando os recursos políticos que o comando da máquina governamental lhe oferece, essa camada burocrática passa a acolher indivíduos que pouco antes se haviam afiliado a movimentos e a forças políticas concorrentes (MICELI, 2001, p. 218).

Duarte, entretanto, conspirou, ainda no exílio, para a derrubada do governo Vargas (MENDES, 1994) e apenas após seu regresso ao país passaria novamente a colaborar na área patrimonial brasileira. Responsável pela organização da malograda Missão Franco-Brasileira de 1947, destinada ao estudo dos sambaquis, Paulo Duarte proporia a criação de um Instituto de Pré-História em 1954; assim um Instituto de Pré-História e Etnologia seria oficializado em 1959, passando a fazer parte da Universidade de São Paulo em 1961<sup>6</sup>. A preocupação de Duarte com os estudos pré-históricos tinha-se originado em décadas

5. Duarte apenas fez um comentário negativo, por oposição à ação do estado brasileiro no quesito patrimonial: “Gracias, sin embargo, a un grupo intelectual, el toque de alarma contra el vandalismo y el exterminio dejóse oír, hace cosa de tres años, en el Brasil. Y aquí en la Argentina ha ocurrido lo mismo, pero con una colaboración oficial mucho más inteligente y concreta” (DUARTE, 1940, p. 28).

6. Para saber mais sobre a criação do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, consultar a dissertação de mestrado de Aureli Alcântara, capítulo 4 (2007).

anteriores, quando escrevera um primeiro artigo sobre os sambaquis, em 1929. Alcântara (2007, p. 91) entende como as ações preservacionistas incentivadas por Duarte no contexto da criação do Departamento de Cultura de São Paulo, com as suas atividades em prol da estruturação de museus, identificação de sítios arqueológicos e a própria “Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio”, contribuíram com o desenvolvimento da arqueologia no país.

O seu interesse por um patrimônio abrangente o acompanhou no exílio iniciado em 1937 e promoveu, no artigo publicado no boletim argentino, a comparação dos membros da CNMMYLH com Florentino Ameghino, pioneiro da paleontologia no país vizinho. Não podemos deixar de cogitar a desilusão que o advogado paulista deve ter tido ao encontrar na comissão uma preocupação bastante similar à que acabou se consolidando nas primeiras décadas de trabalho do SPHAN: a de preservar principalmente os monumentos destacados de arquitetura colonial; situação que fez que, no seu texto, reconhecesse a importância de considerar um patrimônio amplo, que incorporasse, por exemplo, a arqueologia e os bens culturais móveis (DUARTE, 1940, p. 28).

No artigo que estudamos, Duarte acabou reproduzindo o papel de paladino, um defensor da legislação patrimonial, que tinha cumprido no Brasil. Afastado dos círculos do poder político brasileiro, mas com a consciência de ter participado do processo de discussão da legislação sobre patrimônio, defendeu no boletim a necessidade da CNMMYLH promover a criação de uma lei para a preservação do patrimônio cultural da Argentina, expressando que, pelo menos, “seria de desear que figure el proyecto de ley [para la preservación del patrimônio] en la memoria correspondiente a 1939”<sup>77</sup> (1940, p. 330).

Finalmente, no texto redigido na Argentina, Paulo Duarte reproduzia o termo que se tornou sinônimo das ações realizadas na instituição federal brasileira responsável pelo patrimônio nacional:

Ese recurso es el **tombamento (inventario)**. Se trata del registro efectuado, por el Servicio de Protección, de todos los inmuebles u objetos que la comisión idónea y especializada considera de valor histórico o artístico nacional (DUARTE, 1940, p. 30).

7. O decreto presidencial de criação da Comissão, de 1938, autorizava um projeto de lei que foi preparado por Levene e enviado ao Congresso Nacional argentino, dando lugar, depois de discussão parlamentar, à lei 12.665 de setembro de 1940, e, em 7 de fevereiro de 1941, o vice-presidente da República Argentina, Ramón S. Castillo, assinava o decreto 84.005 que ajustava seu funcionamento.

Reputamos importante salientar como, novamente, o SPHAN aparece considerado em termos positivos e como se manteve na publicação argentina a palavra *tombamento* do português, embora o texto tenha sido vertido para o espanhol (não conseguimos identificar o autor da versão). O termo *tombamento* aparece acompanhado por outro em espanhol entre parêntesis: “*inventario*”, ou já na página 32 do texto identificado como “*ley de registro*”. Menções breves que transmitem a dúvida de que a tradução não pudesse representar toda a carga simbólica que assumia a ação de tomar no Brasil<sup>8</sup>.

### 3 O TEXTO DE RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

No Boletim n. 4 da CNMMYLH, publicado em 1942 e correspondente ao ano de 1941, Rodrigo Melo Franco de Andrade apresentou um trabalho que, se por um lado não fazia referências ao texto de Paulo Duarte, por outro parece completar algumas posições expressas naquele artigo. Nesse sentido, cabe atentar para o que Rodrigo Andrade frisa sobre a autoria do projeto apresentado a Capanema por Mário de Andrade e a justificativa do porquê da aprovação do Decreto Lei-25 em detrimento daquele projeto:

a principios de 1936, el ministro Gustavo Capanema, encomendó al señor Mário de Andrade, entonces director del departamento de cultura de la municipalidad de São Paulo, la elaboración de anteproyecto para organizar el servicio de protección que se hacia necesario. Aquel notable especialista entregose con empeño a la tarea y presentó al titular de la cartera de educación un trabajo que, bajo todos los aspectos, pareció, desde luego, fundamental para cualquier obra que hubiera de emprenderse en el país con un objetivo semejante.

El ministro Capanema, juzgando, no obstante, que sería **prematureo e imprudente** extraer del trabajo del señor Mário de Andrade un texto de ley, prefirió tomarlo como punto de partida para iniciar una obra técnico-administrativa, en que las medidas legislativas pudieran imponerse por si mismas a los poderes públicos, derivando naturalmente de

8. Reconhecido por diversos estudiosos da história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como prática de caráter simbólico essencial para a proteção do patrimônio no marco das atividades desenvolvidas pela instituição (FONSECA, 2005, p. 115).

las observaciones fundadas en la experiencia. El plan organizado por el Señor Mário de Andrade, debía servir de base para los trabajos iniciales.

Con este pensamiento, el ministro solicitó la autorización del señor presidente de la Republica para organizar el SPHAN. **‘El servicio debe organizarse sencillamente’** – escribía el ministro en su exposición al jefe de gobierno – con el personal estrictamente necesario y para realizar desde un principio los trabajos esenciales y preparatorios. Paulatinamente con la experiencia irá surgiendo el plan de organización definitivo, que será convertido en ley. Hacer desde ya la ley que ha de regir la materia, no sería proceso racional de realización en el servicio público’. En abril de 1936, concedida por el señor presidente la autorización necesaria, fue instalado el servicio, iniciándose los estudios para la elaboración del proyecto convertido más tarde en el decreto Ley n. 25 del 30 de noviembre de 1937 (ANDRADE, 1942, p. 96-97, grifo nosso).

A avaliação de que a adoção da proposta de Mário de Andrade poderia ter sido considerada “prematura” e “imprudente” e a “simplicidade” requerida para a instalação do SPHAN nos faz pensar se o uso de todas estas palavras era um ato de prudência do diretor Rodrigo: lembremos aqui que Capanema expunha ante Getúlio Vargas a necessidade de criar o SPHAN cuja responsabilidade intelectual podia ser atribuída de certa forma ao grupo de que fazia parte o desafeto Paulo Duarte, que já tinha publicado no boletim argentino.

O viés preponderantemente técnico-administrativo da preservação brasileira, que Rodrigo Mello Franco de Andrade salientava no texto, com certeza facilitou a separação do serviço de figuras como Duarte, que não tinha tais atribuições. Andrade confirmava, ao citar as palavras de Capanema, que o tombamento apenas poderia ser levado a cabo por pessoas duplamente qualificadas por sua formação e pelo lugar que ocupavam na administração do governo. O primeiro diretor do SPHAN, como autoridade de um grupo que cumpria essas condições e de um espaço de fala legitimado pela sua posição institucional, ampliava a tradução da palavra *tombamento*, reforçando o caráter simbólico não apenas da seleção e da declaração do bem, mas da inscrição nos livros do tomo como forma de perpetuá-lo:

El acto declaratorio del valor histórico o artístico de determinada cosa mueble o inmueble, acto de carácter técnico- administrativo que la somete al régimen que se ha mencionado en líneas generales es lo que se llama ‘tombamento’ (inscripción, registro, inventario), esto es la inscripción de la cosa con las indicaciones técnicas o jurídicas necesarias en uno de los libros de tomo (Registro) ordenados por el decreto ley-25 y confiados al Servicio del SPHAN (ANDRADE, 1942, p. 98, grifo nosso).

O diretor Rodrigo logo definia as atribuições do SPHAN também no campo da pesquisa e da produção literária, indicando o serviço como interlocutor oficial quando o assunto era o patrimônio cultural brasileiro:

Entre las atribuciones del Servicio del SPHAN, figura la de propagar el conocimiento de ese patrimonio y emprender estudios e investigaciones referentes al mismo. El servicio mantiene, pues, una revista de publicación anual en la que colaboran notables especialistas de arqueología, etnología, historia e historia del arte, en la cual se han publicado también estudios originales elaborados por los técnicos y funcionarios de la propia repartición. De esa Revista han sido publicados cuatro números correspondientes a los años 1937, 1938, 1939, 1940, estando próximo a salir el referente a 1941. Además de la revista, el servicio ha publicado igualmente diversas monografías sueltas, de gran valor (Ibidem, p. 105).

Esse comentário aparece, talvez, como um chamado de atenção para a CNMMyLH e outros possíveis leitores, já que Rodrigo Melo Franco de Andrade não apenas rebate a possível crítica da falta de amplitude do projeto de lei nacional (ao definir a participação na revista de especialistas de diversas disciplinas), mas, ao estabelecer quem eram os autorizados a produzir e difundir o conhecimento sobre o patrimônio cultural (seus colaboradores, seus funcionários, seus técnicos), definia, por oposição, aqueles que não poderiam fazê-lo. Como bem lembra Márcia Chuva em relação às publicações do serviço:

a partir da produção desse *locus* de ação, o SPHAN passava a balizar e polarizar os debates sobre essa temática, tornando obrigatória, ao se falar de preservação cultural no Brasil, a referência à produção da agência estatizada, ainda que para criticá-la ou questioná-la (CHUVA, 2009, p. 246).

Em relação à eficácia internacional do primeiro diretor do SPHAN em se autodefinir como a voz oficial da política patrimonial brasileira, é indispensável destacar as resenhas periódicas publicadas nos boletins da CNMMyLH sobre as revistas e livros editados pelo serviço, que colaboravam para legitimar a instituição do Brasil, suas narrativas e doutrinas. Como forma de demonstrar a contundência que se atribuía a essa autoridade, transcrevemos o comentário de Buschiazzo sobre artigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade relacionado ao Aleijadinho: “es realmente importante, por cuanto **aclara de una manera definitiva** cuales son las obras artísticas que ejecutó el famoso ‘meztizo’ [sic] de Villa Rica, la más grande figura del arte brasileño del siglo XVIII” (CNMMyLH, 1942, p. 415, grifo nosso).

#### 4 DOCUMENTOS DENTRO DE DOCUMENTOS, A PUBLICAÇÃO DOS TEXTOS BRASILEIROS NOS BOLETINS ARGENTINOS

Os boletins da CNMMyLH, de edição anual, foram os principais registros das atividades da instituição argentina. Eram formados por várias seções que contavam com contribuições de autoria variável: Memória Anual, Colaborações e Informações, Seção Monumentos e Lugares Históricos, Seção Museus, Seção Bibliografia e Atas da Comissão.

O primeiro presidente da CNMMyLH, Ricardo Levene (1938-1946), grande incentivador da publicação dos boletins, era também na época presidente da Academia Nacional de História Argentina e promovia importantes projetos intelectuais com o Brasil, guardando forte vínculo, entre outros brasileiros, com Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

##### Segundo Ana Paula Barcelos, Levene e Fleiuss

assumiram por várias décadas, principalmente entre 1920 e o final dos anos 1940, a liderança em projetos e empreendimentos [com o objetivo de integrar o Brasil e a Argentina culturalmente]. Como membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Junta de Historia y Numismática Americana<sup>9</sup> organizaram os Congressos de História da

9. A Junta de Historia y Numismática Americana foi fundada por Bartolomé Mitre em 1893 (URIBARREN, 2008, p. 19) e vários de seus membros viriam compor a futura CNMMyLH entre 1938 e 1946, a saber, Enrique Udaondo, Ramón J. Cárcano, Luis Mitre, Rómulo Zabala, Benjamín Villegas Basavilbaso, Emilio Ravignani e Ricardo Levene. Levene foi, também, presidente da Academia Nacional de la Historia.

América de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1937, em Buenos Aires, e participaram da Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia, em 1933, e da formação das Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português, em 1937 e 1938, dentre outras iniciativas de aproximação intelectual (BARCELOS, 2012, p. 214, grifo nosso).

Nos congressos, o tema da proteção do patrimônio cultural não ficou ausente. No Congresso de História de América, realizado em julho de 1937, por exemplo, designou-se uma comissão para definir questões relativas à conservação e proteção de monumentos e obras de caráter histórico-artístico, a qual aprovou os seguintes pontos:

1. Recomendar a los gobiernos de América [...] acerca de la cooperación internacional sobre conservación de monumentos históricos [...]
2. [...] someter al criterio y aprobación de los gobiernos de América los siguientes medios concretos para obtener la ejecución de dichos enunciados:
  - a) Que procedan a realizar el inventario de su Patrimonio Histórico Artístico, y continuarlo aquellos que lo han iniciado, con el propósito de ordenarlo y clasificarlo, asegurándose así su custodia y conservación;
  - b) Sugerir a los que aun no lo hayan hecho, la sanción de leyes protectoras de dicho patrimonio [...];
  - c) Proponer a la creación de Institutos o Laboratorios de Arte, o al fomento de los que ya existen, con un propósito docente de investigación y divulgación, vinculándolos entre si [...]
  - d) Estimular la creación de patronatos, juntas y sociedades de amigos de poblaciones, monumentos u obras histórico-artísticas como medio de educar al pueblo para que colabore en su defensa y conservación (CNMMYLH, 1941, p. 230-231).

A partir desses vínculos e inquietações, não é de estranhar que detectemos, logo no primeiro boletim argentino, uma evidência do conhecimento que a comissão argentina tinha da ação brasileira em relação à preservação. Levene recebeu, em 1938 por malote diplomático, um resumo do projeto de restauro que o SPHAN realizava em São Miguel das Missões, trabalho que

o presidente da comissão teria obtido mediante seus contatos do Ministério da Justiça e Instrução Pública da Argentina com a embaixada brasileira. Em relação a essa intervenção, o historiador argentino recomendava analisá-lo para quando seus colaboradores tivessem de realizar ações similares nas missões do lado argentino (CNMMYLH, 1939, p. 229).

Nesse primeiro boletim argentino, o arquiteto Buschiazzo publicava uma apreciação de trabalho da Comisión de Restauración de Monumentos Históricos de Lima, sobre as ações patrimoniais do Peru, na qual expressava

por curiosa coincidencia, se han creado casi simultáneamente estas entidades [órgãos dedicados à preservação do patrimônio] en el Perú, Colombia, Brasil y nuestro país, no ya como esfuerzos dispersos, sino como organismos montados con personal competente, y con miras a una labor constante y definitiva (Ibidem, p. 179).

Mais que coincidência, foi na década de 1930 que eclodiram os organismos federais de preservação americana, e foi a partir do segundo volume dos boletins que seriam cada vez mais frequentes as resenhas de Mário Buschiazzo sobre textos que tratavam do patrimônio latino-americano e brasileiro, entre os deste último país, por exemplo, o *Guia de Ouro Preto*, de Manuel Bandeira, *Relíquias da Bahia*, de Edgard de Cerqueira Falcão, *A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro*, de Afrânio Peixoto e os quatro primeiros números da revista do SPHAN.

Conquanto Duarte tenha sido convidado por Levene para escrever para o boletim da CNMMYLH, não localizamos, todavia, mais informação em relação a se teria existido alguma conexão específica que pudesse ter facilitado o contato dele com a referida comissão argentina. Já no caso da colaboração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sua participação na publicação adquire uma evidente dimensão política. No Boletim n.4 (CNMMYLH, 1942), foram publicados trabalhos de Melo Franco de Andrade; do vice-presidente da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso de Washington, Robert C. Smith; do diretor da Dirección de Monumentos Coloniales y de la República de México, Jorge Enciso; e do diretor do Instituto de Arqueologia Americana do Uruguai, Juan Giuria. Esta concentração de textos estrangeiros se deu pela intenção que existia,

por parte do primeiro presidente da CNMMyLH, de estabelecer um plano de cooperação americana para a defesa e conservação dos monumentos de história e de arte. Essa iniciativa foi comunicada ao diretor da União Pan-Americana, Leo S. Rowe, que teria apoiado a realização em território argentino do “Primer Congreso Americano de delegados de los Museos Históricos y de las comisiones nacionales de Monumentos Históricos una vez despejada la grave situación internacional que conmueve al mundo [a Segunda Guerra Mundial]” (Ibidem, p. 32).

Assim explicava Levene esse conjunto de textos assinados por especialistas: “iniciamos las publicaciones de colaboradores de América a quienes solicité su concurso, preparando la futura realización del Primer Congreso Americano a que ya me he referido” (Ibidem, p. 34). O encontro que Levene tentava promover entre culturas preservacionistas americanas – ao mesmo tempo em que permite identificar a intenção de construir um espaço de intercâmbio em nível continental e de propiciar a interação de outros possíveis mentores desses contatos como a União Pan-Americana – faz-nos refletir sobre como o reconhecimento e a valorização de outras experiências podiam legitimar a da própria comissão argentina, fazendo que as próprias práticas e escolhas (similares às dos outros casos descritos) parecessem mais fortes e acertadas, fortalecendo a ação desse país, que começara em 1938, anos depois da experiência mexicana e brasileira. Devemos considerar até que ponto parece direcionada a escolha dos casos, no exemplo do México quem escreveu para o boletim (Jorge Enciso) era apenas responsável pela preservação de uma parte do patrimônio cultural daquele país: o colonial e o da república (arquitetônico), não sendo considerado o pré-hispânico que estava sob a responsabilidade de outra área do Instituto Nacional de Arqueologia e História, período histórico que, como mencionamos, também não fez parte das prioridades principais da ação da Comissão Argentina. Nos boletins emitidos durante a gestão de Levene, todavia, não localizamos mais informações sobre esse projeto, o qual deve ter sido deixado de lado no contexto da Segunda Guerra Mundial vivido na época.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação dos textos brasileiros nos boletins argentinos nos faz entender como as diversas personalidades do Brasil envolvidas na preservação do patrimônio cultural, que não pertenciam aos mesmos grupos intelectuais e políticos, usaram círculos internacionais que lhes permitiram divulgar as suas ideias. A presença destas estratégias de difusão nos boletins argentinos, embora tratassem de posições não convergentes, possibilitaram uma divulgação eficaz da ação preservacionista brasileira fora do país.

Destacamos como este trabalho nos possibilitou perceber com mais clareza as dinâmicas alternativas envolvidas na história da preservação do patrimônio cultural durante os primeiros anos de funcionamento do SPHAN. O primeiro autor tratado – a partir da análise da divulgação da ação preservacionista do Brasil, feita por um personagem que não contava com o apoio da instituição oficial de preservação, o qual tinha suas próprias percepções sobre o patrimônio – foi quem pôde contribuir para fortalecer o interesse da Argentina em relação ao que acontecia em âmbito patrimonial no país vizinho. O ex-legislador paulista, com certeza, não era simpático ao Estado Novo, mas demonstrou na sua atuação em Buenos Aires, aqui analisada, um interesse genuíno em divulgar a preservação do patrimônio que ocorria no Brasil, salientando em primeira instância a importância da criação de instituições e de instrumentos para tal preservação.

O interesse de Duarte por um patrimônio alargado fica evidente quando citava no seu texto argentino a Henry Eygout “tan preciosos son los castillos, catedrales e iglesias, como los cuadros y las estatuas, las tapicerías, las miniaturas, armas antiguas, la platería, los esmaltes, etc.” (DUARTE, 1940, p. 26). Preocupação aquela de proteger um patrimônio mais abrangente, que também existiu na fala de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937, p. 9), embora, finalmente, a supremacia da preservação da arquitetura tenha ecoado a posição hegemônica dos arquitetos na instituição federal de preservação do patrimônio do Brasil.

O discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade no boletim argentino nos permite identificar redes de contatos, construídas de relações pessoais, autoridade e poder, que permitiram tanto a divulgação quanto a legitimação das ações institucionais.

Através de instrumentos diversos, como acordos bilaterais, atuação de adidos culturais e das Missões Culturais Brasileiras no estrangeiro, o Brasil propiciava uma cooperação cultural com seus vizinhos latino-americanos, à qual o Iphan soube vincular-se eficazmente<sup>10</sup>.

De fato, a parceria do Iphan com o Ministério das Relações Internacionais do Brasil foi notável desde o começo das atividades do diretor Rodrigo à frente do órgão de proteção do patrimônio. No começo da década de 1940, por exemplo, recorria à Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty para solicitar a colaboração no recolhimento de informações sobre os procedimentos realizados por outros países para a proteção do patrimônio cultural. A existência de cópias de leis, decretos e de recortes de artigos de jornais que explicavam diversas ações preservacionistas realizadas pela Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Venezuela e República Dominicana, que constam do Arquivo Noronha Santos eram, às vezes, acompanhadas por notas dos adidos culturais do Brasil e provam que esta atitude colaborativa foi eficaz. Esses vínculos facilitaram a circulação de informações sobre a preservação do patrimônio do continente, ao que se somava a rede de contatos pessoais de Rodrigo Melo Franco de Andrade, alguns de cujos familiares seguiram carreira diplomática<sup>11</sup>.

10. Diversos estudiosos das relações internacionais reconhecem como os vínculos culturais entre as nações constituem-se em ferramenta basilar de política externa (ver RIBEIRO apud NEPOMUCENO, 2013, p. 86). Nos vínculos entre os países, a diplomacia cultural é a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não apenas cultural, mas também política, comercial e econômica. Neste marco, o Brasil, desde a década de 1910, estabeleceu estes tipos de políticas diretamente articuladas à política exterior do país, além de usufruir de situações que em tal sentido foram estabelecidas, por exemplo, pelos Estados Unidos com os países da América Latina. Intercâmbios culturais, capacitação e estudos de profissionais de outros países no Brasil, fomento de pesquisas conjuntas, projetos de cooperação, entre outros assuntos, foram iniciativas que contaram com a diligência do Itamaraty e incentivaram a comunicação e o entendimento, facilitando acordos políticos e econômicos, às vezes por intermédio das denominadas Missões Culturais Brasileiras, consideradas por Nepomuceno como as mais antigas iniciativas de política externa de ação contínua propiciadas pelo governo brasileiro (2013, p. 84). Posteriormente denominadas Centros de Estudos Brasileiros, estas Missões promoveram programas culturais diversificados, que tiveram graus diferentes de penetração nas sociedades locais.

11. Complementando, Augusto da Silva Telles, explica que, ainda na década de 1970, “Rodrigo Melo Franco de Andrade tinha uma série de contatos de nomes de importância. Ele era uma pessoa relacionadíssima com uma série de áreas, inclusive com o Itamaraty, com o pessoal de diversos serviços. Tinha dois primos embaixadores” (TELLES apud THOMPSON, 2010, p. 109); vínculos que lhe facilitariam as articulações com a UNESCO e propiciariam colaborações desta organização com o Iphan.

As relações institucionais internacionais que o SPHAN logo soube criar foram se fortalecendo e acabariam vingando mais de 25 anos depois na Argentina, por exemplo, em um intercâmbio concreto destinado a preservar um importante exemplar do patrimônio cultural do país, a Igreja da Companhia de Jesus de Córdoba.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Aureli Alves. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-história*. 2007. 330 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Programa. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, n. 1, 1937.

\_\_\_\_\_. *El sistema de protección del Patrimonio de Arte y de Historia en el Brasil*. BOLETIN DE LA CNMMyLH, Buenos Aires, n. 4, p. 95-106, 1942.

BARCELOS, Ana Paula. Max Fleiuss e Ricardo Levene: diálogos sobre Ibero-americanismo e a escrita da história no Brasil e na Argentina. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 454, p. 209-236, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/AehSdK>>. Acesso em: 3 set. 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. As linhas editoriais do SPHAN: a idéia de patrimônio no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. cap. 5.

CNMMyLH. *Boletín de la CNMMyLH*. Buenos Aires, n. 1, 1939.

\_\_\_\_\_. *Boletín de la CNMMyLH*. Buenos Aires, n. 2, 1940.

\_\_\_\_\_. *Boletín de la CNMMyLH*. Buenos Aires, n. 3, 1941.

\_\_\_\_\_. *Boletín de la CNMMyLH*. Buenos Aires, n. 4, 1942.

DUARTE, Paulo. La protección del patrimonio histórico y artístico nacional. *Boletín de la CNMMyLH*, Buenos Aires, n. 2, p. 25-33, 1940.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural Pan-Americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: Iphan, 2012.

HAYASHY, Marli Guimarães. *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. 2001. 200 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/dgbo5E>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): os intelectuais e o Estado. In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. cap. 3.

NEPOMUCENO, Margarida Cintra. *Lívio Abramo em Paraguay: entretejiendo culturas*. Assunção: Embajada de Brasil, 2013.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

URIBARREN, María Sabina. *A atuação da “Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos” da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico na Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Recebido em: 29/09/2017

Aprovado em: 08/12/2017

# CARTOGRAFIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI:

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA RETOMADA DA  
TERRITORIALIDADE

**MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES**, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, PORTUGAL.

Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Diretora-executiva do Instituto Olho D'Água. Coordenadora de acervos e sustentabilidade do Grupo Documento. Pesquisadora do Instituto Terra e Memória. E-mail: marianhelen@gmail.com.

**JORLAN DA SILVA OLIVEIRA**, INSTITUTO OLHO D'ÁGUA, CORONEL JOSÉ DIAS, PIAUÍ, BRASIL.

Licenciado em História. Diretor-presidente do Instituto Olho D'Água. Coordenador de acervos e sustentabilidade do Grupo Documento. E-mail: jorlanso@yahoo.com.br.

**MARÍLIA DA SILVA GOMES**, INSTITUTO OLHO D'ÁGUA, CORONEL JOSÉ DIAS, PIAUÍ, BRASIL.

Licenciada em Letras, especialista em psicopedagogia e secretária-executiva do Instituto Olho D'Água. Professora da Rede Municipal de Educação de Coronel José Dias – PI. E-mail: mariliacel@hotmail.com

**JULIANA MERCURI**, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Bacharel em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Colaboradora do Instituto Olho D'Água. Consultora externa do Grupo Documento. E-mail: julianamercuri@gmail.com.

**PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA**, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Mestre em International Public Policy pela University College London. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Colaborador do Instituto Olho D'Água. Consultor do Grupo Documento. E-mail: pedrodinizcoelho@gmail.com

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p56-77>

Rev. CPC, São Paulo, n.24, p.56-77, ago./dez. 2017.

## **CARTOGRAFIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (PI): MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA RETOMADA DA TERRITORIALIDADE**

MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, JORLAN DA SILVA OLIVEIRA, MARÍLIA DA SILVA GOMES, JULIANA MERCURI, PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA

### **RESUMO**

Neste artigo o foco recai sobre a apresentação de uma experiência de mapeamento participativo que tem oferecido elementos para uma cartografia social de parte do território da Serra da Capivara no Piauí. Esse mapeamento visa a promover uma reinterpretação da territorialidade local dos lugares de vivência cotidiana da comunidade que habita a zona de tal Parque Nacional. Este estudo se apoiará nas narrativas dos moradores e memórias da comunidade sobre a história desses lugares. Para tanto, teceu-se uma abordagem conceitual sobre mapeamento participativo e cartografia social desde os primeiros estudos realizados com comunidades. Em seguida apresentou-se as considerações preliminares do andamento do estudo de caso que teve como metodologia expedições ao território tradicional com membros da comunidade para registrar sua cultura material e simbólica.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Cartografia afetiva. Território. Comunidades. Memória.

## **SOCIAL CARTOGRAPHY IN SERRA DA CAPIVARA NATIONAL PARK (PIAUÍ, BRAZIL): PARTICIPATORY MAPPING FOR TERRITORIALITY RETRIEVAL**

MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES, JORLAN DA SILVA OLIVEIRA, MARÍLIA DA SILVA GOMES, JULIANA MERCURI, PEDRO DINIZ COELHO DE SOUZA

### **ABSTRACT**

This article aimed to present a participative mapping experience that provides elements for the development of social cartography in parts of Serra da Capivara, Piauí, Brazil. This social mapping's purpose is to raise reinterpretations about the territory that surrounds places of daily living in Serra da Capivara National Park. In this study we evoke community's narratives and memories about the history of these places. To achieve this objective, we used a conceptual approach on participatory mapping and social cartography since the first studies conducted with this community. Thereafter we introduced preliminary considerations about the case study's progress, which adopted as methodology traditional territory expeditions with community members to record their material and symbolic cultural elements.

### **KEYWORDS**

Affective cartography. Territory. Communities. Memory.

## 1 INTRODUÇÃO

O advento da criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) em 1979, no estado do Piauí – entorno dos municípios de Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, João Costa e Brejo do Piauí –, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, causou abrupta transformação na relação dos habitantes com o território. O modelo de ordenamento territorial representado pela instalação do parque foi importante para a proteção do patrimônio arqueológico na região, que abriga o maior número de sítios arqueológicos das Américas e é chave para a discussão da origem da chegada do *Homo sapiens* no continente.

Esse ordenamento indubitavelmente impôs novo paradigma à população de toda a região e resultou em remoções habitacionais, realocações e na transformação forçada de uma relação com o território existente há gerações. Essa imposição, decorrente da implementação de um modelo de unidade de conservação essencialmente preservacionista (prevista na Lei de Criação de Unidade de Conservação no Brasil), limitou a vivência continuada das comunidades que atribuíam seus próprios significados e valores simbólicos ao território da Serra da Capivara. Os abrigos rochosos com pinturas e gravuras rupestres eram igualmente cenário de guarida e de descanso, alguns, inclusive, eram considerados locais sagrados e de rituais religiosos pela população local até poucas décadas atrás.

Durante quase 40 anos de criação do parque, as pesquisas tiveram foco em estudos sobre o homem e o meio ambiente em contextos pré-históricos, ocupando expressiva relevância acadêmica no que se refere aos avanços das pesquisas arqueológicas no Brasil e na América. Nesse ínterim, poucos estudos foram voltados à memória e história dos povos tradicionais da região, deve-se destacar a dissertação de mestrado da historiadora Ana Stela de Negreiros Oliveira que retratou a vida de maniçobeiros no sudeste do Piauí de 1900 a 1960 (OLIVEIRA, 2001) e sua tese de doutorado *Povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência* (OLIVEIRA, 2007).

Todavia, entende-se que uma lacuna se abriu em termos de pesquisas contínuas no contexto sobre a (re)valorização da memória e do território tradicional das populações locais em sinergia com estudos arqueológicos.

Em 2007, a primeira autora deste artigo iniciou pesquisas com foco na memória e patrimônio cultural das comunidades tradicionais atuais – na especialização *lato sensu* em patrimônio cultural, na dissertação de mestrado em arqueologia e, recentemente, no doutorado em arqueologia.

Entre os resultados e recomendações das pesquisas de Rodrigues (2009; 2011), a comunidade fortaleceu a vontade de tratar das questões relacionadas à memória do território, à preservação e ao registro da tradição local, suscitando a preocupação de não deixar que tais anseios transcendessem um trabalho acadêmico. Diante desse cenário, nasceu em 2013, em cooperação com o Grupo Documento Cultural, na figura da pesquisadora Dr<sup>a</sup> Erika Marion Robrahn-Gonzalez, a Associação Instituto Olho D'Água (IODA), com sede no município de Coronel José Dias – PI, orientada por um projeto científico lastreado pelo arcabouço conceitual da arqueologia colaborativa e do meio ambiente cultural (RODRIGUES, 2016).

O principal objetivo do IODA é promover, realizar e divulgar estudos relacionados às comunidades tradicionais do território do Parque Nacional Serra da Capivara e fomentar o fortalecimento e a perpetuação da cultura em todas as suas manifestações regionais, tais como conhecimentos tradicionais e modos de uso dos recursos naturais e redes, em sinergia com os estudos arqueológicos vigentes (RODRIGUES, 2014; 2016). Desde sua criação, o IODA tem desenvolvido uma série de projetos aplicados ao registro da memória do território, à defesa do Meio Ambiente Cultural,

dos acervos culturais (material e imaterial), da condição cidadã dos povos e das comunidades tradicionais que vivem na região.

Portanto, neste artigo o foco recairá sobre a apresentação preliminar do mapeamento participativo de lugares apontados pela comunidade de Coronel José Dias. Essa atividade de mapeamento resulta em uma reinterpretção da territorialidade local baseada nas referências dos lugares em que a comunidade habitou e/ou conviveu no período que antecedeu a criação da Unidade de Conservação. Dessa forma, a territorialidade, como é interpretada pela comunidade, também estará representada em uma base cartográfica e pode, ainda, contribuir à gestão territorial e patrimonial da Serra da Capivara. Impreterivelmente nos debruçamos sobre a discussão do mapeamento participativo e cartografia social em uma abordagem conceitual e prática.

### 1.1 Cartografias sociais: surgimento e desdobramentos

As chamadas cartografias sociais têm sido utilizadas desde 1990 para representar problemáticas políticas, sociais e culturais dos territórios, aportando diagnósticos e planos de manejo dos territórios, perspectiva e conhecimento das comunidades locais (MONTEIRO, 2010). Como observado, a prática cartográfica traz desafios metodológicos e epistemológicos para a Cartografia como campo de conhecimento. As práticas de cartografia social consideram a participação como componente da metodologia e oportunizam representações dos lugares que destacam a perspectiva das comunidades locais em seus aspectos culturais. Herlihy e Knapp (2003, apud ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14) definem o mapeamento participativo como “aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”.

Historicamente, cartografias sociais foram e são promovidas por agências de desenvolvimento, organizações governamentais ou não governamentais (ONG), organismos de cooperação internacional, fundações privadas, universidades e movimentos sociais, como estratégia de mobilização e também como insumo para a gestão territorial. O uso de tecnologias como o SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e o GPS (*Global Positioning Systems*) proporcionou novas aplicações e possibilidades de representação espacial, fortalecendo as cartografias sociais como

instrumento de gestão e planejamento para administradores públicos e comunidades (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14).

A cartografia social foi incorporada por disciplinas como Planejamento Urbano, Direito, Geografia, Biblioteconomia, Serviço Social, Ecologia da Paisagem, Antropologia, Economia Agrícola, Gestão dos Recursos Naturais e Biologia da Conservação. Cada uma dessas disciplinas aportou contribuições às metodologias já existentes de acordo com seu objeto de análise.

Inicialmente a metodologia participativa foi chamada de “observação participativa” ou de “metodologia de pesquisa colaborativa”. Segundo Chapin, Zachary e Threlkeld (2005) há várias terminologias usadas para fazer referência às metodologias de cartografia social que associam SIG e mapeamento participativo. As utilizadas no Canadá e Alasca são geralmente chamadas de “estudo de uso tradicional da terra”, “estudos de uso da terra e do conhecimento tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra”, “estudos de uso tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra de aborígenes”, “mapeamento da subsistência” e “mapeamento de uso dos recursos”. Já as terminologias usadas para referir-se a essas práticas cartográficas nos chamados “países em desenvolvimento” são: “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etn-cartografia”, “autodemarkação” e “delimitação de domínio ancestral”. As terminologias para as práticas de cartografia social nos Estados Unidos são: “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etn-cartografia”, “autodemarkação” e “delimitação de domínio ancestral” (CHAPIN; ZACHARY; THRELKELD, 2005).

Uma das críticas à cartografia social é o fato de que a participação das comunidades estaria, na maioria das vezes, associada às etapas de mapeamento e de interpretação do território, porém apartada da confecção do mapa em si. Nesse sentido acompanhamos o esforço de algumas organizações que têm capacitado as comunidades para o uso de ferramentas digitais que produzem mapas, visando a proporcionar-lhe maior autonomia. Esse tipo de ação confere às atividades de mapeamento participativo a característica de serem também atividades de ampliação do acesso a ferramentas computacionais e também de democratização das tecnologias de informação.

As primeiras experiências de mapeamento participativo associado ao uso de um Sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG) começaram há mais de 30 anos, no Canadá, com o estudo *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós), que entrevistou centenas de inuítes no início dos anos 1970, o que resultou em mais de 200 mapas de atividades sazonais de subsistência. A partir dessa experiência, foram desenvolvidas várias metodologias consideradas “altamente participativas” que utilizam desde mapas de esboço até ferramentas tecnológicas como o GPS. Nos anos 2000 formaram-se redes, grupos e comunidades que integraram o SIG às metodologias participativas de mapeamento e consolidaram o que Acselrad e Coli (2008, p. 17) chamam de “subcampo” da cartografia participativa.

Os resultados da aplicação de metodologias participativas associadas aos SIG para a produção cartográfica trouxeram à tona o debate sobre a motivação dos governos e organizações na realização desses mapeamentos, uma vez que desenvolvimento e uso poderiam ser tanto estratégia de gestão democrática como também uma forma de controle sobre as comunidades. Também se discutiu a efetividade desses mapas para o fortalecimento da autonomia das comunidades e salvaguarda da biodiversidade cultural. Em consequência desses questionamentos, criaram-se disputas em torno da legitimidade das narrativas e do uso desses mapas, o que contribuiu para que uma das características desse subcampo seja a problematização da cartografia convencional e destaque da narrativa comunitária para descrição de suas reivindicações no território (ACSELRAD; COLI, 2008).

No Brasil, a cartografia social começou em 1990 e foi bastante expressiva entre 2005 e 2007. Segundo Acselrad e Coli (2008), as principais experiências de cartografia social foram as de mapeamento que precederam e embasaram a instituição formal de reservas extrativistas; produções cartográficas no contexto da chamada “Guerra dos Mapas” que pretendeu dar visibilidade às populações afetadas pelo projeto Grande Carajás; e o Projeto Mamirauá que envolveu as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para fins de manejo e preservação da biodiversidade. Atualmente, as atividades de mapeamento mantêm o perfil de serem práticas associadas ao reconhecimento de territórios e territorialidades identitários e ainda são fortes elementos para o debate de desenvolvimento

local, planos de manejo em unidades de conservação e para promover o etnozoneamento, principalmente em terras indígenas.

Ao serem aplicadas no contexto de comunidades tradicionais e indígenas no Brasil, as experiências de mapeamento complementam o quadro internacional de terminologias: “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etnoambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, cada uma aporta estratégias metodológicas diferentes de acordo com o território (CORREIA, 2007, p. 17).

## 2 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: A DIMENSÃO RELACIONAL ENTRE A COMUNIDADE E O TERRITÓRIO

A participação da comunidade no levantamento e identificação do patrimônio material e imaterial através do reconhecimento do território foi premissa inicial para pesquisar o patrimônio cultural da comunidade do município de Coronel José Dias.

Reconhecimento e interpretação do território pela comunidade oportunizam a emergência de outra narrativa, outros conhecimentos sobre a área que, por muitas vezes, foram esquecidos, omitidos e silenciados pelo discurso científico tradicional acadêmico e/ou pelo funcionalismo administrativo estatal. As narrativas comunitárias sobre o território, a paisagem e as pinturas rupestres se sobrepõem e diversificam as interpretações e representações do território diversas vezes analisado e representado pelo discurso científico moderno. As narrativas coletadas apresentam a dimensão simbólica do território e estão relacionadas aos modos de vida, à interpretação da paisagem e à identidade local, que são elementos valiosos para o levantamento do patrimônio cultural imaterial das comunidades.

Nesse sentido o IODA organiza expedições pelo território orientadas pelo conhecimento e experiência comunitária, consistindo em uma atividade de aproximação do território fundamental para o mapeamento participativo. Essas expedições identificaram histórias e lugares significativos que foram georreferenciados para a composição de um mapa que associa posição geográfica a conhecimento comunitário. Essa prática oportuniza a

emergência de narrativas desses lugares e possibilita a construção de uma cartografia inédita na região que potencialize a produção de uma cartografia social que subsidie políticas públicas na região.

Por que o mapeamento participativo faz emergir outras narrativas? Para entender esse processo vamos nos aprofundar no conceito de território, mapeamento participativo e nos aportes da ciência da cognição.

A noção de território é amplamente utilizada por diversas áreas do conhecimento, em especial na Geografia. A definição desse conceito dependerá da perspectiva teórica com a qual o pesquisador desenvolve suas atividades. Resumidamente, pode-se dizer que, se partirmos da perspectiva teórica ligada ao materialismo histórico encontraremos definições de território como uma “porção de natureza” que uma sociedade reivindica como lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência. (GODELIER, 1990, p. 107) Uma abordagem teórica idealista define território como a apropriação simbólica de um lugar por uma sociedade.

Para Godelier (1990, p. 107),

O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria, quanto a dos recursos dos quais dependem.

A dimensão simbólica interessa ao pesquisador do patrimônio cultural porque evidencia seu aspecto relacional e simbólico, intangível, principalmente para aqueles que não possuem relação ontológica com o território, não apenas em sua dimensão material, mas também seu valor ético, espiritual, simbólico e afetivo destacando, assim, a dimensão cultural do território que precede sua dimensão política e econômica. (BONNEMAISON; CABRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2007, p. 50).

Há diversos autores que criticam a “visão utilitarista” do território ligada ao materialismo histórico e destacam suas consequências para investigação, descrição e representação. Para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 apud HAESBAERT, 2007, p. 50), por exemplo:

A lógica territorial cartesiana moderna, que não admite sobreposições e dá pouca ênfase aos fluxos e ao movimento é suplantada hoje pela lógica culturalista, ou se preferirmos, pós-moderna, que a geometria não permite medir e a cartografia, menos ainda, representar. [...] Nesta perspectiva o pertencimento ao território implica na representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da ideologia geográfica.

Considerando a relevância da dimensão simbólica do território como fundamental para a investigação do patrimônio cultural, o mapeamento participativo com a comunidade é uma eficaz estratégia para identificar histórias e lugares significativos para a comunidade de Coronel José Dias.

Para entender a atividade de mapeamento participativo e seu potencial para compor uma cartografia social, nos deteremos no detalhamento desse processo, destacando, principalmente, seu potencial para a emergência de outros conhecimentos e na diversificação das narrativas sobre o território.

Segundo Crawahall (2008 apud MONTEIRO, 2010), existem autores que definem mapeamento participativo como uma teoria e uma técnica. É capaz de apresentar conhecimentos e articular diferentes vozes e sistemas culturais que promovem o diálogo intercultural. Esse diálogo é de grande valor para o desenvolvimento da região e vem sendo objeto de investigação científica que não inclui a experiência da comunidade como parte da pesquisa.

O forte potencial para fomentar o diálogo intercultural deve-se à sensibilidade desse processo a outras leituras e outros significados de um território. A sensibilidade para captar diferentes sistemas simbólicos e narrativas depende da intenção daqueles que se propõem a realizar esse processo, sua vontade de contribuir para equilibrar as desigualdades discursivas e abrir espaço para outras narrativas, principalmente àquelas que são ignoradas ou simploriamente traduzidas para a linguagem científica tradicional (CRAWAHALL, 2008 apud MONTEIRO, 2010).

Nesse sentido, a construção de cartografias sociais vem sendo utilizada por comunidades e pesquisadores que almejam apresentar interpretações do território através de uma leitura da realidade significada por símbolos

culturais. O potencial transformador desse tipo de experiência envolve as perspectivas de sujeitos e grupos que desejam legitimar sua territorialidade como condição para sua existência (ACSELRAD, 2008). No caso da comunidade de Coronel José Dias, a legitimação da territorialidade é desejada desde que a comunidade foi removida da área que hoje é território do Parque Nacional. Dessa área prevaleceu o reconhecimento do território e a representação cartográfica orientados pelo discurso científico.

As ciências da cognição investigam a percepção, reconhecimento e interpretação do mundo e do espaço, e oferecem aportes para que se compreenda mais profundamente o potencial dessa atividade, principalmente no que se refere à análise da dimensão simbólica e cultural do território e à possibilidade de emergência de outras narrativas. (MONTEIRO, 2010).

Uma das perspectivas teóricas desse campo do conhecimento relaciona cognição, ato de conhecer o mundo, à experiência de vida do sujeito cognoscente. Essa mesma perspectiva define conhecimento cartográfico como as ações de analisar, interpretar e comunicar o espaço por meio de uma representação.

Dessa forma, as atividades de mapeamento participativo são orientadas pelo contexto ambiental e pela interpretação do meio por grupos humanos de acordo com a experiência. Estudos sobre mapas cognitivos permitiram o entendimento do mapeamento como “campo de relações estabelecidas através da imersão do ator-perceptor num dado contexto ambiental.” (INGOLD, 2005, p. 78). No caso do mapeamento participativo, o ator-perceptor não é um pesquisador externo carregado de nomenclaturas científicas, mas sim a própria comunidade, o que permite, como veremos, outro tipo de aproximação, e por consequência, outra representação do território.

Uma das questões que as atividades de mapeamento participativo evidenciam é que, quando se apresenta uma cartografia tradicional, um mapa pronto, as atividades cognitivas, ou seja, o entendimento e a interpretação de um território por parte de quem o produz não estão explícitas. A ausência de critérios de seleção de informação e do objetivo daquele que realiza uma representação cartográfica pode dar margem a uma interpretação de mapas produzidos a partir da concepção cartográfica convencional, fazendo-os parecer “dispositivos de informação neutros, produzidos por algum sujeito epistêmico universal, cuja função se limita a espelhar em planos

euclidianamente desenhados, a realidade de um mundo pré-determinado” (MONTEIRO, 2010). Essa pretensa “neutralidade” da informação contida em um mapa decorre do fato de que o referencial simbólico e cultural no qual se baseia a produção cartográfica convencional e o objetivo para o qual o mapa foi produzido não estejam explícitos, gerando uma representação universalizante de determinado território.

Ao não relacionar o ato de conhecer o mundo com a experiência dos sujeitos ou grupos humanos e ao não explicitar os critérios de seleção de informação e objetivos daquele que mapeia, o mapa pode reduzir-se à proposição de espacialidade não indexável, ou seja, a uma representação do espaço independente da posição do sujeito cognoscente em relação ao território (INGOLD, 2005, p. 82). Mapeamento participativo e cartografias sociais são utilizados justamente para explicitar e apresentar a perspectiva dos sujeitos, grupos e sua experiência no território, o que gera assim diferente representação cartográfica.

A discussão sobre a não indexabilidade dos mapas tradicionais, bem como a discussão sobre imposições do discurso científico sobre os territórios remete aos problemas centrais da cartografia e das ciências cognitivas: “o que é mapear?”, para a cartografia, e “o que é conhecer?”, para as ciências cognitivas. Essas indagações aproximam ainda mais o ato de conhecer ao ato de mapear, já que a ideia de um mapeamento neutro, produzido por uma concepção cartográfica não indexadora, ou seja, que não indica a posição nem os objetivos daquele que o produz em relação ao território, é equivalente a um conhecimento neutro, pressuposto pela produção de teorias científicas não indexadas que universalizam realidades. Mapeamento e conhecimento, quando concebidos a partir do princípio da não indexabilidade, consistem em representações do mundo que pressupõem um observador capaz de captar o total do mundo observado. Essa “totalidade” seria alcançada pela integração vertical entre observador e objeto observado, no caso o território, ganhando cada vez mais distância da experiência direta (MONTEIRO, 2010).

No modo vertical, abraçado pela cartografia moderna, as particularidades locais alcançadas pela observação no chão são encaixadas numa concepção abstrata do espaço para formar uma representação do mundo como se estivéssemos olhando para ele ‘de cima para baixo’.

Enquanto os olhos do corpo permanecem próximos ao solo, os olhos da mente – que testemunham essa representação semelhante ao mapa – estão no alto com os pássaros (INGOLD, 2005, p. 87).

O autor completa que, para contrapor ideia de não indexabilidade dos mapas, reforça-se a hipótese de que a cognição e a experiência são ligadas intrinsecamente uma a outra. Tal perspectiva os pesquisadores chamam de cognição incorporada e, a partir dela, mapas ocidentais modernos são reconhecidos como um produto de conhecimento, oriundo de experiências historicamente datadas e culturalmente determinadas, e não como referencial espacial absoluto.

O mapeamento, por ser ação de um sujeito que se movimenta em um ambiente e que, durante esse movimento, cria representações e narra seus caminhos e trajetórias, pode ser entendido como campo de práticas, como processo aberto e contínuo. Dessa maneira, a espacialização torna-se uma narrativa que comunica uma jornada. Como consequência, essa narrativa promove a integração lateral, contrapondo-se à integração vertical descrita anteriormente (MONTEIRO, 2010).

Ingold (2005, p. 92) reforça:

O conhecimento do ambiente pelas pessoas sofre formação contínua durante o movimento delas nesse mesmo ambiente [...] O processo se compõe do engajamento do ator-perceptor móvel com o seu ambiente [...] Conhecemos *enquanto* caminhamos, e não antes de caminhar [...] O viajante ou narrador que conhece enquanto caminha não está nem elaborando um mapa nem utilizando um. Simplesmente ele está mapeando. E as formas e os padrões que aparecem desse processo de mapear, seja na imaginação ou materializados como objetos, são apenas ‘pontes’ ao longo do caminho, não iniciando ou terminando, e sim pontuando o processo.

Para esses autores, a integração vertical distingue atividades do corpo e dos sentidos que captam informações da experiência *in loco* das atividades da mente. Já a integração lateral cria narrativas, caminhos e jornadas nas quais a percepção do ambiente não provém da captação da totalidade, mas acontece em trânsito, na passagem de um lugar para outro. Supera a

dicotomia entre corpo e mente, já que é realizada pelo organismo como um todo, que sente e percebe, analisa e interpreta, comunica por meio de uma narrativa. Essa movimentação conecta lugares já localizados e conhecidos a áreas que têm significados subjetivos, internos (INGOLD, 2005, p. 87).

Portanto, mapeamento participativo é uma prática de alto potencial para a investigação do patrimônio cultural, e é por meio da integração lateral com o território que se explora os significados culturais oriundos da experiência comunitária.

### 3 MÉTODO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base no que foi discutido, apresenta-se aqui uma síntese do projeto de mapeamento participativo do território tradicional da Serra da Capivara, que teve início em 2014 e foi motivado pelos membros do IODA (os integrantes são filhos e netos dos antigos moradores que viviam na área delimitada para a criação do Parque Nacional Serra da Capivara).

Em termos metodológicos, não existe modelo padrão de mapeamento, cada contexto é único e suas especificidades devem ser analisadas localmente. No entanto foram adotados procedimentos gerais para orientar as atividades de mapeamento, que consistem em: planejamento colaborativo, expedições ao território, tratamento e interpretações do acervo de conhecimento registrado.

A primeira etapa do projeto consistiu em reuniões de planejamento com membros da comunidade de Coronel José Dias para apresentar a proposta e definir os primeiros lugares que a comunidade gostaria de mapear, assim como registrar narrativas a eles associados. Com isso definido, o projeto foi intitulado como expedições “de volta às origens”.

Nesse momento, foram apontadas pela comunidade, na base do Google Earth<sup>1</sup>, onze<sup>2</sup> regiões para realização da expedição. Nesse artigo serão apresentados os procedimentos e resultados preliminares de dois deles, a saber: Olho D’Água da Ritinha e Desfiladeiro da Capivara.

1. A escolha dessa ferramenta se mostrou de fácil entendimento aos olhos da comunidade e pôde ser utilizada de maneira gratuita. Por esse motivo foi adotada para o trabalho em epígrafe.

2. No que se refere ao mapeamento das demais regiões, quatro já foram realizados, mas seus dados estão em processo de análise; os outros cinco não foram iniciados, pois um trabalho como esse exige da equipe e da comunidade disponibilidade, acesso aos locais, concessão de autorizações dos órgãos competentes à gestão do Parque, entre outros imperativos, portanto se torna moroso.

Por motivo de organização, nomeamos cada lugar como Complexo Histórico-cultural (CHC) por ordem numérica, a fim de posteriormente organizarmos esses locais em um roteiro turístico.

Para registro do mapeamento participativo, foi utilizado equipamento de posicionamento global (GPS), além de registro fotográfico e audiovisual. Em laboratório, o acervo de conhecimento está sendo sistematizado com base na metodologia da cartografia social do território (ALMEIDA, 1994; ACSELRAD, COLLI, 2008; SANTOS, 2012; VARELLA, DUARTE, MARTINS, 2013).

### 3.1 De volta às origens: desfiladeiro da capivara – 1º CHC

A primeira expedição com um grupo de dez pessoas, incluindo três antigos moradores da área do Parque acompanhados de filhos e membros do IODA, foi realizada no Desfiladeiro da Serra da Capivara, atual roteiro turístico do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) que representa um lugar de muitas memórias de tempos vividos – lugares de descanso, de rituais, de lazer, de trabalho, de misticismo, de caçadas, de coleta de frutas e mel, local de passagem (traslado).

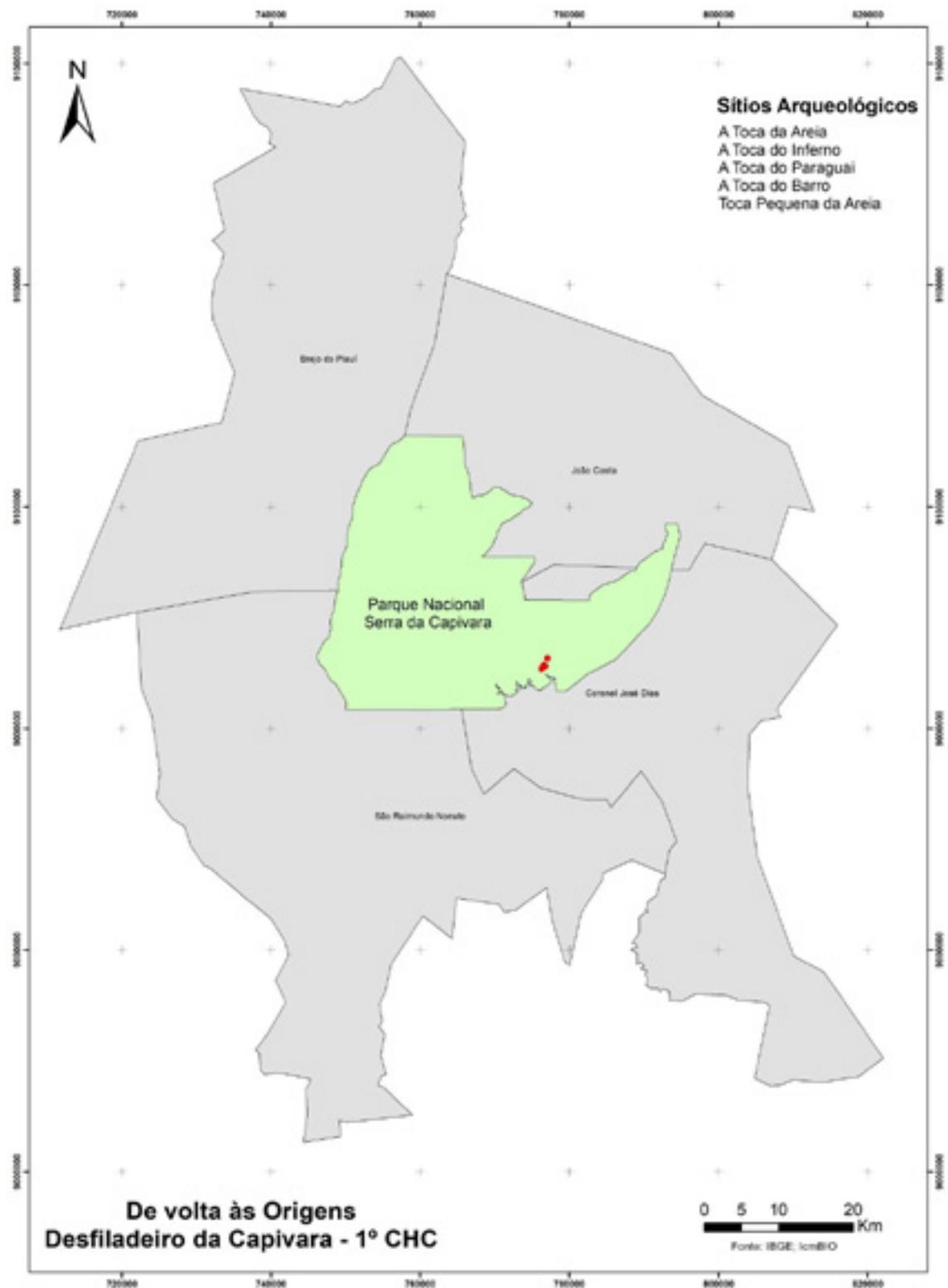
Nesse primeiro mapeamento foram registrados cinco lugares cujas narrativas remotam a lugares carregados de simbolismos e histórias. Deve-se destacar que tais lugares são hoje sítios arqueológicos dentro da Unidade de Conservação, catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) cuja arte rupestre é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio mundial (Figura 1).

É mister destacar que as narrativas dos moradores não anulam o entendimento sobre a relevância cultural dos sítios arqueológicos, mas o destaque foi dado à interpretação que essas pessoas conferem aos lugares antes da patrimonialização. Vide a síntese adiante:

- Toca da Areia: local de lazer e descanso.
- Toca do Inferno: no imaginário popular essa toca é assobrada e ali vive um espírito que aterroriza todos os passageiros.
- Toca do Paraguai: local de enterramento.
- Toca do Barro: local utilizado pelo maniçobeiros para retirada do barro para a prática da extração de látex da maniçoba.
- Toca Pequena da Areia: considerada a casa dos viajantes.

FIGURA 1

Mapa com pontos da expedição ao Complexo Histórico Desfiladeiro da Capivara. Fonte: Lucas Braga, 2017 (adaptado).



### 3.2 De volta às origens: Olho D'Água da Ritinha – 2º CHC

A equipe percorreu 20 km, adentrando nos vales do Parque Nacional Serra da Capivara. Nessa etapa, foram mapeados 19 lugares (Figura 1), todos georreferenciados. Foram colhidos depoimentos, registradas ruínas de casas dos antigos descendentes dos anciãos, lugares e objetos de representação do cotidiano sertanejo. O resultado dessa expedição consistiu em um acervo de oito horas de gravações com depoimentos sobre os lugares mapeados e 12 vídeos documentários sobre os lugares registrados. No percurso foram registrados e inventariados vários vestígios materiais (históricos) próximos às ruínas. (RODRIGUES, 2016).

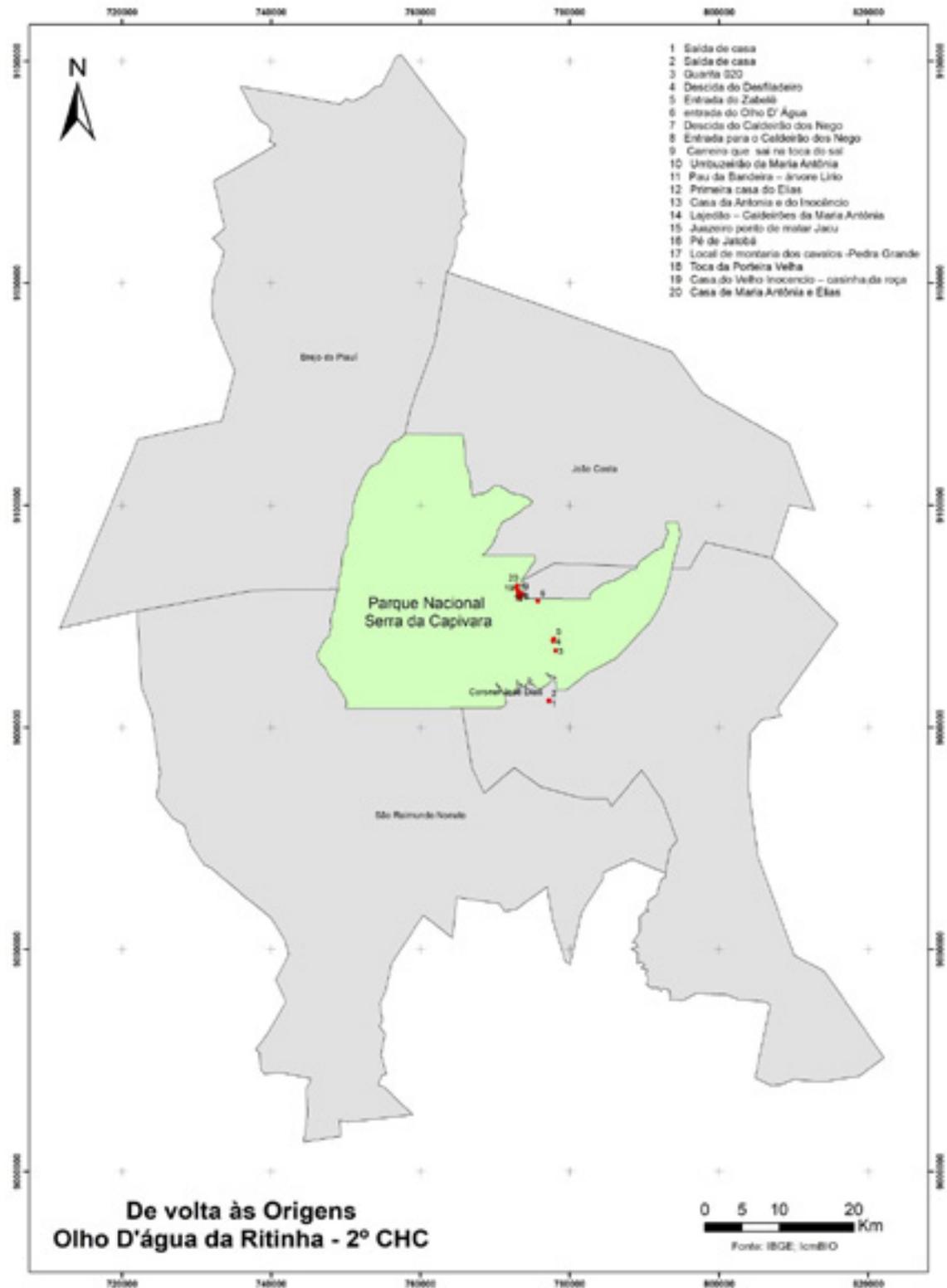
Com base nos dados preliminares do mapeamento considera-se imprescindível que a relação entre modo de vida e territorialidade (ancestral e atual) seja contada e documentada antes que desapareça, pois a história desses lugares permanece viva na memória de poucas pessoas da comunidade. Desde 2014 já foi realizado o mapeamento em cinco complexos histórico-culturais determinados pela comunidade, uma vez que 80% dos lugares selecionados estão associados a sítios arqueológicos, e senão a remanescente de habitações históricas próximas aos sítios, o que nos faz fortalecer a relevância em unir a ciência arqueológica com a ciência da comunidade.

Destaca-se que no mapeamento surgem, também, menções à caça, à coleta, à agricultura, às estradas, às trilhas, às plantações, aos conflitos, às vulnerabilidades e relações sociais. Nesse sentido, pretende-se organizar um conjunto de mapas com essas indicações por grupos específicos e um grande mapa contendo todas, que representará o novo mapeamento territorial da comunidade da Serra da Capivara.

Com esse acervo de conhecimento está sendo construído um *database* (coleção organizada de dados), e com o suporte do GIS (Global Information System), a base cartográfica, em formato *on-line* e interativa – preenchida com as informações apresentadas pela comunidade a respeito dos lugares mapeados, com a possibilidade de o usuário navegar e visualizar fotos dos pontos, vídeos e textos. O mapa está em formato *intranet* até a sua finalização e aprovação pela comunidade. As ferramentas digitais, além de manter preservado em nuvem todo o acervo documentado à posterioridade, possibilitam o acesso em tempo real tanto à comunidade local quanto à comunidade global.

FIGURA 2

Mapa com pontos da expedição ao Complexo Histórico-cultural Olho D'Água da Ritinha. Fonte: Lucas Braga, 2017 (adaptado).



Com esses resultados, ainda preliminares, já é possível:

- Reconstruir o território a partir da história e memória tradicional dos povos vivos da Capivara.
- Estimular a integração, cada vez mais efetiva, dos conhecimentos arqueológicos com tradições e saberes da comunidade de maneira sinérgica.
- Compartilhamento e democratização de conhecimentos coletivos da comunidade de Coronel José Dias.
- Empoderar a comunidade na reafirmação da sua identidade cultural – individual e coletiva.

Para Bastidas e Gonzalez (2009, p. 10) a reconstrução do território, da história e da cultura aumenta a participação dos membros da comunidade nas iniciativas locais, pois passam a compartilhar uma base de conhecimentos contruída coletivamente em sinergia com outras histórias e eventos do passado, conferindo poder para expressar e defender seus direitos culturais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pode-se perceber que a iniciativa das expedições de território empreendidas pela ONG Instituto Olho D'Água consiste em alternativa sólida para a inclusão da narrativa da comunidade de Coronel José Dias no entendimento sobre o território. Esse projeto busca retomar a antiga concepção e, por meio da relação entre cartografia social e mapeamento participativo, possibilita uma nova prerrogativa, em que as pessoas passam a ser protagonistas da definição da relação entre território e patrimônio cultural da região.

Pode-se inferir que a atividade de mapeamento realizada vem promovendo a integração lateral da comunidade com seu território, coletando narrativas capazes de compartilhar sua dimensão simbólica, e se consiste em importante processo para a investigação do patrimônio cultural em Coronel José Dias e região. A partir das narrativas coletadas pelo processo de mapeamento, será possível consolidar uma cartografia social da área que expresse valores e oportunidades para o território. É possível também aprofundar o trabalho realizado, explorando ainda mais a dimensão simbólica desse território, como também outras dimensões relevantes para sua gestão.

Entende-se que a experiência realizada durante a expedição de território deve ser incorporada ao plano de governança do PNSC, inclusive ao novo Plano de Manejo, que se desenha como estratégia de ressignificação de narrativas da comunidade na definição dos significados territoriais da região e na criação de circuitos turísticos que integrem a riqueza dos modos de vida daquela população. Com as narrativas científicas dos circuitos arqueológicos já existentes no PNSC, une-se ciência arqueológica com a ciência da comunidade. Inclusive, essa experiência poderá ser replicada em todas as comunidades do entorno do Parque, integrando finalmente a população que foi destituída daquele território ao mapa turístico cultural da região e à definição política a respeito do entendimento sobre tal território.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à comunidade de Coronel José Dias (PI) pela participação ativa no projeto, e o apoio científico e institucional da Professora-doutora livre-docente Erika Marion Robrahn González e todos os membros do Grupo Documento.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 13-44.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luiz Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 13-44.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Falangola: Belém, 1994.
- BASTIDAS, Elena P; GONZALEZ, Carlos A. Social cartography as a tool for conflict analysis and resolution: the experience of the afro-colombian communities of Robles. *Peace and Conflict Studies*, Davie, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2009.
- CHAPIN, Mac; ZACHARY, Lamb; THRELKELD, Bill. Mapping indigenous lands. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 34, p. 619-638, 2005.
- CORREIA, Cloude de Souza. *Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- GODELIER, Maurice. *Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades*. Madrid: Taurus, 1990.
- HAESBAERT, Rogerio. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

INGOLD, Tim. *Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.

MONTEIRO, Rosa Cristina. Mapeamentos participativos: ensaio crítico na perspectiva da percepção/cognição do ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010. 16 p.

OLIVEIRA, Ana Stela Negreiros. Os maníobeiros do sudeste do Piauí. *Fundamentos*, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 2, p. 65-84, 2002.

\_\_\_\_\_. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. 2007, 201 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Acervos patrimoniais: pesquisa e extroversão social dos conhecimentos nos programas de gestão do patrimônio arqueológico e histórico cultural no Brasil. In: CAMPOS, J. B.; ZOCHÉ, J. J.; CEREZER, J. F.; OSTERBEEK, L. M. (Org.). *Arqueologia Ibero-Americana e Transatlântica: arqueologia, sociedade e território*. Erechim, RS: HabilisPress, 2014.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. *A temática do patrimônio cultural no projeto político-pedagógico: caso da unidade escolar Elzair Rodrigues de Oliveira*. 2009. 50 p. Monografia (Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Parque Nacional Serra da Capivara: educação, preservação e fruição social – um estudo de caso em Coronel José Dias – Piauí*. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso*. 2016. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

SANTOS, Renato Emerson. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. *Anais...* Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2012. 16 p.

VARELLA, Marcelo Cunha; DUARTE, Letícia Ayumi; MARTINS, Pedro. Uma discussão espacial a partir das cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 13-29, 2013.

## BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/uB5cvE>>. Acesso em: 19 dez. 2017

ARNS, José Fernando. *Gestão territorial participativa: um modelo de gestão territorial integrando um sistema de atores em processos de desenvolvimento comunitário*. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade Federal do Paraná, Florianópolis, 2003.

Recebido em: 17/11/2017

Aprovado em: 18/12/2017

# PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO:

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA NOROESTE DO BRASIL,  
BAURU – SP

**LUDMILLA SANDIM TIDEI DE LIMA PAULETO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO,  
SP, BRASIL.

Arquiteta e urbanista, mestre e doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo (FAU-USP).

E-mail: [ludtideip@gmail.com](mailto:ludtideip@gmail.com) e [ludtideip@usp.br](mailto:ludtideip@usp.br).

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p78-106>

## **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA NOROESTE DO BRASIL, BAURU – SP**

LUDMILLA SANDIM TIDEI DE LIMA PAULETO

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar pormenorizadamente as vicissitudes relacionadas ao tombamento da Estação Ferroviária Noroeste do Brasil na cidade de Bauru, de modo a verificar a aplicabilidade dos princípios de restauro estudados e explicitados na minha dissertação de mestrado e enunciar as diretrizes que deverão ser consideradas em intervenções futuras. Para tanto, a investigação se inicia pela análise aprofundada da história e da memória do edifício, compreensão do projeto, da tipologia arquitetônica, das técnicas construtivas e das transformações sofridas ao longo do tempo. Além disso, fazem parte do método de trabalho a análise das condições físicas atuais da edificação e sua inserção no contexto urbano, assim como o levantamento fotográfico e iconográfico. Por fim, com base na análise dos preceitos teóricos de restauro da atualidade, foram traçadas as diretrizes para possíveis intervenções.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Estações ferroviárias. Patrimônio industrial. Restauro. Ferrovia.

## **PRESERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOROESTE DO BRASIL, BAURU – SP**

LUDMILLA SANDIM TIDEI DE LIMA PAULETO

### **ABSTRACT**

This article analyzes in detail the vicissitudes of the legal protection for the Northwest Railway Station in the city of Bauru, aiming to verify the applicability of the principles of restoration studied and explained in my master's thesis, and to state possible guidelines for future interventions. Therefore, our research begins with a thorough analysis of the history and memory of the building, its architectural typology, building techniques, transformations over time, and comprehension of the project. Furthermore, analyzing the current physical condition of the building and its place in the urban context, as well as a photographic and iconographic survey, are also part of the research. Finally, based on the analysis of the theoretical precepts of restoration of the present time, possible guidelines for future interventions were outlined.

### **KEYWORDS**

Railway stations. Industrial heritage. Restoration. Railway.

## 1 INTRODUÇÃO

As primeiras estações ferroviárias que a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) implantou ao longo de sua linha eram de caráter provisório. Até na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, ponto de partida da ferrovia, a estação se caracterizava pela situação precária. Com o desenvolvimento dos núcleos urbanos, entretanto, as edificações provisórias, muitas vezes simples vagões, foram substituídas por edifícios de caráter permanente, atribuindo à Companhia uma característica própria. Assim, não é possível afirmar que a primeira estação ferroviária da linha da NOB, em Bauru, tenha sido um simples barracão de madeira, visto que o registro que se tem, por fotografias, é da existência de uma estação ferroviária de alvenaria de tijolos e cobertura da plataforma em madeira. Desse modo, consideramos essa Estação como o primeiro edifício construído para este fim pela Noroeste, uma vez que a primeira estação ferroviária de Bauru foi da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), localizada nas proximidades. A primeira Estação da NOB foi demolida na época da construção da segunda e definitiva estação ferroviária, localizada em frente à primeira, e existente até hoje, abrigando as três ferrovias – NOB, EFS e Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) – que por aqui passavam.

Este trabalho tem como objetivo verificar a aplicabilidade dos princípios de restauro estudados e explicitados na dissertação de mestrado (conferir bibliografia complementar no fim do artigo) e estabelecer diretrizes que

deverão ser levadas em consideração, em intervenções futuras, utilizando a última Estação Ferroviária da Noroeste como caso de estudo. A relevância desta pesquisa se fundamenta pelo fato de o reconhecimento da Estação como bem cultural enfrentar inúmeras dificuldades. O processo de tombamento aberto em 1992, no âmbito estadual, ainda não obteve resultado. Outro ponto que preocupa são as mudanças descuidadas do edifício e a transformação do entorno. Existe a necessidade de estudos aprofundados para elaborar uma proposta que respeite a obra como transformada pelo tempo, em seus aspectos documentais, formais e materiais. Esses são temas abordados no decorrer deste artigo.

A metodologia utilizada tem como ponto de partida a análise aprofundada da história e da memória do edifício, compreensão do projeto, da tipologia arquitetônica, das técnicas construtivas e das transformações ocorridas ao longo do tempo. Também faz parte do método de trabalho a análise das condições físicas atuais da edificação e sua inserção no contexto urbano, assim como o levantamento fotográfico e iconográfico. Para a compreensão das fases pelas quais passou a edificação até chegar à situação atual, foi necessário confrontar os documentos históricos com os levantamentos desenvolvidos. Por fim, foram estabelecidos os princípios de restauro que nortearam as diretrizes propostas.

A cidade de Bauru, por ser o ponto inicial da linha da Noroeste e por formar, junto com a EFS e a CPEF, um entroncamento ferroviário de importância regional, nacional e, até mesmo latino-americano, recebeu um tratamento diferenciado na construção da nova estação. Sendo a ferrovia a porta de entrada para o sertão paulista e mato-grossense, Bauru se tornava gradativamente mais movimentada. As antigas estações das três ferrovias não comportavam mais o crescente fluxo de pessoas e mercadorias. Logo, tornou-se urgente a construção de uma nova estação ferroviária para a NOB e, para facilitar o transbordo, foi proposto abrigar nela as estações das demais companhias. A edificação foi construída em frente da estação antiga (Figura 1), como sede das três ferrovias, “caso peculiar no Brasil” (GHIRARDELLO, 2001, p. 4), autorizado pelo decreto nº 24.733, de 14 de julho de 1934. A nova configuração, de acordo com o relatório do engenheiro Alfredo de Castilho, “melhor atende as necessidades das três estradas” e “passou a ter o orçamento de. 3.076:402\$700” (CASTILHO, 1935, s.p.). Segundo o historiador Tidei Lima, o programa de necessidades da edificação propunha a instalação, nos pavimentos

superiores, dos “escritórios centrais da administração da Noroeste, e na parte térrea todos os serviços do tráfego de passageiros da Noroeste e das Estradas de Ferro Paulista e Sorocabana” (NEVES, 1958, apud LIMA, 2003, p. 3).

Nestor Goulart Reis Filho afirma que há “inovações técnicas e plásticas trazidas pela ferrovia e estampadas em suas próprias instalações” (REIS FILHO, 1978, apud GHIRARDELLO, 1999, p. 57), configurando-se a Estação Ferroviária de Bauru um exemplo concreto disso. Ghirardello discorre que “o edifício *art-déco* de 3 pisos, 3 entradas, 2 elevadores (os primeiros de Bauru) e quase 7 mil metros quadrados era imenso, mesmo para a próspera cidade de mais de 30 mil habitantes. As obras [...] foram iniciadas em 1935 a partir do projeto atribuído a Hugo Speche” (Idem, 2001, p. 4). O relatório de 1935 ainda discorre que a execução da obra foi entregue à firma Leão, Ribeiro & Cia, no dia 4 de dezembro do mesmo ano, em regime de “tarefa”, com um limite de 500:000\$000 (CASTILHO, 1935, s.p.).

O Relatório de 1937, entregue em setembro de 1938, discorre no item “obras novas, Estação de Bauru” que “a construção do majestoso edifício teve início em dezembro de 1935. Dois anos depois, em 31 de dezembro de 1937, estava em vias de acabamento” (LUTZ, 1938, s.p.). O gasto até então já era de 2.251:704\$460, e a firma contratada já havia concluído toda a estrutura de concreto armado e a cobertura do edifício, bem como algumas galerias pluviais do mesmo material. Também em 1937, iniciaram o serviço de revestimento das fachadas, instalações de água, luz e força, “ladrilhamento”, além de trabalhos complementares de serralheria e marcenaria. O mesmo documento ainda cita que, em 1938, prosseguiram as obras das plataformas de embarque.

FIGURA 1

Estação Ferroviária nova, de alvenaria, ao lado da Estação antiga, de alvenaria e madeira – época da construção – 1938.

Fonte: Museu Regional Ferroviário de Bauru, 2003.





FIGURA 2  
Estação Ferroviária  
nova – final da  
construção – 1939.  
Fonte: Museu  
Regional Ferroviário  
de Bauru, 2003.

“A Estação Ferroviária tornou-se o símbolo mais poderoso da cidade” (LIMA, 2003, p. 4), já que tudo girava em torno dela e, nos seus arredores, estavam as terras mais valorizadas. O edifício era o símbolo do desenvolvimento da época, pois até hoje representa o período áureo da EFNOB (Figura 2). De acordo com Ghirardello, a própria implantação da Estação da NOB, em relação à malha urbana, está mais favorável que a das demais estações, porque coloca o edifício como referência desde a construção da primeira estação. Estabelecendo uma comparação entre a Estação da Sorocabana e a da Noroeste, o autor constata que a primeira teve a implantação voltada para uma grande avenida (Av. Pedro de Toledo), situando-se em nível mais baixo que seu acesso. Já a Estação da NOB dispunha de um largo e encontrava-se nivelada topograficamente com a malha (Figura 3). Para o autor, o posicionamento das estações na malha urbana de Bauru “reflete o senso comum da cidade em relação às ferrovias, ou seja, o menor relevo da Sorocabana e a alta relevância da EFNOB” (GHIRARDELLO, 2015, p. 108-110).

FIGURA 3 (esquerda)

Foto aérea de parte da área central da cidade de Bauru, provavelmente, do início da década de 1940. Fonte: Museu Regional Ferroviário de Bauru, 2003.

FIGURA 4 (direita)

Foto aérea de parte da área central da cidade de Bauru de 2016. Fonte: Google Earth, alterado pela autora (2016).



Nas figuras 3 e 4, é possível observar a Estação da Noroeste do Brasil na parte superior, a Av. Rodrigues Alves (a via mais larga), na diagonal das fotos, e o início da Av. Pedro de Toledo, na lateral superior esquerda, faceando o pátio ferroviário. A construção da primeira avenida teve seu traçado iniciado entre as Estações da EFS e NOB, praticamente ignorando o arruamento já traçado, em situação que privilegiava a nova estação. Com características de *boulevard*, canteiro central avantajado e largos passeios, a avenida cortou uma das quadras do arruamento original, diminuindo-a aproximadamente pela metade (44m). Já a Av. Pedro de Toledo nasceu em função do traçado da EFS, tendo seu início na já construída Rodrigues Alves e apresentando características semelhantes à primeira, porém em menores dimensões (na foto de 1940, ainda não estava pavimentada). Em relação ao traçado urbano, é possível constatar que esse se mantém inalterado até hoje.

Devido à decadência do sistema ferroviário no país, vimos que as ferrovias se tornaram ineficientes, foram estatizadas no afã de se adequarem à nova ordem econômica e, posteriormente, em razão da falta de investimentos, entraram em decadência e se estagnaram. Com a privatização do transporte ferroviário, iniciada em 1996, a EFNOB também foi incorporada a esse processo, tendo sua operação concedida a investidores estrangeiros, que se apossaram da estrutura existente, utilizando-a sem cumprir os compromissos de manutenção e de novos investimentos, deixando tudo no abandono, em poucos anos. O edifício da estação ferroviária da NOB, em Bauru, foi abandonado pelos investidores no ano de 1998/1999, após ter

sofrido várias intervenções e adaptações, permanecendo sem uso desde a saída da Ferrovia Novoeste da cidade. Nesse meio tempo, muito se propôs para a utilização desse edifício.

De acordo com o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (Codepac), o edifício da estação ferroviária foi tombado por meio do Decreto Municipal nº 8.617, de 28 de outubro de 1999 (BAURU, 1996). Toda a fachada da edificação, juntamente com a bilheteria e a Gare devem ser preservadas, sendo necessário que qualquer projeto de restauração e de uso seja aprovado pelo Conselho. No âmbito Estadual, segundo informações obtidas por intermédio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), todo o Complexo Ferroviário de Bauru está em processo de tombamento, incluindo a Estação da NOB e seu conjunto de oficinas, e os conjuntos das Ferrovias Paulista e Sorocabana. O processo, que foi aberto em 1992, é o de número 30.367 (Idem, 1992), o qual já apresenta decisão do Conselho favorável ao tombamento, com aprovação da minuta de Resolução em sessão de 26 de maio de 2014, publicada no *Diário Oficial do Estado*, em 1 de julho do mesmo ano, Ata 1.753 (SÃO PAULO, 2014). Segundo o Condephaat, em 2015, a Prefeitura Municipal de Bauru apresentou contestação ao tombamento, fato que fez com que o Conselho deliberasse, em ação inédita, pela realização de consulta pública via internet, com o objetivo de ouvir a população. A opinião popular foi reunida no processo e o Conselho fará nova deliberação. Não há, porém, nenhuma informação oficial sobre o resultado da consulta.

A RFFS tinha com o Sindicato dos Ferroviários de Bauru uma dívida por questões trabalhistas, por isso o Sindicato recebeu como garantia o edifício da estação ferroviária. Em outubro de 2003, veiculou-se na mídia local que o edifício tinha sido comprado por investidores de São Paulo e Brasília, representados pelo grupo Gadelho e Associados, e que a dívida estava sendo saldada em 48 parcelas trimestrais conforme estabelecido na proposta de compra. A proposta desses investidores era implantar um centro de entretenimento, negócios e lazer. De acordo com os estudos preliminares, o saguão da bilheteria e a Gare sofreriam modificações parciais, mas muito significativas para sua preservação. O primeiro perderia parte de seus mezaninos sinuosos e receberia elemento decorativo ao centro, o que descaracterizaria por completo o espaço em *art déco*. A Gare receberia

uma laje em concreto armado, a qual cortaria seu pé direito em duas partes, destruindo totalmente a monumentalidade do projeto original. As demais áreas internas da Estação seriam totalmente modificadas, abrindo espaço para lojas que, por sua vez, teriam artigos referentes às ferrovias. A proposta também abrangia restaurantes e cinemas. Além disso, nas laterais da Estação, seriam construídos edifícios anexos para estacionamento e teatro. Essa proposta, segundo o *Jornal da Cidade (JC)*, não se concretizou porque o Sindicato dos Ferroviários de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não entrou em acordo com os investidores. Segundo o jornal, o bem estava “penhorado em favor de 4.200 ferroviários devido a uma ação trabalhista contra a proprietária da estação, a Rede Ferroviária Federal” (PREFEITURA..., 2006, s.p.).

Mais recente que a proposta para a ocupação da estação da NOB, após muita pressão da opinião pública, foi a mudança da Secretaria Municipal da Educação para o local. A Prefeitura Municipal de Bauru, conforme artigo do *JC*, propunha “restaurar o local para posteriormente transferir para a estação os departamentos da Secretaria Municipal da Educação. O valor do prédio estava estimado em 3 milhões e 500 mil reais e as reformas” deveriam “ser concretizadas até o final de 2007” (FRICELLI, 2006, s.p.). O ato de assinatura do decreto que declarou de utilidade pública o edifício aconteceu em 28 de janeiro de 2006, iniciando o processo de desapropriação do imóvel. Para a Secretária da Educação da época, “a aquisição do prédio” atenderia “às necessidades de modernização da rede municipal de ensino” (SOUZA, 2006, s.p.). A proposta apresentada na data de assinatura do decreto abrigaria, no edifício, além dos setores administrativos, “salas de reuniões, salas de aula para jovens e adultos, creche e um espaço educativo permanente nos moldes do projeto Estação Ciência, da Universidade de São Paulo (USP)” (FRICELLI, 2006, s.p.). A desapropriação do edifício teve o apoio da comunidade em geral e de historiadores importantes da cidade, como o professor mestre João Francisco Tidei Lima (DEFENSORES..., 2006, s.p.).

No dia 4 de maio de 2006, todavia, outra proposta para a estação foi veiculada nos jornais da cidade de Bauru, anunciando que a Estação da NOB podia “virar um *shopping*”. A reportagem divulgava que o grupo Marca iria retomar a proposta iniciada em 2001 para implantação de um *shopping* de entretenimento, negócios e lazer. A Prefeitura de Bauru, que havia decretado o

edifício de utilidade pública, no início de 2006, mostrou-se disposta a revogar tal decreto, uma vez que o empreendimento geraria empregos e promoveria a revitalização do centro da cidade. O valor para a aquisição da área, que era de R\$ 4 milhões na época, segundo o diretor do Sindicato dos Ferroviários, seria de R\$ 6 milhões, naquele momento, com valores corrigidos. Segundo a mesma reportagem, o empreendimento ocuparia 31 mil metros quadrados com a construção de hotel, edifícios residenciais, escritórios e edifício de estacionamento (GONÇALVES, 2006, p. 4). Ainda segundo o jornal, o investimento, cuja assinatura de compra estava programada para o dia 20 de junho de 2006, com lançamento para agosto, seria de R\$ 72 milhões. Outro ponto mencionado como parte da proposta foi a manutenção do trilho central, que passa no pátio da estação, com a finalidade de receber trens turísticos. Porém, essa proposta tampouco se concretizou.

Em setembro de 2009, o novo prefeito, iniciando o mandato naquele ano, levantou a hipótese de transferir a sede dos poderes Legislativo e Executivo para a Estação da NOB. Como a Câmara tinha previsto em seu Plano Plurianual (PPA) R\$ 5 milhões para a construção de novo prédio, a proposta do chefe do Executivo contaria com a ajuda do Legislativo (CENTURION, 2009a, s.p.). No mês seguinte, o prefeito assinou o decreto que declarou a estação de utilidade pública para fins de desapropriação e propôs a compra da Estação parcelada até 2012. Era previsto que a Câmara Municipal ocupasse o edifício já no segundo semestre do ano seguinte. Dessa forma, o Legislativo reservaria R\$ 1,5 milhão para a instalação e modernização do edifício (Idem, 2009b, s/ p.). Em outro artigo do *JC*, também de outubro de 2009, são citados alguns vereadores questionando o valor que seria pago na compra da edificação. Alguns questionavam o valor avaliado pela Caixa Econômica Federal, uma vez que o edifício estava há muito tempo fechado, outros propunham que o prefeito renegociasse os R\$ 6,3 milhões cobrados pelo Sindicato dos Ferroviários. Em meio a essas discussões, foi feita a proposta de R\$ 6.300.000,00 em quatro parcelas, sendo R\$ 1.650.000,00 em dezembro de 2009, R\$ 3.500.000,00 em abril de 2010, R\$ 575.000,00 em abril de 2011 e R\$ 575.000,00 em abril de 2012. O documento iniciou o processo de compra da Estação pela Prefeitura de Bauru e a Câmara Municipal concordou em repassar o dinheiro destinado à construção de um novo prédio, por meio de emenda orçamentária, no valor de R\$ 3,5 milhões (Idem, 2009c, s.p.).

A negociação para a compra da estação pela Prefeitura somente começou a se efetivar em março de 2010, quando a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo (SPU-SP) assinou a documentação de transferência do prédio da Estação para o Sindicato, possibilitando assim o início da desapropriação pelo município (PRÉDIO..., 2010, s.p.). O artigo também relatou que o Prefeito providenciaria o mais rápido possível o registro do imóvel em cartório e logo tomaria sua posse, licitando o projeto e a obra para a ocupação efetiva. Dando sequência ao movimento de ocupação da Estação, a licitação para o projeto de reforma e adaptação do edifício foi aberta em setembro de 2010, seis meses após a posse do imóvel. Embora se tratasse de edificação, patrimônio histórico, tombada pelo Codepac e em processo de tombamento pelo Condephaat, a municipalidade e a imprensa trataram o ato como mera reforma (PREFEITURA..., 2010b, s.p.).

Passados quase dois anos, a imprensa noticiou que a reforma do edifício da estação ficaria em R\$ 6 milhões, de acordo com projeto contratado e aprovado pelo Condephaat. Segundo Gonçalves (2013), a aprovação do projeto no Conselho foi demorada e muito questionada pelos conselheiros. O problema, a partir da aprovação, era o recurso que custearia a reforma. A reportagem mencionava que o Prefeito venderia a folha de pagamento através de licitação a ser lançada em março de 2014. Mesmo após tantas mudanças, em artigo publicado no *JC* de novembro de 2014, ainda se especulava sobre o uso, propondo agora levar as Secretarias da Cultura e Desenvolvimento Econômico e partes da Educação e Saúde. Nesse último artigo, a reforma foi tratada como restauração e seria realizada em 2015 e, se necessário fosse, dividida em etapas (LOUSADA, 2014).

No início de 2015, o *JC* noticiou que a Prefeitura tinha iniciado as obras na estação “aos poucos”. “Sem verba para contratar a reforma completa, o prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e o secretário da cultura, Elson Reis, optaram por tocar o serviço com a equipe do próprio município, utilizando material dentro da disponibilidade financeira do Poder Executivo” (NAVARRO, 2015, s.p.). O artigo ainda citava que, desde 2014 até aquele momento, a prefeitura já tinha investido R\$ 80 mil na reforma, incluindo limpeza dos ambientes, recuperação de pintura, rede elétrica e abastecimento de água. Em julho do mesmo ano, outra ideia de ocupação para a estação foi lançada na mídia local, agora pelo Secretário Municipal da Agricultura.

A proposta era que a Gare do edifício abrigasse um Mercado Municipal. O artigo coloca a proposta como certa, uma vez que recursos seriam viabilizados pelo Ministério das Cidades, por meio de deputados estadual e federal da região (SECRETÁRIO..., 2015). A última informação a respeito da Estação, veiculada na mídia, foi que o local seria sede da Academia Bauruense de Letras (ABL), que ocuparia algumas salas, com a implantação de biblioteca, espaço de leitura e pesquisa para visitantes, salas de diretoria, arquivo, setor administrativo, cursos e reuniões (MENDES, 2015).

Quase tudo o que foi proposto para o edifício, ao longo de mais de uma década, é viável, porém o projeto de intervenção deveria ter sido tratado como um projeto de restauro, uma vez que se trata de prédio tombado, patrimônio histórico. Todavia, o que se pôde verificar foi falta de conhecimento sobre o assunto, falta de respeito em relação ao patrimônio histórico e a especulação por parte do poder público local, da direção do Sindicato dos Ferroviários e da iniciativa privada, a fim de obter um lucro maior com a venda deste patrimônio. Até data novembro de 2016, parte da Estação estava ocupada pela ABL e pelo movimento *hip hop*. Trata-se de ocupação não planejada, permitida pelo Governo Municipal, ocorrida pela necessidade dos grupos envolvidos e pela pressão da opinião pública, que questiona a compra da edificação (por valor considerado, por muitos, exorbitante), a morosidade da reforma e consequente ocupação. O problema que se levanta aqui é que o projeto de restauro, aprovado pelo Condephaat, tratava da instalação de algumas secretarias municipais, mas a realidade apresentada não é essa. Será que a ocupação que se efetiva está acontecendo de acordo com o aprovado e com as teorias que regem o restauro atualmente?

## 2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO, CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS E TÉCNICO-CONSTRUTIVAS

A estação ferroviária da EFNOB em Bauru apresenta três pavimentos: o térreo (ou “rés do chão”), primeiro e segundo andares, distribuídos igualmente numa área de 6.218,325 m<sup>2</sup> (figuras 4, 5 e 6). O primeiro projeto elaborado para a Estação Ferroviária de Bauru, datada do ano de 1922, apresenta um caráter eclético, com uso de elementos decorativos de variada procedência. Com a mesma horizontalidade do atual, mas de menores dimensões, o edifício deveria ser construído com alvenaria de tijolos, pisos ladrilhados, soalhos em

madeira, coberturas em vidro e calçadas em paralelepípedos. Apresentava um volume central mais alto em relação ao restante do edifício, com cúpula na cobertura e marquise emoldurando a entrada principal, ambas em ferro e vidro. Em razão de questões políticas, o projeto não foi realizado.

Somente 13 anos mais tarde é que seria retomada a proposta de construção do edifício. Foi no ano de 1934 que se propôs outro projeto para a Estação Ferroviária de Bauru, o qual, além de ter sido redimensionado para abrigar o funcionamento de três estradas de ferro, teve suas características arquitetônicas dirigidas para uma linguagem mais contemporânea, tendo sido vinculada ao “discurso modernizante” da época, visando a inserir a pequena Bauru, de 30 mil habitantes, na vertente do progresso. A Estação de Bauru deveria representar, naquele momento, outro estágio de desenvolvimento do país e do estado, e sua arquitetura deveria refletir isso. Com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a economia paulista, que era baseada no café, sofreu forte crise em consequência da queda brusca nos valores das sacas, o que repercutiu no cotidiano do país. Consequentemente “um conceito sedutor perpassava o ambiente social da época: modernização, entendida como vontade e desejo coletivos [...]. Metaforicamente, isso significava encurtar caminhos, simplificar, retificar, racionalizar e geometrizar” (CONDE, 1997, p. 69). Esse discurso toma conta do país:

formas mais dinâmicas, em oposição aos estilos tradicionais impregnados de forte ornamentação, opção por volumes mais puros e uma orientação para a racionalidade e economia que aponta para o emprego de uma tecnologia mais avançada para a construção civil (COELHO, 1997, p. 165).

A arquitetura *art déco* “no Brasil, [...] se instalará como expressão pública para evidenciar novos ambientes, novas funções institucionais, como atrativo da modernidade, demonstrador do progresso” (SOARES, 1997, p. 217). Externamente uma arquitetura de “simplicidade funcional e purista da arquitetura moderna e internamente o lado sedutor e atrativo de suas áreas nobres, o *art déco* com seu ar abstrato, glamouroso e sofisticado” (loc. cit.). Ghirardello destaca o uso de novas tecnologias dentro de uma perspectiva conservadora e tradicionalista e de mão de obra e materiais de construção puramente nacionais. “A modernidade *art déco*, ademais, apresentava-se como uma proposta indissociável dos avanços tecnológicos da época: o rádio, o cinema, a gravação elétrica (disco), automóveis, aviões, transatlânticos e arranha-céus” (loc. cit.).

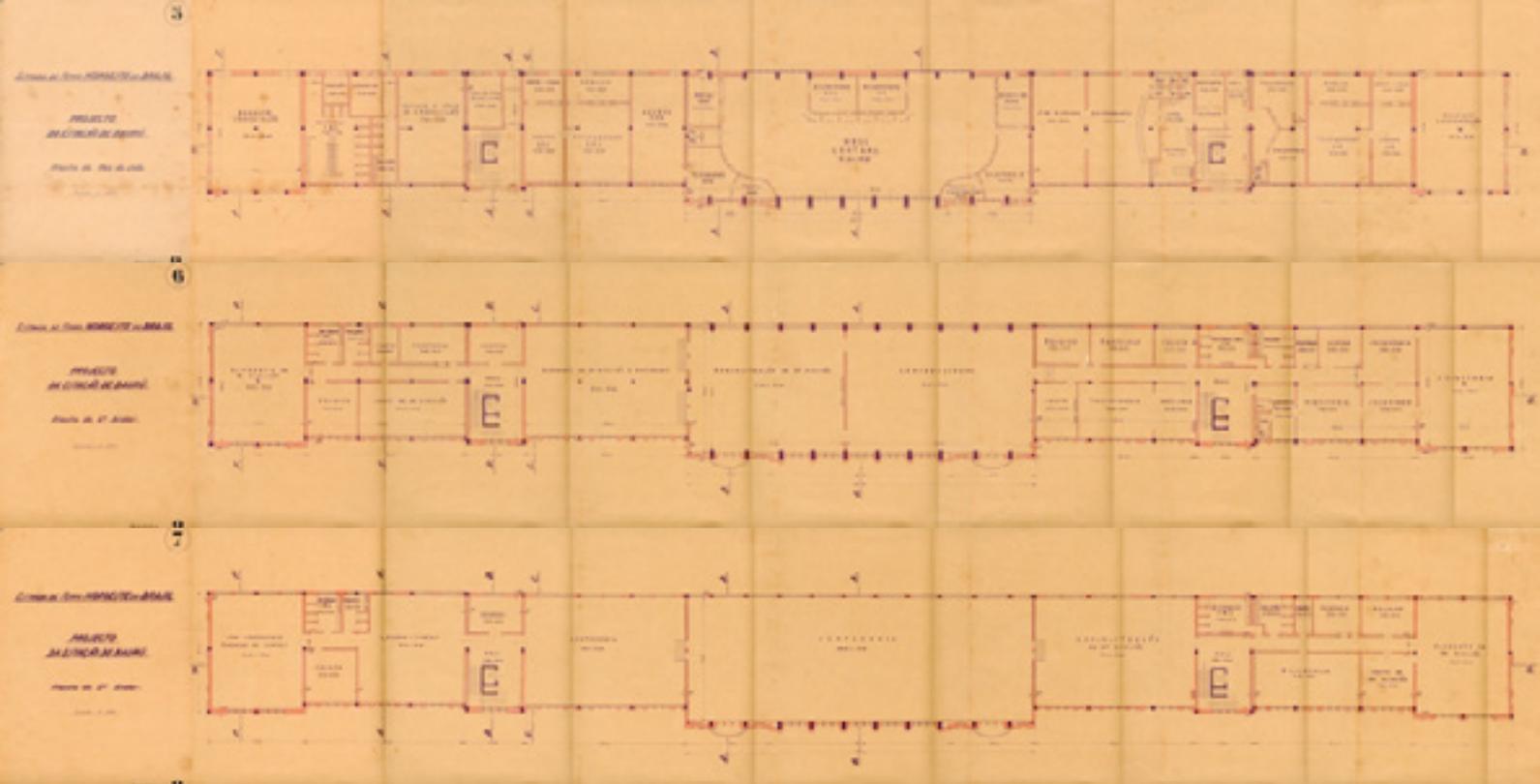


FIGURA 5

Plantas do “Rés do chão”, primeiro e segundo andares  
 Fonte: Museu Regional Ferroviário de Bauru, 2003.

A Estação Ferroviária de Bauru começa a ser construída no ano de 1935, em estrutura de pilar, viga e laje de concreto armado, praticamente no auge do desenvolvimento do concreto armado no Brasil. De acordo com Vasconcelos (1994, p. 79), o concreto armado ou cimento armado, como era denominado até a década de 1920, “fruto da revolução industrial”, desenvolveu-se no Brasil com a abertura da filial da empresa Wayss & Freytag, no Rio de Janeiro em 1924, que “exerceu papel decisivo” na disseminação da técnica. Embora nas capitais já se construísse com essa técnica desde o início da década de 1920, o edifício da estação ferroviária foi o primeiro exemplar de concreto armado da cidade de Bauru e, acredita-se, da região, constituindo-se parte integrante do desenvolvimento da técnica e da consequente disseminação pelo Brasil. Além da importância, como inovação tecnológica, a estação representou a modernidade, o desenvolvimento, visto que era a arquitetura art déco chegando à “boca do sertão”<sup>1</sup> (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86).

1. “Ainda no Sudeste brasileiro, principalmente em São Paulo, no Século XIX, no período do avanço dos cafezais e com a expansão das ferrovias, era comum designar o final da linha férrea como ‘boca do sertão’. Mesmo antes deste período histórico, este termo era usado para nomear os povoados mais afastados, nos quais os caminhos francos eram finidos e que correspondiam aos pontos limítrofes da ‘civilização e das vastas regiões ignotas do interior do país” (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86).

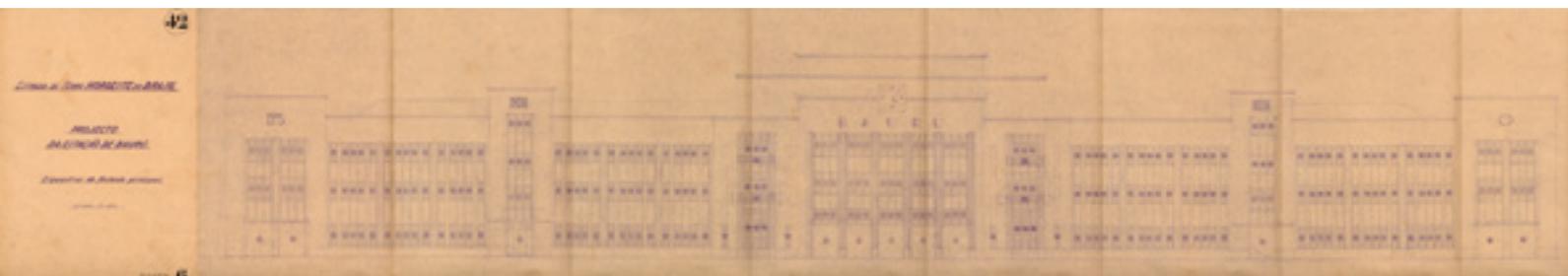
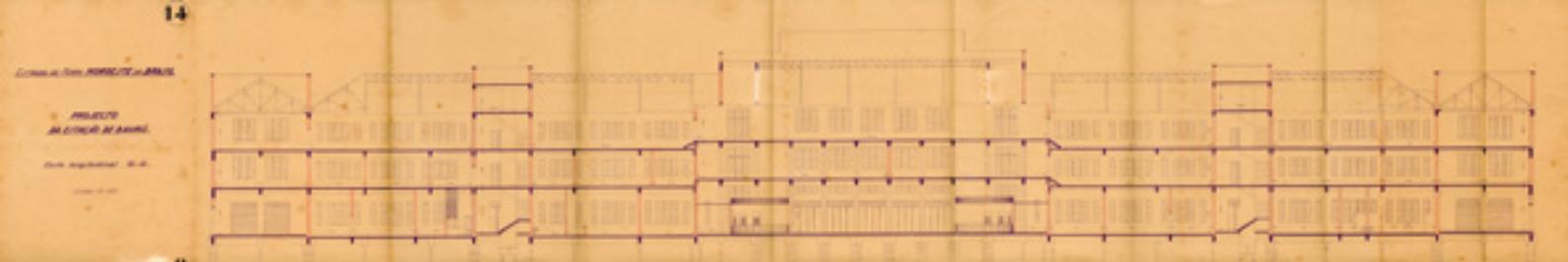


FIGURA 6 (superior)

Corte Longitudinal  
G-G. Fonte: Museu  
Regional Ferroviário  
de Bauru, 2003.

FIGURA 7 (inferior)

Fachada principal  
Fonte: Museu  
Regional Ferroviário  
de Bauru, 2003.

A técnica construtiva do concreto armado foi utilizada nas fundações, pilares, vigas e lajes do prédio principal da estação ferroviária. Nas fundações e cobertura em arco da Gare, nas fundações, pilares, vigas e lajes das plataformas externas da Gare e nas fundações, paredes portantes e laje da passagem subterrânea da Gare. O piso da Gare, com exceção da passagem subterrânea, é de granilite preto e branco, todo executado em cimentado. As alvenarias de vedação do prédio principal são de tijolo maciço, assentado com argamassa de cimento. A cobertura do edifício principal da estação ferroviária é de estrutura de madeira pontaletada, com terças, caibros, ripas e telha cerâmica francesa. A cobertura da Gare é de estrutura de madeira pintada com telhas de fibrocimento e, no centro, telhas transparentes, na cor verde, para melhorar a iluminação.

Conde considera que, estilisticamente, o art déco se comportou de acordo com três vertentes principais: a primeira utilizava superfícies e linhas curvas, motivos marinhos e navais; a segunda, em que a estação ferroviária de Bauru se insere, mais seca e geometrizada, com “composições de volumes escalonados, alternância de planos e motivos decorativos em frisos, gregas, labirintos ou baseados em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos)” (CONDE, 1997, p. 69); e a terceira, menos moderna e mais decorativa, quase eclética. Algumas características, que, de acordo com Conde, tornam essa arquitetura reconhecível e com identidade, são:

as composições axiais, a valorização das esquinas, a tripartição vertical dos edifícios em base, corpo e coroamento, a predominância de cheios sobre vazios, as varandas semi-embutidas, a articulação e escalonamento de planos e volumes, a contenção decorativa, a integração arquitetura/interiores/design, a valorização dos acessos e portarias, o uso de tecnologias

construtivas modernas (concreto, armado, elevadores, sistemas elétricos e hidráulicos), os embasamentos revestidos com mármore e granitos, os acabamentos altos em pó de pedra, as persianas de enrolar, a iluminação feérica e os maravilhosos trabalhos de serralheria artística (loc. cit.).

Analisando a estação ferroviária da EFNOB, é possível verificar algumas dessas características que o *art déco* apresenta, a começar pela simplicidade de seu exterior, comparando-se com o saguão monumental de azulejaria, granito e serralheria decorativa. Externamente apresenta volume simétrico, com elemento vertical escalonado ao centro, que se torna um marco monumental e composição axial; o edifício apresenta tripartição, salientando de forma discreta a base, na cor preta, corpo formado pela sucessão de janelas e coroamento com ressaltos de tijolos recobertos de massa; os vãos das janelas formam linhas verticais que, ao mesmo tempo em que quebram a horizontalidade proposta pela dimensão do prédio, salientam a articulação e o escalonamento de volumes; a contenção decorativa é marcante no edifício; a marquise de entrada, com grandes portas de bela serralheria, vem enfatizar a questão, abordada por Conde, da valorização dos acessos. As tecnologias avançadas aparecem na própria estrutura do prédio, de concreto armado, e na presença de dois elevadores (Figura 7).

Na ornamentação interna do saguão da bilheteria (Figura 8), destacam-se os mezaninos curvos com azulejaria e gradis de ferro com belo desenho. Já o balcão da bilheteria de granito preto e o detalhe da parede de madeira, ao fundo, não são originais, porém dão um ar requintado ao ambiente. O piso é de pastilhas mosaico tipo americano, granilite cinza e granito preto, assim como as paredes azulejadas e com pintura a óleo fosco; nas escadas, que ainda apresentam acabamento original, mármore branco; e nas áreas que foram ocupadas pela Novoeste (que provavelmente foram alteradas), granito. Nos outros pavimentos, os pisos predominantes são, na circulação, tabeiras de granito preto emoldurando e granilite branco; nas salas, tacos de madeira. A pintura interna original do edifício, de acordo com as plantas da época, é toda feita a óleo fosco. Nos banheiros, o piso é de ladrilho cerâmico São Caetano, vermelho, 10x10, com rodapé e azulejos nas paredes até dois metros de altura, brancos. Nas paredes dos corredores, estuque lúcido até dois metros de altura. De acordo com as plantas, a pintura geral (incluindo as pinturas externas) era a têmpera sem barrado.

FIGURA 8

Fachada principal –  
Praça Machado de  
Melo – 2003. Foto:  
Autora, 2003.



Analisando a Gare da Estação (Figura 9), Ghirardello (2001) destaca que se trata de caso particular entre as instalações ferroviárias no Brasil - porque foi construída toda em concreto armado, enquanto, no século XIX e início do século XX, essas edificações eram executadas com estruturas metálicas importadas, caso da Estação da Luz em São Paulo, da Estação da São Paulo Railway, em Jundiaí, e de muitos outros exemplos que servem de contraponto -, e ressalta a questão do uso de novas tecnologias, característico do *art déco*.

A inovação tecnológica não correspondeu, no entanto, segundo o autor, a uma renovação formal:

Ao contrário da arquitetura moderna onde os novos materiais originavam uma nova arquitetura, o *art déco* utiliza as novas tecnologias dentro de uma perspectiva conservadora e tradicionalista. Como exemplo, vê-se o terceiro pavimento da Estação da NOB, de planta livre, baseado certamente num dos cinco pontos da arquitetura moderna, porém, tendo a estrutura de sustentação do edifício no alinhamento das paredes, e não independente delas. O *art déco*, portanto, lança mão de procedimentos da arquitetura de vanguarda, mas não os leva até os limites, pretende ser renovador, mas jamais revolucionário (loc. cit.).

Em que pese o uso do concreto dentro de uma perspectiva formal tradicionalista, como apontado por Ghirardello, cabe enfatizar o papel precursor da Estação na cidade de Bauru, ao utilizar o concreto armado pioneiramente e ao elaborar um edifício representativo de tais proporções em linguagem não historicista. Estabelecendo um comparativo com outro edifício bastante representativo para a paisagem da cidade de São Paulo e para as construções ferroviárias, a estação da Sorocabana, atual Estação Júlio Prestes, foi construída entre 1925 e 1938, em linguagem calcada no classicismo francês, no mesmo período da Estação da NOB.

FIGURA 9

Saguão da  
bilheteria. Foto:  
Autora, 2003.



FIGURA 10

Vista geral da  
Gare – 2003. Foto:  
Autora, 2003.



### 3 ALTERAÇÕES AO LONGO DO TEMPO E AVALIAÇÃO FÍSICA DO EDIFÍCIO

#### 3.1 Transformações externas e do contexto urbano

Uma das alterações relevantes na fachada da estação da NOB foi a inserção do relógio no volume central do edifício, tornando-se um elemento de referência na época, pois as pessoas acertavam os seus relógios pelo da estação. De acordo com o historiador Tidei Lima (2003), o relógio fazia referência à pontualidade dos trens que chegavam ao local e dele saíam. Outra alteração significativa, que provoca certo distúrbio na leitura da edificação, foi a inserção, já na época da Estrada de Ferro Novoeste, de elementos metálicos, cobrindo a marquise de concreto armado da entrada lateral direita do edifício. Igualmente importantes foram os anexos feitos em ambas as fachadas laterais, que se apresentam diferentes do projeto original de 1934. Não se sabe se foram inseridos logo que a estação foi construída, ou anos mais tarde, por necessidades funcionais do edifício.

O contexto urbano em que se insere a Estação da NOB, atualmente, sofreu poucas alterações quando comparado com sua conformação original. O largo da estação deu lugar à Praça Machado de Melo; alguns edifícios localizados no entorno da praça foram demolidos e a área que antes dava lugar a uma bela residência ladeada por jardins, hoje abriga edifício de dois pavimentos, no alinhamento do terreno.

#### 3.2 Transformações internas

O saguão da bilheteria apresenta uma única modificação percebida por meio do confronto entre o projeto original e as visitas realizadas no local. Na planta (Figura 4), foi possível verificar, no pavimento “rés do chão”, que a bilheteria original apresentava fechamento de alvenaria e pequenos guichês para atendimento ao público. Atualmente, ela encontra-se composta por balcão de atendimento de granito preto (Figura 8). Não se sabe ao certo a data de tal alteração, uma vez que não foram encontrados documentos que comprovem o período, porém, pelos materiais e tipologia dos elementos, trata-se de alteração mais recente.

Também foram percebidas alterações no acesso lateral direito da estação ferroviária, utilizado pela Estrada de Ferro Novoeste. O *hall* interno

sofreu modificações com a construção de guarita de alvenaria e vidro, bancos de alvenaria, substituição dos pisos existentes por pedras de granito, também utilizadas na escada de acesso ao primeiro pavimento (somente no primeiro lance) e chapas de ferro, fazendo o rebaixamento do pé direito. Houve, também, no primeiro pavimento utilizado pela Novoeste, a colocação de divisórias internas em materiais mais atuais, colocação de forros de isopor, além de um tablado no piso.

### 3.3 Avaliação física do edifício

A situação da Estação Ferroviária de Bauru era de completo abandono, desde a saída da Novoeste da edificação (1998/1999). Nesse período, o edifício sofreu uma série de danos. Somente no ano de 2015, cinco anos após a compra do edifício pela Prefeitura Municipal, foram feitas intervenções de manutenção.

No contexto geral, apresenta portas, janelas e vidros quebrados, pontos de infiltração que vão desde as plataformas da Gare, no pavimento térreo, até pilares, paredes e lajes internas e, conseqüentemente, há sujeira e maus odores. A estação apresenta a fachada principal parcialmente conservada, porém suas marquises de acesso estão em situação crítica, com áreas rompidas e grandes infiltrações. No embasamento do edifício, existem cartazes colados, áreas denegridas, rompidas e com microfissuras. A pintura também é outro item a ser observado, uma vez que já está bastante degradada. A área da bilheteria encontra-se com as portas principais em péssimo estado, vidros, fechaduras e até mesmo a própria estrutura da porta, abalados. O balcão da bilheteria, a azulejaria e as luminárias apresentam-se parcialmente conservados. Tudo com muita sujeira e fortes odores. A estrutura — de concreto armado — da Gare está intacta, mas dos vidros coloridos só restam alguns cacos. A passagem subterrânea de um lado para o outro da Gare, com piso granilite preto e branco, aparenta estar em bom estado, embora não esteja sendo conservada. Percebem-se alguns pontos de infiltração nos pilares e nas lajes das plataformas externas, assim como infestação de ervas daninhas e detritos fecais de aves. Há também portas, janelas e vidros rompidos.

A parte onde estava instalada a Novoeste, que foi modificada na época da ocupação, apresenta vidros quebrados e muita sujeira. As divisórias

executadas nas salas dos pavimentos superiores e os forros estão em péssimo estado de conservação. Nos pavimentos superiores, as divisórias de madeira feitas pela própria marcenaria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estão praticamente intactas. Não se pode dizer o mesmo das luminárias e de toda a fiação elétrica dos pavimentos, que, de acordo com comentários, foram saqueadas após a saída da Novoeste. As instalações sanitárias apresentam-se em péssimas condições de conservação. Além da presença de janelas e portas quebradas, os equipamentos sanitários estão muito malcuidados e, provavelmente, impossibilitados de serem reutilizados.

#### 4 DEFINIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE RESTAURO

A restauração, na atualidade, “fundamenta-se no respeito pela obra, pela sua materialidade, pelos seus aspectos documentais e de conformação” (KÜHL, 2009, p. 79). Baseado nas análises executadas ao longo da dissertação de mestrado sobre o conceito alargado daquilo que é considerado bem de interesse cultural (RIEGL, 1990, p. 20), em que a herança das ferrovias se enquadra, bem como nas proposições de princípios teóricos de restauro que deveriam reger as intervenções práticas, formuladas por importantes teóricos na atualidade, apresentam-se a seguir alguns preceitos que deveriam guiar as intervenções em edificações de interesse histórico filiadas às ferrovias. Deve-se enfatizar que existem várias linhas de pensamento sobre o restauro (sempre existiram), e as propostas aqui presentes são filiadas à vertente denominada “crítico-conservativa”, analisada por Kühl, naquilo que respeita às superfícies (2004) e no que concerne ao patrimônio industrial (2009). Apesar da validade e pertinência de outras formas de abordagem, convém enfatizar que a vertente crítico-conservativa continua oferecendo resultados de grande relevância, como é possível verificar, por exemplo, em projetos premiados no Prêmio Domus de Restauro<sup>2</sup>. Busca-se aqui elaborar uma releitura dos princípios apresentados na Carta de Veneza, e também por outros teóricos, para a aplicação ao patrimônio ferroviário. Giovanni Carbonara sintetiza, em vários escritos (CARBONARA, 1997) os princípios fundamentais:

a) Mínima intervenção: as intervenções relacionadas ao patrimônio ferroviário devem ser, antes de tudo, baseadas em um juízo histórico-crítico.

2. Disponível em: <<http://www.premiorestauro.it/en/>>.

Devem também levar em consideração a concepção original da obra e suas transformações ao longo do tempo, respeitando as várias estratificações e natureza dos documentos históricos. A restauração deve ser empregada em casos excepcionais, quando o estado de degradação tiver alcançado dimensão que exija uma intervenção “cirúrgica” – caso contrário, deve-se operar mediante manutenções e conservações criticamente guiadas – mas que se limitem ao mínimo necessário para a sobrevivência do bem.

b) Distinguilidade: a distinguilidade não propõe o tempo como reversível; ou seja, não quer que a ação atual se confunda com as estratificações da obra tal como chegou a nossos dias, nem quer reconduzir a obra a um estado anterior qualquer, já que o intuito é não falsear o documento histórico e não induzir o observador ao engano de pensar que as integrações de lacunas e as adições contemporâneas sejam parte integrante da concepção original. Deve ficar claro, para quem vê de perto, o que faz parte do processo de intervenção; mas, para quem observa de longe o bem restaurado, deve-se buscar a “unidade potencial” de Brandi e a reintegração da imagem como postulado por Carbonara (Ibidem, p. 317).

c) Re-trabalhabilidade: as intervenções realizadas no patrimônio histórico devem permitir e até mesmo facilitar intervenções futuras. Não podem alterar contundentemente a substância do bem.

d) Compatibilidade dos materiais: os materiais empregados na restauração precisam levar em conta as técnicas construtivas e os materiais utilizados na obra, devendo ser com eles compatíveis e não causando dano físico nem figurativo à obra.

É preciso notar que esses princípios devem ser trabalhados de modo concomitante. Não são regras nem fórmulas que resultam num único possível resultado. Na verdade, oferecem um direcionamento para os projetos, que podem se desdobrar de variadas maneiras, respeitando os princípios enunciados acima<sup>3</sup>.

3. Para ver tanto Carbonara – *Architettura d’oggi e restauro: un confronto antico-nuovo* (2011) – e Kühl – *Desconstruindo os preconceitos contra a restauração* (2016) –, conferir: <<http://web.revistarestauro.com.br>>.

## 5 CONCLUSÃO: DIRETRIZES

Tendo como base as diversas análises apresentadas, é possível concluir que o edifício da Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, apesar do seu estado desolador na atualidade, ainda apresenta estrutura, vedações, esquadrias e acabamentos internos em estado regular de conservação. É importante frisar aqui a urgência da recuperação desse edifício, para que não se perca mais um patrimônio histórico de relevo, como vem acontecendo com muitos, no Brasil e no exterior. Isso não significa desprezar sua condição de patrimônio histórico e tratar as intervenções como mera reforma, como vem acontecendo. A seguir, propõem-se alguns pontos que deverão ser respeitados no momento de uma intervenção:

a) deverão ser resolvidos os problemas estruturais, por meio de mínimas intervenções de caráter conservativo:

- Nas marquises de acesso ao edifício, onde encontramos problemas de infiltração, trincas e rachaduras com exposição de ferragens, é necessário fazer a contenção das trincas maiores, mediante limpeza das ferragens expostas com escova de aço, remoção das impurezas, posterior cobertura das ferragens com nata de cimento. Para finalizar, cobertura com reboco de cimento, de igual traço ao existente; para as trincas menores, é necessária a remoção de parte do reboco, numa faixa de 15cm ao longo da trinca, bem como a colocação de tela metálica com chapisco de cimento e posterior cobertura com reboco de cimento de igual traço do original. Finalmente, para os problemas de infiltração, recomenda-se a impermeabilização da marquise de concreto armado com técnicas modernas. É preciso que se faça uma observação sobre o uso do mesmo traço de reboco aplicado originalmente: deve, antes de qualquer coisa, ser feita uma análise em laboratório para definição do traço do reboco original, para, então, começar os trabalhos acima citados.
- Quanto às infiltrações detectadas na base do edifício, as ascendentes; será necessária a abertura de valas estreitas ao longo de toda a área com problema, até o nível do baldrame, para que se possa refazer o tratamento de impermeabilização no local, sem necessidade de agredir os revestimentos da base do edifício.

- Para as infiltrações localizadas na laje do pavimento térreo e nas lajes e paredes dos pavimentos superiores, será necessário fazer a revisão das tubulações de águas pluviais e das tubulações hidráulicas em geral, sendo necessário, neste caso, um tratamento mais moderno, que utilize equipamentos para detectar vazamentos, a fim de evitar a quebra das paredes internas, sem necessidade. No caso da quebra destas paredes, também é necessária uma análise laboratorial do tipo de reboco utilizado, para que as áreas perdidas sejam repostas de forma adequada. Quanto às infiltrações causadas pela quebra de telhas ou pela necessidade de tratamento de impermeabilização, no primeiro caso é sugerida a troca das telhas danificadas por outras de igual modelo e material; no segundo caso, é necessário refazer o tratamento de impermeabilização anteriormente executado.

b) Quanto aos problemas de infestações de ervas daninhas e detritos fecais de aves, faz-se necessária a remoção, higienizando o local. Além disso, é importante que medidas sejam tomadas para impedir o acesso dessas aves ao edifício, além de elaborar um programa de manutenção periódica.

c) Tratamento das superfícies: antes de tudo, deve ser feita uma análise estratigráfica para buscar as cores originais. Obtido o resultado, necessita-se fazer uma análise dos estratos posteriores, para definir, então, a melhor cor a ser utilizada interna e externamente. Deste modo, é fundamental saber o tipo de reboco e de tinta utilizados na época da construção, tanto nas áreas internas como nas externas, para então definir um tipo de tinta compatível com os substratos. Deve-se, também, analisar as cores de cada elemento da fachada, para que se possa fazer uma proposta condizente que valorize o estilo arquitetônico utilizado.

d) As diretrizes para ocupação do espaço precisam respeitar os princípios fundamentais de mínima intervenção, distinguibilidade e retrabalhabilidade. O primeiro princípio deve direcionar as propostas de alterações internas para a ocupação da Estação da Noroeste do Brasil, baseadas em um juízo histórico-crítico, considerando a concepção original do edifício (distribuições dos espaços internos, circulações horizontais e verticais)

e as transformações ao longo do tempo. É de suma importância que o novo uso dado à estação seja adequado à configuração original, para que sejam feitas somente mínimas intervenções na estrutura física. O outro princípio, da distinguibilidade, considera que as intervenções executadas devem utilizar materiais distintos dos originais, mas que permitam a reintegração de sua imagem original. No caso de uma redistribuição dos espaços internos, aberturas de vãos, colocação de novas portas e de forro, necessitam ser diferentes, porém é preciso se integrar ao conjunto da obra. O último princípio, da retrabalhabilidade, prega que as intervenções executadas devam ser respeitadas, ou seja, a nova configuração interna da Estação poderá permitir intervenções futuras, sem desfigurar o espaço nem alterar a estrutura original.

e) As diretrizes para o contexto urbano devem se basear nos princípios do restauro urbano, buscando compreender a Estação da NOB como integrante de um sítio industrial composto por estações, oficinas e residências de funcionários das três estradas de ferro. É necessário, como “defendem os pressupostos da conservação integrada, buscar soluções a partir de esforços e contribuições multidisciplinares” (RUFINONI, 2013, p. 210). O papel contemporâneo da estação deve estar voltado ao uso da comunidade em geral, de preferência atividades relacionadas ao setor público que permitam rememorar a época áurea da ferrovia, sem se esquecer que é necessário que ela se torne um dos elementos organizadores do planejamento urbano da área central, juntamente com o restante do complexo ferroviário local. Porém, é imprescindível considerar o retorno das atividades da ferrovia e a permanência das linhas férreas principais.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica*, Bauru, ano XV, v. XV, jan./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV\\_1/AGB\\_dez2011\\_artigos\\_versao\\_internet/AGB\\_dez2011\\_11.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2016.

BAURU (São Paulo). Secretaria Municipal da Cultura. Codepac – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru. Processo de Tombamento nº 18030, 1996.

BAURU (São Paulo). Decreto Municipal nº 8.617, de 28 de outubro de 1999.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.

CASTILHO, Alfredo de. *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: relatório do ano de 1935*. Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. João Marques dos Reis, D.D. Ministro da Viação e Obras Públicas. [S.l.]: [s.n.]: 1936. Anual.

CENTURION, Monise. Codepac aprova “poderes” na estação. *JCNET*, Bauru, 26 set. 2009a. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=166737&ano=2009](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=166737&ano=2009)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Estação é declarada de utilidade pública. *JCNET*, Bauru, 18 out. 2009b. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=168351&ano=2009](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=168351&ano=2009)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Compra da estação: G7 quer que prefeito pechinche. *JCNET*, Bauru, 27 out. 2009c. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=168999&ano=2009](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=168999&ano=2009)>. Acesso em: 9 set. 2014.

COELHO, Gustavo Neiva. Art déco: os signos do poder na arquitetura oficial em Goiânia. In: 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA, 1., 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RJ; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU; Solar Grandjean de Montigny, 1997. p. 165.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez. Art déco: modernidade antes do movimento moderno. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA, 1., 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RJ; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU; Solar Grandjean de Montigny, 1997. p. 69.

DEFENSORES do patrimônio da ferrovia apoiam desapropriação. *Bom dia Bauru*, Bauru, 1 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.bomdiabauru.com.br/index.asp?jbd=3&id=85&mat=15111>>. Acesso em: 21 fev. 2006.

FRICELLI, Adriana. Prédio da NOB já é de utilidade pública. *JCNET*, Bauru, 29 jan. 2006. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/busca/busca\\_detalhe2006.php?codigo=67354](http://www.jcnet.com.br/busca/busca_detalhe2006.php?codigo=67354)>. Acesso em: 21 fev. 2006.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da noroeste paulista*. 240 p. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Nos trilhos do passado: o conjunto da NOB em Bauru. In: SEMINÁRIO NACIONAL E ENCONTRO LATINO-AMERICANO, 5., 2001, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: Unimep, 2001.

\_\_\_\_\_. As ferrovias no processo de reorganização do centro urbano de Bauru. In: ALVES, Silvana Aparecida; BITTENCOURT, Luiz Cláudio; AMARAL, Cláudio Silveira (Org.). *Arquitetura, urbanismo e paisagismo: contexto contemporâneo e desafios em áreas centrais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

GONÇALVES, Néelson. Estação da NOB pode virar shopping. *Jornal da Cidade de Bauru LTDA*, Bauru, Caderno Política, p. 4, 4 maio 2006.

\_\_\_\_\_. Banco pagará reforma da Estação. *JCNET*, Bauru, 30 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Politica/2013/12/banco-pagara-reforma-da-estacao.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Fapesp; SEC, 1998.

\_\_\_\_\_. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problemas teórico da restauração. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.12, p. 309-330, jan./dez. 2004

LIMA, João Francisco Tidei. *Antigo conjunto da Companhia N.O.B.* 2003. Disponível em: <<http://www.bauru.sp.gov.br/codepac.codepac.processostombados/parecer>>. Acesso em: 15 nov. 2003.

LOUSADA, Vinícius. Projeto inicia revitalização do Centro. *JCNET*, Bauru, 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Politica/2014/11/projeto-inicia-revitalizacao-do-centro.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

LUTZ, Américo Marinho. *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: relatório do ano de 1937*. Apresentado ao Exmo. Snr. General João de Mendonça Lima, D.D. Ministro da Viação e Obras Públicas. [S.l.]: [s.n.]: 1938. Anual.

MENDES, Aline. ABL terá sede própria na Estação Ferroviária de Bauru. *JCNET*, Bauru, 19 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Cultura/2015/07/abl-tera-sede-propria-na-estacao-ferroviaria-de-bauru.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

NAVARRO, Thiago. Prefeitura inicia obra em estação antiga da NOB aos poucos. *JCNET*, Bauru, 10 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Politica/2015/04/prefeitura-inicia-obra-em-estacao-antiga-da-nob-aos-poucos.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PAULETO, Ludmilla Sandim Tidei de Lima. *Diretrizes para intervenções em edificações ferroviárias de interesse histórico no Estado de São Paulo: as estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. 470 p. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PRÉDIO da estação será transferido hoje a Sindicato dos Ferroviários. *JCNET*, Bauru, 23 mar. 2010. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=179222&ano=2010&p](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=179222&ano=2010&p)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PREFEITURA dá 1º passo nesta semana para ocupar estação. *JCNET*, Bauru, 23 jan. 2006. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/busca/busca\\_detalhe2006.php?codigo=66905](http://www.jcnet.com.br/busca/busca_detalhe2006.php?codigo=66905)>. Acesso em: 21 fev. 2006.

PREFEITURA de Bauru abre licitação para reformar estação ferroviária. *JCNET*, Bauru, 28 set. 2010. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=192565&ano=2010&p](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=192565&ano=2010&p)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

RIEGL, Alois. *Il Culto Moderno dei Monumenti: Il suo carattere e i suoi inizi*. Bologna: Nuova Alfa, 1990.

RUFINONI, Manoela Rossinet. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Minuta de Resolução, Ata 1753, sessão 26 maio 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/72421055/dosp-executivo-caderno-1-01-07-2014-pg-40/pdfView>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Cultura. UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, CONDEPHAAT. Processo de Tombamento nº 30,367, 1992.

SECRETÁRIO quer que Estação Ferroviária abrigue mercado. *JCNET*, Bauru, 7 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Politica/2015/07/secretario-quer-que-estacao-ferroviaria-abrigue-mercado.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

SOARES, Naia Alban. Art déco e moderno: conceitos que se confundem no ambiente progressista brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA, 1., 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RJ; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU; Solar Grandjean de Montigny, 1997. p. 217.

SOUZA, Marcelo de. Ocupação da estação será em um ano e meio, diz Ana Maria Daibem. *JCNET*, Bauru, 24 jan. 2006. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/busca/busca\\_detalle2006.php?codigo=66968](http://www.jcnet.com.br/busca/busca_detalle2006.php?codigo=66968)>. Acesso em: 21 fev. 2006.

VASCONCELOS, Augusto Carlos de. *História do concreto armado no Brasil*: contribuições para a história da engenharia no Brasil/ coord. M. Vargas. São Paulo: Edusp, 1994.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*: problemas teóricos de restauro. Cotia: Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. Critérios e multidisciplinaridade na preservação do patrimônio industrial, *Taipa: Revista do Museu da Cidade de Curitiba*, n. 1, p. 6-17, 2012.

\_\_\_\_\_. A expansão ferroviária em São Paulo (Brasil) e problemas para a preservação de seu patrimônio. *TST, Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, n. 23, p. 166-197. dez. 2012. ISSN: 1578-5777.

SALCEDO, Rosío Fernández Baca; BENINCASA, Vladimir. *Questões contemporâneas*: patrimônio arquitetônico e urbano. Bauru: Canal 6, 2017.

Recebido em: 04/06/2017

Aprovado em: 08/12/2017

# ESTÁDIO DO PACAEMBU:

DO PALCO DE EMOÇÕES AO GIGANTE SEM DONO

**BIANCA MANZON LUPO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.**

Mestranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); especialista em Museologia e Coleccionismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (Febasp); arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail: bianca.lupo@usp.br.

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p107-133>

## **ESTÁDIO DO PACAEMBU: DO PALCO DE EMOÇÕES AO GIGANTE SEM DONO**

BIANCA MANZON LUPO

### **RESUMO**

Propõe-se uma reflexão sobre a inserção do futebol brasileiro nas dinâmicas globais nos anos recentes, suscitando pressões pela modernização de estádios sobretudo a partir da execução de eventos internacionais no Brasil – a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014). Nesse sentido, observa-se a disseminação do imaginário relacionado ao “padrão Fifa” e ao “sonho na nova arena” como desejo de representação da grandeza dos principais clubes brasileiros. Como esse contexto, entretanto, relaciona-se aos interesses associados à preservação de estádios encarados como patrimônio cultural? Para executar essa análise, emerge o caso do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, tombado em nível municipal e estadual, que vem sendo objeto de amplas discussões nas décadas recentes. O artigo pretende aprofundar a análise desses debates, investigando em que medida as intenções de concessão e modernização do estádio, baseadas no argumento da subutilização e dos altos custos de manutenção, incidem sobre o equipamento público, encarado como patrimônio cultural. Para tanto, o estudo se desenvolverá a partir de três aspectos: analisar o Pacaembu enquanto elemento de memória e identidade de grupos sociais; verificar em que medida o interesse de sua concessão é mobilizado de acordo com as dinâmicas dos estádios paulistas e aprofundar o entendimento sobre os debates recentes travados entre órgãos de preservação, administradores públicos, associações de bairro, entre outros agentes envolvidos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Construções esportivas. Estádios. Campo de futebol. Equipamento urbano.

## **STADIUM OF PACAEMBU: FROM THE STAGE OF EMOTIONS TO THE GIANT WITHOUT OWNER**

BIANCA MANZON LUPO

### **ABSTRACT**

In this article, we reflect on the insertion of Brazilian soccer in global dynamics in recent years, considering the recent international events in Brazil – the Confederations Cup (2013) and the Fifa World Cup (2014). There is a claim for the modernization of most Brazilian stadiums, related to the so-called “Fifa rules” for building stadiums and the “dream of the new arena” as a desire to represent the greatness of Brazilian soccer teams. How does this panorama relate to the preservation of Brazilian stadiums as cultural heritage? To investigate this question, we analyzed the Stadium of Pacaembu, in São Paulo, considered as cultural heritage by Conpresp (1988) and Condephaat (1990). This article will analyze how the modernization and privatization of the Stadium, based on the argument that it is underused and has high maintenance costs, relate to the vision of the stadium as cultural heritage and public equipment. Therefore, this study considers three mainly aspects: the importance of Pacaembu to the collective memory and social identity; how the interested parts in privatizing the stadium handle the dynamics from other important stadiums in the city; and deepening the knowledge on recent debates between preservation agencies, public administration, neighborhood associations and other agents involved with the question.

### **KEYWORDS**

Sport constructions. Stadiums. Football field. Urban equipment.

## 1 INTRODUÇÃO

Propõe-se para este artigo uma reflexão sobre a inserção do futebol brasileiro nas dinâmicas globais, suscitando pressões pela modernização de estádios nos anos recentes, mobilizada a partir de eventos internacionais sediados no Brasil – a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014) – associados à disseminação do imaginário relacionado ao “padrão Fifa” e ao “sonho na nova arena” como desejo de representação da grandeza dos principais clubes brasileiros, considerando especificamente o contexto paulistano. Entram em foco novos temas, como a gestão empresarial dos clubes e a construção e requalificação dos estádios da cidade. Nesse sentido, emerge o caso do Estádio Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, que vem sendo alvo de grandes polêmicas nos anos recentes acerca das intenções de concessão do estádio, que implicam na execução de projetos de modernização de suas instalações; colidindo, porém, com os interesses de preservação e conservação do edifício, defendidos por seu tombamento em nível municipal pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP, 1988) e estadual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT, 1998).

Os posicionamentos envolvidos são sintetizados pelos documentários *Pacaembu: o palco das emoções* (FAVORETTO, 2013) e *O gigante sem dono*

(BERCI; MAUES, 2012). A abordagem de Favoretto, baseada num viés histórico, encara o edifício enquanto objeto de memória, apresentando a cronologia dos principais eventos relacionados ao estádio: o loteamento do bairro do Pacaembu pela Companhia City, na década de 1930; a construção e inauguração do estádio em 1940 e os principais eventos esportivos, culturais e cívicos ocorridos nesse equipamento. Por outro lado, a proposta de Berci e Maues sinaliza claramente os embates recentes sobre o Estádio do Pacaembu – relacionados às intenções de modernização e concessão à iniciativa privada do conjunto esportivo, em contraste com os pontos de vista defendidos por representantes dos órgãos de tombamento, da associação de bairros Viva Pacaembu (2001) e do Museu do Futebol (instalado no estádio em 2008).

Diante desses embates, resta a pergunta discutida pelo artigo publicado na revista eletrônica de arquitetura *Vitruvius*: “O que será do Estádio do Pacaembu?” (OKSMAN, 2017). Problematizando a questão, o autor pontua que as intenções de concessão do estádio assumem como pressuposto a crença de que é um espaço subutilizado, que pode ser usado para outras atividades, como shows e eventos, diminuindo os custos públicos e gerando lucro para o setor privado. Contudo, a intenção de modernizar e conceder o estádio ameaça sua função de equipamento público, bem como pode acarretar obliterações indesejáveis no edifício, encarado como patrimônio histórico e cultural.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo analisar o debate que se configura nas décadas recentes sobre as intenções de concessão e modernização do Estádio do Pacaembu, baseadas no argumento da subutilização e dos altos custos de sua manutenção; investigando em que medida esses interesses incidem sobre o estádio enquanto patrimônio cultural e ameaçando seus usos como equipamento público. Logo, propõe-se a reflexão acerca do papel assumido pelos órgãos de preservação, os quais participam ativamente da elaboração de discursos que enfrentam os limites da lógica de mercado, a qual tende a instrumentalizar a cultura, em contraponto à teoria da impotência, que considera o patrimônio cultural como mercadoria e parte do princípio da despolitização, podendo gerar intervenções que favoreçam mecanismos de exclusão social.

Para tanto, o artigo analisará o Estádio do Pacaembu, considerado como elemento de memória e identidade de grupos sociais; a variação das dinâmicas dos estádios no estado de São Paulo, mobilizando frequentemente propostas de modernização e concessão do Pacaembu; e os debates recentes travados entre órgãos de preservação, administradores públicos, associações de bairro, entre outros. A discussão das propostas de intervenção e dos discursos mobilizados pelos diferentes agentes sociais pretende aprofundar a compreensão dos complexos processos que envolvem a preservação patrimonial na contemporaneidade.

## 2 O PALCO DE EMOÇÕES: MEMÓRIA E IDENTIDADE

A relevância cultural do Estádio do Pacaembu se associa diretamente ao processo de introdução, popularização e profissionalização do futebol no país, consistindo num dos primeiros estádios de grande porte a serem erguidos no Brasil. Construído entre os anos de 1936 e 1940, o Pacaembu se insere num contexto em que “a popularização do futebol transcende tal prática à condição de um espetáculo de massas, o que suscita investimentos do Estado neste esporte como um símbolo da nação” (BOCCHI, 2016, p. 24), mobilizando a construção de uma série de equipamentos voltados para a prática esportiva no país<sup>1</sup>.

O Estádio do Pacaembu foi projetado e construído pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares (WENZEL, 2012), partindo da concepção original idealizada no Departamento de Cultura pelo escritor Mário de Andrade e por Paulo Duarte, durante a gestão do prefeito Fábio Prado (1934-1938). Originalmente, o projeto do complexo esportivo abarcava um amplo programa social e de educação a ser desenvolvido, que continha pista de atletismo, ginásio poliesportivo, piscina olímpica, quadras de tênis,

1. Sobre a construção dos seguintes estádios em nível estadual: o Parque Antarctica (1900), comprado pelo clube Palestra Itália (atual Sociedade Esportiva Palmeiras) em 1920; o Estádio Urbano Caldeira, a Vila Belmiro (Santos, 1916), do Santos Futebol Clube; o Estádio Doutor Oswaldo Teixeira Duarte, o Canindé (1953), da Associação Portuguesa de Desportos; o Estádio do Morumbi, construído pelo São Paulo Futebol Clube (1960). Ao se ampliar o olhar para a escala nacional, observa-se também a construção do Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro, 1950); e a proliferação de estádios pelo Brasil nas décadas de 1960 e 1970 – dentre os quais pode-se citar o Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão (Belo Horizonte, 1965); o Estádio Governador Plácido Castelo, o Castelão (Fortaleza, 1973), o Estádio Jornalista Edgar Augusto Proença, o Mangueirão (Belém do Pará, 1978), entre outros.

salão de festas, vestiários, concha acústica, áreas administrativas, alojamentos e salão para recepções. Foi considerado um impulso efetivo para a consolidação do loteamento do bairro, desenhado pela Companhia City, a partir do conceito de cidade-jardim, no início do século XX. Destacam-se características particulares de sua inserção urbana, como a acomodação das dimensões do estádio ao fundo de vale, conforme o trecho:

Por acaso ou não, o Estádio do Pacaembu materializará, em 1940, esse desejo e essa vocação paulistana: ele vem a ser atualização de um estádio de futebol inscrito em vale. [...] O seu ajuste paisagístico e urbanístico combina a racionalidade dos efeitos arquitetônicos imediatamente visíveis com a sensualidade dos substratos telúricos envolvidos. Encaixado perfeitamente “*nos taludes de uma grotta úmida*” [...], o estádio se aninha no seu entorno, mais do que se ergue sobre ele, ajustando-se elegantemente como um anfiteatro construído num anfiteatro natural [...]. Ademais, a própria marca do pênalti, calculada como o centro exato do semicírculo que compõe a arquibancada norte, a da entrada, é o índice tácito de um projeto em que campo de jogo, arquitetura, geologia e urbanismo integram uma mesma concepção irradiadora (WISNIK apud WENZEL, 2012, p. 23).

Na arquitetura do Pacaembu, pode-se observar o despojamento ornamental, sobriedade, simetria, monumentalidade, ênfase nas linhas geométricas puras e rigor das proporções. Logo, é comumente considerado um exemplar dos estilos *art déco*, protorracionalista ou fascista (WOLFF apud WENZEL, 2012, p. 72) – comumente utilizados na arquitetura pública da era varguista (OLIVEIRA, 2008). Faz-se necessário lembrar que as memórias associadas ao estádio frequentemente recordam eventos culturais e cívicos. Como exemplo, cita-se sua importância nas celebrações do IV Centenário de São Paulo, em 1954-55 (FAVORETTO, 2013), em comemorações de feriados nacionais no período da Ditadura Militar e em manifestações públicas pela redemocratização do país.

Evidentemente, sua importância cultural se associa fortemente, mas não exclusivamente, às memórias do futebol encarado como “fonte de socialização e organizador de identidades” (CANCLINI, 2012, p. 75). O Estádio do Pacaembu foi palco de inúmeros eventos esportivos, em âmbito nacional

e internacional, tendo sediado seis partidas da Copa do Mundo de Futebol em 1950 – incluindo um jogo da seleção brasileira (Brasil vs. Suíça) – e tendo sido espaço de abertura e encerramento dos Jogos Pan-americanos de 1963 (LIMA, 2013).

Em escala estadual e municipal, pode-se observar que o Pacaembu se relaciona a eventos importantes na história das principais equipes paulistas, sendo conhecido como “a casa de todos os clubes” (FAVORETTO, 2013). Conforme aponta o historiador Celso Unzelte (BERCI; MAUES, 2012), é possível periodizar os momentos de maior identificação entre o Estádio do Pacaembu e a memória do São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras, Santos Futebol Clube e Sport Club Corinthians Paulista. Logo, destacam-se alguns fatos de relevância: a aclamação do São Paulo no desfile de inauguração do Estádio diante de Getúlio Vargas, em 1940; o Palmeiras, como o time mais vezes campeão na história do Pacaembu, com 23 títulos (BERCI; MAUES, 2012); Pelé, como o maior artilheiro do Estádio, vestindo a camisa do Santos, com 115 gols (Ibidem) e forte relação entre o Pacaembu e o Corinthians, que ali jogou a maior parte de suas partidas entre os anos 1970 e 2010. Além disso, enfatizam-se eventos recentes ocorridos no Estádio, como a final da Copa Libertadores da América disputada pelo São Caetano, em 2002; sua conquista pelo Santos, em 2011 e pelo Corinthians, em 2012.

A importância do urbanismo, arquitetura, eventos cívicos, sociais e futebolísticos de relevância que ali ocorreram, assim como o vínculo afetivo com a população (WENZEL, 2012, p. 84), fundamenta o tombamento do edifício pelo Conpresp (1988) e pelo Condephaat (1998), considerando:

a importância do Conjunto Esportivo do Pacaembu para a história do esporte paulista, cujas origens remontam a iniciativa de educação pelo esporte de jovens paulistanos, a realização de campeonatos e competições esportivas de caráter nacional e internacional a solenidades cívicas; a qualidade de sua arquitetura e de sua implantação que soube inserir projeto de grandes dimensões na paisagem, respeitando-a e ao mesmo tempo valorizando urbanisticamente o bairro do Pacaembu” (Ibidem, s.p.).

Além disso, foram incluídos no tombamento três elementos urbanísticos localizados nas proximidades do Estádio, conforme consta na inscrição nº322 do *Livro de Tombo Histórico* (26 ago. 1998): a ponte da avenida General

Olympio da Silveira sobre a avenida Pacaembu; o muro do Cemitério do Araçá, na lateral da avenida Major Natanael, e a Praça Charles Miller.

### 3 O GIGANTE SEM DONO: A DANÇA DOS ESTÁDIOS PAULISTAS

Diante do contexto apresentado, observa-se que as transformações nas práticas esportivas e das torcidas decorrentes da institucionalização, profissionalização e massificação do futebol no país influenciam diretamente nas dinâmicas de construção, ampliação e remodelação de estádios de futebol brasileiros – nas quais se inseriu a própria construção do Estádio do Pacaembu. Conforme aponta Gabriel Bocchi (2016), nas décadas de 1960 e 1970 observou-se, no Brasil, um processo de agigantamento dos campos de futebol – que levou inclusive à demolição da concha acústica, em 1969, para a introdução de uma arquibancada conhecida como “Tobogã” no Pacaembu. Nos anos 1980 e 1990, a adoção de normas mais rígidas para interiores de estádios implicou em reduções na capacidade de público. A partir dos anos 2000, observa-se a frequente conversão de estádios em arenas esportivas multiúso, sobretudo em razão da candidatura do país, em 2003, pela Confederação Brasileira de Futebol, para a Copa das Confederações (2013) e para a Copa do Mundo (2014). Diante desse contexto, evidencia-se um processo de modernização dos estádios brasileiros, segundo “as novas exigências do futebol contemporâneo, codificadas pela Fifa, concentradas na garantia de conforto oferecida a um público consumidor” (WISNIK apud WENZEL, 2012, p. 26).

Além da adequação da infraestrutura, a construção das arenas multiúso por meio de parcerias com iniciativas privadas vem sendo considerada uma estratégia que alude ao imaginário de grandeza dos clubes e a uma intenção de diálogo com padrões de competições esportivas a nível global; estabelecendo contratos de financiamento e exploração econômica que viabilizam as obras sem onerar os clubes, incluindo mecanismos de venda de ingressos via carteirinhas de sócio-torcedor, utilização do espaço para shows e eventos internacionais, entre outros. Expectativas, demandas e imaginário associado à construção de estádios – que frequentemente se relacionam ao desejo de representação da grandeza dos clubes – contribuem para o condicionamento dos processos de aquisição, reforma e modernização dos demais estádios da cidade, incidindo diretamente sobre os fluxos de utilização do Estádio do Pacaembu.

Embora o fato de ser um estádio municipal tenha conferido ao Pacaembu a particularidade de conjugar momentos importantes para a memória e história dos principais clubes esportivos de São Paulo num mesmo espaço; também esse argumento frequentemente é mobilizado no sentido de atribuir ao Pacaembu uma condição de suposto abandono, sobretudo em face de ampliações, compras ou revitalizações de outros equipamentos esportivos – sendo os casos mais recentes a inauguração da Arena Corinthians, em Itaquera, e a remodelação do antigo Parque Antártica, convertido em Allianz Parque, na Água Branca. Em ambos os casos, os projetos executados desenvolveram a concepção de arenas esportivas contemporâneas.

Entre os anos de 2010 e 2014, o antigo estádio Palestra Itália foi remodelado e convertido na arena multiúso Allianz Parque, concebida para receber esportes, entretenimento e eventos corporativos; alimentando o desejo de construção de “um dos estádios mais modernos das Américas”<sup>2</sup>. Se, durante o período de obras, o Palmeiras concentrou seus jogos no Pacaembu, por outro lado, a reinauguração da arena reduziu o número de partidas da equipe no estádio municipal.

Questão semelhante pode ser observada com a construção da Arena Corinthians, que “dava forma ao projeto corinthiano de possuir um estádio de grandes dimensões” (BOCCHI, 2016, p. 21). Desde a década de 1970, em paralelo a diversas tentativas de construção de um estádio particular<sup>3</sup>, o Pacaembu passou a abrigar grande parte dos jogos do Corinthians. Em 2009, foi alvo de interesse de arrendamento pelo clube (OHATA, 2009). Segundo o trecho:

Tramitava entre os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo um projeto para o arrendamento do Estádio do Pacaembu à iniciativa privada, sob um contrato que tinha como principal interessado o Corinthians. Um projeto de reforma foi apresentado pelo então secretário Walter

2. Ver: <[www.palmeiras.com.br](http://www.palmeiras.com.br)>.

3. Em 1978, foi elaborado um projeto de estádio de grande porte do Corinthians em um terreno em Itaquera. Em 1980, propôs-se a reforma do Estádio da Ponte Grande, a Fazendinha, construída pelo Corinthians em 1918, mas que não possuía infraestrutura adequada para sediar as partidas do clube. É possível observar uma série de tentativas que não vingaram para a construção do estádio do Corinthians, como demonstra Bocchi (2016).

Feldman, ao custo de 250 milhões de reais, dos quais 100 seriam obtidos pelo Corinthians por meio de investidores, no entanto a proposta sofreu veto do prefeito em exercício, Gilberto Kassab (BOCCHI, 2016, p. 46).

O projeto em questão, conhecido como “Novo Pacaembu”, previa a cobertura do estádio, o fim do “Tobogã”, o rebaixamento do campo e a criação de estacionamento subterrâneo, camarotes e lojas. Segundo o presidente da Fifa, Joseph Blatter, o Pacaembu modernizado surgia inclusive com possibilidade de sediar a Copa do Mundo de 2014 (THADEU; KRIEGER, 2009). Depois das fracassadas negociações, em 2010 anunciou-se a construção da Arena Itaquera, com o intuito de sediar a Copa do Mundo em São Paulo. A construção do estádio<sup>4</sup> ocorreu entre maio de 2011 e maio de 2014.

Vale ressaltar que o Estádio do Morumbi também foi cogitado como possível sede da Copa do Mundo, e para tanto elaborou-se um projeto que previa a cobertura do estádio e a criação de uma arena multiúso que poderia ser explorada pelos investidores para a realização de shows e eventos. Contudo, entraves políticos, bem como a dificuldade de adaptar o estádio existente ao “padrão Fifa”, “resistências da oposição são-paulina e falta de dinheiro” (MATTOS, 2014, s.p.) arrefeceram as discussões nesse sentido.

Por sua vez, o Santos também tem apresentado propostas para resolver o problema da capacidade insuficiente do estádio da Vila Belmiro<sup>5</sup>, com a intenção de modernizar seu estádio. Afinal, “Palmeiras e Corinthians construíram suas Arenas e o Santos seria o único grande clube do estado sem um estádio à altura de sua grandeza” (CUNHA, 2015, s.p.). Em 2015, o Pacaembu foi cogitado como alvo de interesse do clube, sendo que tiveram andamento negociações mediadas pelo presidente do Santos, Modesto Roma Júnior (eleito em 2014) para a elaboração de propostas de intervenção no Estádio, dentre as quais se destaca a Arena Santos Pacaembu (Ibidem).

4. A construção do estádio foi viabilizada mediante a articulação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ricardo Teixeira e do então presidente do Corinthians Andrés Sanchez, em parceria com a empresa de construção Odebrecht (Ibidem).

5. A Vila Belmiro, atualmente, possui capacidade para 16mil pessoas. Em 2006, com intenções de sediar jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo, o presidente do Santos, Marcelo Teixeira, apresentou projeto de arena multiúso a ser construída em Diadema (VALENTIM, mar. 2006). Outra proposta aventada no ano seguinte, em 2007, foi a de ampliação e modernização do estádio Urbano Caldeira, a Vila Belmiro (LIMA, 2007). Nenhuma dessas propostas foi viabilizada.

As negociações entre a diretoria santista e a prefeitura de São Paulo, tramitadas entre 2015 e 2016, que apresentavam o viés de conceder a gestão futebolística do Pacaembu ao Santos por período determinado, desandaram em prol da proposta de construção de uma nova arena multiúso a cerca de 500 m da antiga Vila Belmiro (VENTURA, 2016), observando-se que “a concessão do Pacaembu não inviabiliza o sonho santista de construir uma arena” (JOÃO..., 2016, s.p.). Em janeiro de 2017, a diretoria do Santos anunciou a impossibilidade de o clube assumir os custos do Pacaembu (SANTOS; MUSETTI, 2017).

O panorama apresentado sintetiza os principais eventos que teceram o cenário da construção e modernização de estádios em São Paulo nos anos recentes, mobilizando desejos de representatividade, grandeza e competitividade dos clubes. A “dança” dos estádios paulistas resvala nos interesses e especulações de intervenções que frequentemente incidem sobre o Estádio do Pacaembu. De modo geral, cada movimento de afirmação de um clube em relação ao estádio próprio ressoa para o Pacaembu como uma possibilidade a menos de utilização – e, com a indefinição de usos, potencializam-se argumentos referentes ao custo oneroso do equipamento público para o município, configurando um discurso da subutilização que incide sobre a necessidade de modernização de suas instalações. Tais propostas frequentemente se associam à intenção de concessão do Pacaembu, fortalecendo a ameaça à permanência e à sua função de espaço municipal e público; além de possibilitarem a descaracterização do bem entendido como patrimônio cultural.

#### 4 O ESTÁDIO DO PACAEMBU: CAMPO DE DISPUTAS

Com a intenção de compreender melhor como se dá a complexa rede de interesses que envolvem as polêmicas atuais sobre os futuros do Estádio do Pacaembu, pretende-se esmiuçar a construção do discurso da subutilização, fundamentado numa crença na ineficiência da gestão estatal e no argumento de que esta não constitui uma prioridade pública. O argumento dos altos custos da manutenção de estádios esportivos e a análise de modelos de gestão a partir de parcerias com a iniciativa privada configura-se como o principal articulador das recentes propostas de concessão do estádio. Conforme o trecho:

Atualmente, a Prefeitura gasta R\$ 9 milhões por ano com a manutenção do estádio. Com a inauguração da Arena Corinthians e do Allianz Parque no ano passado, o estádio irá perder dinheiro com a arrecadação dos jogos e pode se tornar um “elefante branco”, já que era usado principalmente nas partidas de Palmeiras e Corinthians. Sem sua sustentabilidade econômico-financeira, o Pacaembu viraria um transtorno para os cofres públicos (PINHO, 2015, s.p.).

Embora as discussões acerca da subutilização do Pacaembu tenham se acentuado sobretudo nos anos recentes, o desejo de concessão do Estádio Municipal, diante do argumento da impossibilidade de o município conservar e manter seu estádio, configura uma questão de longa data. A análise de artigos de jornal publicados pela *Folha de S. Paulo* permite traçar um panorama das sucessivas investidas que o estádio vem sofrendo desde 1994, durante a gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996), conforme as matérias “Corinthians pode comprar o Pacaembu” (1994) e “Oposição quer barrar a venda do Pacaembu” (ROCHA FILHO, 1994).

Na ocasião, a população se manifestou em dois abaixo-assinados contrários à concessão, o primeiro com 5.251 assinaturas, encaminhado pela Associação dos Moradores e Amigos do Pacaembu e Perdizes; e o segundo com 522 assinaturas, mobilizado por frequentadores do estádio (SANTOS, 2006). Esses eventos implicaram na retomada do pedido de tombamento encaminhado anteriormente ao Condephaat, reaberto em dezembro do mesmo ano, conforme a matéria “Estado tomba Estádio do Pacaembu” (AGOSTINHO, 1994). De acordo com a reportagem, o tombamento pode ser encarado como uma resposta às intenções de concessão manifestadas pela prefeitura, temendo a descaracterização do bem cultural. A necessidade de autorização prévia do órgão para a execução de obras tornaria as possibilidades de concessão menos atrativas, podendo até mesmo “inviabilizar o processo de privatização do estádio, iniciado pela prefeitura há dois meses” (Ibidem, s.p.).

A curto prazo, a medida parece ter sido eficaz no sentido de retardar mudanças na gestão do Estádio Municipal, como indica a matéria “Maluf desiste de vender Pacaembu” (AUGUSTO, 1995). Contudo, o debate acerca dessa questão se manteve vivo nos governos seguintes, sendo retomado durante a gestão de Celso Pitta (1997-2000) – como demonstra a matéria

“Pitta quer privatizar Anhembi e Estádio (1999) – e desarticulado com Marta Suplicy (2001-2004) e José Serra (2005-2006) – conforme “Marta Suplicy descarta promover privatizações” (GOIS, 2000) e “Serra veta projeto que autorizaria privatização do Pacaembu” (SOARES, 2006).

Como iniciativa para potencializar a utilização do Pacaembu, em 2008 foi inaugurado o Museu do Futebol, ocupando a porção frontal do estádio, como demonstra “O Museu do Futebol é inaugurado no Estádio do Pacaembu” (XAVIER FILHO, 2009), a partir de projeto do arquiteto Mauro Munhoz (Associação Casa Azul). Segundo seu depoimento<sup>6</sup>, a parceria entre os órgãos de preservação se mostrou sensível à argumentação e às mudanças propostas pelo projeto, entendido como possibilidade de melhorar a articulação entre o estádio e a praça, potencializando os usos do espaço.

As discussões foram retomadas durante a gestão de Gilberto Kassab (2006-2012). Em 2009, foi criada a Comissão de Estudos para Debates e Discussões sobre a Destinação do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. Conforme consta no relatório final resultante desse processo – o pronunciamento do secretário municipal de esportes, lazer e recreação, Walter Meyer Feldman – sinalizou:

a necessidade de adequação e modernização da qual padece o Estádio, patrimônio municipal, que é bem tombado, para que possa se colocar em condições de uso o custo da reforma e as possibilidades a serem discutidas, relativas ao destino que se pretende dar ao Estádio “Paulo Machado de Carvalho”, quais sejam, manter-se como um equipamento público, gerido e custeado pelo Estado ou abrir-se ao interesse privado, no qual a concessão é hipótese, de forma a garantir os altos investimentos necessários, cerca de R\$ 200 milhões, para a modernização do Estádio (SÃO PAULO, 2009, p. 1).

Na ocasião, foram ouvidos membros representantes do Museu do Futebol, apresentando o modelo de gestão adotado pelo museu via Organização Social (OS), e da Associação Viva Pacaembu, criada em 2001 como voz dos moradores – que apresentaram a defesa do Pacaembu como equipamento de bairro. Nesse evento, o Corinthians manifestou interesse em se tornar

6. Entrevista concedida pelo arquiteto Mauro Munhoz em 16 de março de 2015.

concessionário do estádio, de acordo com Luis Paulo Rosenberg, diretor de marketing do clube. Também participaram da reunião o presidente do Conpresp, o arquiteto José Eduardo de Assis Lefèvre, que abordou o assunto do ponto de vista da concessão e da intervenção física relacionada ao tombamento. O arquiteto esclareceu que as intervenções pretendidas para o estádio seriam avaliadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) para posterior deliberação pelo Conpresp – pontuando a importância da instalação do Museu do Futebol no sentido de potencializar sua utilização e frequência, e defendendo a permanência do Pacaembu como equipamento público na sua integridade.

A conclusão do relatório apontou parecer favorável pela concessão do estádio para a iniciativa privada. A única manifestação em contrário foi proposta pelo vereador Marco Aurélio Cunha, que defendeu a permanência do caráter público do Pacaembu, posicionando-se contra sua concessão a uma equipe em particular. O vereador propôs o estabelecimento de um consórcio entre os principais clubes do estado, que ali jogariam uma partida a cada dois ou três meses. Entretanto, o posterior veto do prefeito Gilberto Kassab à proposta aprovada pela Câmara dos Vereadores adiou, mais uma vez, o desenrolar das intenções de concessão do Pacaembu.

Em 2010, o Decreto Municipal nº 51.387 estabeleceu parâmetros para a apresentação de projetos no que se refere ao estabelecimento de parcerias público-privadas, concessão comum de obras e permissão de serviços públicos, para interessados tanto do setor público quanto do privado. As discussões sobre o destino do Pacaembu voltaram à tona em 2015 (MARETTI, 2015), durante a gestão de Fernando Haddad (2013-2016). Em janeiro, foi executado um chamamento público (SÃO PAULO, 2015) aberto pelo município, solicitando a apresentação de propostas por empresas e associações interessadas na concessão do estádio. Conforme o trecho:

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo, coadjuvada pela Comissão Especial de Avaliação [...] publica este comunicado para a apresentação, por eventuais interessados da iniciativa privada, de estudos técnicos e modelagem de projeto de concessão para Modernização, Restauração, Gestão, Operação e Manutenção do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho – Pacaembu, de acordo com as exigências estabelecidas neste comunicado (Ibidem, p. 1).

Estabeleceu-se uma série de requisitos para guiar a execução de propostas de intervenção e gerenciamento, incluindo a modernização do centro poliesportivo, a proposição de modelo de exploração comercial do estádio, a restauração e modernização da Tribuna do Prefeito, a manutenção do nome “Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho” e do apelido “Pacaembu”, o uso do campo pelo município em dez datas anuais, o respeito às restrições e determinações contidas no tombamento e a não interferência no Museu do Futebol (Ibidem, p. 3-4). A justificativa de execução do chamamento público, solicitando propostas de soluções arquitetônicas, modelos de negócios e de exploração comercial, perpassa o argumento da subutilização e da necessidade de modernização, conforme demonstra o trecho:

o Pacaembu encontra-se atualmente subutilizado e sem condições técnicas de servir à população da forma como originalmente foi desenhado. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação considera prioritária a concepção de um novo modelo para a gestão do Pacaembu, que envolva a completa modernização do conjunto esportivo, credenciando-o para abarcar competições internacionais e servir de centro de treinamento de esporte, bem como uma gestão eficiente do estádio, retomando inclusive sua vocação como espaço para eventos culturais, tudo isso respeitando-se as restrições do tombamento pelo Patrimônio Histórico e os limites de comodidade da vizinhança (Ibidem, p. 2).

Dentre as exigências técnicas solicitadas pelo comunicado, estão a instalação de 40 mil assentos individuais nas arquibancadas, gramado adequado às dimensões obrigatórias, cobertura do estádio, construção de estacionamento com pelo menos duas mil vagas para automóveis, projeto de iluminação e intervenções em áreas técnicas, de imprensa, piscina e centro esportivo. Em março, foi publicada uma lista oficial, na qual apareciam sete propostas de intervenção: Arcadis Logos SA; consórcio Arena Assessoria de Projetos Ltda. com AGR Projetos e Estruturação Ltda., Castello Branco Lobosco e Gama Advogados; Construcap (CCPS Engenharia e Comércio SA e BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda.); Latin United Arenas; Fernandes Arquitetos Associados com SBP do Brasil Projetos Ltda. e Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura Ltda.; Associação

Casa Azul e Associação Viva Pacaembu (SPINASSÉ, 2015a). À exceção das duas últimas propostas, que sugeriram projetos voltados para usos públicos e sociais (HERDY, 2015), as demais possuíam como referencial o modelo “arena multiúso”.

Das sete propostas que inicialmente seriam apresentadas, apenas três desenvolveram seus estudos: o consórcio Arena AGR, Fernandes Arquitetos Associados e Associação Casa Azul (PINHO, 2015). Em paralelo, a mídia continuava veiculando reportagens sobre as incertezas quanto ao futuro do Pacaembu, conforme indicam as matérias: “Abandonado, Pacaembu terá prejuízo recorde em 2015” (NICOLA, 2015); “Pacaembu pode amargar um dos piores prejuízos de sua história” (COLOMBO, 2017) e “Subutilizado, Pacaembu receberá jogos e pode virar casa do rúgbi” (2015).

Em resposta às propostas apresentadas, destaca-se a manifestação de José Eduardo de Assis Lefèvre, em nome do Condephaat, que consta no parecer nº 75.875/2016. Nesse documento, o arquiteto se posiciona contrário às obras propostas pelos escritórios Fernandes Arquitetos Associados e Associação Casa Azul, criticando também o fato de o chamamento público ter sido realizado antes da consulta aos órgãos de preservação, conforme o trecho transcrito a seguir:

Saliente-se ainda, inicialmente, a forma transversa de, ao invés de partir de um quadro preservacionista já cabalmente configurado, com valores e elementos definidos a preservar, abrir um chamamento público para depois consultar o órgão estadual de preservação, colocando-o na posição de impedir uma pretendida ‘modernização’, que se configura na realidade como uma ampla descaracterização do patrimônio tombado nos níveis estadual e municipal (SÃO PAULO, 2016a, p.1).

Como justificativa, Lefèvre indica que a proposta de cobertura das arquibancadas desfigura o caráter aberto do estádio, impactando negativamente na relação entre o interior e o exterior. Além disso, esclarece que o rebaixamento do gramado não é possível de acordo com as resoluções de tombamento integral deliberadas pelo Conpresp e pelo Condephaat, desconfigurando as relações geométricas que caracterizam o projeto e a excelente visibilidade que as arquibancadas conferem ao gramado. Também destaca que o tombamento não é restrito apenas às fachadas externas; mas

que mesmo se assim o fosse, os projetos em questão comprometeriam todas as fachadas, além de prejudicar as relações urbanas do edifício. Outros problemas apontados em seu parecer são a crítica à transformação do “patrimônio cultural” em “patrimônio comercial”, bem como a questão do acesso público ao conjunto esportivo – que atualmente é aberto à população, exceto em casos de competições esportivas.

Rebatendo o discurso da subutilização do estádio, Lefèvre indica que justamente devido à sua configuração enquanto arenas esportivas multiúso, os estádios do Corinthians e do Palmeiras frequentemente têm-se encontrado indisponíveis para jogos, os quais são transferidos para o Pacaembu ainda nos dias de hoje. Nesse sentido, o arquiteto se manifesta contrário à execução dos projetos em questão, primando-se pela

observância dos princípios teóricos consagrados na disciplina de restauro, quais sejam: a identificação e respeito aos valores que conduziram o bem a ser reconhecido como Patrimônio Cultural, respeitar o princípio da mínima intervenção e respeitar o princípio da reversibilidade das intervenções a serem realizadas (Ibidem, p. 1).

Em 1º de janeiro de 2017, quando João Dória assumiu a prefeitura de São Paulo, ele instituiu o Plano Municipal de Desestatização por meio do Decreto nº 57.576/17, incumbindo à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP) o estabelecimento de diretrizes para a articulação de políticas estratégicas em parceria com o setor privado. Por sua vez, editou o Decreto nº 57.678/17, de 4 de maio, regulamentando o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), de modo a subsidiar a administração pública na estruturação de empreendimentos de concessão.

No mês seguinte, o prefeito encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei nº 1-00364/17, com objetivo de disciplinar a concessão do complexo composto pelo Estádio do Pacaembu e centro poliesportivo. Em paralelo, o município abriu um chamamento público (SÃO PAULO, 2017d) solicitando a apresentação de propostas por empresas e associações interessadas na concessão do Pacaembu, tendo em vista a revogação do chamamento anterior em abril do mesmo ano. É possível observar que o edital do segundo chamamento apresenta caráter mais genérico em relação ao precedente. Embora estabeleça que os estudos preliminares devem estar

de acordo com as determinações dos órgãos de tombamento, não há indicações quanto ao programa a ser desenvolvido pelo projeto, nem exigências de adaptação do estádio às competições internacionais. Outra diferença significativa é que se torna possível a exploração dos direitos comerciais do nome do estádio. Ainda, o texto esclarece que o principal objetivo da concessão é desonerar a administração municipal dos custos dispendidos com a manutenção do estádio.

A Câmara Municipal aprovou em duas votações o referido projeto de lei, permitindo a concessão do estádio para a iniciativa privada (VECCHIOLI, 2017; SETO, 2017), que ainda deve ser sancionado pelo prefeito. Vale ressaltar que as propostas apresentadas em resposta ao chamamento devem ser avaliadas pelos órgãos de patrimônio. Em seguida, os nomes dos consórcios habilitados serão divulgados no *Diário Oficial* e terão 60 dias para entregar seus estudos, que devem ser novamente avaliados pelos órgãos competentes. Posteriormente, deve-se elaborar e publicar o edital de licitação, sendo que o prazo máximo de concessão previsto é de 35 anos, e será permitida a execução de shows, espetáculos e eventos no local.

Essa é uma questão que preocupa os moradores, podendo gerar perturbação ao bairro, conforme explicita a Associação Viva Pacaembu<sup>7</sup>. Também existe a exigência de que o vencedor apresente Projeto de Intervenção Urbanística (PIU) para o entorno, propondo soluções para minimizar eventuais aumentos de tráfego na região, além de manter as gratuidades previstas em lei que existem atualmente. Dentre as manifestações de oposição às decisões em andamento, questiona-se a falta de comprovação dos altos custos de manutenção atribuídos ao estádio. Além disso, os vereadores Antonio Donato e Celso Jatene apontam como problema a aprovação de um projeto genérico. Afinal, “os estudos que tinham que ser feitos antes não estão concluídos. Discutimos apenas uma vaga ideia de projeto. Pode ser bom, pode ser ruim. Aprovou-se uma concessão genérica, sem ideia do conteúdo” (DORATO apud SETO, 2017, s.p.).

7. Disponível em: <<http://www.vivapacaembu.com.br/>>.

## 5 REFLEXÕES: HÁ ALTERNATIVAS PARA O PACAEMBU?

O contexto apresentado, que gira em torno da ideia de patrimônio entendido como espaço de luta social, “envolto em disputas, reformulações e conflitos” (PINHEIRO, 2016, p. 69), pode ser sintetizado em duas visões antagônicas, que envolvem o olhar sobre o patrimônio, ora encarado como elemento de identidade, ora como mercadoria (Ibidem, p. 74). Logo, apresenta-se a ideia de que o bem cultural é considerado viável de sustentação econômica caso enobrecido e transformado em atração – como mostram as propostas de conversão do Pacaembu em arena multiúso. As discussões giram em torno de momentos em que, conforme o trecho:

O conjunto esportivo teve ameaçada sua permanência ou sua função de espaço municipal e espaço público. Governantes menos sensíveis ao apreço que os paulistanos têm por ele volta e meia pensam em arrendá-lo, vendê-lo para [...] times particulares de futebol, sem muita preocupação com a preservação das características arquitetônicas e urbanísticas que contribuíram para sua consagração (WOLFF apud WENZEL, 2012, p. 82).

Até mesmo no que refere à procura do Pacaembu por equipes privadas, o estádio não parece coincidir com o disseminado “sonho da arena esportiva”. Se por um lado as equipes se identificam em termos de memória com o estádio; por outro, suas características espaciais e arquitetônicas não se associam à referência de modernidade emanada pelas novas arenas que passam a compor o tecido das cidades contemporâneas, não representando adequadamente o modelo de grandeza almejado pelas equipes.

A diminuição do número de partidas disputadas pelos principais times do estado, nutrida pelas dinâmicas de construção e reformulação dos estádios de São Paulo, abre margens para o discurso da subutilização associado à necessidade de modernização e à transferência de sua gestão para a iniciativa privada. Outras soluções, como o incentivo à execução de partidas de outras equipes no estádio, como sugere o artigo “Pacaembu pode ser a ‘casa’ do Flamengo em 2017” (JUNIOR, 2017), que apresentam resultados satisfatórios segundo o autor, não parecem ser consideradas possibilidades efetivas para o problema – que recorrentemente retorna às propostas de modernização e concessão.

No caso analisado, o estudo das fontes indica que o tombamento do complexo esportivo pelo Condephaat (1998) surgiu como ênfase ao prévio tombamento executado pelo Conpresp (1988) em resposta às pressões pela modernização e concessão do estádio que emergiram no início da década de 1990. Deve-se esclarecer, contudo, que o tombamento não incide sobre o uso, nem sobre a gestão; embora nesse caso específico possíveis impedimentos à execução de obras têm-se mostrado como entrave para a venda ou concessão do equipamento à iniciativa privada. Sobretudo no que se refere ao órgão estadual, embora o parecer que justificou o tombamento do estádio tenha considerado aspectos não só arquitetônicos e urbanísticos, mas também elementos relacionados à história e memória da cidade; o argumento técnico-estilístico da descaracterização do bem foi o principal mobilizador dos pareceres contrários às obras de intervenção propostas.

Cecília Rodrigues dos Santos, em “O Pacaembu é do povo, assim como o céu é do avião...” (2006), também aponta a necessidade de ampliar o olhar dos custos de manutenção do equipamento, considerando também os custos sociais e culturais que decorrem desse tipo de operação. Para tanto, sua argumentação faz referência ao artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988, no qual se dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (Ibidem, s.p.). Ela alude inclusive às cartas internacionais que estabelecem doutrinas em relação à preservação de monumentos protegidos, em particular as Normas de Quito (OEA, 1967), ao indicar que

todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares (Ibidem, s.p.).

De acordo com as observações da autora em defesa dos direitos sociais e culturais do cidadão, Silvio Oskman (2017) ainda acrescenta que o problema não se centra no estabelecimento de posicionamentos favoráveis ou contrários ao aporte privado, mas sim no caráter das intervenções propostas e em suas reverberações sociais. Para ele,

Tanto para o Pacaembu quanto para demais casos em que se pretende trazer a iniciativa privada, a discussão deve ser levada do ponto de

vista do melhor para a sociedade. Não pode ser uma conta que leve em consideração apenas valores financeiros em termos como custo e lucro. Se o Pacaembu tiver suas instalações melhoradas, atingir uma parcela maior da sociedade (e público!) e com mais qualidade, e se este processo se mostrar mais viável com o aporte financeiro do setor privado, não parece haver problema. Desde que bem regulada, a concessão pode trazer um grande benefício para a população da cidade. Por outro lado, se a ideia for de vender, fechar as portas para a sociedade e transformar em um empreendimento privado, restrito àqueles que “podem pagar”, daí melhor deixar tudo como está, e que a prefeitura arque com as responsabilidades pela gestão dos seus equipamentos. (Ibidem, s.p.).

O próprio autor enfatiza que a transformação ou construção de estádios que assumem características de arenas multiúso

já sofreu críticas em função do aumento significativo do valor dos ingressos dos jogos, nos casos em que estádios foram transformados em arenas por se tratar de um processo que elitiza os espaços, tirando grande parte do caráter público e de massa que ainda existe no futebol (Ibidem, s.p.).

Além disso, alguns estudos recentes apontam as implicações do chamado “padrão Fifa” em estádios no que se refere a alterações das formas de torcer – não só pelo bloqueio econômico institucionalizado, mas também considerando que

pela normatização do padrão Fifa não é mais possível a prática do torcer em pé, predominante nas torcidas organizadas, notadamente mais efusivas e resistentes à lógica de assistir aos jogos em suas respectivas cadeiras numeradas (VIEIRA, 2015, s.p.).

A postura crítica ao processo de concessão e conversão de estádios em arenas multiúso também é denunciada por Paulo Kliass (2013), ao analisar brevemente os processos ocorridos nos estádios do Maracanã e Pacaembu, destacando a associação do termo “estádio” a uma concepção de atraso; em contraponto às “arenas”, entendidas como símbolo de avanço e progresso. Além dos órgãos de preservação, a Associação Viva Pacaembu

também se posiciona contra a inserção do estádio na lógica mercantil, mobilizando argumentos que oscilam entre a defesa dos interesses dos moradores do bairro de elite, mas que por vezes também evocam o caráter público e social previsto para o complexo. Nesse sentido, recordam-se os artigos “Chamamento Público não devia ter ocorrido” (SPINASSÉ, 2015b), “Associação de moradores é contra a privatização do Pacaembu” (2017) e a própria publicação em seu website:

A Prefeitura de São Paulo lançou um edital para privatizar a gestão do estádio do Pacaembu. Na teoria, uma medida positiva, já que aumentaria sua utilização. Na prática, um ato inócuo. Ou até perigoso. Os três principais times da cidade têm suas próprias arenas. O Santos, que já teve interesse em arrendar o estádio, passa por grave crise. A região é tombada pelo patrimônio histórico e protegida pela lei do silêncio. Difícil imaginar quem se disponha a arcar R\$ 300 milhões em uma reforma para ter um uso limitado do espaço. [...] A privatização, no entanto, se torna um risco para um dos símbolos da cidade. A solução é recuperar sua vocação original: a formação de atletas profissionais e amadores. O Pacaembu sempre teve o caráter acolhedor para os alunos das escolas públicas. É um espaço público [...] (Ibidem, s.p.).

O artigo proposto teve como objetivo elucidar várias formas de olhar para um mesmo objeto – o Estádio do Pacaembu –, evidenciando os principais momentos que sinalizam a passagem de “palco de emoções” ao “gigante sem dono”. No cerne da discussão, entretanto, figura a problemática contemporânea da mercantilização de bens culturais. O instrumento do tombamento, contudo, emerge como uma das vozes de resistência do patrimônio cultural diante dessas demandas – não resultando, porém, em imobilidade, como demonstrou a intervenção autorizada pelos órgãos de preservação do Museu do Futebol (2008). Conforme aponta Ulpiano Meneses (2006):

Nesse contexto, é preciso levar em conta que a lógica do mercado, que pressupõe, por exemplo, a obtenção de lucros, tende a instrumentalizar a cultura; esta, por sua vez, age segundo uma lógica de finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui prioridade, gerando consciência e resposta crítica, transcendência e enraizamento, reforço e transformação, prazer espiritual e necessidade material. (p. 39).

Logo, o caso do Pacaembu emerge como campo de disputas ainda em andamento; subsidiando, contudo, reflexões de importância sobre o lugar do patrimônio cultural na sociedade contemporânea e as diversas maneiras possíveis de encará-lo e transformá-lo, avaliando as demandas e vozes que incidem sobre o patrimônio encarado como fato social. O olhar atento aos múltiplos e complexos vieses que a questão envolve, contudo, deve ser mobilizado, no sentido de buscar soluções que atendam aos interesses da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Victor. Estado tomba estádio do Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/PRCBGq>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- ASSOCIAÇÃO de moradores é contra a privatização do Pacaembu. *Band*, São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/L7isVm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- AUGUSTO, Cláudio. Maluf desiste de vender Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 maio 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/RS92EL>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- BERCI, Plácido; MAUES, Pedro; CONDE, Vinícius. *O gigante sem dono*. Documentário. Duração: 30 min. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/3ZbH11>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- BOCCHI, Gabriel Moreira Monteiro. *Do estádio do Pacaembu para a Arena Corinthians: etnografia de um processo de 'atualização'*. 2016. 237 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CANCLINI, Nestor García. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp, 2012.
- COLOMBO, Silas. Pacaembu pode amargar um dos piores prejuízos de sua história. *Veja São Paulo*, São Paulo, 1 jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/in4yQY>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- CORINTHIANS pode comprar o Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 set. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/VKynt3>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- CUNHA, Odir. Conheça a Arena Santos Pacaembu. *Blog do Odir Cunha*, [S.l.], 9 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/cgCytD>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- DÓRIA quer privatizar Pacaembu. Condephaat faz restrições. *Portal Fórum*, São Paulo, 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Lvkrz6>>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- FAVORETTO, Lucas. *Pacaembu: o palco das emoções*. Documentário. Duração: 30 min. 26 nov. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/wyVok6>>. Acesso em: 6 jun. 2017.
- GOIS, Chico de. Marta Suplicy descarta promover privatizações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/eZge4y>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

- HERDY, Thiago. Prefeitura de SP quer privatizar Pacaembu e empresas já apresentam propostas. *O Globo*, São Paulo, 1 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/TKWzCF>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- JOÃO Dória explica procura do Santos pelo Pacaembu: “gestão futebolística”. *Globoesporte*, Rio de Janeiro, 23 dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/UPaXXW>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- JUNIOR, Gonçalo. Pacaembu pode ser a ‘casa’ do Flamengo em 2017. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/isUGu2>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- KLIASS, Paulo. Raízes da privatização do Maracanã e do Pacaembu. *Carta Maior*, [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/KVGB7T>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- LIMA, Carolina Praça. *Estádio do Pacaembu 70 anos*. Documentário. Duração: 13 min. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/3CCQsH>>. Acesso em: 6 jun. 2017.
- MARETTI, Eduardo. Haddad abre Pacaembu a ‘propostas de concessão’, *Rede Brasil Atual*, [S.l.], 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/u1xyAv>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- MATTOS, Rodrigo. Morumbi só terá ‘padrão FIFA’ com reforma muito mais cara. *Blog do Rodrigo Mattos*, [S.l.], 24 maio 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/8n3r2S>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA et al. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006. p. 35-76.
- NICOLA, Jorge. Abandonado, Pacaembu terá prejuízo recorde em 2015. *Blog do Jorge Nicola*, [S.l.], 28 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/w2DvUG>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- OHATA, Eduardo. Pacaembu “corintiano” é polêmica na Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/8tRiv2>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- OKSMAN, Silvio. O que será do Estádio do Pacaembu? *Vitruvius*, São Paulo, ano 17, n. 203.02. , jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/SLZnfu>>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. *Arquitetura em São Paulo na era Vargas: O Art Déco e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-1945)*. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PINHEIRO, Márcia Leitão; CARNEIRO, Sandra Sá. Revitalização urbana, patrimônio e memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 67-86, 2016.
- PINHO, Márcio. Prefeitura analisa três propostas para modernizar Pacaembu a partir de 2016. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 5 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/pmhkgP>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- PITTA quer privatizar Anhembi e Estádio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/dYRQ6s>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- ROCHA FILHO, Antonio. Oposição quer barrar a venda do Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/pYwybq>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. O Pacaembu é do povo, como o céu é do avião. *Vitruvius*, São Paulo, ano 6, n. 69.01, abr. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/jSYWYU>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SANTOS, Gabriel; MUSETTI, Lucas. “Não temos mais condições de assumir os custos do Pacaembu”, diz Modesto. *Globoesporte*, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/vnJBZs>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SANTOS, Michael. Veja imagens do novo estádio do Santos. *A Tribuna*, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/CGfrGw>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

SÃO PAULO (Câmara). *Comissão de estudos para debates e discussões sobre a destinação do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho*. Relatório Final. São Paulo. 28 abr. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/PtxUcs>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. *Parecer* n. 75875/2016. Parecer relativo à consulta a respeito de proposta de modernização e requalificação do conjunto esportivo do Pacaembu mediante concessão de uso a empresas privadas. São Paulo. 30 nov. 2016a.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Processo de Tombamento. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. n. 2688188, de 13 julho de 1988.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.. Resolução de Tombamento n. 5/98. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. São Paulo: 21 jan. 1998.

SÃO PAULO (Estado). Inscrição n. 322 no Livro do Tombo Histórico, de 26 de agosto de 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/yUCiDC>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SÃO PAULO (Município). Decreto n. 51.387, de 8 de abril de 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/ajHWPM>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Chamamento Público n. 1/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/GPLVGB>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. Projeto de Lei 01-00364/2017, de 7 de junho de 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/RLVKuB>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 57.576, de 1 de janeiro de 2017b. Disponível em: <<https://goo.gl/aAgYkZ>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 57.678, de 4 de maio de 2017c. Disponível em: <<https://goo.gl/89JoHc>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Chamamento Público n. 2/2017d. Disponível em: <<https://goo.gl/8v6jWP>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SETO, Guilherme. Câmara autoriza Dória a repassar Estádio do Pacaembu ao setor privado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/hY5aB1>>. Acesso em: 21 set. 2017.

SOARES, Alexssander. Serra veta projeto que autorizaria privatização do Pacaembu, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/eZuwJM>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SPINASSÉ, Andrei. Lista de interessados no Pacaembu tem até realizador de festa literária. *Esportividade.com.br*, [S.l.], 26 mar. 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/vNfk81>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Vivapacaembu diz: “Chamamento público não devia ter ocorrido”. *Esportividade.com.br*, [S.l.], 1 abr. 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/xyTs3y>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SUBUTILIZADO, Pacaembu receberá jogos e pode virar casa do rúgbi. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/sTG5dJ>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

THADEU, Bruno; KRIEGER, Rafael. Corinthians cobra agilidade na cessão do Pacaembu; Marco Aurélio Cunha é contra. *UOL Esporte*, São Paulo, 29 set. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/6J54b4>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

VALENTIM, Nilton. Será assim o estádio do Santos em Diadema? *Diário do Grande ABC*, [S.l.], 12 mar. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/5C1uqh>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

VECCHIOLI, Demétrio. Dória desiste do ‘padrão FIFA’ para concessão do Pacaembu e põe Ginásio no pacote. *UOL Esportes*, São Paulo, 2 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/vx8wL6>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. No centenário da Vila, Santos lança projeto para nova arena. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 out. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/HeXXEs>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

VIEIRA, Christian Matheus Kolanski. O padrão FIFA e os “estádios brasileiros”. *Gefut*, [S.l.], 30 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/B4SRfb>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

WENZEL, Marianne; MUNHOZ, Mauro. *Museu do Futebol: arquitetura e requalificação no Estádio do Pacaembu*. São Paulo: Romano Guerra, 2012. 224 p.

XAVIER FILHO, Sérgio. O Museu do Futebol é inaugurado no Estádio do Pacaembu. *Veja São Paulo*, São Paulo, 18 set. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/ZGah1Q>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

Recebido em: 22/09/2017

Aprovado em: 08/12/2017

# GESTÃO DO ACERVO DO ARQUITETO EDUARDO KNEESE DE MELLO:

RELATO DO TRATAMENTO ORGANIZACIONAL DA  
COLEÇÃO ICONOGRÁFICA

**ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.  
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina em 1986, mestre em História pela Universidade Estadual de São Paulo em 1992 e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. São José dos Campos, São Paulo, Brasil.  
E-mail: dmi@hotmail.com.

**ELISA HORTA DA SILVA**, UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, TAUBATÉ, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.  
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo em 2016. São Paulo, Brasil.  
E-mail: elisa.horta@hotmail.com.

**IZADORA ARAÚJO AMARAL**, CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.  
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá em 2013 e especialista em Museologia, Colecionismo e Curadoria pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo em 2015. São Paulo, Brasil.  
E-mail: izadora\_amaral@hotmail.com.

## DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p134-161>

# GESTÃO DO ACERVO DO ARQUITETO EDUARDO KNEESE DE MELLO: RELATO DO TRATAMENTO ORGANIZACIONAL DA COLEÇÃO ICONOGRÁFICA

ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS, ELISA HORTA DA SILVA, IZADORA ARAÚJO AMARAL

## RESUMO

O presente trabalho pauta-se no relato do processo de organização e catalogação primária da seção iconográfica do acervo do arquiteto Eduardo Kneese de Mello (1906–1994), realizado no ano de 2015, atualmente integrado à biblioteca do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. O fundo, produzido em vida pelo arquiteto, recuperou força no ano de 2006, com sua proficuidade anunciada pelo Dr. Ademir Pereira dos Santos como fonte de pesquisa, estimulando o início de diferentes manejos. Após a elucidação acerca da trajetória institucional deste material, demonstra-se aqui uma produção orientada por inquietações díspares aos trabalhos anteriores, objetivadas pela correlação da porção mais significativa do acervo, os *slides*, com as demais espécies documentais que compõem o conjunto do acervo. Seguente à compreensão dos escopos que sucederam o vasto material constituinte do fundo, demonstra-se a metodologia empregada para tratamento, diagnóstico e estruturação do catálogo, assim como sua importância como base informacional, através da qual se constituiu um panorama visual e quantitativo com o auxílio e gerenciamento de tabelas descritivas, gráficos percentuais de diferentes análises e a elaboração de mapas com roteiros ilustrativos que proporcionaram a exatidão geográfica de seu conhecimento e dos testemunhos históricos. A especulação das camadas existentes possibilitou o início da confirmação de informações publicadas sobre o arquiteto e mais uma complementação de sua biografia, com o conhecimento total de suas viagens. Considerou-se como função primordial a caracterização panorâmica do conteúdo do acervo, até então desconhecida, acabando-se por evidenciar futuras problemáticas a serem enfrentadas, potencialidades e ações e intervenções urgentes e primordiais à sobrevivência do fundo.

## PALAVRAS-CHAVE

Acervo fotográfico. Diapositivo. História da arquitetura - Brasil.

# MANAGEMENT OF THE ARCHITECT EDUARDO KNEESE DE MELLO'S ARTISTIC HERITAGE: REPORT ON THE ORGANIZATIONAL TREATMENT OF THE ICONOGRAPHIC COLLECTION

ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS, ELISA HORTA DA SILVA, IZADORA ARAÚJO AMARAL

## ABSTRACT

Conducted in 2015, this research focuses on the report of the process of organization and primary cataloguing of the iconographical section of architect Eduardo Kneese de Mello's (1906-1994) collection, currently integrated into the library of the University Center of Fine Arts of São Paulo. The collection, produced by the architect throughout his life, regained strength in 2006, as Professor Ademir Pereira dos Santos found in his work a source of research, stimulating different ways of handling it. After the elucidation on the institutional trajectory of this material, a production guided by concerns that are different from those of previous researches, objectified by the coexisting relations between the most significant part of the collection – the *slides* – and the other documentary species that make it up, is shown here. Following the comprehension of the scopes that succeeded the vast constituent material of the collection, the methodology applied in the treatment, diagnosis and structuring of the catalogue will be shown, as well as its importance as informational basis, through which a visual and quantitative outlook was built with the support and management of descriptive charts, percental graphics of different analyses and the elaboration of maps with illustrated scripts that provided the geographical accuracy of his knowledge and historical testimonies. The speculation of the existent layers enabled the beginning of the confirmation of the published information about the architect and a further complementation of his biography, with the complete knowledge about his travels. The panoramic characterization of the collection's content, unknown up until that point, was considered as the main objective, evidencing the problems to be faced in the future, as well as the potentialities and actions deemed as urgent and primordial to its survival.

## KEYWORDS

Photographic collection. Slide. Architecture history - Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata do relato de organização do acervo pessoal do arquiteto Eduardo Kneese de Mello (1906-1994) para o Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo denominado *Registros de um arquiteto peregrino: identificação e organização do acervo fotográfico de Eduardo Kneese de Mello* e Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Pós-Graduação em Museologia, Colecionismo e Curadoria, denominado *Gestão do Acervo Eduardo Kneese de Mello: reflexões para fundamentação do tratamento organizacional da coleção iconográfica*.

Iniciado em abril de 2015, o presente tratamento teve-se a uma metodologia organizacional baseada nos fundamentos de que acervos constituídos ao longo da trajetória de um indivíduo, abarcando tanto aspectos profissionais quanto pessoais, podem atuar como testemunha de fatos e aspirações que, entrelaçados, contribuem para a preservação e difusão de suas memórias. Para tanto, devem receber um tratamento organizacional pautado em uma metodologia que considere também as especificidades de seu titular.

Portanto, a metodologia criada teve-se a substancializar a preservação da organicidade característica do acervo e a produzir um instrumento de pesquisa. Tal como a conservação de seus constituintes. Ainda como finalidade, espera-se que este estudo possibilite um planejamento de adequação das infraestruturas necessárias a sua manutenção e acondicionamento.

A contagem dos *slides*, outra atividade realizada, se demonstrará na produção de gráficos percentuais e quantitativos.

Mesmo contendo grandes e importantes testemunhos da História da Arquitetura Brasileira e Mundial do século XX, o acervo de Kneese de Mello vem recebendo pouco incentivo e importância em relação a sua organização e acesso público. Seu reconhecimento é de extrema diminuta, principalmente quando aferido a seus contemporâneos, como exemplo de Vilanova Artigas, Rino Levi, Oswaldo Bratke, entre outros.

Sobrepunhando o arranjo geral, tivera-se como intento a elaboração de cronologias acerca da vida tanto profissional quanto pessoal do arquiteto, de modo a proporcionar uma melhor interpretação e complementação biográfica, quando necessária. Outra investigação coube a espacialização em mapas das andanças realizadas, por meio da identificação da localização original dos temas fotografados, assim como suas datas de execução. Todas as análises contam com a complementação e comparação dos fatos materializados com os presentes documentos e cartas de agradecimentos no domínio da biblioteca. Assim como os *slides*, os assuntos confirmados nos documentos e cartas serão catalogados e arquivados igualmente no banco de dados da pesquisa. De modo geral, buscou-se respeitar as características dos agrupamentos e das sequências elaboradas pelo arquiteto, de modo a repetir a estrutura administrativa e as atividades exercidas pela entidade produtora.

## 2 A MATERIALIZAÇÃO DO LEGADO DE KNEESE DE MELLO

Eduardo Kneese de Mello nasceu em 1906 e formou-se engenheiro-arquiteto em 1931, pelo colégio do Mackenzie. Tanto presenciou como partilhou as inquietudes e os rompimentos ideológicos que convulsionaram as artes na primeira metade do século XX. A arquitetura brasileira, em meados da década de 1940, também esquadrihava seu processo de emancipação da linguagem historicista europeia. Neste momento, já em declínio, os edifícios, denominados de ecléticos tardios, reproduziam uma miscelânea de referências a estilos consagrados, como o neoclássico e o gótico, que compuseram, em abundância, as suas primeiras produções projetuais da década de 1930, seguindo preceitos da escola de Beaux Arts. Nas palavras do próprio Kneese de Mello, estes eram adotados servindo ao gosto da clientela, no seu caso, formada pela elite paulistana.

Após o início da década de 1940, converteu-se ao modernismo e iniciou sua peregrinação frente à militância do movimento moderno e seu ideário, com produções arquitetônicas destinadas a habitações coletivas, culminando, no final da década de 1950, na colaboração para a construção da cidade de Brasília. Nesse momento, Kneese de Mello fora convertido ao movimento modernista. Como conclui Regino (p. 77, 2011), “[...] para Kneese, tornar-se moderno foi questionar-se qual seria a função social do arquiteto e o real significado da arquitetura [...]”. Em 1964, tornou-se conhecido como pioneiro na produção de uma Arquitetura Industrializada no Brasil, tendo como marco o Conjunto Residencial dos estudantes da Universidade de São Paulo (CRUSP), como mostra a imagem digitalizada do acervo, na Figura 1.

Apresentar Kneese de Mello por esta transição de paradigmas, que vivenciou em conjunto com outros arquitetos de sua geração, é pertinente, pois ela se reflete profundamente em toda sua trajetória profissional. Atuando em diversas entidades, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o arquiteto militou para a consolidação das atribuições de sua profissão, assim como pela difusão dos preceitos modernistas no país. Foi também como incansável pesquisador e professor nas cadeiras de Arquitetura Brasileira e História da Urbanização em escolas como Universidade de São Paulo (USP), Belas Artes, Mackenzie, Universidade Brás Cubas e na atual Universidade de Guarulhos (UNG), que suas convicções foram mais uma vez afirmadas e irradiadas.

FIGURA 1

Conjunto Residencial dos Estudantes (CRUSP) – São Paulo–SP. Digitalização de imagem de diapositivo. Fonte: Acervo Eduardo Kneese de Mello.



Como representante das instituições em que atuou, Kneese percorreu as cinco regiões brasileiras e uma série de outros países, ora em comitês de organização, ora como palestrante convidado. Seu desempenho como articulador diplomático proporcionou que testemunhasse e investigasse com mais propriedade as obras arquitetônicas que ocupavam suas falas e textos. Para tanto, valia-se dos registros fotográficos em filmes diapositivos, posteriormente emoldurados para serem projetados, como instrumento para ampliar e estender a fruição deste contato.

Portanto, seu legado se materializou não somente em expressivos edifícios modernistas, como também nos livros, revistas, documentos, correspondências, peças gráficas, fotografias em papel e 11.090 imagens em *slides* (diapositivos) que preservou e que desvelam uma carreira profícuca. Atualmente, grande parte do material que compõe o acervo pessoal Eduardo Kneese de Mello (EKM) encontra-se integrado à biblioteca do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

### 3 A TRAJETÓRIA INSTITUCIONALIZADA DO ACERVO EDUARDO KNEESE DE MELLO

Sabe-se que o processo de aquisição do acervo de Kneese de Mello ocorreu em duas etapas. Em 1994, após o falecimento do arquiteto, o numeroso conjunto de *slides* e os livros que compunham a biblioteca do titular do acervo foram comprados em negociação com familiares pelo Centro Universitário Belas Artes, instituição de guarda na qual o arquiteto lecionou a partir da década de 1980. E posteriormente, no início dos anos 2000, a vasta gama de documentos em papel que ainda se encontrava sob domínio da família, por meio de doação. Este montante textual é composto por escritos teóricos de Kneese, telegramas, cartas, diplomas, certificados, recortes de artigos de periódicos e documentos originais. Ademais, uma parcela do acervo foi direcionada à tutela da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em especial as peças gráficas, como plantas de seus projetos.

Os tratamentos dedicados ao acervo seguiram isolados entre si, de acordo com a espécie e formato documental, com um enfoque maior na preservação bibliográfica e iconográfica, desassistindo outros documentos integrantes do acervo. Os livros receberam os reparos necessários e foram catalogados respeitando sua unicidade enquanto acervo bibliográfico

peçoal e incorporados ao sistema de catalogação da biblioteca, enquanto as fotografias em papel foram organizadas e acondicionadas em pastas com identificação.

A coleção de *slides* que integra o acervo é composta por 11.090 diapositivos cromogêneos em suporte de acetato de celulose, exceto por uma diminuta parte em suporte de vidro. O formato do filme é 24x36mm, montado em moldura (caixilho) de 5x5cm. Ao ingressar na instituição, estavam acondicionados em pastas e pequenas caixas de plástico e papelão e apresentavam em geral bom estado de conservação. No ano de 2007, empreendeu-se um processo de identificação e organização deste material, realizado pelos professores Ademir Pereira dos Santos e Aline Nassaralla Regino. Outras pesquisas em torno do acervo resultaram, no ano de 2005, na publicação do livro *Arquitetura, atribuição do arquiteto* como comemoração ao centenário de Kneese de Mello. E por fim, um projeto para construção de uma página na internet sobre o acervo permitiu, em 2011, a digitalização de uma parcela da coleção de *slides*. Com início em abril de 2015, sob a orientação do professor do curso de arquitetura da instituição Ademir Pereira dos Santos, se desenvolveu o atual tratamento organizacional do acervo EKM, apresentado a seguir.

#### 4 OS DIAPOSITIVOS (*SLIDES*)

Um acervo pessoal é definido como a reunião de materiais produtos das atividades exercidas em vida por uma determinada pessoa. Neste sentido, as informações biográficas, assim como as correlações entre os demais documentos que compõem o acervo, são instrumentos para a contextualização das imagens, colaborando para a construção de sentidos. A partir desse cruzamento de referências, procura-se desvendar as intenções voluntárias e involuntárias que fundamentam a produção das imagens.

Do ponto de vista do tratamento arquivístico, esse é o momento mais significativo da vida do documento, aquele capaz de lançar luz sobre as razões e os sentidos dos registros, das relações desses com seus congêneres, e do conjunto com o responsável pela sua existência: o titular do arquivo. [...] esses vínculos, que supostamente são mais evidentes enquanto o arquivo está sendo forjado, frequentemente precisam ser restabelecidos, reconstruídos (LACERDA, 2012, p. 285).



FIGURA 2

Caboclo montando taipa de mão - Gaibu-PE. Digitalização de imagem de diapositivo. Fonte: Acervo Eduardo Knesse de Mello.

A coleção de Knesse de Mello contempla, entre suas imagens, realizadas durante as décadas de 1940 a 1990, as igrejas jesuítas de Salvador, o barroco mineiro do período colonial, o neoclássico da capital carioca despontado no império e a catedral modernista de Brasília. Retrata as fazendas que guardam as antigas casas senhoriais dos engenhos e também os casebres construídos pelos bandeirantes de São Paulo. Ainda reúne o registro de grande parte das técnicas construtivas empregadas no Brasil durante o século 20: pau a pique, taipa de pilão, da alvenaria de pedra às peças pré-fabricadas em concreto, as inovações das estruturas metálicas e a plasticidade do concreto armado.

Os entremeios das visitas aos objetos arquitetônicos também se revelam na coleção. A companhia assídua de sua esposa, os estudantes em aula de campo, o quórum das plateias dos congressos, a convivência com os colegas de profissão e a função hospitaleira de receber ilustres arquitetos estrangeiros em visita ao Brasil estão presentes.

FIGURA 3

Turma de alunos em frente à Casa Bandeirista do Sítio Santo Antônio – São Roque–SP. Digitalização de imagem de diapositivo. Fonte: Acervo Eduardo Knesse de Mello.



Santos (2009, p. 6), em artigo que discorre sobre a prática dos registros fotográficos durante as viagens de Knesse de Mello, conclui que se trata de um “quase método”. É claramente distinguível que o arquiteto se preocupava com a formação de séries temáticas ao fotografar, assim, sendo raras as imagens isentas de pares. Também se preocupava em proporcionar uma leitura abrangente de seu objeto, contextualizando-o espacialmente. A insistência em múltiplos enquadramentos da mesma cena demonstra a posterior intenção editorial, possivelmente advinda de seu envolvimento durante anos com a publicação da revista dedicada à arquitetura, a *Acrópole*.

A produção e extroversão do conteúdo destes diapositivos tinham como finalidade principal funcionar como instrumento didático para as palestras e aulas de história da arquitetura ministradas pelo professor durante grande parte de sua vida. Percebe-se que a intenção que estimula a constituição desta coleção não está de fato no objeto tridimensional — o diapositivo — e sim nas informações contidas nas imagens reveladas quando expostas à luz das lâmpadas dos projetores. Como o desejo que move muitos colecionadores a adquirir a todo custo o objeto raro e inestimável que irá preencher a lacuna de sua coleção, o anseio pela completude de tudo que permeia a arquitetura parece guiá-lo. Conformam-se como uma

coletânea de referências do universo arquitetônico, as quais se subdividem em diversas categorias.

[...] o colecionador consegue lançar um olhar incomparável sobre o objeto, um olhar que vê mais e enxerga diferentes coisas do que o olhar do proprietário profano [...]. Para o colecionador, o mundo está presente em cada um de seus objetos e, ademais, de modo organizado. [...] Basta que nos lembremos do quão importante é para o colecionador não só o objeto, mas também todo o passado deste [...] (BENJAMIN, 2007, p. 241).

A sobreposição entre o ato de reunir objetos que contêm temas que buscam abranger de forma integral o campo da arquitetura e a função didática em que o seu produtor se pautou desvela outra amplitude de significações para este acervo agora institucionalizado: uma coleção de referências. “Colecionar é um fenômeno primevo do estudo: o estudante coleciona saber” (BENJAMIN, 2007, p. 245).

A potencialidade de seu acervo foi identificada pelo próprio Kneese de Mello, enquanto professor no ano de 1983, quando realizou uma compilação de seus *slides* para ilustrar um conjunto de textos que escreveu resgatando a origem da arquitetura brasileira até a produção contemporânea. Reunidos em belas caixas de madeira, intituladas *A Evolução da Arquitetura no Brasil*, foram distribuídas em todo país pelo Ministério da Educação no Programa Integrado de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura (PIMEG), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

#### 4.1 Organização

A primeira etapa organizacional estruturou-se a partir da identificação da origem e dos assuntos presentes — visualização, descrição e organização. Todos os *slides* encontram-se armazenados fora dos padrões ideais de arquivística, porém, poucos são os que apresentam estado de conservação ruim e precisam de trabalho mais elaborado de restauro — muitos dos quais já haviam sido identificados pelo autor para restauro —, que deverão ser realizados por profissionais capacitados da biblioteca ou empresas terceirizadas.

Mesmo após diversas tentativas de ordenação dos *slides*, identificou-se a existência de diversas caixas com temas misturados. Baseando-se no conhecimento de que os *slides* eram utilizados em palestras e aulas,

fundamentaram-se duas hipóteses: a primeira de que as caixas deviam estar em pleno uso no ano de seu falecimento, tendo sua desorganização justificada por falta de tempo, e a de que foram descaracterizadas com o mau manuseio e cuidado, por parte da instituição proprietária, desde sua aquisição. Kneese compunha séries selecionadas especificamente para cada aula com *slides* originários de diversas caixas e pastas: “[...] solicitamos vênha para sugerir que essas aulas, confiadas acertadamente à esclarecida competência de V. Sa. sejam acompanhadas de ilustrações e se revistam de caráter essencialmente didático. (...)”<sup>1</sup>

Algumas caixas, quando abertas, apresentam uma única imagem desconexa. Essas imagens, quando identificadas, são separadas e reintegradas ao seu grupo de origem. O percentual de *slides* sem grupo ainda se mantém grande e agrupado em uma caixa denominada “Desconhecidos”, que posteriormente receberá devidos cuidados. A finalização da catalogação facilitará a identificação dos grupos de origem desses *slides* “desconhecidos”.

Todos os 11.090 *slides* foram visualizados e quantificados, dentre os quais, 85% possuem localização em suas descrições.

#### 4.2 Estado de conservação

Mesmo sem acondicionamento apropriado, a grande maioria dos *slides* apresenta bom estado, tanto em questão de aparência e condição física como na preservação de suas cores. Poucos são os *slides* que necessitam de restauração imediata, dentre os quais, alguns pouquíssimos tiveram sua emulsão parcial ou totalmente danificada. Todos os *slides* necessitam de higienização.

Encontram-se armazenados, em sua grande maioria, em caixas plásticas, algumas sem tampa ou até mesmo quebradas. E outra parte, separada em sacos plásticos, necessitando urgente aquisição de materiais adequados para ação de acondicionamento e interrupção do derretimento de sua emulsão. Os *slides* separados por elásticos tiveram os mesmos retirados, de modo a evitar danos permanentes com seu amolecimento.

1. Carta datada de 14 de março de 1963, enviada pela Comissão Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Santos a Eduardo Kneese de Mello, referente à confirmação de duas referências sobre o tema “Arquitetura Brasileira”, na série determinada “Arte Colonial Brasileira”, promovida pela comissão.

### 4.3 Características

Os diapositivos (*slides*) apresentam formato de 35 mm, com suporte em acetato e molduras entre plástico, papel e uma única série emoldurada em vidro, com a colagem de papéis, na cor vermelha, por toda sua volta. Tratando-se de registros realizados durante o acontecimento do VIII Congresso Pan-americano de Arquitetos do México.

## 5 O CATÁLOGO

Refere-se à mais recente abordagem de gestão do acervo Eduardo Kneese de Mello, iniciada em abril de 2015, a qual busca dar continuidade a um minucioso processo de identificação e organização deste material realizado entre os anos de 2007 e 2009. Este foi concluído em âmbito físico e visou reconstituir a composição originária das séries produzidas pelo arquiteto durante suas viagens, estruturando-as em grandes grupos temáticos. Como fonte de informação, foram utilizadas as inscrições feitas pelo próprio autor nas molduras dos *slides*. Estas indicam informações como código da série, assunto, data e local onde as fotos foram tiradas, sendo raros os que apresentam concomitantemente todas estas informações.

A elaboração caminhou seguindo primordialmente da localização territorial na qual cada *slide* havia sido produzido. A escolha por preservar as origens geográficas dos *slides* como denominadoras dos grupos no quadro de arranjo deu-se pela grande presença de inscrições que indicavam os locais fotografados, feitas pelo próprio autor. Kneese mantinha o costume de anotar e especificar, nas molduras, os países e estados que visitava.

Como base, pesquisas e leituras biográficas foram realizadas, assim como a contextualização de seus contemporâneos, de forma a substanciar a compreensão do universo ilustrado no acervo. Formulou-se também um manual de preenchimento que esclarece a escolha dos termos utilizados aos futuros interessados na elaboração de trabalhos dentro do acervo, assim como o registro do controle de vocabulário, a fim de facilitar a produção de filtros de pesquisas, além da inserção de futuros dados. Sem especificar, independentemente do estado físico das imagens, os diapositivos (*slides*) nessa etapa do trabalho foram contados, identificados, datados e brevemente descritos em planilhas.

O quadro de arranjo seguiu como base vestígios temáticos separados pelo próprio arquiteto Eduardo Kneese de Mello. Ademais de as ordenações

pré-existentes dos conjuntos, há sistemas de numeração e códigos inscritos nos suportes que auxiliam seu reconhecimento.

Foram recolhidas informações como o local do registro (país, estado ou cidade), seu estado de conservação (bom, regular ou ruim), data (ano), a presença ou não de inscrições originais (sim ou não), número de embalagem e localização dentro da biblioteca (CAIXA 1.1, 2.1), quantidade de *slides* por caixa, e descrições (as obras identificadas pelo autor e os lugares retratados). Ao campo observações, couberam detalhes pertinentes à identificação ou ao estado físico, de modo a enfatizar os que futuramente necessitarão de maior atenção.

Dentre as datas, apenas são listadas as que apresentam com clareza o período de produção do conjunto. Aos anos não sequenciais, as datas são separadas por conectivos “e” e vírgulas (ex. 1965,1970 e 1975) e quando se apresentam em períodos, com hífen entre o ano inicial e o final (ex. 1975-1985). Às datas completas, a ordenação por dia/mês/ano. Datas presentes na inscrição de apenas uma ou poucas molduras, que não representam o momento em que a série foi produzida, são inseridas no campo “Descrição” para que sejam posteriormente conectadas ao subtema a que se referem. Ex: Palácio do Itamaraty; Copacabana Palace em 1985; Candelária.

A hierarquização do arranjo responde à graduação de grupos, subgrupos e série de especificidade territorial. Ao grupo Nacional, corresponde como subgrupo um estado e ao Internacional seu subgrupo correspondente será um país. Definem-se como grupos:

1. Viagens Internacionais
2. Viagens Nacionais
3. Eventos
4. Reproduções e material didático
5. Personalidades
6. Obras EKM

Cada grupo, então, possui uma planilha separada com seus subgrupos e séries abertos em colunas. Para o preenchimento de todos os campos de dados, adotaram-se letras maiúsculas, e para as descrições e observações, letras minúsculas. Os grupos foram organizados em ordem alfabética seguida de uma ordem cronológica. A padronização

final em ordem cronológica segue de forma a facilitar as futuras elaborações tanto na complementação da biografia do autor quanto no mapeamento de suas viagens.

FIGURA 4

Planilha elaborada para a produção do catálogo. Planilha viagens nacionais. Fonte: Elisa Horta e Izadora Amaral.

TIPO DE DOCUMENTO	DESTINO	SINCRONO	ORIGEM	DATA	DURAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	INSCRIÇÃO MUSEOLÓGICA	TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	ACRE	RODRIGUES	1974	76	CADIAZ.1	BOM	NÃO	30	Estado Governador Francisco Passagem Oliveira
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	ALAGOAS	MACED	1974	74	CADIAZ.1	BOM	SI	30	Igreja Nossa Senhora dos Rosários (AR); Museu de Lages; Clube Moura; Estado do RJ
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	ALAGOAS	MACED	1972	72	CADIAZ.1	BOM	SI	9	Janela Hotel de Praia III
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	ALAGOAS	MACED	1973	73	CADIAZ.1	BOM	SI	26	Janela Hotel de Praia III
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	ALAGOAS	INFERIAL DEODORO	1974	74	CADIAZ.1	BOM	SI	20	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco; Passagem Oliveira
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	ALAGOAS	RENEDO	1977	77	CADIAZ.1	BOM	SI	12	Igreja Nossa Senhora do Amparo; Convento Franciscano Santa Maria dos Anjos; Igreja Nossa Senhora da Conceição
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	AMAZONAS	FRANCO	1974	50	CADIAZ.1	BOM	SI	7	Teatro Amazonas
SLIDES	VIAGENS NACIONAIS	CEARÁ	FORTALEZA/AQUIFAR	1971-1977	71	CADIAZ.1	BOM	SI	7	Catedral Portuguesa; Casa onde nasceu José de Barros; Maric; Teatro José de Barros

FIGURA 5

Planilha elaborada para a produção do catálogo. Planilha viagens internacionais. Fonte: Elisa Horta e Izadora Amaral.

TIPO DE DOCUMENTO	DESTINO	ORIGEM	ORIGEM	DATA	DURAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	INSCRIÇÃO MUSEOLÓGICA	TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	BRAGA	1966	14	CABA 3.2	BOM	SI	14	
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	REVENDES/CAPOVILAS/FEUCILEIA	04 de Outubro de 1966	7	CABA 3.2	BOM	SI	23	Museu de praia; Condições habitacionais;
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	USBOA/PINHA	05 de Outubro de 1966; 02 de Outubro de 1966	8	CABA 3.2	BOM	SI	25	Praça de Comércio; Avenida Liberdade; Praça Marquês de Pombal; Casa das Portas; Igreja São Roque; Ponte Salazar; Lago de Alqueva; etc.
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	USBOA/PINHA	08 de Outubro de 1966	9	CABA 3.2	BOM	SI	29	Convento Santa Cruz dos Capuchos; Detalhes arquitetônicos; Ponte Salazar; Ponte 25 de Abril;
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	VISEU/PRIME	03 de Outubro de 1966	13	CABA 3.2	BOM	SI	19	Museu do Vinho; Castelo de Góis; Museu; Claustro de St. Igreja da Misericórdia; Museu de Arte Sacra; Detalhes arquitetônicos; Igreja do Carmo;
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	REQUINHA; CASAS DE SAUNHA; ESTREMOZURA; VILA FRANCA DE ALTA; GÓVIO;	03 de Outubro de 1966	14	CABA 3.2	BOM	SI	25	Palácios da cidade; Palácios de estrada; Santuário do Senhor Jesus do Pedregal; Ponte sobre; Detalhes arquitetônicos; Prato de Cozinha;
SLIDES	VIAGENS INTERNACIONAIS	PORTUGAL	CABO DO CARROÇO; PENICHE; STA. SOFIA/STO. REL.	03 de Outubro de 1966; 02 de Outubro de 1966	15	CABA 3.2	BOM	SI	33	Capela de Nossa Senhora da Conceição; Vilaça de Nossa Senhora dos Remédios; Museu do Carmo; Palácio da Santa (Pal. Nat.);

FIGURA 6

Mesa de luz utilizada na identificação do conteúdo dos slides durante a descrição documental. Registro de imagem para o trabalho. Fonte: Elisa Horta e Izadora Amaral.



A visualização de todos os *slides* se deu por meio do manuseio individual de cada caixa plástica, auxiliada pelo uso de mesas de luzes e pela utilização de luvas descartáveis de látex. São caixas plásticas, de modo geral na cor amarela, que contemplam séries de no máximo 35 a 40 *slides*.

Ao concluir o preenchimento de todos os grupos, as planilhas finalizadas foram inseridas em uma planilha geral, de modo a possibilitar, pela primeira vez, uma visualização panorâmica do conteúdo do acervo. De modo complementar, um arquivo de auxílio e acompanhamento ao preenchimento foi produzido e recebeu o nome de Controle. Em uma aba denominada como Classificação, encontraram-se a hierarquização dos grupos, subgrupos e séries identificados. E na aba Catalogador e Data, após a finalização de cada subgrupo, a data e o responsável pelo preenchimento.

## 6 QUANTIFICAÇÃO E RESULTADOS

O processo de descrição documental fez evidenciar inquietações que até o momento passavam despercebidas, fazendo-se notar a emergência por obter conhecimento quantitativo acerca do conteúdo existente no acervo e a identificação, posterior, de suas potencialidades. A partir da perspectiva já empregada, criaram-se novas planilhas de dados, expandidas de acordo com as necessidades encontradas e do surgimento de novos assuntos. Para as obras de arquitetura, o preenchimento da planilha seguiu do recolhimento de dados, subdividindo primeiramente os *slides* de acordo com sua posição no espaço e

tempo, ou seja, o local e o ano em que os registros foram produzidos e, num segundo momento, de acordo com seu estado de conservação e inserção histórica ou contemporânea (no caso, moderna) e sua linguagem arquitetônica — sendo a linguagem reconhecida e identificada por meio de pesquisas bibliográficas sobre a história do objeto, um edifício em sua grande maioria, selecionado. Ou daquelas identificadas pelo arquiteto em suas inscrições de moldura. Assim como as planilhas primeiramente elaboradas no trabalho, as novas subdividiram-se em “Nacionais” e “Internacionais” e, após a conclusão de seu preenchimento, compuseram uma unificada planilha de dados.

Contudo, durante o processo de preenchimento, a criação de outras colunas se fez necessária de acordo com a abordagem do autor, acarretando na abertura, na planilha de dados, de uma coluna para a determinação de “Assunto”. Como exemplos de Assuntos determinados, tem-se:

1. Paisagem urbana: vistas aéreas e fotografias sem ponto focal direcionado
2. Projetos: registros da edificação de seus projetos arquitetônicos próprios ou em parceria com seus sócios
3. Arqueológico: entre ruínas e sítios arqueológicos
4. Reproduções: imagens de livros, documentos, projetos desenvolvidos para concursos, projetos e trabalhos de alunos
5. Personagens: fotografias de familiares e principalmente de arquitetos contemporâneos
6. Eventos: congressos fotografados
7. Memorial: monumentos comemorativos
8. Praças: a grande quantidade de praças históricas europeias visitadas
9. Fortalezas: estruturas militares arquitetônicas projetadas para guerras defensivas
10. Parques: parques municipais visitados
11. População local – Kneese costumava retratar muitos moradores das regiões de visitava
12. Detalhes: detalhes arquitetônicos e construtivos
13. Patrimônio: patrimônios históricos e artísticos brasileiros tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (Condephaat).
14. Restauro: de modo a quantificar a quantidade de slides que necessitam de restauro.

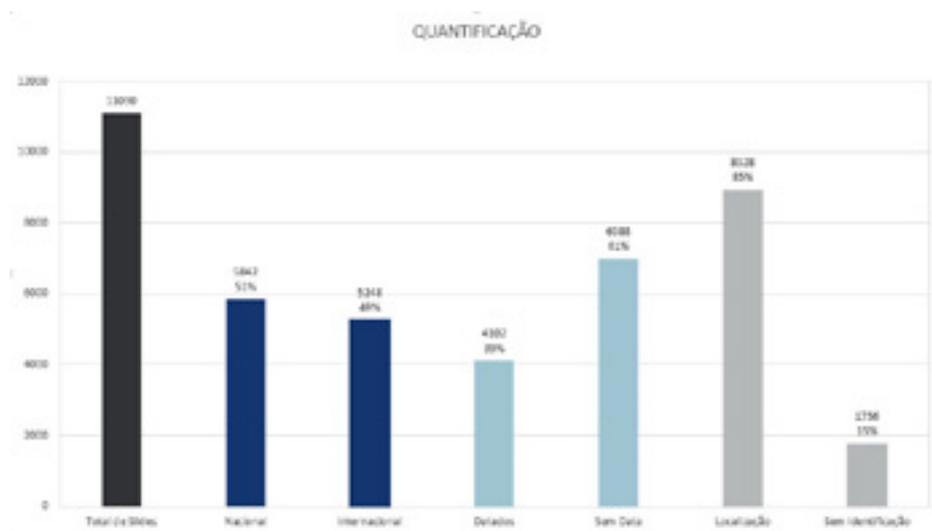
A quantificação dos assuntos encontrados na coleção de *slides* se concretizou como alicerce à conclusão, definitiva, do que o acervo trata de fato, e no fechamento de um banco de dados. A perspectiva ampliada das camadas existentes no acervo possibilitou o início da confirmação de informações publicadas sobre o arquiteto e a complementação das lacunas de sua biografia. O conhecimento total de suas viagens realizadas em vida se deu principalmente com a complementação da planilha a partir da consulta do passaporte de Wilma Quintanilha (esposa de Kneese, que esteve presente em todas as suas viagens) e dos documentos, cartas e certificações de participação em congresso e encontros nacionais e internacionais de arquitetos. Bem como a exatidão geográfica de seu conhecimento e dos testemunhos históricos arquitetônicos de seu século, por intermédio da elaboração de mapas.

### 6.1 Gráficos

Após o gerenciamento das tabelas, gráficos numéricos e percentuais em formatos de barras e “pizzas” foram produzidos e serviram à interpretação visual do número total de *slides*, dados e problemáticas que ainda deverão ser enfrentadas pelo acervo — como exemplo, os *slides* sem datas e os sem identificação de origem geográfica.

FIGURA 7

Gráfico de quantificação total de *slides* do acervo. Gráfico elaborado para a produção do trabalho. Fonte: Elisa Horta.



De maneira a apresentar a visão panorâmica dos percentuais de identificação dos assuntos, o gráfico apresentado traz a informação de quantos *slides* existem no acervo, de maneira exata, na barra de cor preta. Destes quais, do total de 11.090 *slides*, subdividem-se entre 85% os que possuem localização e 15% dos que não possuem, ilustrados nas barras de cor azul escuro. Seguindo a mesma lógica, fragmenta-se novamente os 100%, entre as cenas produzidas em território brasileiro e as de cunho internacional, numa divisão quase que igualitária de 51% dos *slides* de testemunhos históricos nacionais e 49%, internacionais, nas barras de cor azul claro. Na cor cinza, subdivide-se pela última vez o percentual de 39% dos *slides* identificados com inscrições, do arquiteto, com datas e os 61% encontram-se sem.

FIGURA 9

Gráfico de quantificação de *slides* por país. Gráfico elaborado para a produção do trabalho. Fonte: Elisa Horta.

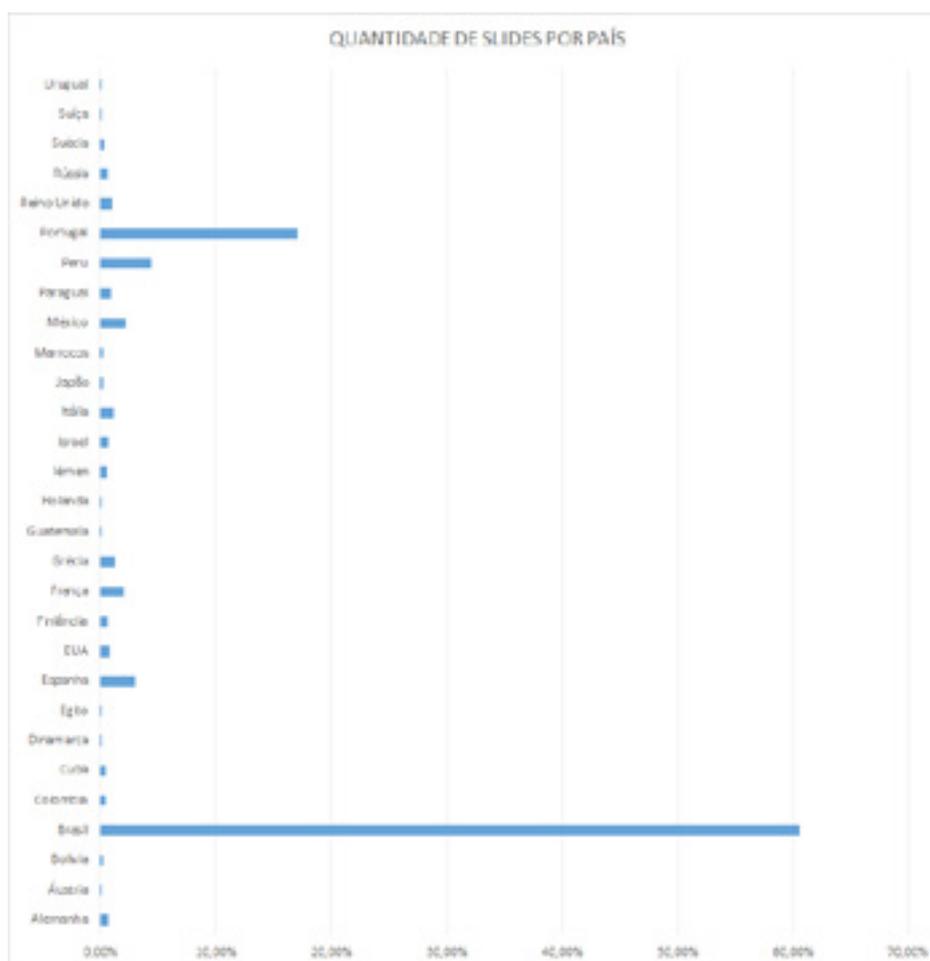
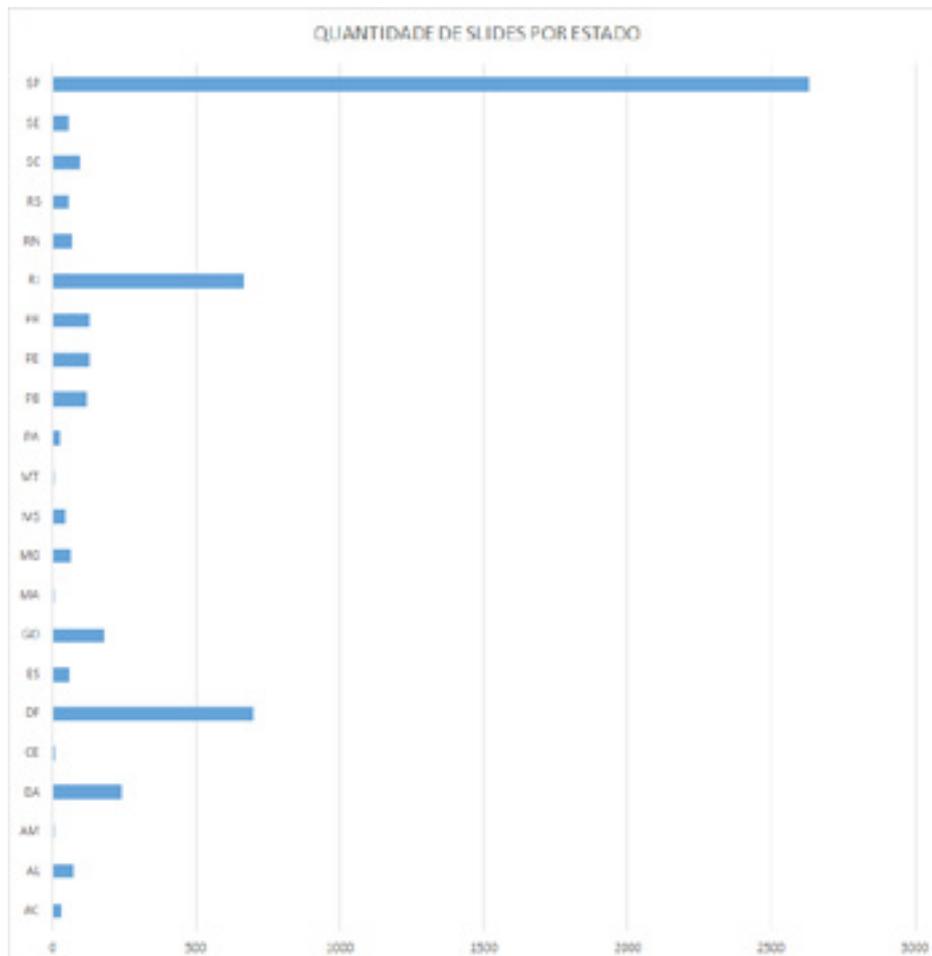


FIGURA 8

Gráfico de quantificação de *slides* por estado brasileiro. Gráfico elaborado para a produção do trabalho. Fonte: Elisa Horta.



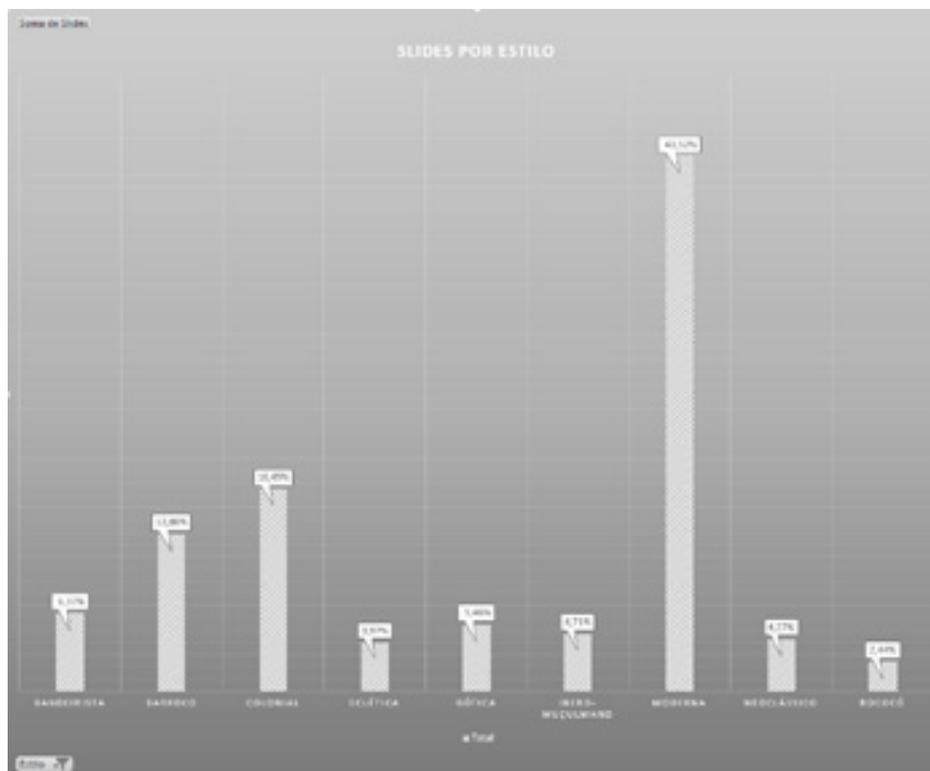
Os gráficos acima demonstram os países mais visitados, com destaque ao Brasil, Portugal, Peru e França. Dentro do Brasil, em maior quantidade de *slides* estão os estados de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Bahia. Também vale destacar algumas informações retiradas de outros gráficos. Os anos que apresentam maior quantidade de registros - 1951 e 1966 - , por exemplo, quando Kneese obtém uma bolsa de estudos financiada pela Fundação Calouste Goubenkian e viaja durante alguns meses por toda a extensão de Portugal, registrando traços da herança mourisca na arquitetura portuguesa e, ao retornar, edita um livro, publicado pela Universidade de São Paulo, no qual estabelece características diretas e comprobatórias de que a dominação da Península Ibérica resultou não só na adaptação da

arquitetura em Portugal como na construção de sua colônia (Brasil). E os anos de 1974 e 1975 evidenciam-se também, através de registros resultantes da peregrinação do arquiteto dentro do Brasil e com grande concentração nas regiões do Norte e Nordeste.

Outro ponto importante mensurado dentro do acervo refere-se às linguagens arquitetônicas que serviram de alvo para as lentes do arquiteto, deparando-se com registros brasileiros de linguagem bandeirista, colonial e barroca, pré-descritos pelo arquiteto em suas anotações de borda nas molduras dos *slides*, junto as suas localizações e datas. Dentre as vertentes internacionais — em grande maioria, europeias — além da fusão entre a arquitetura gótica, barroca e de influência ibero-muçulmana — manueлина, muito encontrada nas fotografias que produziu durante a sua estada em Portugal — encontram-se também linguagens do neoclássico, rococó, eclético e gótico. Denominações estabelecidas a partir de pesquisas bibliográficas sobre as histórias dos edifícios e monumentos retratados.

FIGURA 10

Gráfico de quantificação de *slides* por linguagem arquitetônica. Gráfico elaborado para a produção do trabalho. Fonte: Elisa Horta.







## 7 POTENCIALIDADES

Ainda que contando com toda a elaboração do catálogo do acervo, lacunas de informações pairam sobre ele e delineiam a elaboração de estratégias de dialéticas entre suas diferentes fontes documentais, sempre tratadas de maneira separada.

Kneese exercia atividades diplomáticas — militante da divulgação dos ideários do Movimento Moderno — em suas viagens, palestras e participações em congressos como representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e como presidente ou delegado do Instituto de Arquitetos Brasileiros do Departamento de São Paulo (IAB-SP) e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB). A confirmação dos dados já publicados deu-se a partir da leitura de cartas de agradecimento de políticos pela disponibilidade do arquiteto em se deslocar até a sua cidade e proferir tal palestra, ou ainda, convites de confederações internacionais para torná-lo membro de conselhos, para compor mesas de júri em concursos, certificados de participação em diversos eventos, além de títulos honorários recebidos pelo arquiteto. A faceta diplomática e institucional de Kneese de Mello está claramente representada por intermédio da documentação em papel.

Merecem ser enaltecidos, conjuntamente, sua influência na criação do departamento do Instituto de Arquitetos Brasileiros do Estado de São Paulo e na construção de seu edifício sede e seu entusiasmo na consolidação das atribuições profissionais de um arquiteto (a) e urbanista; a tentativa de enraizamento junto a amigos e seu pai, da UNISECO do Brasil – após uma viagem à Inglaterra, em 1951, para estudos sobre tecnologias do pré-fabricado -, uma empresa para produção de arquitetura industrial no Brasil, com ideias advindas de sua pesquisa; a reelaboração de seu estudo sobre as características da arquitetura brasileira, originárias da colonização portuguesa e de seus antepassados colonizadores árabes, publicado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), após estudo em Portugal, na década de 1960. Editado apenas em gênero textual, seu acervo conta com quase dois mil ícones, com potencial de investigação e reedição do livro em formato ilustrado.

Como professor de História da Arquitetura e do Urbanismo, atuou em universidades como a Farias Brito, atual Universidade Guarulhos (UNG) - para

qual projetou o primeiro edifício dedicado unicamente ao curso de arquitetura; a Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde iniciou sua carreira como docente; a Universidade Braz Cubas, onde influenciou a implementação do curso de Arquitetura e Urbanismo, em 1970; a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); e no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, de 1987 até o ano de seu falecimento.

Seu legado como projetista, desde sua formação como seguidor do ecletismo a sua conversão à arquitetura moderna. Seu envolvimento com a construção de Brasília, tema muito presente no acervo, com 13% do total de imagens do país, na participação no desenvolvimento do projeto NovaCAP<sup>2</sup>, em Brasília, iniciado no ano de 1956 junto à equipe de Oscar Niemeyer. Contribuição revelada em imagens do então presidente Juscelino Kubistchek e do grupo de arquitetos responsáveis pela obra; testemunhos fotográficos desde o início de suas fundações. Assim como sua presença no projeto de Niemeyer no Parque do Ibirapuera, em 1954.

[...] há poucos dias, vindo para prestar a aula inaugural em nossa Faculdade, o arquiteto J. Vilanova Artigas, informou-nos, consultado a respeito, que V. S. possui uma coleção realmente notável de fotografias coloridas sobre Brasília, estando elas prontas para serem expostas, em painéis de fórmica. Tal fato se nos afigura como a grande oportunidade de realizarmos uma exposição de alto nível [...].<sup>3</sup>

Todavia, o entendimento do acervo não pode se delimitar apenas a sua trajetória profissional, fazendo-se importante a criação de um arranjo pessoal. Cópias de cartas trocadas entre os familiares, poemas escritos por Kneese a sua esposa, principalmente os publicados no livro *Joãosinho o oficibói* (MELLO, 1988) em decorrência da comemoração de suas bodas de ouro, ajudam a estruturar uma imagem de Eduardo como pessoa. Até mesmo seus discursos escritos de palestras, que cabem ao seu lado profissional, alicerçam a ideia que se tem sobre como pensava e quem, de fato, era

2. NovaCAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital, empresa estatal do Distrito Federal brasileiro criada para a construção da nova capital federal do país.

3. Carta advinda de Alberto Xavier, presidente do departamento de cultura do Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, em 1959, como convite à elaboração de uma exposição inédita sobre Brasília com o auxílio da coleção de slides sobre a construção da nova capital do país, em Porto Alegre.

Eduardo Kneese de Mello. Mas ainda são poucos os adjetivos que podem ser afirmados. Tem-se para o caso a ideia da realização de entrevistas, o mais breve possível, com familiares e conhecidos para o recolhimento de testemunhos fundamentais ao arranjo.

Seguindo da ideia de contextualização sincronizada do exterior, e conseqüentemente de sua compreensão, outro arranjo principal caberia aqui: a compreensão da visão de Kneese sobre a história da arquitetura e do urbanismo do país, que estava sendo escrita e fundamentada, pela visão de seus contemporâneos, e de todos os acontecimentos correntes à época.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira independente, porém, em alguns momentos, conjunta, o trabalho teve como fundamento a intenção de complementar toda a base bibliográfica já publicada sobre Eduardo Kneese de Mello e fundamental a esta pesquisa, difundindo-se com todos os dados já reconhecidos, salvando e reconhecendo méritos individuais.

Kneese de Mello foi um grande arquiteto e influenciou dezenas de congressos e conferências arquitetônicas, além de muitos estudantes com os quais teve contato. Criou relação de amizade com grandes arquitetos e nunca deixou de lado seus valores familiares. Cartas e declarações comprovam sua conectividade com a esposa e a preocupação que mantinha em enviar notícias aos filhos quando estava em viagem, assim como todo o reconhecimento que recebeu com todas as suas honrarias como membro vitalício em diversas instituições e associações. A finalização do trabalho vem para que sua trajetória seja evidenciada e sua carreira, merecidamente reconhecida.

De acordo com Meneses (1998, p. 90), “[...] a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente”. Ainda que os itens documentais pertençam a diversas esferas contextuais, a relação com o titular é inerente e necessita que seus contornos sejam reforçados. Este processo, seguido da extroversão adequada e eficiente dos resultados, permitirá a preservação da memória do arquiteto Eduardo Kneese de Mello. Pois, a cada documento investigado dentro do acervo, este trabalho se mostra mais urgente e imprescindível.

O acervo ainda precisa de muitos aprofundamentos, e agora com deveres específicos, mas, a partir de todo o trabalho realizado sabe-se que os próximos manejos acontecerão sob melhores fundamentos e controles. A consulta e a escolha de futuros assuntos serão facilitadas, principalmente com o apontamento das potencialidades do acervo, da elucidação cronológica de seus trabalhos e da dimensão de seus maiores interesses.

O empenho veio então a identificar e preservar características originárias e a conscientizar, porventura, sobre a importância de seus laços conectivos, além de quantificar seus conteúdos iconográficos e servir como viabilizador para a preparação do editorial de financiamento e a concretização do acondicionamento ideal do acervo.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial, 2007.

LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, Mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702012000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000100015>.

MELLO, Eduardo Kneese de. *Joãosinho o Oficibói*. São Paulo: FEBASP, 1988.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. Estudos Históricos, v. 21, p. 89-103, 1998.

REGINO, Aline Nassaralla. *Eduardo Kneese de Mello: do eclético ao moderno*. 2011. 606 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Eduardo Kneese de Mello: o fotógrafo, o arquiteto e o professor*. 10 f. 2010. Artigo para Programa de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

SANTOS, Janaina Francelino dos; AMARAL, Raphael Thomaz Sanches do. *Eduardo Kneese de Mello: arquiteto e fotógrafo – Organização do acervo de diapositivos do MuBA*. S/d. 6 f. Artigo para Programa de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. S. l., s. d.

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Viagens, fotografia e arquitetura: Conexões a partir das imagens de Eduardo Kneese de Mello do MuBA*. Revista Belas Artes, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=revista-ba-viagens-fotografia-arquitetura>>. Acesso em: 2017.

## BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CAMARGO, Luana Rodrigues de. *Eduardo Kneese de Mello e Portugal: o estudo da Arquitetura Mourisca e as influências na Arquitetura Brasileira*. 2006. 11 f. Artigo para o Programa de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

MELLO, Eduardo Kneese de. *Arquitetura brasileira: palestras e conferências*. São Paulo: FAU-USP, 1975.

MELLO, Eduardo Kneese de. *Memorial para efeito de apresentação ao concurso de professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*. Disciplina: Arquitetura no Brasil. São Paulo: s.n., 1975.

REGINO, Aline Nassaralla; SANTOS, Ademir Pereira dos; et. al. *Arquitetura atribuição do arquiteto: homenagem ao centenário do arquiteto EKM (1906-1994)*. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2005.

REGINO, Aline Nassaralla. *Eduardo Kneese de Mello arquiteto: análise de sua contribuição à habitação coletiva em São Paulo*. 2006. 293 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana do Mackenzie, São Paulo, 2006.

## ACERVOS

Acervo Eduardo Kneese de Mello – Biblioteca de Obras Raras, Paulo Antonio Cardim

Acervo pessoal de Aline Nassaralla Regino

Recebido em: 29/8/2016

Aprovado em: 6/7/2017

# CARTA PATRIMONIAL DA USP: POR QUE?

**MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.  
Arquiteta, doutora em História da Arquitetura e livre-docente pela Universidade de São Paulo. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a linha de pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e Contemporânea, particularmente arquitetura brasileira e patrimônio histórico. Diretora do Centro de Preservação Cultural da USP (2014-atual).  
E-mail: junqueira.monica@usp.br.

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p162-169>

Patrimônio cultural, tal como entendido hoje, que abrange de cidades a objetos, de práticas a referências culturais, é resultado de uma longa trajetória que remonta ao século XVIII e que se intensificou sobremaneira no século XX. A profusão de mais de quatro dezenas de cartas patrimoniais nacionais e internacionais, elaboradas entre 1931 e 2010, na página do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) significa não a exaustão ou a redundância de ideias, mas, pelo contrário, revela a especificidade das questões patrimoniais segundo determinada cultura em determinada época, e a dificuldade de generalização de seu reconhecimento e conservação. Tais condições têm provocado constante atualização e muitos debates, estimulando frequentes encontros de especialistas, cujos resultados são divulgados na forma de carta de intenções, normalmente nomeadas pelo local onde aconteceram.

A Universidade de São Paulo reúne um dos mais ricos patrimônios brasileiros, que vem sendo constituído ao longo dos 83 anos de sua existência. São acervos artísticos, arquitetônicos, documentais, bibliográficos, científicos e culturais, espalhados em sete campi e em uma dezena de municípios. Integram esse patrimônio 20 bens tombados; quatro museus estatutários: Museu Paulista, Museu de Zoologia; Museu de Arte Contemporânea e Museu de Arqueologia e Etnologia; 41 unidades de ensino com vasta documentação científica relativa à prática docente e de pesquisa; e uma

dinâmica vida universitária plena de referências culturais de professores, estudantes e funcionários. Frente à complexidade de refletir e zelar por tal diversidade de patrimônio, o Centro de Preservação Cultural, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da universidade de São Paulo, criado em 2002, propôs a elaboração de uma Carta Patrimonial para aproximar todos os envolvidos à questão do seu próprio patrimônio, bem como estabelecer alguns parâmetros para a sua conservação.

Inicialmente sugerida pela profa. dra Beatriz Mugayar Kühl, referência internacional no campo da preservação cultural e à época ocupando o cargo de vice-diretora do CPC, essa proposta foi trabalhada por toda a equipe<sup>1</sup> do CPC ao longo de um ano, com discussões mensais a partir do estudo das várias cartas que regem o patrimônio nacional e internacional, dos decretos e dos artigos da constituição brasileira referentes ao tema e sobre a especificidade e os desafios do patrimônio da USP neste século.

Selecionamos uma dezena de documentos para o embasamento das nossas discussões, começando pela primeira patrimonial: Carta de Atenas, de 1931 resultado da reunião organizada pelo Escritório Internacional das Nações Unidas, que assumia como patrimônio apenas os monumentos de reconhecido valor artístico, histórico ou científico, enfatizando a excepcionalidade como atributo de mérito. A Recomendação de Nova Delhi, de 1956, incluiu o patrimônio arqueológico como bem cultural, e em 1962, a Recomendação de Paris, Paisagens e Sítios, incorporou a noção de beleza natural como atributo de valor, reconhecendo paisagens e sítios naturais como bens culturais. A Carta de Veneza, de 1964, propôs uma revisão da Carta de Atenas, ampliando a noção de bem cultural às “obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. As Normas de Quito, resultado da reunião organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967, sintetiza as discussões sobre as relações entre desenvolvimento econômico e social e a preservação do patrimônio cultural do continente americano. A Carta de Burra, resultado do encontro de 1979,

1. Integraram a equipe durante o período de 2016 e 2017: Ana Célia de Moura, Antonio Francisco Barros de Azevedo, Beatriz Mugayar Kühl, Bruna Gabriela Elias, Maria Del Carmen Hermida Martinez Ruiz, Cibele Monteiro da Silva, Cláudia Rodrigues D'Arco, Ewerton da Silva Vilela, Fernanda Fernandes, Gabriel de Andrade Fernandes, Lucimara Viana, Sabrina Studart Fontenele Costa e estagiários.

na Austrália, traz a importante dimensão social como valor inerente aos bens, introduzindo a noção imaterial que incorpora processos e referências culturais. A Conferência de Nara, 1994, pois em questão a noção de autenticidade frente à diversidade cultural do mundo contemporâneo em que mais do que se promover uma identidade nacional, é necessário reconhecer a multiplicidade das manifestações na construção de uma memória coletiva.

No contexto brasileiro, consideramos oportuno retomar os documentos que nos permitem traçar o percurso da problemática patrimonial, analisando-os à luz das discussões internacionais. O decreto-lei 25 de 1937 que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); o Compromisso Brasília, de 1970, resultado do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais; e nos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira de 1988 que dispõem sobre o patrimônio cultural.

Além da bibliografia de referência, no âmbito da Universidade, constituíram fontes importantes o *Diagnóstico sobre as Potencialidades Museológicas* da USP, elaborado pelas professoras Maria Cecília França Lourenço e Maria Cristina Bruno, em 2000, e os inventários sistemáticos que o CPC vem realizando sobre bens arquitetônicos, sobre arquivos e coleções e sobre referências culturais.

A partir da sistematização dos debates, chegou-se a uma estrutura com quatro categorias: princípios, objetivos, diretrizes e recomendações, num total de 15 pontos. Um primeiro esboço do documento foi apresentado em uma reunião no dia 14 de junho de 2017, no Auditório István Jancsó da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, aberta a todos os integrantes da Universidade - docentes, discentes e funcionários - a quem foram solicitadas contribuições para o aprimoramento do documento por meio de consulta pública. Paralelamente o documento foi enviado por meio eletrônico a todas as unidades, via dirigentes e presidentes das respectivas comissões de cultura e extensão, também com o objetivo de angariar contribuições ao documento final. Todos os encaminhamentos foram analisados e, quando pertinentes, devidamente incorporadas ao documento.

A versão final foi apresentada em um fórum ocorrido no dia 14 de junho de 2017, também no auditório da Biblioteca Brasileira, com ampla

comunicação eletrônica e por meio de cartazes fixados nas várias unidades. O documento foi aprovado pelo Conselho Consultivo do CPC no dia 6 de setembro de 2017, e na reunião do Conselho de Cultura e Extensão Universitária (COCEX) no dia 5 de outubro.

Trata-se, portanto, de uma proposta desenvolvida coletivamente, da forma mais aberta possível, de modo a constituir um documento representativo de todos envolvidos com a vida universitária. Esta carta é um documento da Universidade de São Paulo que visa contribuir à preservação de seu patrimônio, cuja íntegra é apresentada a seguir. É a primeira Carta Patrimonial Universitária de que temos notícias, e esperamos com isso suscitar a troca de ideias no meio acadêmico interno e externo à USP.

## **CARTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

### **PRINCÍPIOS**

1. Tendo por base os preceitos do artigo 216 da Constituição Federal, o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo abrange o conjunto de bens de natureza tangível ou intangível que façam referência às práticas culturais, à memória e à ação dos vários grupos formadores da Universidade.
2. Os bens culturais acima referidos constituem-se na medida em que seletivamente se atribuem a eles, por parte dos vários grupos formadores da Universidade, valores, sentidos e significados variados.
3. Os bens culturais universitários incluem, mas não se limitam, a manifestações e referências culturais de estudantes, professores, funcionários da Universidade, bem como da sociedade a ela externa, como festas, lugares, paisagens e celebrações; rotinas, práticas, modos de fazer, de criar e tradições acadêmicas; acervos de natureza arquivística, museológica e bibliográfica; espaços, sítios e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos; lugares de memória e consciência e paisagens.
4. As práticas culturais dependem de seus vetores, suportes e referenciais materiais, mas estes, desvinculados das práticas, perdem seu sentido. São indissociáveis, portanto, as dimensões materiais e imateriais dos bens culturais.

5. Os processos de patrimonialização se enriquecem na medida em que os vários discursos e narrativas envolvidas se confrontem, sejam elas marcadas por argumentos técnicos, afetivos, científicos ou subjetivos. Nesse sentido, o processo deve se dar em uma perspectiva democrática e de dissenso, na qual os vários anseios dos diferentes coletivos e discursos presentes na universidade se façam ouvir.
6. Todos os sujeitos individuais e coletivos que constituem a Universidade possuem autonomia para dar início ao processo de patrimonialização, cuja institucionalização deve ser debatida com todos os demais interessados.
7. Os sentidos, significados e valores atribuídos aos bens culturais possuem historicidade e estão sujeitos a transformação.
8. O processo de inventariação, preservação salvaguarda e difusão de bens culturais é dinâmico e deve reconhecer a multiplicidade de leituras, narrativas e sentidos em todas as suas ações.

## OBJETIVOS

9. Promover uma cultura patrimonial plural e democrática, aberta ao dissenso e à multiplicidade de narrativas, sentidos e significados atribuídos aos bens culturais associados aos vários grupos formadores da Universidade.
10. Colaborar na formulação e apresentar diretrizes e recomendações para o estabelecimento de políticas, programas, projetos e ações de identificação, salvaguarda e comunicação dos bens culturais no contexto da Universidade de São Paulo e fornecer subsídios à implementação adequada de tais iniciativas sobretudo aos órgãos executivos.
11. Respeitar e difundir, no contexto da Universidade, as normas e legislação relevantes ao campo do patrimônio cultural, em especial o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (que versa sobre o patrimônio cultural brasileiro), o Decreto 3.551/2000 (que institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), a Portaria 127/2009 do Iphan (que institui a chancela da paisagem cultural), a Lei 12527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o decreto estadual 58.052/2012 (que regulamenta em nível estadual a Lei de Acesso à Informação), assim como as normas da universidade.

## DIRETRIZES

12. Constituir instrumentos específicos para cada categoria de bem cultural de modo a operacionalizar os princípios aqui traçados. Não se limitando às seguintes, as categorias incluem:
  - a. Conjuntos, construções e sítios (bens arquitetônicos e urbanísticos, conjuntos edificados, obras de infra-estrutura, sítios de interesse arqueológico e paisagens);
  - b. Acervos e coleções (reunidos institucionalmente ou difusos, de natureza museológica, arquivística ou bibliográfica, de vários artefatos ou suportes);
  - c. Referências culturais (formas de fazer e de criar; rituais, celebrações, festas, formas de expressão; lugares, territórios e paisagens constituintes de manifestações culturais, de memória e de consciência; atividades e práticas cotidianas próprias da experiência e da vida universitária)
13. Os instrumentos específicos de inventariação, preservação, salvaguarda e valorização dos bens associados às categorias apresentadas se enriquecerão na medida em que respondam às seguintes recomendações.

## RECOMENDAÇÕES

14. Para a Universidade:
  - a. Dialogar com o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
  - b. Difundir, interna e externamente, nas várias estâncias e órgãos, o conjunto de princípios listados neste documento.
  - c. Criar condições para uma ação integrada e responsável dos seus vários órgãos executivos cujas atribuições envolvem o contato com bens culturais.
  - d. Estimular nas unidades, quando se revelar necessário, a formação de conselhos curadores dos bens culturais de composição paritária.
  - e. Colaborar nos processos relacionados à gestão dos bens culturais pertencentes à universidade junto aos órgãos de preservação existentes nas várias instâncias externas, segundo os ritos aqui traçados.
  - f. Estabelecer instrumentos de fomento aos bens culturais, na forma de editais, fundos, apoio técnico, etc.

15. Para os interessados e proponentes de iniciativas patrimoniais, no interior da universidade:
  - a. Buscar, sempre que possível, manter diálogo ativo com os órgãos públicos, internos e externos à universidade, cuja atribuição institucional envolva a inventariação, preservação e comunicação de bens culturais — particularmente, na USP, o Centro de Preservação Cultural, o Arquivo Geral, a Superintendência do Espaço Físico, a Superintendência de Gestão Ambiental; e, externamente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Brasileiro de Museus, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo, o Conselho Nacional de Arquivos, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, bem como dos órgãos municipais de preservação.
  - b. Registrar de forma sistemática o conjunto de ações conduzidas junto aos bens culturais visando sua preservação e difusão pública.
  - c. Garantir a participação dos grupos diretamente envolvidos com os bens culturais que são objeto de tais iniciativas.
  - d. Adotar processos dialógicos e participativos na implementação dos princípios elencados nesta carta, de modo a garantir a multiplicidade de interpretações sobre o patrimônio cultural.

# SEMINÁRIO BIXIGA:

TERRITÓRIO CULTURAL  
SÃO PAULO, 2 DE MAIO DE 2017

**GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES**, CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Mestre em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP, atua como especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da USP, onde desenvolve ações de cultura e extensão universitária relacionadas à temática do patrimônio cultural.

E-mail: [gaf.arq@usp.br](mailto:gaf.arq@usp.br)

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p170-180>

## INTRODUÇÃO

Formalmente não existe em São Paulo um bairro chamado “Bixiga”, ainda que ele se revele na vida cotidiana de uma grande quantidade de pessoas que nele habitam e manifestam suas práticas culturais, memórias e afetos.

Normalmente entendido como um território em meio aos limites do distrito da Bela Vista e adjacências, o Bixiga se revela e se manifesta por meio de relações simbólicas entre pessoas, lugares, construções, festas, celebrações, tradições e rupturas. Ainda que não possua designação oficial, trata-se de um lugar amplamente reconhecido, seja pelos que nele trabalham e o percebem de uma certa forma, pelos que o habitam e o veem de outra, pelos que frequentam seus bares, restaurantes, teatros e outros equipamentos ou mesmo por parte de muitos paulistanos que, ainda que não constituindo com ele uma relação cotidiana, associam-no facilmente à muitas das caricaturas que costumam caracterizar as narrativas construídas em torno deste universo — como as de um bairro italiano ou boêmio.

De fato, trata-se de um território de múltiplas facetas: bairro afro-italiano-nordestino-imigrante-boêmio, o Bixiga serve de referencial e de suporte para múltiplas manifestações culturais e formas de trabalhar, de habitar e de produzir cultura: ainda que usualmente associado a representações que o resumem a uma caricatura de si mesmo (povoada por cantinas, italianismos e adorianices), é impossível reduzi-lo a um único

grupo social ou manifestação cultural. É justamente essa multiplicidade de referências culturais cultivadas pelos mais variados grupos que torna este território um caso bastante peculiar e interessante para avaliar os processos de patrimonialização de seus bens culturais. Caso interessante sobretudo porque, apesar da multifacetada riqueza cultural, a convivência entre os vários grupos e suas manifestações não se revela necessariamente harmoniosa ou isenta de conflitos, bem como de tentativas de apagamentos e ofuscamento de certas narrativas sobre outras. Destaque-se, em particular, como o processo de tombamento em nível municipal de algumas centenas de imóveis localizados na região buscou privilegiar sobretudo sua herança italiana e sua arquitetura eclética, ofuscando ou ignorando presenças de matriz africana, nordestina, entre outras.

## 1 (RE)DISCUTINDO O BAIRRO

A fim de explorar os limites, desafios e potencialidades da formulação e implantação de políticas e reflexões patrimoniais em uma realidade tão multifacetada e conflituosa, o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC) promoveu no dia 2 de maio de 2017 o seminário “Bixiga: território cultural”. Reunindo agentes e gestores públicos, acadêmicos, pesquisadores, militantes e membros de organizações civis, o evento procurou não só discutir a patrimonialização atualmente em curso do bairro como outros exemplos de processos análogos em outros territórios similares, mas também avaliar problemas e conflitos atuais. O evento ocorreu no Auditório Paschoal Carlos Magno do Teatro Sérgio Cardoso, um lugar relevante para a história e memória do bairro.

A iniciativa se justifica não só pela peculiaridade deste espaço da cidade — que concentra cerca de um terço dos imóveis tombados em nível municipal da cidade de São Paulo<sup>1</sup> — como pelo fato de o próprio CPC ocupar como sede um edifício patrimonializado localizado neste pedaço do município. A Casa de Dona Yayá, sede do CPC, estabelece diversas conexões com a história da urbanização desta região e com várias das narrativas que se produziram ao longo dos anos a respeito da identidade construída para o bairro. Uma entre

1. São cerca de 900 imóveis distribuídos na região da Bela Vista em um universo de mais de 3000 na cidade.

muitas referências culturais do Bixiga, a Casa de Dona Yayá se localiza em meio a uma complexa rede de bens culturais que, como parece ser consenso hoje<sup>2</sup>, não devem ser lidos isoladamente, mas em conjunto.

Com efeito, o território da Bela Vista, onde esses muitos Bixigas se superpõem, vem sendo objeto de variados esforços de inventariação, preservação, salvaguarda e valorização de bens culturais desde os anos 1970 – a partir de iniciativas de caráter variado e com distintos graus de sucesso. Repleto de imóveis caracterizados como “Z8-200” (considerado o primeiro instrumento de preservação em nível municipal da cidade), o Bixiga foi mote da primeira grande iniciativa em São Paulo de inventariação sistemática (e não pontual) por parte do Departamento de Patrimônio Histórico nos anos 1980, o Inventário Geral do Patrimônio Cultural da Bela Vista (Igepac/Bela Vista), o que revelou à época, aos olhos dos técnicos envolvidos, um enorme conjunto de bens patrimonializáveis distribuídos em três subterritórios distintos. Em função da mobilização de representantes de alguns dos grupos sociais presentes na região, parte deste rol de bens inventariados serviu de base para a formulação de uma resolução de tombamento cujo pedido, aberto em 1992, efetivou-se em 2002 na forma de uma relação de imóveis designados como culturalmente relevantes e passíveis de diferentes níveis de proteção física.

Note-se que, apesar da ousadia da iniciativa de promover, de uma vez, um tombamento sistemático e articulado de inúmeros bens, trata-se ainda da designação de imóveis individuais reunidos sob um discurso urbanístico e arquitetônico que privilegia (ainda) narrativas que associam o bairro a seu passado eclético, do ponto de vista formal, e italiano, do ponto de vista de formação social, reduzindo ou invisibilizando os traços de outras presenças, bem como ignorando outras referências culturais (cuja salvaguarda, à época, não contava ainda com os instrumentos normativos adequados, como práticas culturais ligadas ao assim chamado “patrimônio imaterial”). O próprio Centro de Preservação Cultural contribuiu à ampliação do registro e valorização do patrimônio cultural do bairro para além de seus bens arquitetônicos ligados à memória italiana e à do ecletismo paulista, por meio de trabalhos como as oficinas “Trafegar pelos rios do

2. Tal leitura se verifica já nos trabalhos que levaram ao estabelecimento do Igepac da Bela Vista, no início dos anos 1980, conforme d’Alambert e Fernandes (2006) e Baffi (2006) e se estende a iniciativas contemporâneas conforme Somekh (2016).

Bixiga<sup>3</sup> (materializado na exposição "Hidrofaixas: rios visíveis no Bixiga") e pelo projeto "Bixiga em Artes e Ofícios" (que resultou em uma exposição homônima, em um sítio eletrônico e em uma publicação<sup>4</sup>).

Apesar de seus limites, o Igepac foi, sem dúvidas, uma das iniciativas mais avançadas e sofisticadas de inventariação de bens culturais em São Paulo. Tais limites, no entanto, revelaram-se frágeis no enfrentamento de problemas contemporâneos de preservação e salvaguarda deste conjunto patrimonial: arrastam-se há anos, por exemplo, conflitos em torno da ocupação e salvaguarda de alguns dos espaços do bairro, como os baixios dos viadutos ou o terreno localizado no cruzamento das ruas Abolição e Jaceguai, no qual corre canalizado o Ribeirão do Bixiga e onde o Grupo Silvio Santos pretende erigir um enorme empreendimento comercial, afetando uma série de bens tombados (como a Casa de Dona Yayá e sobretudo o Teatro Oficina, seu vizinho). Para além de uma problemática de visualidade ou de agressão visual à paisagem cotidiana, tais conflitos revelam ao mesmo tempo processos desiguais de representação cultural e de acesso à cidade e à discussão de seus destinos.

Bairro sempre vivo e em mutação, o Bixiga continua a conviver com as diretrizes desta resolução e sob a influência de outros marcos normativos (como planos diretores regionais, leis de zoneamento, políticas de incentivo à cultura etc.). Toda essa regulamentação, no entanto, é suficiente para abarcar a complexidade cultural da região? As demais narrativas sobre o bairro se veem representadas em sua ampliação? Que outros instrumentos normativos, projetuais e de planejamento são aplicáveis na região, a fim de fomentar e valorizar sua complexidade patrimonial? É preciso rever os instrumentos existentes?

## 2 RELATO DO EVENTO

A fim de avançar sobre estas e outras questões o CPC organizou o evento do dia 2 de maio de 2017 em torno de três mesas-redondas. A primeira delas buscou discutir diferentes narrativas e perspectivas sobre o bairro. Em seguida, foram convidados para a segunda mesa profissionais e acadêmicos

3. Para mais informações, ver Fernandes et al. (2013).

4. Para mais informações, ver Hikiji e Silva (2014).

que atuaram em projetos articulados em contextos semelhantes aos do Bixiga. Finalmente, na mesa de encerramento foram convidados agentes públicos e representantes de grupos envolvidos em projetos e conflitos atuais no bairro.

#### MESA 1. BIXIGA: PATRIMÔNIO CULTURAL

Mediada pelo professor José Tavares Correia de Lira (ex-diretor do Centro de Preservação Cultural da USP e docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP), a mesa contou com os seguintes participantes:

- Mirthes Baffi, do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH);
- Karina Alves e Claudia Muniz, representantes do Grupo de Trabalho Bixiga da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), responsável por promover um inventário participativo de referências culturais na região;
- Marcio Sampaio de Castro, pesquisador da história do bairro e autor do livro *Bexiga: um bairro afro-italiano*.

Mirthes Baffi apresentou a trajetória da patrimonialização do bairro no contexto do DPH e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), dos primeiros estudos à efetivação da resolução de tombamento em 2002, passando pelo inventário sistemático promovido pelo já citado Igepac. As representantes da Repep, Karina Alves e Claudia Muniz, expuseram novas perspectivas sobre os bens culturais do Bixiga a partir dos primeiros resultados de um trabalho em andamento de caráter colaborativo, comunitário e participativo de educação patrimonial, caracterizado sobretudo pela escuta e pela autoidentificação de bens culturais por parte de habitantes. Finalmente, Márcio Sampaio destacou um duplo caráter específico da região do Bixiga, que agrega ao mesmo tempo elementos de resistência cultural e de exclusão — dinâmica verificada especialmente pela trajetória da população negra do bairro, cujas referências culturais (como a Escola de Samba Vai-vai) são destacadas como elementos de identidade ainda que sejam mobilizadas paralelamente à expulsão desta população para regiões mais distantes do centro de São Paulo.

## MESA 2. INSTRUMENTOS E PROJETOS

Com a intenção de elencar e discutir possibilidades de aplicação de instrumentos e projetos inspirados em casos similares aos do Bixiga, esta mesa reuniu pesquisadores e profissionais envolvidos tanto na formulação de políticas públicas para o patrimônio como na execução de projetos de inventariação, preservação, salvaguarda e valorização de bens culturais. Mediada pelo professor Heitor Frúgoli (do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), a mesa contou com os seguintes participantes:

- Rafael Winter Ribeiro, geógrafo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi um dos responsáveis pela elaboração do dossiê encaminhado à Unesco para a candidatura do Rio de Janeiro a paisagem cultural da humanidade;
- Euler Sandeville Jr., professor da área de paisagem e ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, atuou durante a elaboração do atual plano diretor do município de São Paulo na conceituação dos “territórios de interesse da cultura e da paisagem” (TICP), instrumento previsto na legislação para gestão pública de áreas de especial interesse cultural, paisagístico e ambiental;
- Simone Scifoni, geógrafa e professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atuou junto ao Grupo de Trabalho Minhocão da Rede Paulista de Educação Patrimonial na elaboração de um inventário participativo de referências culturais no território ao redor do Elevado João Goulart (antigo “Costa e Silva”);
- Flávia Brito do Nascimento, professora do departamento de História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, atuou no desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) na região do Bom Retiro, em São Paulo.

Todos os convidados destacaram a complexidade de trabalhar com a realidade urbana, seus múltiplos grupos e agentes envolvidos, e os desafios da salvaguarda do patrimônio cultural, articulando estratégias de gestão e de participação das comunidades locais. Ficou evidente, ao longo de toda a discussão, não só a necessidade de ultrapassar perspectivas de trabalho sobre o patrimônio que se limitem aos bens isoladamente (ou, mesmo quando

tomados em conjunto, que se limitem às suas características particulares isoladas de seus contextos sociais, simbólicos e afetivos) como a necessidade de explorar métodos de trabalho que de fato incorporem as representações e anseios dos habitantes das regiões estudadas.

Rafael Winter Ribeiro apresentou a problemática em torno das *historic urban landscapes* (HULs), categoria recentemente pautada nas discussões internacionais da Unesco, bem como destacou o interesse renovado em torno da ideia de paisagem, verificada em anos recentes, e as armadilhas que este interesse pode promover quando tratado, conceitual ou metodologicamente, de forma pouco consistente. Euler Sandeville Jr. apresentou a proposta original em torno dos TICPs (originalmente pensados como “áreas de especial interesse de cultura e de paisagem” e com escopo mais amplo que aquele ligado apenas ao campo do patrimônio), bem como suas potencialidades e desafios de apropriação e implantação. Simone Scifoni e Flávia Brito apresentaram experiências de inventariação de referências culturais em áreas centrais de São Paulo, com escalas e escopos distintos (nas regiões do Minhocão e do Bom Retiro, respectivamente).

Scifoni destacou o inventário participativo como possível instrumento de resistência cultural, na medida em que ele pode colaborar na evidencição de todo um conjunto de manifestações culturais invisibilizadas em processos mais amplos de valorização imobiliária, enobrecimento urbano e expulsão de populações em situação de fragilidade social em regiões marcadas por transformações de perfis de renda. Com efeito, o lema do inventário participativo do Minhocão, por ela apresentado, é “Minhocão contra a gentrificação” e sua iniciativa foi resultado de uma demanda dos próprios grupos habitantes da região do Minhocão, que já previam os efeitos perversos do processo de gentrificação que se anunciava para a área com a eventual demolição ou transformação do Elevado João Goulart em parque. Flávia Brito, por sua vez, apresentou sua participação no inventário de referências culturais da região do Bom Retiro, iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) em São Paulo. Destacou como a identificação de lugares de referência para os grupos sociais presentes naquele território deveria superar os critérios usuais de patrimonialização, por exemplo, de bens edificados, ao considerar pequenas construções articuladas àquelas práticas culturais como bens culturais peculiares.

### MESA 3. AGENTES E INSTITUIÇÕES

Finalmente, a última mesa do dia buscou evidenciar olhares e projetos de agentes e grupos em atuação no Bixiga atual, bem como discutir problemas contemporâneos. Mediada por Gabriel Fernandes, o autor deste artigo, e pela diretora do CPC, Mônica Junqueira de Camargo, a mesa esteve longe de esgotar a discussão sobre o bairro ou de abordar todos os seus conflitos e problemas, mas colaborou na explicitação e discussão pública de alguns desses pontos. Os participantes foram:

- Carila Matzenbacher, arquiteta atuante no Teatro Oficina;
- Gil Carvalho, arquiteto responsável pelo empreendimento do Grupo Sisan no terreno localizado na esquina das ruas Abolição e Jaceguai, sobre o curso do Ribeirão do Bixiga e vizinho ao Teatro Oficina;
- Mariana Rolim, diretora do Departamento do Patrimônio Histórico a partir de 2017.

A representante do Teatro Oficina apresentou o projeto para o bairro e para o teatro, pensado pela Companhia em parceria com moradores, interessados e outros coletivos culturais atuantes na região. Associado a um projeto mais amplo do grupo para a cidade — chamado de *Anhangabaú da feliz cidade* e articulado à *Universidade Antropófaga*<sup>5</sup> —, trata-se de uma proposta de apropriação da cidade tomando-a como suporte para realizações artísticas diversas e expandindo para o espaço urbano a proposta teatral da própria Companhia de Teatro Oficina Uzyna Uzona, em colaboração com os vários coletivos já atuantes no território. Destacou ainda as perspectivas de uma ocupação solidária e coletiva do terreno vizinho ao do Teatro Oficina. Para este terreno, por sua vez, o arquiteto Gil Carvalho apresentou o projeto da empresa Sisan Empreendimentos Imobiliários. Trata-se de um empreendimento misto, residencial e comercial, caracterizado por um conjunto de três grandes torres — cuja execução havia sido, até o momento da realização do seminário, interrompida pelo entendimento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) de que o complexo afetaria gravemente a preservação de um conjunto de bens culturais da região, entre os quais o próprio Teatro

5. Para mais detalhes sobre estes projetos, ver Gallmeister e Matzenbacher (2015).

Oficina e a Casa de Dona Yayá<sup>6</sup>. Finalmente, Mariana Rolim destacou mais uma vez a necessidade de olhar para o patrimônio para além dos bens individuais, em particular para ações de conservação e salvaguarda. Apresentou o histórico da ação do DPH na região e os atuais projetos.

### 3 ENCAMINHAMENTOS E POTENCIALIDADES

Este seminário constituiu mais uma ação do CPC em torno da articulação pública de diferentes perspectivas e saberes sobre o Bixiga, reunindo em um mesmo espaço representantes dos campos acadêmico, técnico-profissional, político e artístico. Como um órgão cuja origem é estrangeira ao bairro, trata-se de uma iniciativa importante não só para o seu enraizamento neste território, como também para o reconhecimento dos vários interlocutores que nele habitam – e o pensam e estudam há bastante tempo. O seminário constituiu-se, sobretudo, o reconhecimento de um trabalho já consolidado de agentes culturais e políticos, bem como de técnicos e acadêmicos que acumulam uma reflexão e experiência de ação sobre o bairro cuja valorização é necessária para a melhor implantação de projetos patrimoniais. Neste sentido, contudo, trata-se ainda do reconhecimento de que esta articulação ainda é incipiente e limitada, novas edições deste seminário serão necessárias a fim de não só explicitar melhor os conflitos presentes no bairro e as várias perspectivas sobre eles, como também incluir muitos outros interlocutores que não participaram desta primeira edição.

### REFERÊNCIAS

BAFFI, Mirthes. O Igepac-sp e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 169–191, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/sK7gMr>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

D'ALAMBERT, Clara Correia; FERNANDES, Paulo César Gaioto. Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 151–168, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/sK7gMr>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FERNANDES, Gabriel de Andrade; BITTENCOURT, Beatriz; FRÓIS, Maíra Martins; TAVARES, Priscilla. Educação e memória na Casa de Dona Yayá: relato da oficina-intervenção Trafegar pelos rios do Bixiga. *Revista CPC*, São Paulo, n. 17, p. 116–126, dez. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yJLGF6>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

6. Em outubro de 2017 esta decisão foi revertida por uma nova composição do mesmo Condephaat, que autorizou a execução do empreendimento em decisão polêmica. Por se tratar de um problema para a preservação do patrimônio cultural mais amplo que o da disputa entre o Teatro Oficina e o Grupo Silvio Santos, um posicionamento nosso pode ser verificado em Fernandes e Camargo (2017).

FERNANDES, Gabriel de Andrade; CAMARGO, Mônica Junqueira. A Casa de Dona Yayá na preservação do Bexiga. *Minha cidade*, São Paulo, ano 18, n. 209.01, Vitruvius, dez. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/TNUj18>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GALLMEISTER, Marília; MATZENBACHER, Carila. O talento cultural do Bixiga & o Anhangabaú da Feliz Cidade. *Minha cidade*, São Paulo, ano 15, n. 180.05, Vitruvius, jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/cmAVTv>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana; SILVA, Adriana de Oliveira (Orgs.). *Bixiga em Artes e Ofícios*. São Paulo: Edusp, 2014.

SOMEKH, Nádia. A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: o caso do Bexiga, São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 220-241, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/urgJVU>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

# SEMINÁRIO DOMESTICIDADE, GÊNERO E MEMÓRIA

**FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL.

Professora do Departamento de História de Arquitetura e Estética do Projeto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail: flaviabn@usp.br.

**JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail: joana-mello@usp.br.

**JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL.

Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Doutor (1997) e Livre-Docente (2008) pela FAU-USP, com pós-doutorados na Universidade de Columbia (2009) e na ENSA Paris-Malaquais (2015).

E-mail: josetclira@gmail.com.

**SABRINA STUDART FONTENELE COSTA**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL.

Mestre e Doutora pela FAU-USP. Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora de pós-doutorado do IFCH-Unicamp onde estuda questões como domesticidade, preservação e arquitetura moderna com apoio da Fapesp. Funcionária do Centro de Preservação Cultural da USP.

E-mail: fontenel@usp.br.

**SABRINA STUDART FONTENELE COSTA**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL.

Cientista Social pela Universidade de São Paulo, Mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Livre-Docente do Departamento de História da Unicamp.

E-mail: silbrubino@gmail.com.

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p181-193>

## **SEMINÁRIO DOMESTICIDADE, GÊNERO E MEMÓRIA**

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO, JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA, JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA, SABRINA STUDART FONTENELE COSTA, SILVANA RUBINO

### **RESUMO**

O seminário "Domesticidade, Gênero e Memória" foi organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PRCEU) da USP, do Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc-SP. O objetivo do evento foi aprofundar o diálogo entre o urbanismo, a arquitetura e o design com as ciências sociais e a história, de forma a investigar as permanências e transformações dos modos de habitar, relacionando-os com processos técnicos, estéticos, espaciais, morais e sociais mais amplos. Estruturado em seis mesas-redondas e três sessões de conferências, versando sobre questões distintas, mas inter-relacionadas, o seminário tratou os três grandes temas: domesticidade, gênero e memória, por múltiplos enfoques teóricos, temporais e espaciais.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Domesticidade. Gênero. Memória.

## **SYMPOSIUM ON DOMESTICITY, GENDER AND MEMORY**

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO, JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA, JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA, SABRINA STUDART FONTENELE COSTA, SILVANA RUBINO

### **ABSTRACT**

The Symposium on Domesticity, Gender and Memory was organized by the School of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo (FAU-USP) and the Institute of Philosophy and Human Sciences at Campinas State University (IFCH-Unicamp), with the support of USP's Extension Programs (PRCEU-USP) and its Center for Cultural Preservation (CPC-USP) of the University of São Paulo (USP), the São Paulo State Research Foundation (Fapesp) and Sesc-SP's Research and Training Center (CPF). The event aimed at promoting the exchanges between the field of architecture and design and the approaches to gender studies within the social sciences and history, in order to investigate the continuities and discontinuities in the ways of dwelling in face of wider technical, aesthetic, spatial, moral and social processes. Organized in six round tables and five lectures on separate but interrelated issues, the symposium dealt with the theme through multiple theoretical, temporal and spatial frameworks.

### **KEYWORDS**

Domesticity. Gender. Memory.

Idealizado como uma continuidade do seminário "Domesticidade, Gênero e Cultura Material"<sup>1</sup>, o seminário "Domesticidade, Gênero e Memória"<sup>2</sup> teve como objetivo aprofundar o diálogo entre o urbanismo, a arquitetura e o design com as ciências sociais e a história, de forma a investigar as permanências e transformações dos modos de morar, relacionando-os com processos técnicos, estéticos, espaciais, morais e sociais mais amplos. Partindo da concepção da cidade, dos edifícios e dos objetos como artefatos de cultura, os trabalhos apresentados abordaram os universos privado, coletivo, patriarcal, moderno, colonial, metropolitano, popular, burguês, rotineiro, experimental, empírico, feminino, masculino e transgênero com o intuito de construir uma visão plural das experiências de domesticidade entre os séculos XIX e XXI em suas várias dimensões materiais, sociais e simbólicas. Seus autores trataram de casas, edifícios de apartamentos,

1. Organizado, em 2014, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), com apoio do Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o seminário teve como desdobramento também a edição do livro *Domesticidade, Gênero e Cultura Material* a ser publicado pela Edusp.
2. O evento, organizado pela FAU-USP e pelo IFCH-Unicamp, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PRCEU) da USP, do CPC-USP, a Fapesp e o Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc SP, foi realizado entre os dias 23 e 25 de outubro de 2017. Ver a programação completa em: <<http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/seminario-domesticidade-genero-e-memoria>>.

conjuntos habitacionais; abordaram suas concepções arquitetônicas e formas de apropriação, sua materialidade e suas representações, centrados ora em sua produção, ora em seu uso, ora em suas interpretações e significados, trazendo à cena agentes dos mais diversos – proprietárias(os), moradoras(es), promotoras(es), profissionais, indivíduos e instituições -, sem perder de vista o caráter móvel, polissêmico e relacional de seus objetos de pesquisa. Para tanto, foram mobilizados suportes documentais afeitos à diversidade de atores sociais, tais como leis, regulamentos, periódicos, artefatos, construções exemplares, projetos, fotografias, manuais de donas de casa, álbuns de família, relatos orais, cartas, diários, anúncios, escritos literários, propagandas, políticas de governo etc. Dessa forma, partindo de uma multiplicidade de escalas, enfoques teóricos, temporais e espaciais, o seminário foi estruturado em seis mesas-redondas e três sessões de conferências, que reuniram pesquisadores nacionais e estrangeiros em diferentes estágios da carreira que têm desenvolvido trabalho nos três eixos propostos para o evento: domesticidade, gênero e memória.

A primeira mesa, intitulada “Trabalhadoras na/da cidade”, mediada por José Tavares Correia de Lira (FAU-USP), apontou variadas figurações da domesticidade em meio ao processo de urbanização. Focalizando especialmente a realidade paulistana entre fins do século XIX e a primeira metade do XX, os trabalhos apresentados destacaram os novos lugares, os novos hábitos, as novas práticas e as novas personagens, especialmente as mulheres, não tanto as arquitetas ou designers, mas as com diferentes inscrições profissionais e sociais, brasileiras e estrangeiras, anônimas ou não. Algumas questões orientaram as apresentações: Onde e como residiam? Por onde circulavam? Como se movimentavam, especialmente no espaço público? Com que trabalhavam? Quais as oportunidades que a elas se abriam? Os riscos e as restrições que as limitavam? As estratégias que mobilizavam? Que imagens e autoimagens projetaram-se sobre elas?

Em “Trabalho e moradia em Santa Ifigênia e no Bom Retiro: enquistamentos étnicos e casas de tolerância”, Sarah Feldman (IAU-USP) focalizou o processo de urbanização nos bairros centrais de São Paulo em busca do lugar ocupado por estrangeiros e prostitutas na organização de determinadas figurações da moradia, do trabalho e da segregação sócio-espacial na cidade. Partindo de uma compreensão biopolítica das “armaduras”

características dos bairros considerados, o trabalho procurou mapear os mecanismos que asseguraram a manutenção de determinados grupos e de determinadas atividades em seu interior.

O trabalho de Pedro Beresin Schleder Ferreira (Escola da Cidade/FAU-USP), “As mil vias de apropriação da Avenida Angélica: as mulheres entre a cidade, o trabalho e a domesticidade (1890-1920)”, examinou o processo de modernização de São Paulo no período, a partir da abertura e ocupação da referida avenida, revelando a heterogeneidade social daquele território, com suas fronteiras e passagens mais ou menos rígidas, mais ou menos móveis. Acompanhando a inserção de três mulheres que assumiram certa independência no campo econômico e profissional, o autor procurou examinar o modo como estas mobilizaram suas condições de gênero e classe para se apropriar de modo diverso do espaço urbano.

Por fim, o texto de Sabrina Fontenele (IFCH-Unicamp/ CPC-USP), “Mulheres, arquitetura e cidade: o modo de vida moderno em São Paulo”, focalizou as transformações urbanas no centro expandido da cidade em busca do modo como em seu interior se verificaram mudanças importantes nos lugares e condutas femininos, públicos e privados, com a ascensão de novas camadas médias urbanas. Utilizando uma importante documentação iconográfica, como desenhos e fotografias de projetos, anúncios, o trabalho acentuou o aparecimento de novas técnicas civilizatórias, corporais e visuais em meio ao processo de configuração de um perfil moderno de mulher, em seu trânsito pelos meios culturais, sociais e de consumo que emergiram na metrópole.

A segunda mesa, denominada “Espaços por escrito: cidade e moradia”, foi mediada por Flávia Brito do Nascimento (FAU-USP). Tendo em vista que a representação feminina nos espaços domésticos já estava colocada como tema desde o primeiro seminário Domesticidade, gênero e cultura material, em trabalhos que trataram das narrativas por meio das crônicas, dos periódicos e um pouco da literatura, entendeu-se que para essa segunda edição seria importante ampliar e consolidar a temática, discutindo as narrativas da cidade e da casa, explorando novos universos temporais e espaciais, ampliando conhecimentos e suscitando novas questões ao debate.

A discussão se iniciou pela Rússia Revolucionária, marcando a efeméride que mobilizou a intelectualidade do mundo neste centenário. Graziela Schneider (FFLCH-USP), em sua apresentação “A mulher e o espaço na

Rússia Revolucionária: narrativa e memória” trabalhou com diversas autoras russas – reformadoras, jornalistas, escritoras – mostrando a relação complexa e ambígua que se estabeleceu entre o lugar da casa e o lugar do trabalho na experiência feminina do contexto revolucionário no qual cresciam as demandas por emancipação e pela instituição de novas relações familiares e de gênero.

A mesa seguiu com o trabalho “Carolina e João na metrópole: do popular ao marginal” de Ana Claudia Veiga de Castro (FAU-USP), que tratou da periferia numa visão muito oportuna para discutir a experiência dos pobres, homens e mulheres, na metrópole paulistana dos anos 1950 e 1960. Por meio da narrativa de Carolina de Jesus e João Antônio, a autora versou sobre a dialética casa-rua-casa, os deslocamentos e as formas de representação da cidade a partir do lugar da periferia.

Fechando a mesa, Joana Mello de Carvalho e Silva (FAU-USP) trabalhou, em “Deslocamentos na *cidade sitiada*”, as mudanças das formas de morar na segunda metade do século XX, em que os debates acerca da igualdade de gênero e das transformações nas relações familiares foram impondo, progressivamente, demandas por novos arranjos domésticos. Por meio da obra *A cidade sitiada*, de Clarice Lispector, a autora analisou as tensões e ambiguidades da personagem principal, Lucrecia Neves, relacionando-as com a experiência da própria escritora carioca entre os anos 1940 e 1950.

A terceira mesa, “Arquitetas, designers, engenheiras, reformadoras”, coordenada por Sabrina Fontenele, colocou em debate a produção da arquitetura e da cidade, investigando os silenciamentos historiográficos acerca da atuação profissional feminina. A partir da perspectiva dos estudos de gênero, procurou-se rever as narrativas hegemônicas, recuperando a trajetória de profissionais, cujas reflexões sobre a cidade, a casa e as atividades domésticas foram importantes na virada do século XIX e XX, dentro e fora do campo profissional. As apresentações deram destaque para profissionais consagradas, como Charlotte Perriand, Margarete Schutte-Lihotzky e Carmen Portinho, mas também para outras até então pouco reconhecidas, que começaram a ganhar visibilidade a partir de novas investigações, como a alemã Hannah Schreckenbach ou as pernambucanas Janete Costa, Clementina Duarte e Myriam Pessoa de Melo.

A mesa foi aberta com a apresentação de Rachel Lee (LMU Munique), que expôs o trabalho “Of mobility and mud: Hannah Schereckenbach’s engagements with vernacular architecture in Ghana”. Nela, a autora recuperou a trajetória da arquiteta alemã, cujas pesquisas desenvolvidas na década de 1960 sobre construções vernaculares, em Gana, na África, contribuíram para o debate acerca do regionalismo e de formas tradicionais de expressão arquitetônica, inclusive na Europa.

A apresentação seguinte, “Gênero e produção de habitação social: mulheres pioneiras na arquitetura do século XX”, desenvolvida por Marcela Ablá (FAU-UFRJ), propôs uma análise da trajetória teórica e profissional de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schutte-Lihotzky e Catherine Bauer. O trabalho procurou lançar um novo olhar sobre a habitação social e o planejamento das cidades nas primeiras décadas do século XX, para apontar como as realizações por elas desenvolvidas aproveitaram de suas experiências como mulheres, qualificando e aprimorando as reflexões sobre o tema no campo da arquitetura e do urbanismo.

A terceira apresentação da mesa, “Charlotte Perriand entre as artes decorativas e a arquitetura moderna”, proferida por Silvana Rubino (IFCH-Unicamp), abordou aspectos da trajetória profícua da designer. A autora procurou mostrar como sua formação e participação nas artes decorativas evidencia alguns dos impasses profissionais vividos nos anos 1920-40, a saber: a disputa entre a arquitetura moderna e as artes decorativas; e os lugares de artistas e arquitetos, homens e mulheres, no interior das disputas de gêneros, no duplo sentido do termo, ou seja, diferenças sexuais e artísticas. A autora também mostrou a colaboração efetiva de Perriand na elaboração de trabalhos normalmente creditados a Le Corbusier, apontando a importância das pesquisas acadêmicas na atribuição corrente de autoria.

Por fim, Andreia Gati (MDU-UFPE) abordou em “Lar doce lar: parcerias entre casais de arquitetos”, profissionais da primeira geração de formados pela Faculdade de Arquitetura do Recife nos anos 1950, problematizando as diferenças entre as experiências de gênero nas atribuições e nos reconhecimentos autorais. A pesquisadora buscou apresentar como as atitudes e os contextos profissionais de cada casal influíram diretamente no sucesso ou na invisibilidade das parceiras, bem como nas divisões de trabalho dentro do ambiente doméstico.

A quarta mesa, “Das casas grandes, senzalas e moradias urbanas”, mediada por Joana Mello, buscou trazer temas, abordagens e recortes que não tinham sido tratados na primeira edição do seminário, notadamente os relativos à experiência da escravidão. Para tanto, compuseram a mesa dois trabalhos que abordaram diretamente o tema e um trabalho que o tratou de modo indireto, procurando mostrar a pregnância da escravidão na experiência social brasileira e na constituição das habitações no País.

Abrindo os debates, Rafael de Bivar Marquese (FFLCH-USP) apresentou o trabalho “Os espaços domésticos da Segunda Escravidão: Natchez (Mississippi) e Vassouras (Vale do Paraíba) em perspectiva comparada”. Nele, o autor apontou as diferenças das experiências de escravidão nas duas cidades no século XIX, mostrando como elas materializaram espaços de produção e de habitação diversos, tanto do ponto de vista estético quanto material e espacial.

Em seguida, Ana Lucia Vieira dos Santos (EAU-UFF) apresentou o trabalho “Adaptação e Resistência: a habitação escrava nas propriedades rurais da província do Rio de Janeiro – Século XIX”, no qual procurou mostrar que, para além das injunções político-econômicas, as senzalas materializaram resistências dos escravos em relação aos senhores e às adaptações dos costumes e formas de morar comuns de seus países de origem na África.

Por fim, o trabalho “Corpo, casa e cidade: três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929)”, de Clarissa de Almeida Paulillo (Unip/FAU-USP), procurou discorrer sobre como a implantação das redes de infraestrutura sanitária na cidade de São Paulo impactou, do ponto de vista material e simbólico, a formulação de um novo ambiente doméstico: o banheiro. Ao mesmo tempo, a autora apontou como essa formulação foi dirigida por concepções específicas de higiene que reforçaram diferenças sociais e raciais, informadas pela experiência da escravidão.

A quinta mesa, “Paisagens domésticas, corpo e subjetividade”, voltou-se para o espaço da casa, mas a partir de outras entradas e outros objetos de análise. Tratou-se de pensar as representações de domesticidade, de gênero e de sexualidade, mas também as práticas corporais e de uso dos espaços a partir de experiências e interlocutores diversos. Dialogando com as mesas já realizadas e a próxima, os trabalhos apresentados se voltaram para os discursos de vanguarda sobre domesticidade, a partir de suas plataformas de

divulgação, inseridos dentro de contextos políticos e econômicos ampliados, ou seja, como parte de programas governamentais e ações no âmbito da moda e do consumo. A mesa procurou pensar ainda a vivência do espaço doméstico daqueles que nele trabalham, procurando desfazer consensos, tensionar explicações, refletir sobre as especificidades das atualizações e dissensões dos papéis de gênero, incluindo no debate outros marcadores sociais de análise, como o de classe e raça, tal como o proposto na mesa anterior.

Iniciando a discussão, José Lira apresentou o trabalho “Arquitetura, técnicas domésticas, técnicas de si: os dispositivos Schröder, E-1027 e Capuava”, enfocando as relações de parceria, as disputas e as representações ao redor das referidas casas, de autoria dos arquitetos Gerrit Rietvelt, Eileen Gray e Flávio de Carvalho, respectivamente. Em suas análises, o autor procurou entrelaçar experiência social e profissional, destacando as relações e os conflitos de gênero, essenciais para uma melhor compreensão desses artefatos que idealizaram outras formas de domesticidade.

Em seguida, Marinês Ribeiro dos Santos (PPGTE-UTFPR) tratou em “O corpo feminino como parte da paisagem doméstica: a articulação entre roupas e mobiliário nas representações veiculadas em revistas de decoração brasileiras (anos 1960)” das atualizações dos marcadores de gênero feminino, procurando problematizar a associação historicamente construída entre o corpo das mulheres e o âmbito do doméstico. Seu objetivo foi mostrar que essas atualizações têm como uma plataforma privilegiada as representações veiculadas nas mídias de massa que, nesse sentido, devem ser entendidas como tecnologias de gênero, ou seja, como estratégias que contribuem para naturalizar a esfera privada como algo que concerne apenas às mulheres.

Ethel Leon (Facamp/EBAC) apresentou em “Moda, beleza e vida doméstica na disputa das superpotências” uma releitura original dos embates travados durante a Guerra Fria. Em sua pesquisa, ela apontou a partir da divulgação das exposições soviética e norte-americana montadas no Rio de Janeiro, respectivamente em 1962 e 1963, por meio da imprensa diária carioca, como o famoso “The kitchen debate” no Brasil parece ter se concentrado menos nos artefatos domésticos, em especial os dedicados à cozinha, do que nos corpos femininos; menos na área do designer do que na moda, levantando a importância de se avançar na reflexão sobre o tema.

Fechando esta mesa, Débora Gorban (Conicet-ICI/ UNGS) apresentou o trabalho “Desmontar esferas: relaciones sociales, usos y significados del espacio doméstico en las actividades de cuidado y beleza”, no qual procurou mostrar como a introdução de atividades profissionais, no caso relativas aos serviços domésticos e de cabeleireiro, muda os arranjos, os sentidos e os gestos no ambiente da casa. A abordagem permite questionar as fronteiras entre o produtivo e o improdutivo, o doméstico e o não doméstico, o trabalho e o não trabalho, atentando-se para as formas pelas quais os espaços e os corpos são ocupados e vividos.

A última mesa, “Memórias de vida e memórias do morar”, coordenada por Mônica Junqueira de Camargo (CPC-USP/FAU-USP), trouxe um tema que também ganhou destaque em relação ao primeiro seminário, a questão da memória. Nela, procurou-se trazer a discussão dos espaços da casa a partir dos usos e da vivência que estes proporcionam em situações muito distintas, tanto do ponto de vista projetual quanto do ponto de vista das encomendas e das experiências sociais de seus moradores.

O primeiro trabalho, “Habitar, narrar e construir: a casa moderna nos relatos biográficos de seus moradores”, de Camila Gui Rosatti (FFLCH-USP), enfocou a vivência de uma clientela que refletiu sobre e habitou projetos de vanguarda, cujos sentidos compartilharam, ainda que de modo paradoxal. Pensados como manifestos político-estéticos, essas casas abrigaram experiências múltiplas, atravessadas por tensões e ambiguidades que oscilaram entre “a apologia do vanguardismo arquitetônico e os infortúnios do dia a dia de se habitar uma casa fora dos padrões convencionais” e “as decepções ou os triunfos angariados na convivência familiar”.

Em seguida, Flávia Brito do Nascimento (FAU-USP) apresentou o trabalho “Do imaginado ao vivido: formas de morar e significado social na habitação social moderna brasileira”, tratando dos conjuntos promovidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões da era Vargas que tinham como premissa a construção de um novo homem. A autora analisou cerca de 50 entrevistas com moradores e antigos moradores dos Conjuntos Várzea do Carmo, Mooca, Vila Guimar, Santa Cruz e Nove de Julho, recuperando as memórias de suas vivências nesses espaços e colocando-as em diálogo com os preceitos de habitação das vanguardas arquitetônicas brasileiras.

Tânia Fontenele (IPAM) em “Memórias femininas da construção de Brasília: relações de gênero e invisibilidade” também se apoiou no método da história oral, entrevistando 50 mulheres de diversas profissões – lavadeiras, cozinheiras, professoras, parteiras, prostitutas, desenhistas de mapas, dentre outras – que participaram da construção da nova capital. Chama a atenção em seu texto e no filme de sua autoria sobre o tema – “Poeira e batom” – como a esperança e o orgulho dessas mulheres superaram todo o desconforto, a precariedade e mesmo a solidão de algumas delas nesse momento marcante da história nacional.

A mesa se encerrou com o trabalho de Françoise Valéry (UFRN), “Vivências femininas e espaços residenciais nas memórias das mulheres idosas de natal”. Sua análise foi centrada na problemática do idoso e de sua sobrevivência na relação com os mais jovens ou a figura da cuidadora. Obrigados a compartilhar do mesmo espaço da casa, membros da família e de fora acabam tendo que abrir mão de trabalho, lazer ou de ter uma vida independente, o que acarreta no estabelecimento de relações conflitivas e contraditórias, além de mudanças nos espaços domésticos.

As três sessões de conferências estabeleceram um diálogo rico com as mesas acima apresentadas, seja pela retomada de questões, seja pela apresentação de novos temas ou métodos de análise, muito bem alinhavados pelas mediadoras Heloísa Pontes (IFCH-Unicamp) e Ana Paula Simioni (IEB-USP).

Na conferência “The idea of sex in the Californian Case Study Houses”, Richard Williams (Universidade de Edimburgo), autor do livro *Sex and Buildings* (2013), explorou as diversas formas através das quais comportamentos e atitudes sexuais se materializam na arquitetura e de que maneira a arquitetura dá lugar e vazão à sexualidade.

O papel ativo do artefato doméstico na formação dos corpos e da identidade foi explorado também por Vânia Carneiro de Carvalho (MP-USP), autora de um livro fundamental para este campo de estudos, *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material* (2008). Em sua conferência “Interiores: o espaço doméstico como espaço subjetivo”, Carvalho apontou a permanência de certos marcados de gênero, interessada, contudo, em avançar na reflexão, reconhecendo as suas adaptações ao longo do tempo e a sua incidência na construção de subjetividades que tem na casa um espaço central.

A questão do corpo, da sexualidade e sua integração com artefatos nas escalas mais diversas foi retomada na segunda sessão de conferências, composta pelos trabalhos de Luca Greco (Universidade Sorbonne Nouvelle), “Gender, space and language: doing the experience of gender through walking and speech practices”, e de Maria Filomena Gregori (IFCH-Unicamp), “Prazeres Perigosos”, que trouxeram as discussões para o século XXI. As conferências permitiram uma visão não essencialista do gênero ao abordarem experiências performáticas e relações que não se esgotam entre os seres humanos, mas envolvem objetos, os quais são agenciados e agenciadores de inúmeras formas de prazer que rompem com prescrições normativas. A última conferência, “Heterotopias da ilusão: os bordéis, a sociabilidade e o desejo na São Paulo antiga”, foi proferida por outra referência importante para os estudos da área, a professora Margareth Rago (IFCH-Unicamp). Sua conferência tratou dos bordéis paulistanos, entendidos como o “outro” do espaço doméstico. Chamou a atenção de muitos, especialmente dos convidados estrangeiros, o controle e a segurança da pesquisadora na articulação de suas fontes e premissas conceituais, especialmente por ter ela dito se basear nos trabalhos de Michel Foucault e Gabriela Leite.

Assistido por um público significativamente numeroso, assíduo e qualificado, o seminário ampliou algumas temáticas e aprofundou as discussões levantadas no evento anterior, indicando o interesse por sua continuidade em outras edições e o adensamento das reflexões nesse campo interdisciplinar de investigação sobre o morar.

# SESMARIA DE PASSARINHOS:

A ZONA LESTE, O GRUPO URURAY E A DIMENSÃO  
SOCIAL DO PATRIMÔNIO

**MAURÍCIO DIAS DUARTE**, GRUPO URURAY, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Pesquisador com ênfase nos patrimônios históricos da zona leste de São Paulo, historiador (Universidade Federal de São Paulo, 2014) e membro do Grupo Ururay.

**LUCAS FLORÊNCIO COSTA**, GRUPO URURAY, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Graduado em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com certificação em patrimônio pela mesma instituição. Integrante do Grupo Ururay e pesquisador do grupo Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (Capph).

E-mail: lflorenciocosta@gmail.com

**YASMIN DARVICHE**, GRUPO URURAY, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), dedica-se a pesquisas voltadas ao patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Integrante do Grupo Ururay.

E-mail: yasmindarviche@gmail.com

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p194-205>

## 1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 2017 foi inaugurada no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) a exposição “Sesmaria de Passarinhos”, realizada através da parceria entre o CPC, através do eixo “Referências Culturais e Memória”, coordenado pelo arquiteto e pesquisador Gabriel Fernandes, e o Grupo Ururay. A proposta surgiu como decorrência do trabalho realizado pelo coletivo no ano de 2016, denominado “Territórios de Ururay”. Nesse trabalho o grupo desenvolveu pesquisas reflexivas sobre 13 bens culturais da zona leste de São Paulo, resultando desse processo um livro, um documentário, e uma exposição denominada “Existências | Resistências”, apresentada no Centro Cultural da Penha entre novembro de 2016 e janeiro de 2017. De tal forma, considerando a atinência do tema desenvolvido pelo Ururay com as ações encaminhadas pelo CPC e ainda o processo de abertura da Casa de Dona Yayá à reflexões que vão além do patrimônio universitário, aproximando-se de temáticas pouco desenvolvidas anteriormente - como a aproximação da Casa com o bairro do Bixiga (distrito da Bela Vista) - foi proposto pelo CPC uma parceria com o Grupo Ururay, concretizada nesta exposição.

“Sesmaria de Passarinhos” apresenta uma série de fotografias produzidas durante as visitas que o grupo realizou em 2016 aos bens contemplados na pesquisa, além de mapas de localização destes exemplares. Na cerimônia

de abertura foi apresentado o documentário “Territórios de Ururay”, e realizada uma mesa de debate, intitulada “Memória, patrimônio e universidade”, da qual participaram a diretora do CPC, profa. dra. Monica Junqueira de Camargo, Gabriel Fernandes, especialista do CPC, Lucas Florêncio Costa, historiador e pesquisador do Grupo Ururay e a profa. dra. Valéria Barbosa de Magalhães, docente da EACH-USP. A mesa refletiu diversos modos de se encarar a questão do patrimônio e da memória em territórios de dinâmica destoante das centralidades contemporâneas; focando na zona leste as falas apontaram à urgência de se pensar ações e projetos culturais que considerem as diversas possibilidades de leitura do patrimônio cultural.

## 2 “TERRITÓRIOS DE URURAY”, O PROJETO

Desde a criação do coletivo, em fins de 2014, as(os) integrantes do Grupo Ururay<sup>1</sup> perceberam a necessidade de se formularem análises sobre o patrimônio cultural da zona leste de São Paulo que fossem além do recorrente ímpeto descritivo-memorialístico que se via como regra. O caso era que inúmeras obras já haviam sido escritas sobre o território no qual o grupo visava atuar, mas a profundidade das investigações e o modo como o passado (e seus referenciais materiais) foi abordado eram pontos de enfrentamento e debate no grupo, já que significavam limites e fronteiras de entendimento que embasavam, e ainda hoje embasam, a forma como a memória e o patrimônio da zona leste eram articulados.

A partir dessa percepção, o Grupo Ururay desenvolveu uma ampla pesquisa sobre um conjunto de bens (ainda que bens culturais exteriores a esta seleção tenham sido considerados no projeto) da região em questão, foram eles: a Igreja Nossa Senhora do Carmo, a Casa do Chefe da Estação, o Casarão de Sabbado D’Angelo, a antiga Sede da Fazenda Família Morganti (atual Casa Raul Seixas), no bairro de Itaquera; a Capela de São Miguel Arcanjo, em São Miguel Paulista; as Ruínas do Sítio Mirim, em Ermelino Matarazzo;

1. O Grupo Ururay é um coletivo de indivíduos interessados na preservação do Patrimônio Cultural da região Leste de São Paulo. Independente, sem fins lucrativos e sem vinculação com instituição privada, pública ou religiosa o Grupo tem como objetivos: o fortalecimento de ações que objetivem a preservação, a apropriação e, conseqüentemente, a valorização dos Patrimônios na região Leste de São Paulo, a articulação de todos os agentes sociais (sociedade civil, órgãos de proteção do patrimônio, escolas, pesquisadores, coletivos) envolvidos, direta e indiretamente, no processo de preservação e utilização dos Patrimônios Culturais.

FIGURA 1

Registro de um dos momentos de gravação na Igreja Nossa Sr<sup>a</sup> do Carmo em visita técnica à região de Itaquera, em 2016. Foto: Thabata Arruda



a Fazenda Biacica (ou Chácara dos Fontouras), no bairro do Itaim Paulista; Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, Escola Estadual Santos Dumont, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha e São Benedito, no bairro da Penha; Casa do Sítio Tatuapé, no Tatuapé; a Vila Maria Zélia, no bairro do Belém; e Casa do Sítio Capão, no Jardim Anália Franco.

Durante o processo a equipe multidisciplinar de pesquisadoras(es) visitou os bens culturais selecionados. A condução dessas visitas proporcionou ao grupo uma importante aproximação com os contextos urbanos nos quais esses bens culturais estão inseridos, possibilitando um entendimento mais contextualizado da questão preservacionista no território. Isso possibilitou uma visão ampliada do patrimônio - em que os parâmetros e formas de percepção e compreensão dos bens culturais pelas comunidades, os usos contemporâneos dos edifícios tombados em relação aos contextos locais e o diálogo entre recursos materiais e imateriais no desenvolvimento de ações de valorização do patrimônio tornaram-se questões conjugadas àquelas previamente consideradas nos debates sobre o assunto, em linhas gerais, sobre conservação, restauração e proteção.

FIGURA 2

Registro painel  
“Cidade - Cultura -  
Ocupações”, organi-  
zado pelo Ururay em  
junho de 2016. Foto:  
Diógenes Sousa.



Além do esforço investigativo o processo trouxe ao Ururay o desafio de pensar a articulação social a partir do campo da cultura, aspecto fundamental para o prosseguimento das ações do coletivo. Tal aspecto passou a fundamentar a ação do grupo de modo a formatar uma atuação vinculada com a teorização que o grupo ambicionava. Em outros termos, percebeu-se que era essencial contatar diversos coletivos culturais que já atuavam na região e que, de alguma forma, operavam dados da memória e da história em suas atividades, nas mais diversas expressões das culturas e artes. Esse esforço se expandiu e direcionou o Ururay a uma atuação que buscou mais articular e pesquisar o território do que simplesmente encaminhar um estudo científico distante e exógeno aos processos que se encaminhavam ali. Assim, foram estabelecidas diversas parcerias com grupos e profissionais atuantes na região - parcerias e articulações que estão expressas nos materiais resultantes do projeto.

3 “SESMARIA DE PASSARINHOS”, CAMINHOS PARA A EXPOSIÇÃO  
O projeto “Sesmaria de Passarinhos” foi desenhado a partir de uma parceria entre o CPC e o Grupo Ururay, iniciada em dezembro de 2016. Esta articulação visou à valorização e reconhecimento de uma região da cidade que pouco se vê representada em equipamentos culturais da cidade, seja pelo pequeno número de exposições e roteiros de turismo cultural lá realizados ou pela escassa programação cultural relacionada nos espaços culturais estruturais da cidade.

Assim, o caminho reflexivo que direcionou a produção da exposição teve o objetivo de apresentar a região dentro da multiplicidade de histórias, heranças culturais e memórias - esta última, materializada a partir de produções relacionadas à memória (de livros de memorialistas à produção de alguns coletivos culturais). Outro aspecto que fundamentou a organização da exposição foi o reconhecimento da experiência de outros grupos sociais que não aqueles vinculados ao poder: os aspectos das tradições indígenas e afro-brasileiras presentes no(s) território(s), a trajetória dos grupos migrantes (nacionais e estrangeiros, de diversas temporalidades) e a importância das expressões culturais atribuídas a grupos não hegemônicos foram considerados nesse contexto.

A exposição contempla mapas históricos da região, um mapa atual de localização dos bens referenciados e fotografias produzidas durante as visitas aos bens, realizadas por Douglas de Campos e Vanderson Satiro. Em um dos ambientes foi contemplada a exibição do trailer do documentário “Territórios de Ururay”, produzido pela Sem Cortes Filmes. A expografia foi organizada nos espaços da varanda fechada e da Sala Rosa da Casa de Dona Yayá, de modo que os registros fotográficos foram selecionados de forma a expressar as condições de existência atual dos patrimônios, enfocando sua relação com o entorno, uso e estado de conservação. Numa vitrine, o projeto expográfico optou por dar espaço à produção relacionada à zona leste, utilizando uma seleção de jornais, livros e outras publicações para expor, assim, representações do território em questão (Figura 3).

FIGURA 3

Parte da exposição na Sala Rosa da Casa de Dona Yayá. Foto: Douglas de Campos.



#### 4 ITINERÁRIOS URBANOS

Em paralelo à exposição foram organizados três itinerários urbanos pela zona leste, ocorridos entre os meses de setembro e novembro de 2017. A realização desses itinerários veio a dialogar com uma prática já comum à atuação do grupo, que desde sua criação vem exercitando o “caminhar pela cidade” enquanto ação formadora para o patrimônio. Para o grupo, o encaminhamento de visitas a determinadas áreas e bairros apresentou várias potencialidades e dilemas, dos quais destacamos: [a] o enfrentamento do desafio “de caminhar” numa cidade que, historicamente, privilegiou uma noção de mobilidade motorizada e individualista e que se traduz num exercício fundamental para compreender quanto a estrutura material da cidade é explicada por essas “escolhas” pretéritas; [b] a fluência e fruição no espaço urbano, numa escala pessoal e corpórea (é a “cidade ao nível dos olhos”, para usarmos a feliz expressão que vem sendo empregada no debate sobre *plinths*), que leva à uma considerável aproximação das(os) caminhantes com o lugar do patrimônio nessa estrutura, já que privilegia uma relação corpo e cidade que, na maioria das vezes, é inviável no cotidiano do público atingido pelas ações do coletivo; e, por fim, [c] o reconhecimento tanto das potencialidades que a reunião de pesquisadoras(es) e interessadas(os) na questão patrimonial pode fornecer, quanto os desafios do debate público junto a determinadas autoridades, grupos e lideranças a respeito dos espaços instituintes de memória e promoção cultural na cidade.

Nesse sentido, os “itinerários urbanos” realizados em conjunto ao CPC vieram confirmar as possibilidades de reflexão que o caminhar pela cidade em seu espaço público comportam, fortalecendo assim um exercício que, como vimos, já era prática comum tanto ao CPC quanto ao Grupo Ururay. Dessa forma, os itinerários urbanos, enquanto experiência urbana, foram organizados como uma programação paralela à exposição em cartaz. O primeiro deles foi realizado no bairro da Penha, o segundo em São Miguel Paulista e o terceiro no bairro de Itaquera. Os percursos foram mediados por integrantes do Grupo Ururay e destinados ao público interessado em geral, que se inscreveu previamente na atividade.

Assim, na tentativa de superar a “recorrente forma” de visita turística guiada aos patrimônios edificados o grupo, ao conduzir os itinerários urbanos, propôs reflexões críticas em torno da história, da memória e da

preservação desses bens apresentando outras narrativas possíveis para os patrimônios e espaços visitados. Dessa forma, o Ururay, além de sinalizar a importância simbólica (histórica, arquitetônica e afins), busca pensar a existência dessas estruturas nos dias atuais, articulando as variadas memórias e narrativas existentes - os apontamentos do antropólogo argentino Nestor García Canclini sobre os usos sociais do patrimônio foram essenciais nesta e em outras questões. Nesse sentido, inseridos dentro da proposta do grupo, a aproximação crítica a estes bens culturais pode também ser entendida como uma prática patrimonial, um meio de sensibilizar as pessoas da importância destes exemplares, e do poder que a sociedade civil pode e deve ter na defesa do patrimônio da cidade.

O itinerário pelo bairro da Penha passou pelos três bens tombados como patrimônio pelos órgãos competentes: a Escola Estadual Santos Dumont, a Escola Estadual Nossa Sr<sup>a</sup> da Penha e a Igreja de Nossa Sr<sup>a</sup> do Rosário dos Homens Pretos da Penha e São Benedito. Nesse itinerário, o grupo de participantes explorou o território a partir dos patrimônios ali existentes sem perder de vista outras nuances da paisagem cultural do bairro. A própria caracterização dos bens (duas escolas distintas em temporalidade e estilos/programas arquitetônicos e um templo católico vinculado à presença negra na Penha) demonstra, em certa medida, como as representações do patrimônio cultural naquele bairro estão atravessadas por certa amplitude histórica-cultural.

No caso de São Miguel Paulista, a visita à Capela de São Miguel Arcanjo buscou discutir as narrativas construídas sobre a história do bairro, da capela e da praça onde ela está inserida, chamando atenção para ações que têm contribuído para a monumentalização do edifício da capela e seu distanciamento do cotidiano do bairro. Nesse sentido, a organização do trajeto foi pensada de forma a permitir que as(os) participantes pudessem, a partir de um olhar crítico, ir além de uma aproximação informativa do bem - na qual uma seleta de informações sobre o espaço é comunicada aos(as) participantes, sem preocupação de processá-las criticamente e em conjunto -, chegando mesmo a refletir sobre como aquele espaço é atravessado por diversos sentidos: do projeto expográfico que a capela contempla ao cercamento físico no qual ela está encerrada. Foi realizada uma conversa inicial, em que (as)os integrantes do Grupo Ururay apresentaram a proposta

do passeio e introduziram, em linhas gerais, a história da capela e do bairro. Posteriormente, adentrando a capela, foram percorridos os espaços expositivos de forma guiada - contudo, toda a visita foi pensada de modo a permitir a discussão aberta das(os) participantes, o que possibilitou, desde o início do percurso, o desenvolvimento de reflexões sobre o território pelas(os) próprias(os) participantes. O ponto de encerramento do itinerário foi na praça onde se encontra a capela. Popularmente conhecida como Praça do Forró, a praça é uma espacialidade que encerra, em si, uma ampla gama de questões: observando a capela do lado de fora das grades que a circundam, as(os) participantes puderam desenvolver um processo de reflexão e leitura do bem, entendendo assim a experiência concreta da relação que o bem estabelece atualmente no contexto do bairro, através da percepção destes dois diferentes pontos de vista: o de dentro e o de fora.

Neste percurso tivemos a experiência da presença de um cadeirante a integrar o grupo de visitantes. Isso trouxe ao roteiro novas possibilidades de leitura e percepção do espaço, já que o percurso do participante por todos os espaços da capela não foi possível, pois o trecho pelos corredores estreitos atrás do altar não era contemplado com mecanismos que assegurassem a plena acessibilidade. Esta situação nos alertou para as dificuldades que pessoas com deficiência têm para realizar este percurso, além de nos lembrar da urgente necessidade de garantir que todos os caminhos propostos pelo grupo sejam acessíveis universalmente.

FIGURA 4

Integrantes do Grupo Ururay em visita à Capela de São Miguel Arcanjo, em 2017. Foto: Alice da Silva Salvador.





FIGURA 5

Edificação do início do século XX, ao lado da estação Dom Bosco. Foto: Maurício Dias.

A saída por Itaquera se iniciou na Estação Dom Bosco (cujo projeto de construção é de autoria de João Walter Toscano e Odiléa Helena Toscano), estrutura urbana que, mesmo não sendo reconhecida como patrimônio, está presente no imaginário da população local como um importante referencial.

Da estação, o grupo de participantes seguiu pela Rua Sabbado D'Angelo, dirigindo-se ao casarão de veraneio do industrial ítalo-brasileiro que dá nome à via. Lá, uma vez que o acesso ao bem é inviável por complicações com a proprietária do imóvel, o grupo explorou questões relativas ao diálogo do patrimônio com seu entorno. A singularidade do casarão em meio à paisagem do bairro surge como possibilidade de provocação do olhar e da sensibilidade urbana. O percurso seguiu com uma passagem pela Casa do Chefe (único remanescente material da estrutura ferroviária do bairro, cuja estação foi demolida em 2004), onde, em teoria, deveria estar em funcionamento um centro de memória para o bairro e região. O último espaço a ser visitado pelo grupo foi a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde o grupo foi recebido pelo zelador e sacristão Sergio Toccacelli (a quem despendemos os mais sinceros agradecimentos). No templo católico, com características do neogótico, o itinerário se encerrou com uma conversa do grupo, na qual as(os) participantes encaminharam perguntas e reflexões sobre o roteiro como um todo, refletindo como o processo da caminhada as(os) trouxe outra percepção sobre o território explorado.

## 5 CONSIDERAÇÕES

A bibliografia a respeito do caminhar pelas cidades contemporâneas e também sobre a relação entre corpo e cidade, considerada em sua estrutura urbana, vem aumentando nos últimos anos. Modelos de desenvolvimento urbano sustentável, a valorização de meios de transporte não motorizados e de práticas culturais que assegurem o uso do espaço público são questões que vêm ganhando a adesão de diversos coletivos e grupos nas grandes cidades. A urgência de se pensar uma forma urbana mais próxima às necessidades das(os) moradoras(es) dessas cidades tem animado pesquisadoras(es), artistas, órgãos e instituições a refletirem sobre tais aspectos.<sup>2</sup> Neste relato, nosso intuito não foi, nem poderia ser, contemplar um debate sobre tais questões de modo a desenvolver uma discussão conceitual e/ou bibliográfica; mas sim refletir sobre o processo/experiência do coletivo, de modo a sugerir a relação entre nossas práticas e as questões que estão sendo processadas em diversos espaços.

A itinerância pela cidade não só possibilita a aproximação das(os) participantes com os patrimônios, mas também o desenvolvimento de impressões e sentidos sobre este, o que significa dizer que a realização de ações como saídas e roteiros configuram uma prática viável de divulgação, reflexão e valorização do patrimônio. Ações estas que acreditamos serem um caminho para se pensar a preservação destes exemplares a partir da consideração de sua inserção na vida e cotidiano dos bairros.

A aproximação entre o CPC e Grupo Ururay revela a importância do estabelecimento de parcerias entre instituições e coletivos para o florescimento de processos culturais mais articulados e participativos, assegurando uma atuação mais diversa sobre o patrimônio da cidade - pensado não como um objeto que tenha significância em si, mas a partir de suas inúmeras relações com o território, com as pessoas e comunidades e com as narrativas que o atravessam. De tal forma, muito mais do que respostas o processo desenvolvido nesta parceria trouxe muitas indagações para o grupo.

2. Vários são os projetos que tem pensado a cidade de modo crítico e com olhar renovado. Destacamos, pela singularidade e importância o projeto “Cidade dos afetos”, que objetiva “retratar as particularidades da experiência feminina em São Paulo” de modo a pensar possibilidades de transformação da realidade urbana. Disponível em: <<http://mulheresecidade.com.br/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

# INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL:

ENTREVISTA COM CELINA ALBANO

**LUCIANA GUIZAN AURELIANO**, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL.

Arquiteta urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) e mestre em Design pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

E-mail: guizan@gmail.com

**SERGIO ANTÔNIO SILVA**, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL.

Doutor em Letras: Estudos Literários pela UFMG e professor da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais.

E-mail: sas.sergiosilva@gmail.com

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p206-219>

## INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: ENTREVISTA COM CELINA ALBANO

LUCIANA GUIZAN AURELIANO, SERGIO ANTÔNIO SILVA

### RESUMO

No ano em que se completam os quinze anos da publicação da obra *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*<sup>1</sup>, entrevistamos uma das organizadoras desse livro que logo se consagrou como uma referência para a área, a socióloga Celina Albano. Graduada em Sociologia Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado pela mesma instituição e doutorado em Sociologia pela University of Manchester, Inglaterra. Desde 1995 está aposentada como Professora Adjunta pela UFMG e atualmente integra a Comissão da Verdade (COVEMG), que trabalha na apuração da violação aos direitos humanos durante o período militar brasileiro. Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 31 de maio de 2017.

### PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio – Brasil. Relato de experiência. Preservação do patrimônio.

1. ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris. *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

***Celina, primeiro gostaria que você nos contasse sobre sua formação.***

Eu me formei em Sociologia Política na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e logo em seguida entrei para o mestrado em Ciências Políticas, no PCP<sup>2</sup> na UFMG. Aí eu fiz concurso e comecei a dar aula no curso de Ciências Sociais da FAFICH<sup>3</sup>, na parte de Sociologia, especialmente Sociologia Urbana. Eu dava Teoria Sociológica, Sociologia Urbana. Depois fui para a Inglaterra fazer um doutorado na área de Sociologia, aqui ainda não tinha doutorado em Ciências Sociais. Minha pesquisa foi sobre a cidade industrial de Contagem<sup>4</sup>, defendi a tese, voltei para cá e fui assumir de novo a cadeira das disciplinas de Sociologia.

***E a Inglaterra, foi uma escolha?***

Olha, foi meu sonho, pois desde menina eu sonhava com *Alice no País das Maravilhas*, *Rei Arthur* e a *Távola Redonda*, eu lia todos os romances. Então, na época foi um avanço, porque eu fui para a Inglaterra contra a corrente geral, que era a França. Eu amava a França, falava francês muito bem, mas para a Inglaterra eu tinha ido uma vez e caído de amores. Aí consegui, via

2. Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

3. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

4. ALBANO, Celina. *The making of a Brazilian industrial city: the experience of Contagem*. 1980. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia) – University of Manchester, Manchester. 1980.

Fundação Ford. Estranho é que uma das pessoas que me ajudou muito foi o Fernando Henrique [Cardoso], ele tinha sido meu professor.

***Tinha uma linha francesa?***

Tinha uma linha francesa e outra americana. Tanto é que tentaram me mandar pro México. Eu fui até lá num seminário com o Fernando Henrique e outros cientistas, foi muito interessante, pois quando cheguei ele falou: "vamos te levar para conversar com o presidente da Sociedade de Sociologia". Naquela época, Ciência Política eu sabia na ponta da língua. Na verdade, eles estavam criando pela primeira vez um doutorado na área de Ciências Sociais. Fomos almoçar e depois de conversar muito, ele falou: "Gostei demais de você, mas você não vai se dar bem aqui no México. Você é uma pessoa muito livre, muito independente, você é uma mulher que não se enquadra no modelo mexicano (risos), você vai ter muita disputa, muita luta". E eu não queria ir pros EUA, tinha uma turma de amigos que já estavam em Stanford, professores meus que vieram de Harvard, naquela época o curso de Ciências Políticas era muito internacional, tinha muito dinheiro da [Fundação] Ford. A nata das Ciências Políticas vinha aqui dar aula para a gente.

***E havia esse interesse pela América também.***

Isso, era dessa época a Aliança para o Progresso, aquela coisa toda, chamava muito a atenção. A América Latina tinha muito peso, a questão de Cuba e os governos militares chegando. Então eu falei: para os EUA eu não quero ir de jeito nenhum. Eu queria aproveitar um pouco mais do que só escrever uma tese. França era "censuradíssima", a esquerda toda do mundo passava por lá e tinha tido maio de 68 e tal. Aí fizeram um acordo comigo: tudo bem a Inglaterra, mas não Londres. Concordei e me mandaram para Manchester, que hoje está na moda. Fui para lá e me dei muito bem, foi uma experiência única. Eu aproveitava muito em Manchester. Além do mais era tudo tão perto, de trem, que eu ia de quinze em quinze dias para Londres passar o fim de semana. Mas eu queria morar lá. Aí ele deixou, fiz a tese, vim ao Brasil, assumi as aulas para ficar aqui fazendo a pesquisa e em março de 80 cheguei ao Brasil prontinha.

Nessa época também surgiu a questão da Sociologia da Cultura, comecei a trabalhar com movimentos de mulheres e a criar umas cadeiras

sobre gênero, lá na FAFICH. Foi muito interessante esse período, a gente tinha um grupo muito bom, nós estudávamos muito. Aí em 87 eu recebi um convite, por causa da minha atuação no movimento feminista, e fui trabalhar no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Era um órgão novo no Ministério da Justiça onde a gente trabalhou basicamente as reivindicações femininas para entrar na Constituição de 1988. Passei um ano em Brasília trabalhando e quis voltar para Belo Horizonte.

### ***Você é daqui?***

Sou. Nascida no Hospital São Lucas (*risos*), morei a vida toda na Savassi [bairro]. Meus pais também, por coincidência, eram nascidos em BH, então eu era uma coisa assim, bem peculiar, do ponto de vista mineiro. Belorizontina mesmo. Ah, teve uma outra fase aí, desde a pós-graduação, sempre amei cinema, era minha paixão total. Fui crítica de cinema do [Jornal] *Estado de Minas*, passei dois anos e meio escrevendo, Caderno Dois, eu era a única mulher lá. Sempre fui uma pessoa muito ligada à área de cinema aqui, fui aluna do CEC,<sup>5</sup> participava de pequenas filmagens, cineclubes, fazia tudo o que tinha que fazer nessa área<sup>6</sup>.

Então, em 1991 fui convidada para ser Secretária de Cultura do Estado [de Minas Gerais], no segundo governo Hélio Garcia, e fiquei quatro anos. Apreendi como nunca na vida, foi aí que começou a minha relação com a questão do Patrimônio. Eu via que era uma coisa grave, séria, e eu tinha uma amiga que tinha ido para a Inglaterra fazer um mestrado<sup>7</sup> na área. A Stela<sup>8</sup> tinha sido minha aluna! Ela foi professora na FAFICH durante um ano.

### ***Vocês duas eram professoras da UFMG?***

A Stela foi professora substituta, não fez carreira. Quando eu cheguei da Inglaterra, ela já nem morava em BH. Quando eu fui para Brasília, nos reencontramos, éramos muito amigas. Acho que ela foi influenciada,

5. Centro de Estudos Cinematográficos.

6. ALBANO, Celina. *Cine Pathé*. Belo Horizonte: Editora Conceito, 2008.

7. MURTA, Stela Maris. *Heritage Interpretation and Urban Revitalisation: the case of Halifax*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Oxford Brookes University, Oxford, 1992.

8. Socióloga, trabalhou como consultora de cultura e turismo em projetos de educação para o turismo e reabilitação de áreas históricas urbanas para empresas e instituições como os Ministérios do Turismo e da Cultura, Iphan, Embratur, SEBRAE e *British Council*.

teve vontade de sair do ambiente da Câmara e conseguiu uma bolsa para a Inglaterra. Quando ela voltou, em 92 ou 93, eu já estava na Secretaria de Cultura fazendo um seminário em diferentes regiões do Estado. Foi uma coisa que me impressionou muito, logo que eu assumi, a questão do Patrimônio era muito séria. Eu ia para uma cidade e me falavam: "Ah, Secretária, você me desculpe, mas aqui a gente não tem nada de Barroco, a gente não tem nada de Patrimônio". Falei: Como? A sua cidade tem muita coisa! Só o Barroco é Patrimônio? E eu ficava muito impressionada com isso, dessa necessidade de falar "olha, eu não tenho nada para te mostrar", e eu aqui, vendo coisas interessantíssimas!

Na época do Bicentenário do nascimento de Tiradentes, isso foi em 91, 92, nós fizemos várias ações em cima do tema Bicentenário e Cidadania. E nisso fizemos vários shows, livros, teatros, exposições. Então eu falei: se tem algo que a gente tem que fazer é levar o que puder para o interior do Estado. E aí muita gente me procurou e eu assumi o compromisso de fazer o possível para levar uma série de ações para o interior. E essa exposição, esse trabalho com Tiradentes, foi uma das coisas. A gente não tinha muito dinheiro, não tinha Lei Rouanet, o patrocínio era assim, no gogó, do governo, da Fiat mesmo.

#### ***Não tinha nenhum mecanismo de patrocínio?***

Não tinha nada. Aí nessa situação, eu fiquei preocupada com esse negócio de Barroco. "Gente, nós temos que ver o que podemos fazer para esse pessoal que nunca viu o Barroco". Então bolamos uma exibição itinerante, só para lugares que nunca tinham visto Barroco. Só podia ir lá para o norte de Minas, lá para Pedra Azul, o triângulo lá embaixo, só naquelas cidades. E a exposição foi um sucesso. Chamei as diretoras, as Secretárias de educação municipal, todos que eram ligados à educação. Foi um negócio muito gratificante, eu recebia cartas de meninos de escola, lembro até hoje deles escrevendo: "Como gostei dos cachinhos dos anjinhos do Barroco (risos)".

#### ***Em geral essas Prefeituras também não têm Secretaria de Cultura?***

Não, geralmente eram várias Secretarias junto com a Educação. Foi interessantíssima essa experiência. Então eu fiquei muito preocupada com essas questões, aí a Stela veio com a pesquisa dela, entrei em contato

com o pesquisador (orientador), o Brian Goodey<sup>9</sup>, que trabalhava com Interpretação do Patrimônio, era uma coisa nova. Assim começamos a conversar e quando eu saí da Secretaria, ela pediu que eu ajudasse a fazer esse texto, esse livro<sup>10</sup>. A ideia era ter quase que um manual.

Então eu falei: vamos escolher Ouro Preto como estudo de caso, que era fácil porque eu era muito amiga do Ângelo Oswaldo [de Araújo Santos], ele era prefeito na época, no primeiro mandato. A gente fez esse primeiro trabalho, eu conheci o Brian, ele veio ao Brasil. E através desse trabalho, Stela e eu abrimos um escritório que se chamava Território Brasilis Consultoria. A gente fazia trabalhos para as Prefeituras e trabalhava muito com o *British Council* fazendo toda essa linha de interpretação. Eles tinham uma turma que trabalhava com interpretação em Recife<sup>11</sup> e a gente aqui. Então a chegada da interpretação foi isso. Trabalhamos Tiradentes, Ouro Preto, São João del-Rei, a costa da Bahia toda.

***E vocês fizeram essa consultoria durante quanto tempo?***

Ah, uns oito anos, mas também nesse meio tempo eu comecei a trabalhar como consultora externa do Banco Mundial. Eu trabalhava na área do México, era América Central e Caribe, e pegava o México, esses países.

***Então voltou ao México.***

Voltei ao México! Passei anos e voltei, adoro o México. Engraçado que lá eu fiz muita coisa na área de educação, trabalhei muito lá no Chiapas, Oaxaca, com seminários e tudo. É encantador aquele Patrimônio arqueológico que eles têm.

***E nesse método especificamente, como era exatamente o trabalho?***

A gente fazia um levantamento, mostrava como podia valorizar as atrações turísticas. Nessa época eu trabalhei muito com o FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador], eram cursos para formação de mão de obra. A gente trabalhou

9. Professor Emérito em Urban Landscape Planning na Oxford Brookes University.

10. ALBANO, Celina. Um plano interpretativo para Ouro Preto. In: MARIS, Stela; GOODEY, Brian. *Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado: um guia*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1995.

11. BATH, Brian; GONÇAVES, Paula. Interpretative Planning as a Means of Urban regeneration: Recife Brazil. In: SMITH, Melaine. (ed.). *Tourism, Culture and Regeneration*. Wallingford: CABI Pub, 2007.

demais na parte de turismo, as Prefeituras chamavam a gente, trabalhamos e viajamos muito pelo interior de Minas. Eu me lembro de alguns lugares assim, fantásticos. Fora isso, também comecei a levar a Universidade [UFMG], trabalhei no Festival de Inverno, nós levamos essas ideias. No Banco Mundial também pus em prática esse tipo de trabalho. Em Honduras, eles têm uma área de cultura assim, de babar, que as pessoas não conhecem. A costa do Caribe, o que eles falam do mundo Maia, é fantástico. Na Guatemala, em Honduras, Belize, essa parte toda. Eu trabalhei muito em Honduras e lá eu realmente voltei a trabalhar com a área de Patrimônio. Era uma pobreza total, aí trabalhei muito com isso.

### ***Isso através do Banco Mundial?***

Isso, fizemos grandes projetos. No México trabalhei também com um projeto grande de desenvolvimento do Turismo na Costa do Caribe, onde tem a segunda maior barreira de coral do mundo, um negócio fabuloso! Teve esse lado do Patrimônio Maia, tem um outro também em Honduras. Ah, quando eu estava na Secretaria de Cultura do Estado [MG], fiz um programa que ficou sensacional. Era o Senso Cultural de Minas Gerais. Foi o primeiro e único senso, foi um trabalho maravilhoso (1994). Nessa época não havia essa quantidade de municípios. Fizemos o levantamento e foi fantástico, as prefeituras se mobilizaram, era uma forma deles se conhecerem. A gente mandava equipe do IEPHA [MG], da Fundação Clóvis Salgado. Toda a parte técnica do sistema de cultura ia para levantar, ajudar. A gente levantava [o número] as salas de teatro, ginásios, a parte de meio ambiente também era muito forte, os parques etc. Esse trabalho foi muito bem-sucedido. E em 95 resolvi aposentar da Universidade e trabalhar só com a consultoria na Território Brasília e no Banco Mundial.

Ah, em Honduras nós fizemos um trabalho muito legal, um museu das crianças. Na América Central em geral, não no Brasil, havia a cultura dos *Museos del Niños*, nos EUA também tem os *Children Museums*. Naquela época já começava lá uma crise grave social. Então esse museu foi muito interessante, principalmente em El Salvador, onde começava um movimento que hoje tem dimensões catastróficas. São as Maras, gangues, grupos de adolescentes delinquentes que provocam violência. E uma das nossas questões era como chamar a atenção dos meninos, fazer coisas voltadas para a

formação das crianças. Lá o que a gente aprendeu muito foi a questão da migração. As próprias famílias querem que as pessoas saiam do país, pois é a forma delas entrarem no mundo de consumo. Eu conversava muito com jovens, fazia entrevistas e perguntava: qual é a maior aspiração da sua vida? *Ir me a los Estados*. Eu me lembro bem dessa frase, todos queriam. Aqueles que tinham pais nos EUA tinham um *status* diferente diante dos outros amigos porque recebiam casaco de couro, de jeans, de não sei o quê. Isso num país que era muito pobre.

### ***E a política também conturbada.***

Nossa, uma coisa horrorosa. Eu peguei El Salvador depois da pacificação, já não tinha guerrilha nem nada. Honduras tinha um presidencialismo bem autoritário. E eu peguei o México, aí foi interessantíssimo, já com o comandante Marcos, que era a guerrilha que se estabeleceu nessa parte do país, o reduto Chiapas, mas tinha algumas implicações, era o movimento socialista.

Era uma situação muito interessante, a questão da cultura indígena que aqui nós não dávamos o mínimo valor, eu aprendi muito nesses lugares. E aí fiquei aqui trabalhando, dando conferências, sendo chamada aos lugares. O Brian Goodey sempre vinha ao Brasil nos dar apoio, eu fui à Inglaterra em uma viagem que o *British Council* patrocinou, a gente viajou pelo interior para conhecer experiências novas e trazer para cá alguns exemplos.

### ***E aqui no Brasil, alguém continuou dentro da Universidade?***

Não, eu já tinha aposentado. A gente montou vários cursos, foi a Território Brasilis que montou o projeto do curso de Graduação em Turismo da UFMG e da PUC-MG (1996).

Depois fui chamada pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 2001, para ser Secretária de Cultura. Consegui reformar a Casa do Baile, mudar o Museu da Pampulha<sup>12</sup>, que era aquele museu meio abandonado. Mudamos o conceito do MAP, criamos a Bolsa Pampulha, foi um marco. Eu tinha uma turma boa dentro do Patrimônio, é uma área muito visada e ao mesmo tempo não tem recurso quase nenhum. É uma situação bem difícil.

12. Museu de Arte da Pampulha - MAP, integrante do Conjunto Moderno da Pampulha.

***As dificuldades são muitas, há outros interesses imobiliários, financeiros.***  
Há outros interesses, justamente. Então, é muito difícil, só algumas cidades despontam. Eu lembro quando fui ao Maranhão, em São Luiz, eu tive vontade de chorar quando que vi aquele Patrimônio. É uma coisa muito triste, muita pobreza. Mas a pobreza não é a predadora. É o que eu penso, a pobreza poderia lucrar demais com o Patrimônio, mas a maneira como é a elite brasileira, como o poder público trata, não enxergam esses benefícios. Você vê agora, “*vamos detonar a Cracolândia*”<sup>13</sup>, não querem nem saber, passam o trator. E não vão resolver a questão da droga com trator.

Por exemplo, uma cidade em que morei, Manchester. Fiquei vinte anos sem ir lá e voltei quatro anos atrás. Você não acredita! Aquela cidade escura, paupérrima, virou uma metrópole fantástica. Lamentei muito o que aconteceu lá<sup>14</sup>, pois é uma cidade de que as pessoas gostam, não é aquele gigantismo de Londres. Então você tem uma vida cultural excelente e vê a cidade crescer na sua frente.

***Saindo do circuito europeu, você consegue citar algum outro país que tenha se posicionado de uma maneira mais positiva?***

O México, com certeza. E lá tem uma pobreza, uma violência barra pesada, né? Eu acho o México um país fantástico, a riqueza cultural é maravilhosa. Mas acho que a questão cultural é mais do que simplesmente ter lugares bonitos, não é só contemplação. Você tem que valorizar, tem que tratar, tem que manter, você tem que criar bons espaços. Congela a paisagem? Não cria mais nada? Buenos Aires está com esse problema, a Argentina tem que dar um jeito, pode perder muito. A cidade de Buenos Aires é tão poderosa que ela apaga as outras. Córdoba é uma cidade fantástica, na Terra do Fogo tem coisas incríveis. Mas agora já estão percebendo que têm que ir para as províncias, a coisa do vinho expandiu, lá para Mendoza e aquela região toda. Então o México tem a Cidade do México, mas tem outros lugares também, Oaxaca, essa península, esse mundo Inca, mundo Maia, é muito forte. Eu acho o artesanato mexicano muito melhor do que o nosso. É muito rica a cultura indígena! O que nós não valorizamos na nossa cultura indígena,

13. São Paulo – SP.

14. Referindo-se ao atentado terrorista de maio de 2017.

gente? Eles não. Eles estão empenhados. Trabalhei muito com o artesanato lá, aprendi muito vendo essa diferença.

***Você acha que, quando você começou na Secretaria, quando se envolveu com o Patrimônio de MG, você era mais otimista do que é agora?***

Ah, total! (*risos*) Até escrevi textos sobre Patrimônio, dois textos meus foram muito usados. Eram sobre a Praça da Liberdade (Belo Horizonte), mostrando os tempos, as feiras da Praça, o Patrimônio do entorno, nós fomos os primeiros a falar sobre essa fusão do moderno com o eclético<sup>15</sup>. Não posso me esquecer de um caso. Uma vez eu estava no MAP e tinha uma exposição do Vik Muniz, aquela dos quadros com chocolate. Então chegou uma escolinha, os meninos lá encantados e eu falando, vamos lá chegar. Aí de repente chegou uma menina e falou assim: *Nossa, a senhora é dona disso tudo aqui?* Eu respondi: *eu não. Eu, você, esse aqui, seu amigo. Como? Eu sou dona daqui?* Eu falei, *você é dona daqui como eu.* E a menina ficou, numa felicidade. Para ela o mundo era diferente, entendeu?

Houve a maior reação contra a gente, nós trouxemos curador de fora, foi uma revolução. Mas aqui também havia, por exemplo, artistas mineiros que nunca tinham sido exibidos. Sei que nessa época chamamos um pessoal bom. E hoje acho o Inhotim uma coisa fora do comum e que orgulha todos de Minas. Vejo o Inhotim como uma coisa que deslanchou.

***E foi para um município que aparentemente era para dar errado.***

Por isso eu falo, para fazer dar certo você tem que ser visionário, não ficar atrelado. A gente quebrou as amarras do MAP. Durante quatro anos vieram muitos artistas e eles faziam fila para apresentar na Pampulha. Porque era uma marca, um grife. E hoje o Inhotim é uma coisa assim, fabulosa.

***Dentro da sua experiência de consultoria, existe algum caso que você acha que foi mais bem-sucedido?***

Olha, Tiradentes foi um município mineiro que teve muita sorte (*risos*). Teve um destino bem-sucedido, quando entrou a Fundação Roberto Marinho,

15. ALBANO, Celina; LEMOS, Celina; WERNECK, Nisia; MENICUCCI, Telma. A cidade na Praça: Poder, Memória, Liberdade. *Textos de Sociologia e Antropologia*, Belo Horizonte, n.3, v. 8, p. 1-60, set./out. 1985.

através de uma presidente dela que chamava Yves Alves. Trabalhei com ele no município, na época da Secretaria de Cultura do Estado, ele simplesmente lançou a cidade. E Tiradentes hoje é uma grife bem-sucedida.

***Sobre o trabalho que vocês fizeram em Tiradentes, foi um planejamento interpretativo?***

Foi, a sinalização interpretativa, tem muitos anos. Já São João del-Rei foi uma situação difícil pois a cidade queria ser uma cidade Barroca. E nós mostramos que ela tinha um patrimônio, um acervo de eclético, *art déco*, muito importante, que eles estavam deixando se perder. Nossa foi uma batalha para convencer! Então foi uma cidade muito difícil porque tinha a questão das classes de renda mais baixa odiarem o patrimônio, lá tinha isso por causa da elite, entendeu?

Tem um caso muito interessante que passei, foi quando o prefeito quis asfaltar toda a Rua Santo Antônio e eu tive que ir lá para resolver a questão. Foi a Globo, a Manchete. E quando chegamos, eu lembro bem, o prefeito tinha pagado para as donas de casa para irem batendo panela: "Abaixo o Patrimônio, queremos o asfalto!"

***Bater panela já era uma tradição.***

Já era uma tradição, e olha, isso foi quando? 1993. Eu não esqueço: *Abaixo o Patrimônio, queremos o asfalto!* Claro que a gente impediu, entendeu? Então São João é uma cidade, como Ouro Preto, que criou uma antipatia muito grande. Mas acho que Tiradentes foi um bom caso.

***Tiradentes e Inhotim foi onde a iniciativa privada entrou, certo?***

É, Inhotim é muito interessante. Lembro uma coisa me chamou atenção também, quando eu estava no México. Recomendaram que eu fosse em um museu de arte moderna de uma mulher, a Dolores Pati. Ela criou numa zona muito pobre, na cidade do México, um museu fantástico! E não esqueço que as pessoas falavam: "O Inhotim não tem como, quem que vai lá? Quem passa em Brumadinho?" Falei assim, "conheço um lugar no México que foi justamente assim". Olha, os equipamentos culturais têm condições e força, quando bem divulgados e bem administrados, de levantar uma área.

***É uma linha muito tênue entre potencializar uma característica e transformar em um cenário.***

É claro, o Pelourinho foi isso. Não deu certo porque expulsaram as pessoas. Eu frequentava o Pelourinho, daqueles “barra pesada”, adorava ir para lá. E foi plastificado, boutiquezinhas e não sei o quê, e deu no que deu. Então corre esse risco.

***E como foi a organização desse livro, foi a partir da experiência de vocês?***

A gente queria também trazer experiências de fora, dentro dessa ideia de intercâmbio. O objetivo do livro era justamente esse, trazer ideias para que as pessoas aproveitassem. Esse livro foi um sucesso, tivemos que fazer uma segunda edição, o que era uma coisa rara na Editora UFMG. Eu recebia convites, por isso a gente viajou muito dando conferências. Mas em 2004 eu acabei na Prefeitura e já estava cansada.

***Você acha que o método foi assimilado academicamente no Brasil?***

Não. Acho que é justamente essa questão: o patrimônio no Brasil. Acho que o brasileiro tem uma visão contemplativa. Ele não vê que ali você tem informações que estão sendo passadas, uma valorização. Não conseguem ver como é importante a formação, a educação patrimonial. Então, isso realmente atrapalha. Falta para a gente essa noção de como você pode usar o Patrimônio. É aquela coisa, até que percebe, mas sabe aquele capitalismo selvagem? Tenho que ganhar dinheiro, tenho que fazer isso e aquilo. Acho que tem muito disso, é a maneira como se trata o Patrimônio. Quer dizer, você limpa, pinta, fica lá bonitinho, mas você não tenta tirar dele coisas que ampliam o conhecimento das pessoas.

***Aquele livro mesmo não foi traduzido, o do Tilden?***<sup>16</sup>

O dos parques naturais, né? Acho que o patrimônio construído é mais problemático, sem dúvida! Acho que o ambiental, por pior que seja a situação aqui, tem uma proteção, um olhar. Mas é aquela coisa, se você não tratar bem esse Patrimônio ambiental, a galinha dos ovos de ouro acaba.

16. TILDEN, Freeman. *Interpreting Our Heritage*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1957.

Porém, acho mais fácil você retomar essa questão da interpretação, via o meio ambiente, do que o patrimônio construído. As pessoas têm direito à paisagem, direito ao patrimônio.

***E qual é o seu conselho para um jovem pesquisador que quer trabalhar com patrimônio?***

Olha, acho que em certas áreas do conhecimento, sair daqui amplia sua cabeça. Você vai ver outras coisas. Tem que fazer pesquisa, tem que dar aula, pôr na cabeça das pessoas que isso é importante. Mas não é fácil, não.

## ERRATA

Na página 206, onde se lia:

"LUCIANA GUIZAN AURELIANO, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL. Arquiteta urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) e mestre em Design pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: guizan@gmail.com"

Leia-se:

"LUCIANA GUIZAN AURELIANO, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL. Arquiteta urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) e mestre em Design pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: guizan@gmail.com"

SERGIO ANTÔNIO SILVA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL. Doutor em Letras: Estudos Literários pela UFMG e professor da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais. E-mail: sas.sergiosilva@gmail.com"